anxa
90-B
34270
v.3

SUMMARIO

DE

VARIA HISTORIA

NARRATIVAS, LENDAS, BIOGRAPHIAS,
DESCRIPÇÕES DE TEMPLOS E MONUMENTOS, ESTATISTICAS, COSTUMES CIVIS,
POLITICOS E RELIGIOSOS DE OUTRAS ERAS

POR

RIBEIRO GUIMARÃES

Vol III

VENDE-SE
EM CASA DE—ROLLAND & SEMIOND
3—RUA NOVA DOS MARTYRES—3
1872

SUMMARIO

DE

VARIA HISTORIA

III

SUMMARIO

DE

VARIA HISTORIA

NARRATIVAS, LENDAS, BIOGRAPHIAS
DESCRIPÇÕES DE TEMPLOS E MONUMENTOS, ESTATISTICAS, COSTUMES CIVIS,
POLITICOS E RELIGIOSOS DE OUTRAS ERAS

POR

J. RIBEIRO GUIMARÃES

LISBOA
EDITORES—ROLLAND & SEMIOND
3—RUA NOVA DOS MARTYRES—3
1873

Digitized by the Internet Archive
in 2015

https://archive.org/details/summariodevariah03guim

O MOSTEIRO E A EGREJA DE SANTA MARIA DE BELEM

VARIAS NOTICIAS

I

A egreja de Santa Maria de Belem é o jasigo do seu fundador, el-rei D. Manuel, e de toda a sua familia, como a de Santa Maria da Victoria, da Batalha, é jasigo d'el-rei D. João I, e sua familia e a de S. Vicente de Fóra, d'el-rei D. João IV e de toda a sua descendencia.

Vamos, pois, dar uma relação de todos os principes e princezas, que alli teem o seu jasigo, acompanhando a relação de algumas noticias historicas.

Na capella-mór, á parte do Evangelho:

Primeiro mausoleu.—N'elle jaz el-rei D. Manuel, que nasceu em Alcochete a 31 de maio de 1469, e falleceu nos paços da Ribeira, em Lisboa, em 13 de dezembro de 1521, com 52 annos de edade, e 20 de reinado.

Foi o fundador do mosteiro, para commemorar as inclytas acções do seu preclaro primo o infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João I, e da virtuosa rainha D. Filippa. A estatua do infante lá está no portal da egreja, que olha para o sul, apoiando-se no seu montante, como de guarda ao monumento contra os vandalos, e como padrão perpetuo do muito que amou a sua terra, e do muito que a illustrou.

El-rei D. Manuel foi primeiro sepultado na egreja que os freires de Christo tinham no sitio de Belem, e na praia do

Restello, que, depois por algum tempo se chamou a praia das *Lagrimas*, pelas muitas que ali se derramaram quando partiu para correr «mares nunca d'antes navegados» a famosa frota, ás ordens de Vasco da Gama.

Camões, no canto IV, descreve as magoas da partida da frota, que ía buscar a India e seus thesouros, gloria, mas talvez perdição de Portugal, como prophetisava o velho, que se ficou entre a gente na praia, depois de todos embarcados;

A branca areia as lagrimas banhavam,
Que em multidão com ellas se egualavam.

Uma chronica manuscripta do mosteiro de Belem, diz que por muito tempo se deu o nome de *praia das Lagrimas* á do Restello, e d'ahi tirou a noticia, que nol-'a deu, quem viu a referida chronica.

Em 20 de setembro de 1551, el-rei D. João III fez trasladar os restos mortaes de seu pae e de sua mãe a rainha D. Maria, segunda mulher d'el-rei D. Manuel, para a egreja nova, quando esteve concluida, e ahi foram postos em uma sepultura decente, mas rasa, que D. Antonio Caetano de Sousa descreve assim:—«Uma cova formada de pedraria com «um poyal de pedra no meio, com sua porta e fechadura «mourisca, e em cima do poyal de pedra, uma tumba for«rada de setim branco; por fóra havia um estrado forrado «de tela de oiro, com umas grades ao redor, forradas do «mesmo, com uma franja por cima.»

Foi durante a regencia da rainha D. Catharina, que os despojos mortaes do fundador do mosteiro foram collocados no mausoleu de marmore onde descançam, e no qual se lê um eloquentissimo epitaphio latino, composto pelo insigne André de Resende.

Segundo mausoleu.—Encerra os restos mortaes da rainha D. Maria, segunda mulher d'el-rei D. Manuel. Nasceu em Cordova a 29 de junho de 1482, e falleceu em Lisboa a 7 de março de 1517. Foi filha de D. Fernando, rei de Aragão, e de D. Isabel, rainha de Castella. Casou em Alcacer do Sal aos 30 de outubro de 1500. Foi depositada no convento da Madre de Deus, em Xabregas, e d'ali foi trasladada para a egreja de Belem, a 19 de setembro de 1551, para uma sepultura rasa, egual á que acima descrevemos, da qual passou para o tumulo onde agora está, na

mesma occasião em que foi trasladado o cadaver de seu esposo. O seu mausoleu tem um epitaphio, composto egualmente por André de Resende.

Primeiro mausoleu, á parte da epistola.—N'elle estão os despojos mortaes d'el-rei D. João III. Nasceu em Lisboa a 6 de junho de 1502, segundo filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria. Falleceu nos paços da Ribeira, em Lisboa, aos 19 de junho de 1557, com 55 annos de edade e 35 de reinado. O epitaphio que se lê no seu mausoleu é egualmente obra de André de Resende.

Segundo mausoleu.—Aqui repousam as reliquias da rainha D. Catharina, mulher d'el-rei D. João III. Nasceu em Torquemada a 14 de janeiro de 1507. Foi filha de Filippe I de Castella e da rainha D. Joanna. Casou em Estremoz a 5 de fevereiro de 1525, e falleceu em Lisboa a 12 de fevereiro de 1578. Ella mandou fabricar o seu mausoleu egual aos do seu esposo e de seus paes, e n'elle está um epitaphio do mesmo modo composto por André de Resende.

A rainha D. Catharina foi grande bemfeitora do mosteiro de Belem. Abaixo daremos mais noticias a seu respeito.

Debaixo do sacrario de prata do altar havia tres caixões com os restos de tres pessoas reaes.

No caixão do meio estava o cadaver d'el-rei D. Affonso VI. Nasceu em Lisboa a 21 de agosto de 1643. Foi filho d'el-rei D. João IV e da rainha D. Luiza, e morreu preso, no palacio de Cintra, aos 12 de setembro de 1683, com 40 annos de edade, e 27 de reinado, a maior parte nominal. Foi el-rei D. Affonso VI quem offereceu e votou o magnifico sacrario chapeado de folha de prata lavrada de bestiães, á Senhora de Belem, quando achando-se no sitio de Belem, a divertir-se, lhe trouxe Simão de Vasconcellos a noticia da victoria do Ameixial, a 8 de junho de 1663.

El-Rei D. Pedro II, sendo regente, cumpriu o voto do irmão, e no anno de 1675, deu ao convento o dito sacrario.

O cadaver d'el-rei D. Affonso VI, em 1855, foi trasladado para o jazigo da Casa de Bragança, em S. Vicente de Fóra.

Em Belem está o tumulo que el-rei D. Pedro II mandou fazer para encerrar os restos do desditoso irmão, a que roubou a mulher e a corôa.

No caixão do lado direito estava o principe D. Theodo-

sio. Nasceu em Villa Viçosa a 8 de fevereiro de 1634, e morreu no palacio de Alcantara a 15 de maio de 1653. Foi filho primogenito d'el-rei D. João IV e da rainha D. Luiza. Cedeu á fatal estrella que parece presidir aos destinos dos primogenitos dos nossos reis, que poucos foram os que chegaram a reinar, e morreu contando apenas 19 annos.

Será curioso pormos aqui uma nota dos monarchas aos quaes não succederam os primogenitos.

A el-rei D. Affonso Henriques, succedeu o infante D. Sancho, filho segundo.

A D. Sancho II, succedeu o terceiro filho D. Affonso.

A D. Affonso III, succedeu o segundo filho D. Diniz, porque o primogenito, D. Fernando, morreu menino.

A D. João I, succedeu o segundo filho D. Duarte, porque o infante D. Affonso, primogenito, morreu de pouca edade.

A D. Affonso V, succedeu o principe D. João, segundo filho; o primogenito do mesmo nome, morreu menino.

A D. João II, succedeu seu primo D. Manuel, porque o principe D. Affonso, unico filho d'aquelle monarcha, morreu desastrosamente, da queda de um cavallo, nas margens do Tejo, junto a Santarem, tendo apenas 16 annos de edade, e oito mezes de casado com a infanta D. Isabel, filha de Fernando, o *Catholico*.

A el-rei D. Manuel, succedeu o principe D. João, filho primogenito do segundo matrimonio, por ter fallecido o principe D. Miguel da Paz, primogenito do primeiro matrimonio.

A D. João III, succedeu seu neto o infante D. Sebastião, tendo fallecido seu pae, e os outros filhos ante-genitos de D. João III.

A D. João IV, succedeu o infante D. Affonso, segundo filho.

A D. Pedro II, succedeu o infante D. João, segundo filho.

A D. João V, succedeu o infante D. José, segundo filho.

O sr. D. José não teve filhos do sexo masculino, succedeu-lhe a primogenita, a princeza D. Maria, quebrando-se n'ella o fatal condão dos primogenitos.

Á sr.ª D. Maria I, succedeu o principe D. João, segundo filho.

Ao sr. D. João VI, succedeu o principe D. Pedro, segundo filho.

Á sr.ª D. Maria II, succedeu o primogenito o sr. D. Pedro V, durando o seu reinado apenas oito annos, tão cheio de calamidades, e vindo a morrer quando apenas contava 24 annos de edade. Disse-se que este monarcha se preoccupava com a idéa de que os primogenitos da casa real de Portugal não chegavam a reinar.

O padre fr. Diogo de Jesus do mosteiro de Belem, compoz um epitaphio para o mausoleu do principe D. Theodosio, que achamos em um manuscripto.

No caixão do lado esquerdo, estavam os restos mortaes da infanta D. Joanna, filha de D. João IV e da rainha D. Luiza. Nasceu em Villa Viçosa a 18 de setembro de 1636, e morreu a 17 de novembro de 1653, e, como seu irmão o principe, na flor dos annos. Tambem fr. Diogo de Jesus compoz um epitaphio para o seu mausoleu.

Na capella do cruzeiro do lado do Evangelho, estão cinco mausoleus.

No altar da capella está o que encerra os restos mortaes do cardeal rei D. Henrique. Nasceu em Lisboa a 31 de janeiro de 1512, e morreu em Almeirim a 30 de janeiro de 1580, com 68 annos de edade, e cinco de reinado, o mais calamitoso que houve em Portugal. Foi filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria.

No anno de 1582 foi o seu cadaver trasladado de Almeirim para Belem, por ordem do intruso Philippe I, e mettido em um sepulchro de madeira; e fr. Diogo de Jesus compoz um epitaphio para o seu mausoleu. Em 1682 foi tirado do sepulchro de madeira e posto no mausoleu em que ora está, feito por ordem d'el-rei D. Pedro II. O epitaphio, que lá se lê, dizem que é composição do marquez de Alegrete.

O segundo mausoleu, que está do lado do Evangelho, é do cardeal infante D. Affonso. Foi filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria. Nasceu em Evora, a 23 d'abril de 1509, e morreu em Lisboa a 21 de abril de 1540. Foi sepultado na Sé de Lisboa, como ordenára, mas em 1551 foi trasladado para Belem, com os outros membros da sua familia, já fallecidos. O mausoleu foi ordenado pela rainha D. Catharina, e concluido no tempo d'el-rei D. Sebastião. O epitaphio que n'elle se lê é composição do monge fr. Diogo de Jesus.

O cardeal infante D. Affonso teve estes cargos; — bispo

da Guarda e de Vizeu, arcebispo de Lisboa, perpetuo administrador do bispado de Evora, abbade commendatario de Alcobaça, prior-mór de Santa Cruz de Coimbra; e gosava, além d'estes, de outros beneficios ecclesiasticos. E sobre isto, ainda sendo menino, havia sido creado cardeal, e aos dezesete annos recebeu o barrete cardinalicio. Dizem que foi principe mui instruido, tendo tido os melhores mestres, como Ayres Barbosa e Pedro Margalho.

No segundo mausoleu, do mesmo lado, jaz o infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria. Nasceu na villa de Abrantes, a 5 de junho de 1507, e ahi mesmo falleceu, a 7 de novembro de 1534. Foi depositado em seu jazigo, com a infanta sua consorte, na egreja dos dominicos d'aquella villa, até que em 1582, por ordem do intruso Filippe, veiu para Belem, ficando em Abrantes os restos mortaes de sua esposa, porque esta fôra sua vontade. Filippe I quiz juntar em Belem toda a descendencia de D. Manuel. (Vide vol. 2.º do *Summario* pag. 125).

No mesmo mausoleu jaz o infante D. Antonio, egualmente filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria. Nasceu em Lisboa a 9 de setembro de 1516, e morreu pouco tempo depois; e d'este parto se originou a morte da rainha sua mãe.

O mausoleu tem um epitaphio obra tambem do monge fr. Diogo de Jesus.

No primeiro mausoleu do lado da epistola estão os restos mortaes do infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria.

Nasceu na villa de Abrantes, a 3 de março de 1506, e falleceu na quinta de Marvilla, junto a Lisboa, em 27 de novembro de 1555. Dizem quasi todos os historiadores, que a quinta, onde falleceu o infante, pertencia ao conde de Linhares e n'ella se erigiu um mosteiro de religiosas da ordem de Santo Agostinho, proximo de S. Bento de Xabregas, e são as religiosas denominadas do Grilo.

O infante D. Luiz occupou um logar distincto na nossa historia. Foi homem instruido; comprazia-se na conversação dos sabios; estudou as mathematicas com o famoso Pedro Nunes; foram seus secretarios Lourenço de Caceres e Jeronymo Osorio. Acompanhou seu cunhado, o imperador Carlos V, na expedição contra a Goleta e Tunes, com a ar-

mada que el-rei D. João III enviou como auxiliar n'aquella expedição, e ahi foi o fallado galeão *S. João Baptista*, que jogava 366 peças de bronze, e tinha na proa um talhamar ou esporão d'aço fino, com o qual cortou a grossa cadeia, que Barba Roxa fizera na enseada para defeza da Goleta. N'esta empresa o infante obrou acções que lhe grangearam fama de discreto e valoroso.

Não chegou a casar, sem embargo de muitos projectos de casamentos, que se entabolaram com differentes princezas. É curiosa a relação dos seus projectos matrimoniaes malogrados; foi o primeiro com a princeza Hedwiges, filha de Segismundo, rei da Polonia; depois com a princeza Christina, filha de Christiano II, de Dinamarca, que era já viuva de Francisco Sforza, ultimo duque de Milão; depois com uma filha do Francisco I, de França, casando o filho d'este com a infanta D. Maria, irmã do mesmo infante D. Luiz;— e depois a infanta D. Maria, sua sobrinha, filha d'el-rei D. João III, seu irmão. Embaraçou este consorcio a rainha D. Catharina porque queria casar a infanta com Filippe de Castella, o que se verificou, para maior desgraça do paiz. Isto naturalmente estava nos planos da perdição de Poriugal já premeditados. Egualmente o infante esteve para casar com a princeza D. Maria, filha de Henrique VIII de Inglaterra, que depois foi rainha d'esse reino. Afinal tratou-se o seu casamento com a infanta D. Maria, sua sobrinha, filha do infante D. Duarte, a qual veiu a casar com o duque de Parma. E até uma princeza, filha do rei de Marrocos, pretendeu o infante para seu marido.

Refere o historiador do infante, que este se correspondia amorosamente com a princeza moura; e que ella lhe escrevera, quando el-rei D. João III não consentira que elle voltasse a Africa, dizendo-lhe que se precisasse dinheiro para fazer a jornada, ella lho mandaria, e tanto que poderia fabricar uma ponte de prata e de oiro, de Lisboa a Marrocos. Conto das *Mil e uma noites!*

Teve casa, com grandesa real, pois, no anno em que falleceu, além dos officiaes e pessoas de distincção do seu serviço, tinha 632 moradores.

O infante começou a edificação do palacio de Salvaterra, villa de que era senhor, assim como de Serpa, Moura, Covilhã e Beja, de que teve o titulo de duque: foi o 17.º prior do Crato.

O infante D. Luiz, como diz o seu historiador, o conde de Vimioso, teve os attributos de rei, sem a fortuna de reinar.

Attribue-se-lhe o *Auto de D. Duardos*, que anda nas obras de Gil Vicente, escripto em versos castelhanos, o que não é exacto. Teve amores com uma mulher mui formosa, chamada Violante Gomes, a qual tinha a alcunha da *Pelicana*, pela sua mesma formosura, e d'esta mulher houve o infante D. Antonio, que foi pretendente á corôa de Portugal, e lá morreu em França.

No mesmo mausoleu jaz o infante D. Carlos, filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, sua terceira mulher. Nasceu em Evora a 18 de fevereiro de 1520, e morreu a 15 de abril de 1521.

Este mausoleu foi principiado na regencia da rainha D. Catharina e concluido no reinado de D. Sebastião. Tem um epitaphio do monge fr. Diogo de Jesus.

No segundo mausoleu, do lado da epistola, repousa o infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria. Nasceu em Lisboa a 7 de setembro de 1515, e morreu a 20 de outubro de 1540. Foi casado com D. Isabel, filha do duque de Bragança, D. Jayme. Este mausoleu, como os demais, foi determinado e começado pela rainha D. Catharina.

Com elle jaz sua irmã a infanta D. Maria, que nasceu pelos annos de 1511, e morreu em Evora, em 1513. O epitaphio é tambem de fr. Diogo de Jesus.

Na capella do cruzeiro, do lado da epistola, ha egualmente cinco mausoleus, e no que está no topo da capella, jazem os restos mortaes, que se diz serem d'el-rei D. Sebastião. Nasceu em Lisboa a 20 de janeiro de 1554. Foram seus paes o principe D. João, filho d'el-rei D. João III, e da rainha D. Catharina, e a princeza D. Joanna d'Austria, filha do imperador Carlos V, e de sua mulher D. Isabel de Portugal. Morreu na batalha de Alcacerquibir, em 4 de agosto de 1578, e ahi abriu com a espada a sepultura do reino e da corôa, que herdára para desgraça d'esta terra. Dizem que os seus restos mortaes foram trazidos do campo da batalha para a cidade de Ceuta, onde estiveram depositados na capella-mór do convento da Trindade, d'onde foram trasladados para o Algarve, e d'ahi para Lisboa, em 1582, sendo rei o intruso Filippe I de Castella. Foi mettido em um sepul-

chro de madeira, coberto de seda, e posto n'esta mesma capella.

Em 1682 foi trasladado para o actual mausoleu, que mandou fazer el-rei D. Pedro II. A trasladação fez-se á porta fechada, assistindo só os conselheiros d'estado, os officiaes da casa real e os religiosos do mosteiro. Aberto o caixão, foram achados os ossos, que se diz serem do desditoso e imprudente rei, mettidos em um sacco de panno de linho atado com uma fita preta. De tudo se lavrou termo. Os ossos foram mettidos em outro sacco, que se encerrou no mausoleu. O epitaphio dizem que é do conde da Ericeira.

O primeiro mausoleu do lado do Evangelho contém os ossos do principe D. João, pae d'el-rei D. Sebastião e filho dos reis D. João III e D. Catharina. Nasceu na cidade de Evora, a 3 de junho de 1537, e morreu a 2 de janeiro de 1554, contando apenas 16 annos de edade. Foi jurado principe herdeiro, nas côrtes de Almeirim, celebradas a 30 de março de 1544, e n'este mesmo anno se ajustou o seu consorcio com a princeza D. Joanna, filha do imperador Carlos V e de sua mulher a imperatriz D. Isabel, filha d'el-rei D. Manuel. Recebeu-se, por procuração, na cidade de Toro, aos 11 de janeiro de 1552. Em novembro do mesmo anno passou a princeza a Portugal, e se ratificou o consorcio na Sé de Lisboa.

No mesmo tumulo jaz o principe D. Manuel, filho d'el-rei D. João III e da rainha D. Catharina. Nasceu em Alvito, no 1.º de novembro de 1531 e morreu em Evora, a 14 de abril de 1537. Foi jurado principe herdeiro do throno a 13 de junho de 1536. O epitaphio é de fr. Diogo de Jesus.

O segundo mausoleu do lado do Evangelho contém os ossos do principe D. Affonso, filho d'el-rei D. João III e da rainha D. Catharina. Nasceu em Almeirim a 24 de fevereiro de 1526. Morreu de tenra edade. Foi o primogenito.

Com elle jaz o infante D. Filippe, seu irmão. Nasceu em Evora a 25 de março de 1533. Pela morte de seus irmãos, foi tambem jurado herdeiro da corôa; morreu porém, em curta edade, a 29 de abril de 1539. O epitaphio é de fr. Diogo de Jesus. O mausoleu, como os outros, foi ordenado pela rainha D. Catharina.

O primeiro mausoleu do lado da epistola tem os ossos do infante D. Antonio, filho d'el-rei D. João III e da rainha

D. Catharina. Nasceu, em Lisboa, a 9 de março de 1539, e morreu a 20 de janeiro de 1540.

Com elle jaz seu irmão o infante D. Diniz. Nasceu em Evora aos 16 de abril de 1535, e ahi morreu no 1.º de janeiro de 1537.

Tanto estes infantes como os antecessores, e os que seguem, estiveram depositados em sepulturas rasas na egreja velha, e em 1551 passaram para a nova até que foram postos nos mausoleus onde ora estão. O epitaphio é de fr. Diogo de Jesus.

O segundo mausoleu do lado da epistola contém os ossos das infantas D. Isabel e D. Brites.

Nasceram em Lisboa, a primeira a 28 de abril de 1529, e a segunda a 15 de fevereiro de 1530, e ambas morreram meninas. O epitaphio é de fr. Diogo de Jesus.

Na mesma capella, e em um altar do lado da epistola, proximo ao mausoleu de D. Sebastião, está um caixão, o qual contém os restos mortaes da infanta D. Catharina, rainha da Grã-Bretanha, por ter sido casada com o rei Carlos II. Era filha d'el-rei D. João IV e da rainha D. Luiza. Nasceu em Villa Viçosa, a 25 de novembro, e morreu, no paço da Bemposta, que edificou, a 31 de dezembro de 1705. Casou no anno de 1661, e veiu para Portugal no de 1693. Em 1704 foi declarada regente, durante a enfermidade d'el-rei D. Pedro II, seu irmão. Foi esta princeza quem introduziu o costume de virem paquetes inglezes, com regularidade, ao porto de Lisboa, gosando de certas regalias.

No pavimento da mesma capella, em sepultura rasa, mas um pouco levantada do pavimento, jaz D. Duarte, filho d'el-rei D. João III e de D. Isabel Moniz, moça da camara da rainha D. Leonor, terceira mulher de el-rei D. Manuel, e filha de um homem, que chamavam o Cairama, alcaide de Lisboa. Nasceu no anno de 1521, e morreu de bexigas, no paço das Estaos, de Lisboa, a 19 de novembro de 1543.

Este sujeito, em verdes annos, teve todos estes beneficios — prior-mór de Santa Cruz de Coimbra, abbade de S. Miguel de Refoios, de Basto, da ordem de S. Bento, de S. Martinho de Caramos, e de S. João de Longavaros — succedeu a D. fr. Diogo da Silva no arcebispado de Braga, tendo apenas 21 annos de edade, morreu, porém, antes de ser sagrado. Foi logo depositado na egreja velha, e em 1551 quando se fizeram as outras trasladações, trasladado para

a nova, e para o logar que hoje occupa. A campa tem epitaphio, obra de fr. Diogo de Jesus.

Parece que este filho bastardo de D. João III tinha vasta instrucção e notavel talento. Principiou a escrever em latim a historia dos reis de Portugal, de que o erudito Nicolau Antonio, diz ter lido em Roma, varios fragmentos; e D. Antonio Caetano de Sousa traz, nas *Provas* da sua *Historia Genealogica*, uma oração, que este D. Duarte compoz e recitou no mosteiro da Costa, da ordem de S. Jeronymo, sobre o estudo e o amor da philosophia, que mostra bastante erudição e solido pensar.

Não estão sepultadas no mosteiro de Belem outras pessoas de sangue real.

No corpo da egreja, junto ao degrau do cruzeiro, vê-se como uma sepultura, com campa de madeira; ali foi sepultado o terceiro cardeal patriarcha de Lisboa D. Francisco, que falleceu no palacio da Junqueira no 1.º de novembro de 1776; e em sepultura proxima está o quarto cardeal patriarcha D. Fernando, que falleceu, tambem no palacio da Junqueira, a 12 de abril de 1786 e foi sepultado como clerigo pobre, por assim o determinar em seu testamento.

Quando, em 1844, se fizeram varios arranjos no templo, para o baptisado da senhora infanta D. Antonia, estava sobre a sepultura do patriarcha D. Francisco um estrado que se levantou, e descobriu então a sepultura inteiramente vasia: ignorâmos se os ossos foram tirados ou removidos para outra parte.

No carneiro por baixo do altar do claustro, que era de S. Jeronymo, jaz o ministro dos negocios da marinha, Martinho de Mello e Castro, que morreu em 21 de março de 1795.

II

Segundo se vê de um papel, que pertenceu ao mosteiro de Belem, teve o mosteiro e a ordem tres chronistas, que ou deixaram trabalhos completos, ou copiosos apontamentos para a historia da sumptuosa fabrica d'el-rei D. Manuel. Os tres chronistas foram — fr. Diogo de Jesus, que fez quasi todos os epitaphios dos reaes mausoleus, e que falleceu em 1672; — fr. Manuel Baptista de Castro, que morreu no anno de 1750; — e fr. Jacinto de S. Miguel, fallecido em

1763. Este ultimo, além do que escreveu, annotou a chronica de fr. Manuel Baptista de Castro.

Estas chronicas perderam-se. É certo que temos ouvido dizer que um individuo, residente em Belem, houvera por compra uma das ditas chronicas, que guarda com muito recato, e egualmente nos consta, que uma outra chronica fôra comprada por um sujeito de Lisboa.

Seja como for, é certo que a falta de taes manuscriptos é mui sensivel, pois n'elles sem duvida se achariam interessantes noticias, que existiam só por tradição, e que se perderam ou se desfiguraram com o andar dos tempos.

O sr. Warnhagen, que foi tão minucioso vasculhador de noticias, para escrever a sua *Noticia historica e descriptiva* d'este mosteiro, não pôde vencer as difficuldades que lhe oppunha a falta de documentos e informações. O ponto que respeita ao architecto do mosteiro, permanece indeciso. A tradição constante no mosteiro, o testemunho d'aquelles chronistas, um dos quaes escreveu nos primeiros annos do seculo XVII, fr. Diogo de Jesus, attribue a traça do edificio e a direcção dos primeiros trabalhos a Diogo Putacha, architecto allemão; e o sr. Warnhagen não acha rasão plausivel para acreditar que esse architecto fosse o primeiro de Belem, e crê que fosse João de Castilho, posto que não affirma isto positivamente. Achou este diligente escriptor um documento, na torre do tombo, pelo qual consta que el-rei D. João III, por alvará de 23 de setembro de 1522, manda pagar ao dito João de Castilho mil cruzados, por conta da empreitada com elle ajustada, para a construcção das abobadas e pilares do cruzeiro da egreja.

Mas nem este documento, nem mesmo o facto de João de Castilho andar empregado nas obras d'el-rei D. Manuel, bastam para provar que fosse elle quem désse a traça para o edificio, e dirigisse no principio as obras.

Consta que foi a 6 de janeiro de 1501, que se lançou a primeira pedra, na porta principal do magnifico mosteiro, e que os alicerces se começaram no anno de 1499. E' de crer que el-rei D. Manuel não emprehendesse similhante obra sem haver um risco, e sem ter architecto que a dirigisse. Ora, diz o sr. Warnhagem, que João de Castilho talvez fallecesse pelos annos de 1560. Que edade teria elle quando morreu? Se foi quem deu a traça do mosteiro, deveria ter acabado a vida em edade bastante avançada. Não

é crivel que elle podesse dar o plano para tamanha obra, antes dos 20 a 25 annos, e se falleceu em 1560, n'esta data deveria ter 81 a 86 annos de edade, suppondo que em tão verdes annos tivesse cabedal artistico para tanto.

Na falta de documentos authenticos, acceitando as datas designadas pelo sr. Wanhagen, achâmos plausiveis rasões para acreditar que João de Castinho não foi o primeiro architecto do mosteiro de Belem, nem para elle deu a traça. E se não foi Diogo Putacha, allemão, ou João Potasso, italiano, outro seria, de que não ficou memoria. O que nos parece, é que não póde attribuir-se a João de Castilho.

De uma memoria, que a communidade de Belem redigiu para responder a um regio aviso sobre a pretenção da real junta da marinha, que pretendia aproveitar as arcadas para armazens, sem pagar renda ao mosteiro, transcrevemos o que segue, que depois anotaremos:

«Desde o anno de 1499, em que se principiaram os alicerces do mosteiro de Belem, até ao anno de 1521, em que falleceu o sr. rei D. Manuel, é tradição firme, que o insigne architecto allemão (Diogo Putacha) dirigiu o plano de todas as obras que se fizeram no referido periodo, taes são, o corpo da igreja, o claustro, refeitorio, e a arcada em que está o dormitorio. É tambem tradição firme e apoiada em monumentos que ainda se observam, que os dormitorios e officinas para a communidade se deviam construir pelo dito plano á direita do claustro, e que a arcada devia servir de transito do palacio para a tribuna da igreja (uso bem differente «pela sua nobreza» d'aquelle a que a real junta da marinha livremente tem pretendido applical-o desde a sua origem). Porém falleceu o monarcha, falleceu o insigne architecto, e das obras do primeiro plano só ficaram as especificadas, que se remataram com muita irregularidade do modo que hoje se observa.

«Entrou o sr. rei D. João III no seu governo, e intentou satisfazer ás ultimas recommendações que o sr. rei D. Manuel lhe fez sobre o complemento das obras de Belem; mas ou fosse por haver morrido o primeiro architecto, ou por evitar grandes despezas, ou por algum motivo que se ignore, é certo que no tempo dos regentes de seu neto, o sr. rei D. Sebastião, e no primeiro anno do governo d'este, que corresponde ao anno de 1569, as obras, supposto não se-

guissem o mesmo gosto de architectura gothica, nem o vasto plano do primeiro fundador, comtudo foram continuadas em remate, até que pela resolução tomada em conselho de estado, na cidade de Evora, no dito anno, se ordenou que se não fizessem mais obras em Belem.

«D'aqui nasce o motivo por que se observa a capella-mór da egreja de Belem sem proporção com o corpo da egreja, e differente gosto de architectura; porque parte da abobada do côro e dos claustros superiores é rematada por differente maneira; porque não sahiram dos alicerces o segundo claustro e dormitorios, em que devia residir a communidade, nem as officinas proprias, que deviam formar uma parte essencial do mosteiro para suas accommodações e economias domesticas; porque se aproveitou o adro que devia servir de entrada á porta principal do mosteiro; d'aqui nasce finalmente o motivo por que se assentou o dormitorio para accommodação da communidade sobre a arcada que devia servir de transito do palacio, que se não fez, para a tribuna da egreja, e porque se converteu a mesma arcada, tapando os arcos para servirem de officinas da mesma communidade, taes são as portarias, dispensa, botica, celleiros, adega, quartos de criados, palheiros, etc.»

Parece-nos que todos aquelles, que têem escripto ácerca do mosteiro de Belem, têem passado por alto sobre a verba do testamento d'el-rei D. Manuel, na qual recommenda a continuação da sua obra predilecta.

Diz a referida verba assim:

«Item, eu tenho dado em minha vida a N. Senhora de «Belem, a vintena do dinheiro das partes da Mina, e a vin«tena das mercadorias e cousas das partes da India, sómen«te, e não do meu, segundo é declarado em sua doação; «encommendo que lhe não seja tirado, até se acabar, pela «dita renda, a casa na fórma em que o tenho ordenado, e «mandado fazer, *e que responda toda a obra com a que está «começada no dormitorio*, o qual mandava fazer para cem «frades, e acabada a dita obra, encommendo que se dê na «dita ventena tanta reuda como abaste para a mantença dos «ditos confrades e necessidades da casa. Porém, dando «N. Senhor tanta largueza na fazenda, por que se bem «possa fazer, encommendo que para se este mosteiro mais

«cedo acabar, se lhe aparte, alem da dita renda, alguma «mais somma, tanto como se bem possa fazer, e o soffrer «a fazenda, em maneira que com isso se possa acabar esta «casa o mais cedo que possivel seja, porque assim por mi«nha devoção, primeiramente, e depois por ahi haver de «ser o meu jazigo, assim folgarei muito que se faça, e en«commendo muito que assim se cumpra, como por este ca«pitulo o declaro.»

El-Rei D. Manuel fez o seu testamento no mosteiro de Pera Longa ou Penha Longa, de S. Jeronymo, a 7 de abril de 1517.

Onde ficava o dormitorio começado já no anno de 1517, e que el-rei D. Manuel apresentava, como modelo para a continuação da sua obra? Consta que ha annos foram arrancados uns poderosos alicerces da banda da rua de S. Jeronymo, e que se suppõe seriam do primitivo dormitorio. Mas em que se funda esta supposição, na falta de testemunho authentico que a auctorise?

É sabido que nas construcções dos conventos sempre se procurava a melhor, mais vistosa, e mais desafogada exposição para os dormitorios. De certo que, em Belem, não seria, a que se aponta, a que mais estivesse n'aquellas circumstancias; antes se deve suppor, que se teria escolhido a que olha para o sul, porque d'ahi desfructavam os frades o panorama do rio e da barra, era mais sadia, e acaba com vista para o lado do poente, combinando assim todas as vantagens de uma boa e aprasivel accommodação. É certo que, se a arcada, evidentemente da primitiva construcção, sobre que assentava o dormitorio hoje demolido, tivesse sido construida para sobre ella levantar o dormitorio, conforme a traça da fundação, prejudicava a entrada principal do templo, e deixava apenas um pequeno adro em frente d'essa porta. Mas este defeito subsistia e subsiste do mesmo modo, sendo a dita arcada destinada a sustentar um corredor que communicava de um supposto palacio para a egreja, ou para servir de hospedaria aos peregrinos, para o que era grandioso de mais.

Parece um absurdo julgar que a arcada devia sustentar um corredor, ou hospedaria, e por isso entendemos que o moderno dormitorio estava no mesmo logar que desde o principio, e conforme o risco primitivo, era para esse fim destinado.

Além de que, ao tempo, em que el-rei D. Manuel fez o seu testamento, já o *dormitorio estava começado;* logo não devia achar-se só nos alicerces; a construcção devia ir adiantada, pois que o fundador do mosteiro a apresentava como modêlo para a continuação.

Contrariamos opiniões recebidas; mas, na falta de documentos que provem o contrario, parece-nos a nossa a mais rasoavel.

A porta principal olhava para oéste, mas a que olha para o sul, pela sua amplidão, pela riquesa da sua estructura e da sua ornamentação, mostra que o architecto a considerava na verdadeira, ou na mais nobre frontaria da egreja, e a destinava para a entrada mais concorrida.

O actual reverendo prior da freguezia de Belem, que foi frade do extincto mosteiro, nos affirmou que ao tempo da extincção do mosteiro, ali existia a planta da primitiva traça, e que fôra, como tantos outros objectos preciosos, ou furtada, ou rasgada, ou servira de brinquedo aos rapazes da casa pia, logo que esta para ali foi transferida; por mais de uma vez representára contra a desvastação da livraria e dos orgãos, mas que se lhe respondia com um sorriso ironico: — «Então pensa que os fra«des voltam?» A resposta era propria dos vandalos d'aquelle tempo.

Os frades não voltavam, é certo; mas tambem não voltavam nem se readquiriam tantas preciosidades, tantos documentos importantes, cuja destruição era auctorisada pela mais supina ignorancia, e pelo mais criminoso desleixo. Desappareceram pois os magnificos livros do côro, cujas folhas serviram para fazer barretinas e bonecos dos rapazes da casa pia; sumiram-se valiosos documentos; estragaram-se os orgãos, um dos quaes é mui notavel; e emfim os barbaros tiveram o prazer de destruir, á sua vontade, e com applauso de quem dirigia a casa pia, e indifferença do governo.

Se por ventura existisse a planta da primitiva traça, desvanecer-se-hiam muitas duvidas, e não seria licito a cada um compor a obra de D. Manuel a seu bello prazer.

Parece-nos pois que o dormitorio estava no mesmo sitio, onde o pozera o architecto que delineou o risco do edificio, do qual só existiam as arcadas, ao tempo em que el-rei D. Manuel fizera o seu testamento. Que era obra grandiosa ninguem o póde contestar; e hoje que se

procede á restauração do edificio, já se começa a comprehender o que poderia ter sido, se fôra acabada conforme a recommendação do fundador. Existiam apenas os gigantes e tres janellas no estylo manuelino; tudo o mais era obra á romana, na parte em que mostrava certa regularidade, e na outra parte parecia uma accumulação de casebres.

Desde que se acabou o cruzeiro, toda a mais obra foi a modo de remendos; não se distingue mais o pensamento que devia ter inspirado o architecto que a traçou por mandado do fundador. Nos vinte e um annos que durou a edificação do mosteiro, em vida d'el-rei D. Manuel, fizeram-se, como fica dito, o corpo da egreja, o claustro, o refeitorio e a arcada em que estava o dormitorio; e é n'estas partes, e ainda no cruzeiro, feito logo depois da morte do fundador, que apparece mais puro e uniforme o estylo primitivo; depois ou são arremedos, ou obra disparatadamente romana.

Julgamos, portanto, que não é desacertado suppor, que a arcada foi desde seu principio destinada ao dormitorio. E se, com estas nossas observações, provocarmos alguem a demonstrar o contrario com melhores argumentos dos que se acham nos differentes escriptos sobre o mosteiro de Belem, teremos feito algum serviço á historia do mosteiro,

Confessamos, que o que temos lido, não possue bastante peso para mudarmos de opinião.

Em gravuras do principio do seculo passado, apparece o dormitorio com um aspecto regularissimo. Na obra de D. Juan Alvarez de Colmenar, intitulada: *As delicias de Hespanha e Portugal, impressa em 1707* se acha uma vista do mosteiro de Belem, da qual naturalmente foi copiada a que pozeram no *Almanach* de 1794, pois que é exactamente a mesma.

Vê-se n'esta estampa que a architectura do mosteiro era regularissima; todas as janellas mostram ter sido de sacada, sem se notar nenhuma das excrescencias que ultimamente havia, formando como casinholas sobre casinholas.

Todavia apresenta uns arcos mais elevados por baixo das janellas conventuaes, o que não é exacto; e na extremidade occidental ha uma parte sem arcos, e com janellas mais rasgadas, o que tambem não é exacto. Ora, não é de crer, que em 1794, a frente do dormitorio offerecesse a regularidade que mostra a estampa gravada em 1707, e por isso

não lhe damos credito, porque a nosso vêr foi feita sem escrupulo. Atravez da irregularidade que existia na frente do dormitorio descortinava-se um plano regular, alterado por successivas construcções, umas do tempo dos frades, e outras, cremos nós, já depois de ali estabelecida a casa pia.

Os frades estavam mal accommodados no dormitorio; as cellas eram pequenas e não chegavam para aposentar os moradores d'aquelle mosteiro, e por isso elles iam levantando novos aposentos, mas isto, nos parece, principiou antes de 1794.

Já Siguensa, o chronista da ordem, dizia em 1605 que a frente do dormitorio era mui simples e desornada, sem harmonisar com o resto do edificio. E com effeito as recommendações d'el-rei D. Manuel foram perdidas. Os que vieram depois d'elle, os que succederam ao architecto que soubera interpretar o seu pensamento, e traduzir na pedra os nobres e grandes feitos, que a obra commemorava, já se distanciavam muito, apesar de serem os seus herdeiros, d'aquelles que haviam emprehendido tantas empresas heroicas, movidos só pelo amor da patria e da fé. A transformação moral começada no reinado de D. Manuel, desenvolveu-se espantosamente no reinado d'el-rei D. João III; a transformação artistica seguiu a moral. O rei poderoso que introduziu a inquisição, e os jesuitas n'este reino, os dois maiores flagellos, que o perseguiram, não podia entender a obra, que D. Manuel ideára em 1497. E tanto este monarcha sabia apreciar as empresas iniciadas pelo infante D. Henrique, que sempre mostrou pela memoria do nobre filho de D. João I, o maior respeito, e no seu testamento lhe erigiu perduravel monumento n'esta verba:

«Item encommendo que se fôr coisa, que se possam «mandar pagar algumas dividas, que ainda ahi ha n'estes «reinos, do infante D. Henrique, se paguem, porque sem «razão parece que quem tanto bem a elles trouxe, não lhe «pagarem suas dividas.»

III

A obra mais barbara que fizeram os continuadores e restauradores do mosteiro de Belem, foi sem duvida o porti-

co e o vestibulo da portaria. Mascararam o remate da porta principal, e não só o mascararam, mas cortaram-n'o, destruiram-n'o cruelmente. Quem foi o vandalo que mandou executar esta obra? Suppomos que seria el-rei D. João III ou a rainha D. Catharina. Pretende-se que a obra do portico será de 1699, reinando D. Pedro II, época em que se fizeram algumas restaurações no edificio, não nos inclinamos porém a esta opinião. Parece-nos que, apenas se póde attribuir a essa época o portal que separa o portico do vestibulo, e sobre o qual está a inscripção, porque evidentemente esse portal foi ali mettido sem relação alguma com a abobada, e conhece-se com algum exame, que é obra como que encaixada ali á força.

O portico e o vestibulo formam tres abobadas artesoadas por um estylo differente do que se encontra nas differentes partes do edificio primeiramente construidas. A segunda abobada corresponde á porta principal, e a terceira em pavimento mais elevado, para o qual se sobe por dois ou tres degraus, antecede a portaria.

Ora, vê-se que a abobada do portico se devia rematar naturalmente ligando-se com a segunda, mas é justamente na união das duas abobadas que metteram o alludido portal, bem se vêem os artesões de um lado e outro introduzidos na parede do portal, indicando que a abobada foi feita sem nenhum intento de ali se collocar uma porta.

Examinando o lavor dos artesões e escudetes, ou florões, conhece-se que são obra mais moderna; comtudo alguns florões são lavrados no estylo antigo, e ao centro da segunda abobada está um florão com uma legenda gothica. Na abobada do portico acha-se em um florão a era de 1540, e o seu lavor é antigo. Ainda se deve notar que os artesões da segunda abobada se rematam nos quatro cantos, sobre uns mostrengos de mui antigo lavor, dois em cada canto.

A face externa do portico é de architectura irregular, mas no lado de oeste está uma pilastra estriada, similhando algum do claustro. Na vista do mosteiro, a que alludimos acima, e foi publicada no anno de 1707, o portico termina em um frontão, com a sua cruz no alto, e dos lados um ornato cuja fórma não se define bem. Hoje não existe esse frontão, se é que o chegou a haver, e a frente do portico acaba em tres janellas, correspondentes a uma casa, que serve de gabinete do sr. provedor da casa pia.

Suppomos toda a obra do portico e vestibulo, menos o portal a que nos temos referido, do tempo de D. João III, e por ventura contemporaneo da capella-mór. O chronista da ordem, o frade castelhano Siguensa, diz que D. João III, — «acabou o antecôro e o dormitorio, a que faltava muito «por fazer, e fechou grande parte das capellas do claustro «alto.»

Os frades, no principio, não havendo communicação directa do dormitorio para o côro, precisavam descer ao adro para d'ahi subirem ao côro, é evidente que d'isto lhes resultava grande descommodo, e era natural procurarem meio mais facil para essa communicação. Ha quem pretenda compôr o antigo edificio n'esta parte, dizendo que a passagem do dormitorio para o côro se fazia por um passadiço sobre uma especie de arco botante, o que é frequente nos edificios dos seculos XIV e XV. É possivel que assim fosse, mas inclinâmo-nos a crer que desde que D. João III continuou as obras, se intentou ligar o côro com o dormitorio por um meio commodo, e por isso se fez, pelo menos, o vestibulo, embora mais tarde se fizesse o portico. Siguenza diz, que D. João III fizera o antecôro. Qual era a casa destinada ao antecôro? A que ficava sobre a capella que servia de jazigo aos irmãos dos Passos, e era fronteira á porta principal, e debaixo do primeiro arco? Parece-nos que o antecôro seria a propria sala, que depois se chamou dos *reis*, por n'ella se collocarem os retratos d'elles. É isto mais natural. Depois, provavelmente em tempo de D. Pedro II, se fez o tecto de talha, e se restaurou, como hoje a vemos, achando-se já feita a casa.

A capella, que servia de jazigo aos irmãos dos Passos, foi feita em 1671, segundo consta da inscripção, que ainda lá está, e a esse tempo inquestionavelmente estava já feito o vestibulo.

Como já se viu, ha nas abobadas do portico e do vestibulo indicios da época provavel da sua construcção, como a indicámos. É possivel que se aproveitassem os florões já lavrados, que ainda por ventura existissem, para os collocarem ali, é possivel que o florão com a era de 1540 tivesse tido outro destino, e a final ali o collocassem; é possivel que os mostrengos, que estão nos remates dos artesões da segunda abobada, tambem fossem lavrados para outro logar; mas é certo que depois de extincto o gosto da archi-

tectura gothica, nunca mais, nem mesmo nas restaurações, se empregou. Não acreditâmos que no tempo de D. Pedro II houvesse architecto com a velleidade de imitar por qualquer modo o estylo architectonico de Belem. Se o portico fosse obra d'esse tempo, seguiria forçosamente o estylo da época, como se vê no portal ridiculo, que encaixaram entre as duas abobadas, para fechar o vestibulo.

Portanto, á vista do estylo da capella-mór, que se diz concluida no anno de 1551, não é grande atrevimento suppôr, que o portico e vestibulo foram feitos no mesmo tempo que a obra do dormitorio, acabada por D. João III, e que a era de 1540, que se lê em um dos florões, se refere á época em que a mesma obra andava entre mãos, não tendo havido a passagem do dormitorio para o côro, pelo passadiço, sobre um arco botante.

Quem sabe se se chegou a concluir toda a fabrica do remate da porta principal? O facto de ficarem incompletas as torres, mostra que, depois da morte de D. Manuel, não se pensou mais em acabar a frontaria do lado do oeste, que aliás ficava prejudicada com a obra do vestibulo. E isto confirma ainda mais as nossas supposições.

Siguensa refere que a rainha D. Catharina mandára fazer a capella-mór, como hoje a vemos, porque a primeira era pequena e pobre, e differentes memorias dizem que o risco foi de João de Castilho: um manuscripto do convento affirma que a dita capella foi obra de João de Castilho e de Antonio de Real. Mui acanhada devia ser a primeira capella, porque a que se fez de novo é ainda pequena. Em quanto a ser pobre a primeira, parece que, se o cruzeiro foi obra de João de Castilho, deveria seguir o mesmo estylo na capella-mór. Em 1522 fazia elle a abobada e os pilares do cruzeiro; mas seria apenas empreiteiro obrigado a um risco determinado, ou seria o risco seu? O documento a que allude o sr. Warnhagen diz, que *se lhe davam 1:000 cruzados por conta da empreitada novamente ajustada* sobre o fazimento das abobadas e pilares do cruzeiro; não será pois arriscado suppor que João de Castilho se incumbiria de executar o risco de outro.

Emquanto á capella-mór, livre de quaesquer peias, poderia então entregar-se completamente ao novo estylo, que ia vencendo e subjugando o gothico. A transição é rapida do cruzeiro, para a capella-mór. É certo que era uma in-

novação, que naturalmente arrastaria apoz si, até os espiritos mais cultos, pela influencia da moda. Mas, para quem queria substituir a pequena e pobre capella-mór que primeiro se fizera, não foi feliz na traça da nova, porque é acanhada para tão amplo templo, e pobrissima na invenção. Aquelle espirito phantasioso que produziu os dois portaes do templo, o claustro, os pilares, mil arabescos, mil imaginações tão elegantes, e que sendo tão disparatadas, formam todavia um todo tão completo, esmoreceu depressa, para ser substituida pela monotonia, pela inspiração mesquinha, que desenhou a capella-mór. Repetimos, quem fez esta obra não admira que construisse o vestibulo e o portico; não admira que mascarasse e destruisse a parte superior da porta principal.

É de crêr que os partidarios do estylo romano se tornassem intolerantes e facciosos, e portanto não houvesse escrupulo de destruir, quando podessem, os primores gothicos.

IV

Desde longa data costumava a communidade do mosteiro de Belem arrendar os armazens da arcada por baixo do dormitorio. Já em 1684 ali houvera um incendio, occasionado pelo fogo que pegou nos brins e linhos, que o assentista ou fornecedor Domingos Gomes d'Abreu arrecadava em alguns d'aquelles armazens. O mosteiro arrendava então a parte da arcada, de que não carecia para as suas officinas, não só a fornecedores das armadas, mas até a outros particulares.

Foi em 1723 que a tanoaria real se estabeleceu na arcada de Belem, occupando um terço d'ella pelo que pagava réis 144$000 de renda, e que sempre pagou até ao anno de 1763. Em 1756, tambem a alfandega occupou uma parte da arcada e d'eila pagava renda ao mosteiro.

Ali estavam tambem os armazens de Guiné e India.

Em 1814 representou a communidade ao governo, que a real junta da marinha lhe era devedora da quantia de 8:050$000 réis, porque desde 1763 com difficuldade se tinham feito alguns pagamentos das rendas, e accrescentava a communidade, que muito carecia d'aquella somma, porque tinha de mandar reparar os estragos que as tropas

inglezas haviam feito em todo o mosteiro, quando n'elle estiveram aquarteladas, e nos cinco annos em que do mesmo modo ali esteve o hospital britannico, estragos que foram avaliados em 10:000$000 réis.

Os aquartelamentos de tropas em certos edificios contribuiram sempre para os damnificar consideravelmente. O soldado estraga e destroe, porque precisa entreter-se nas horas vagas. Não sabe o que faz, quando não obra por maldade.

A communidade mais tarde cedeu da divida proveniente da renda dos armazens, e pediu que d'ahi em diante se lhe pagasse regularmente, o que não aconteceu.

É evidente que as arcadas estavam fechadas já de ha muito, por quanto, se em 1681 arrendava os armazens, é de crêr que os rendeiros os quizessem fechados para guarda dos objectos armazenados, e estes arrendamentos deviam ter começado muito antes d'aquelle anno.

O que parece é que o estado aproveitou-se da arcada, e desde 1763 nunca mais pagou renda, ou apenas pagaria alguns annos, por muitas solicitações dos frades.

Ainda nos ultimos annos os armazens eram arrendados a particulares.

V

É o mosteiro de Belem o monumento que mais excita a curiosidade dos estrangeiros que vem a Lisboa. Nenhum visita esta cidade, que não vá logo admirar a obra de D. Manuel. Parece, pois, que se em Portugal se estimassem as glorias nacionaes e as artes, o monumento deveria ser estimado como um padrão glorioso, e como tal tratado. Hoje, por toda a parte, se estão restaurando os antigos monumentos, e todas as cidades teem singular ufania de ostentar as obras d'arte que possuem, nos differentes generos. Só nós os portuguezes ou despresamos, ou mesmo zombamos, do que podemos apresentar aos estrangeiros, como esforço da intelligencia, como brazão dos nossos progressos artisticos. O convento de Mafra será uma grande loucura de pedra, será o testemunho da mais ridicula devoção, mas quem póde negar que está ali um monumento da arte moderna? Quem ousa contestar a magnificencia, os primores de architectura, de esculptura e de pintura que se admiram

n'aquelle vastissimo edificio? Quem póde dizer que Mafra não é uma obra grande, imponente e digna de um grande povo? Ponhamos de parte as considerações economicas e politicas, e vejâmos Mafra só á luz da arte, da arte como era no principio do seculo passado, e havemos todos de concordar que D. João V foi verdadeiramente magnanimo na edificação d'aquelle convento. Só por este lado o consideramos agora; e, debaixo d'este ponto de vista, como é que se tem tratado da conservação do monumento? Os vandalos succedem-se ali aos vandalos, e cada um applica o camartello a seu modo ao gigantesco edificio. Se, por ventura, com arte o fossem aproveitando para fins uteis, louvavel era a obra; mas destroe-se o que é grande, bom e bem feito, e substitue-se mesquinhamente.

O mosteiro de Belem esteve tambem em grande desamparo, mas depois alguma attenção se lhe prestou, ainda que não a que elle merece. Por varias vezes temos reclamado o que é indispensavel para restituir, tanto quanto seja possivel, a feição propria áquelle admiravel templo. E sem embargo de que as obras necessarias não exigem avultada despesa, ainda não foi possivel conseguir que se realisassem. Por descargo de consciéncia iremos sempre insistindo n'este assumpto, e em outros identicos, embora não sejamos atendidos. Ao menos, não se dirá que, n'estes tempos, não houve uma voz a protestar constantemente a bem do famoso monumento de D. Manuel.

A egreja de Belem está entregue a uma irmandade pobrissima, a qual apenas tem o rendimento de 60$000 réis. O estado não pensa na egreja de Belem, e se no anno passado (1865) se limpou e tornou decente a capella do Santissimo, foi porque um ministro deu algum dinheiro, para fins eleitores, e deu-o antes da eleição, aliás não se receberia, porque o candidato ministerial foi vencido n'aquella assembléa.

Adiante publicâmos uma descripção minuciosa do estado em que se acha o presepio, que D. Pedro II mandou fazer e collocar na capella do topo do cruzeiro, á parte da epistola, e por isso nos abstemos agora de o descrever. O presepio, está a desfazer-se; as taboas estão podres, tuda aquillo é um montão de pó e aranhas; é uma indecencia, uma escandalosa irreverencia, e ha muito que se devêra ter desmanchado, desobstruindo a capella de tão ridiculo apparato.

O que custa a remover d'ali o chamado presepio! Será obra em que se dispendam contos de réis? Por certo que não. Obsta-lhe porém o desleixo, a incuria, a indifferença pelo unico monumento que Lisboa póde apresentar orgulhosa aos estrangeiros.

O proprio respeito que se deve ao culto obriga a tirar da capella o presepio, porque causa riso, e escandalisa os fieis. Se não valem as rasões artisticas, devem valer a consideração e a reverencia pelo culto.

Outra reclamação, em que insistimos, é relativa aos pulpitos encostados aos formosissimos pilares do cruzeiro. E' de crêr que tambem fosse D. Pedro II quem mandou fazer aquelles dois *primores d'arte*. Não podia haver lembrança mais disparatada. Os pulpitos são de madeira, assentes em bases de marmore, desfeiam os pilares, destroem o effeito geral da egreja; são uma excrecencia ridicula e monstruosa. Abaixo com elles, e quanto antes. O estrangeiro ha de rir-se quando vir tão triste prova de mau gosto, enxertada nos phantasiosos pilares, que são a admiração de todos os que entram n'esta egreja.

Hoje está no ministerio das obras publicas um homem que não é só distincto nas sciencias, mas que tambem cultiva com bom nome as lettras, e que é dotado de apurado gosto artistico; appellamos para o sr. Andrade Corvo, afim de que lhe caiba a gloria de restituir a egreja de Belem á sua bellesa propria, e confiamos que s. ex.ª nos ha de attender. E' tão insignificante a despesa que se póde fazer, que nenhuma duvida terá s. ex.ª de a ordenar da verba applicada aos monumentos.

Nós quizeramos que tambem se restaurasse o orgão grande, porque é um complemento indispensavel de qualquer egreja, e esta de que tratamos em tudo deve ser completa. Para isso já se exige maior despesa, é certo, mas não será bem empregada?

A irmandade da egreja dos Martyres, acaba de dispender mais de 10:000$000 réis para restaurar em toda a sua bellesa, o seutemplo. O que uma irmandade póde fazer, não o póde e deve fazer o governo para restaurar um templo monumental?

Quem entra na egreja de Belem, vê no extremo da nave do lado do evangelho uns armarios, onde se arrrecadam varios objectos do serviço da irmandade, e fronteiro, da porta da epistola, vê egualmente um tumulo vasio.

A irmandade não tem casa de arrecadação, por isso serve para tal fim, a propria egreja!! No cruzeiro ha uma porta, que dá serventia para o côro por uma espaçosa escada aberta na parede; a escada tambem serve para arrecadação!

Realmente não póde haver maior pobresa. Não nos parece decente, nem parecerá a pessoa alguma, que o templo seja ao mesmo tempo casa de arrecadação. Não haverá remedio para isto? Não será possivel dar á irmandade uma casa, onde guarde os objectos do serviço do culto?

Bem temos clamado a favor d'este monumento, e com magoa vemos que é baldado o nosso empenho e o de tantos homens, que sinceramente amam e respeitam os monumentos nacionaes.

Não tardará muito que vejamos derrubada a obra mais barbara que se fez em Belem. Quando esteja concluida a frente do novo edificio da casa pia, veremos o camartello civilisador, á voz de um homem de grande e illustrada iniciativa, deitar por terra o portico e o vestibulo que encobrem a porta principal da egreja. Esta, sim, esta é uma grande obra, e teve o sr. Eugenio d'Almeida arte e preseverança para a realisar, e não ha ministro que possa remover o presepio, nem arrancar os pulpitos modernos! De maneira que se poderá fazer o mais, e não se poderá conseguir o menos. Entre nós ha muitas d'estas excentricidades.[1]

Novo appello dirigimos ao sr. Andrade Corvo, ministro das obras publicas, para que preste alguns instantes de attenção ao templo de Belem, e ordene as obras que são indispensaveis para que recupere o seu caracter monumental, e não envergonhe o paiz perante os estrangeiros.

VI

O mosteiro de S. Jeronymo possuia muitas preciosidades de varios generos, parte das quaes foi vandalicamente destruida, e outra parte se acha arrecadada em differentes logares.

[1] O portico e o vestibulo foram demolidos, em 1869, por ordem do provedor da Casa Pia, José Maria Eugenio d'Almeida, de 1 de maio d'aquelle anno.

A custodia de oiro, feita do primeiro oiro da India, e dada aos frades por el-rei D. Manuel, está no thesouro da casa real.

A magnifica biblia guarda-se na torre do tombo.

A cruz grande de prata, admiravel typo da esculptura dos ultimos annos do seculo XV, ou dos primeiros do seculo XVI, dada ao convento por el-rei D. Manuel, existe na casa da moeda.

O cofre para deposito, na quinta feira maior, de bronze, com preciosos baixos-relevos de prata, dadiva da rainha D. Catharina, mulher d'el-rei D. João III, tambem está na casa da moeda.

Os livros do côro, segundo se diz, illuminados por Francisco de Hollanda, e que eram escriptos em pergaminho, avaliados em 16:000$000 réis (hoje valeriam o dobro) foram destruidos pelos alumnos da casa pia, e por todos quantos quizeram aproveitar-lhes as primeiras folhas. D'elles só restam as capas de madeira chapeadas de bronze, e com o brasão d'el-rei D. Manuel. Na sachristia ainda existe um breviario, que parece ter pertencido á mesma collecção; insignificante amostra de obra tão primorosa. Já tem as folhas aparadas, e portanto cortadas as illuminuras, o que parece ter sido obra ainda do tempo dos frades. Assim mesmo admira como escapou.

O sacrario, chapeado de laminas de prata ricamente lavrada, ainda permanece no seu logar no altar-mór, mas foi roubado nos primeiros annos depois da extincção das ordens regulares, achando-se por isso já incompleto, posto que em mui pequena parte.

Lá está ainda, no seu altar do cruzeiro, a formosissima imagem de S. Jeronymo, feita de porcellana, e que, conforme consta, foi feita em Florença, em tempo d'el-rei D. Manuel. Não se póde vêr cabeça mais bella, nem mais expressiva, e quanto mais se fitam os olhos n'ella, maior é a illusão; fascina verdadeiramente.

O paramento vermelho, dado ao convento pela rainha D. Catharina, e por ella, segundo a tradição, bordado na maior parte, está ainda na sachristia. Os paramentos são de riquissimo brocado, como hoje se não fabrica. A capa magna tem uma orla formada de varias figuras, á maneira dos pannos de raz, porém com muito maior delicadesa. Estes paramentos acham-se n'um estado admiravel de conservação.

Ninguem dirá que foram feitos ha 300 annos. No seu genero são talvez uma das coisas mais notaveis que se conhecem.

No domingo, em que se celebrou a festa do orago, no altar-mór estava um rico frontal, mandado fazer pela communidade no anno de 1832, e que custou 1:200$000 réis. É uma peça valiosa.

No altar da Senhora de Belem estava o bello frontal, que foi feito em 1816, a expensas da communidade, juntamente com as vestimentas da Senhora e S. José, e um paramento completo, que foi o que serviu na missa da festa. Estão magnificamente bordadas todas as peças, e os desenhos são do melhor gosto.

Ainda existe uma custodia de prata sobre-dourada, com excellentes lavores, e que deve ser obra da primeira metade do seculo XVI; esta custodia é a que hoje serve nas exposições do Sacramento.

Tem a egreja de Belem dois orgãos—não dissemos bem—tem os restos de dois orgãos, porque os deixaram roubar e destruir, a ponto que hoje não podem funccionar.

O orgão do lado do evangelho foi feito e acabado em 1781, por Manuel Machado Teixeira de Miranda; e o do lado da epistola foi feito pelo mesmo organeiro, á custa de D. fr. Diogo de Jesus Jordão, sendo bispo de Pernambuco, o qual era frade d'aquelle mesmo convento; este orgão foi acabado no anno de 1789.

Ambos são eguaes exteriormente, tanto na apparencia da sua grandesa instrumental, como nos ricos lavores; mas o do lado do evangelho tem muito maior fabrica, e é um instrumento que dá muita honra ao seu auctor, e a essa industria em Portugal.

Tem, pois, o orgão do lado do evangelho, 4:010 canudos, 37 registros de cada lado, ao todo 74, 12 registros de pé para os cheios; tem 7 folles, e uma escadaria dentro da fabrica, que chega até á abobeda, afim de com facilidade se poder affinar e limpar. A sua fabrica occupa todo o espaço até á sala dos reis, tendo portanto todo o fundo do côro.

Manuel Machado Teixeira de Miranda fez um livro volumoso, em que deixou explicadas todas as combinações que se podiam executar com os 74 registros; mas esse livro, que andava junto com os do côro, foi do mesmo modo rasgado e inutilisado, ou talvez fosse roubado.

Como se vê, o orgão grande de Belem é uma fabrica magestosa; e affirmam as pessoas, que o ouviram, que tinha muitas e excellentes vozes, e que especialmente os graves eram assombrosos, enchiam a amplidão d'aquelle templo. Frequentemente os frades o tocavam a quatro mãos, e então era de admiravel effeito, e nos cheios não tinha rival, nem mesmo o de S. Vicente, ou o de Mafra.

É evidente que Teixeira de Miranda era um artista de muito talento. Felizmente viveu n'um tempo em que o pôde aproveitar, porque agora o despresariam. É certo comtudo que o artista, que em 1781 pôde construir tão famosa fabrica, era hoje capaz de fazer os orgãos do moderno systema.

O grande orgão que veiu de Inglaterra para a exposição do Porto, tem apenas 50 registros e 2:840 canudos; ha de ter muito menos poder e grandesa instrumental que o orgão grande de Belem.

A egreja de Belem tem hoje, apenas, que se possa tocar, um pequeno orgão, que pertenceu á Patriarchal.

Devemos a maior parte d'estas informações á bondade do reverendo prior da freguezia de Belem, ex-frade jeronymo.

VII

Vimos ha dias o famoso presepio, que está na capella do topo do cruzeiro, do lado da epistola.

Aquillo já não é presepio que possa merecer veneração; é uma cousa ridicula, que é mister remover quanto antes, para decencia do templo e seriedade do culto.

Imagine-se o pequeno palco de um theatro, com os seus bastidores e bambulinas, e ali umas poucas de figuras de madeira, do tamanho natural, representando a Virgem, S. José, os reis e os pastores, e o menino n'um berço de obra de talha, debaixo de umas poucas de taboas pintadas para figurarem uma arribana, e juntamente uns mostrengos informes representando a vacca e a mula; imagine-se mais que os pastores estão vestidos á moda da época de D. Pedro II, que mandou fazer o presepio, de casacos de damasco de côres, já muito fanadas, de cajados na mão, com grandes collarinhos á saloia, e outros de casacas, calças e colletes de pelles de carneiro tambem de grandes collarinhos; ima-

gine-se mais que os pannos estão quasi a desfazer-se, as pinturas apagadas, e tudo coberto de pó, e a cortina que serve de panno de bôca muito velha; imagine-se tudo isto, e todos ficarão sabendo o que é, e o que vale o famoso presepio de Belem!

E se alguem duvida, vá certificar-se com os seus proprios olhos.

Depois d'isto, digam os mais devotos, se não é indispensavel remover d'ali o chamado presepio, para desaffrontar a capella, e restituir ao admiravel cruzeiro toda a sua grandiosa bellesa. O presepio é já ridiculo; ha pois duplicada rasão para que desappareça.

Cremos que não póde ser collocado na capella do baptisterio, porque não ha espaço para elle, mesmo prescindindo das bambulinas, bastidores e pannos pintados.

As figuras estão em geral soffrivelmente esculpidas, e não somos de voto que se destruam ou inutilisem; mas tambem não vemos onde se possam collocar no edificio do templo.

E vamos sempre aproveitando a occasião para insistirmos nas nossas reclamações, a bem d'este monumental templo.

Desappareçam os pulpitos que estão encostados aos pilares do cruzeiro; — dourem-se as molduras dos quadros da capella do Santissimo; — restaure-se o orgão grande; — colloque-se convenientemente ou remova-se o tumulo que está no fundo da nave, do lado da epistola; — arranje-se uma casa para arrecadação dos objectos do serviço da irmandade, para que se possam tirar os armarios, que estão no fundo da nave do lado do evangelho; está servindo de arrecadação a escada, aberta na parede, que vae do cruzeiro para o côro, e tambem a capella do presepio; — observe-se o estado da aboboda do cruzeiro, porque os medalhões onde se juntam os artesões, estão muito deteriorados, e já têem cahido pedaços d'elles; os medalhões são de cobre; é feio ver limpa a abobeda das naves, e a do cruzeiro ainda cheia de teias de aranha; mas a limpesa não se póde fazer sem primeiro se examinar o estado dos medalhões; a abobeda das naves tambem carece de exame, porque já tem cahido pedaços dos artesões; parece que depois do terramoto de 1755, a restauração dos estragos na abobeda não se fez como era mister para a conservação da solidez dos artesões; — finalmente entregue-se a administração do templo ao digno provedor da casa pia, e vote-se uma somma

annual para as obras agora indispensaveis, e para a conservação d'este monumento.

Insistiremos a miudo n'estas reclamações. Será uma voz a advertir sempre o governo, para que attenda á gloriosa obra de D. Manuel, que recorda os eminentes serviços do preclaro infante D. Henrique, e as descobertas que immortalisaram o nome portuguez; e que além d'isso é a admiração de todos os estrangeiros e typo singular e bello da architectura manuelina, que tem o cunho nacioanl.

Sem embargo de já acima termos apresentado estas reclamações, não pomos duvida de as repetirmos, para que aos leitores d'este livro demos uma amostra da tenaz insistencia, com que havemos reclamado tudo quanto restitua ao monumento de Belem o seu explendor.

VIII

Ha na egreja de Belem duas curiosidades artisticas, sem importancia alguma, mas que provocam certo interesse, pela extravagancia do pensamento do artista ou canteiro que as obrou.

Muitas pessoas costumam excitar a curiosidade de outras, dizendo-lhes que na egreja de Belem ha, entre os ornatos dos pilares e columnas, um peixe e uma figura humana; não poucas tem perdido muito tempo á procura do peixe, e debalde, porque o peixinho está n'um recanto escuro, e é difficil de encontrar. A figura do homem mais facilmente se descobre, porque está bem á vista, mas deixa de se encontrar, por não se esperar no sitio onde está.

Vamos indicar aos curiosos como poderão descobrir o peixinho.

O côro é sustentado por tres arcos, correspondentes ás tres naves, e na direcção dos pilares d'estas, dois arcos transversaes ajudam a sustentar o côro; passando o arco central, quem entra pela porta que olha para o sul, na primeira columna do arco transversal da esquerda, e no recanto que fórma com a pilastra, e proximo e por baixo do cordão, que divide a columna, acha o peixinho mui bem esculpido.

Já houve alguem que mascarrou a pilastra junto ao logar onde está o peixinho, naturalmente para não perder a lem-

brança d'elle. Conhece-se que tem sido muito apalpado pelos curiosos, porque ali não ha sufficiente luz, por estar polido, e com uma certa côr suja.

Os pescadores, quando vão á egreja, não deixam de ir ver o *peixinho;* e conta-se que, n'outro tempo iam de proposito com certa devoção, a bem das suas pescarias.

Realmente foi uma excentricidade do canteiro pôr em similhante logar um peixe, que não tem analogia alguma com os ornatos das columnas; é por isso uma curiosidade.

A figura do homem descobre-se facilmente: entra-se pelo arco que sustenta o côro, correspondente á nave do lado da epistola, e á direita, na columna que vem a formar o arco, por cima do cordão que a divide, lá está mesmo em face do cruzeiro, uma figura de homem nua, e como que deitada n'uma especie de canelura, que é ornada com florões. Todas as columnas dos arcos do côro são torsas e teem como umas estrias, ou cordões, ou como melhor se lhes deva chamar, ornadas com florões; em uma d'essas estrias, é que bem se descobre aquella figura. Pura extravagancia mesclar com os florões, e á similhança de ornato, uma figura humana!

Caprichos são d'aquelles phantasiosos artistas, que ornamentaram os pilares, o portal e o claustro. A gente pasma de tantas extravagancias, que formam um todo harmonico, o qual surprehende a vista e a imaginação,

IX

O refeitorio

É uma bella sala no estylo primitivo do edificio: tem de largura dezoito braças, e de comprimento tres. No topo vê-se uma moldura de pedra, de lavor manuelino, e dentro d'ella um quadro que representa o *Nascimento*. Produz um effeito magnifico o quadro; dá grande relevo ao aspecto da sala, que foi construida ainda em tempo d'el-rei D. Manuel.

Com o quadro do *Nascimento* praticara-se um grande vandalismo.

Não sabemos quem, e em que tempo, mandou entaipar o quadro, e substituil-o pelo que representa S. Jeronymo, e é

obra de José de Avellar Rebello: até a moldura de pedra estava occulta.

Descobriu-se isto, quando o fallecido provedor da casa pia, José Maria Eugenio d'Almeida mandara proceder á limpesa do refeitorio. Foi tirado o quadro de S. Jeronymo, e viu-se então, que a parede não era ahi revestida de cantaria, como toda a casa, e no seu logar havia um revestimento de argamassa, a qual appareceu dentro de uma moldura de pedra. Mandou-se arrancar a argamassa, e por detraz se encontraram umas taboas, e, arrancadas estas, achou-se um quadro pintado a oleo em estuque, porém muito deteriorado.

Quem praticou o vandalismo? Quem mandou esconder o quadro, e quem ousou estragal-o? Foram os frades, ou alguma das administrações da casa pia? Não podemos dizel-o. São encontradas as opiniões dos que tem escripto ácerca do mosteiro e egreja de Santa Maria de Belem; parece, comtudo, que ao tempo da extincção das ordens religiosas, ainda o quadro do *Nascimento* estava descoberto, sendo alguma das administrações da casa pia, quem o mandou entaipar.

As memorias antigas e modernas dizem que no refeitorio havia um quadro do *Nascimento*, affirmando uns ser obra de Amaro do Valle e outros de Simão Rodrigues. Os escriptores antigos e os modernos affirmam, que o quadro de *S. Jeronymo* estava na livraria, e o do *Nascimento*, no refeitorio. Assim o refere o sr. abbade de Castro, na sua *Descripção do mosteiro de Belem;* e o sr. Warnhagen, na sua curiosa *Memoria* sobre o mesmo mosteiro, diz ter visto o quadro de *S. Jeronymo* na livraria, e não falla do quadro do *Nascimento.*

O sr. abbade de Castro escreveu antes de 1837, e o sr. Warnhagen, de 1841 a 1842.

O conde Raczynsky affirma ter visto o quadro do *Nascimento*, no refeitorio, em 1843 ou 1844, que foi quando visitou o mosteiro, como refere.

Á vista d'estes depoimentos podiamos crer que, em 1843, ou 1844 ainda o quadro do *Nascimento* não estava entaipado, devia comtudo achar-se deteriorado, ou talvez substituido, e por isso mal o poderia apreciar o conde Raczynsky, para o declarar detestavel.

O quadro attribue-se a Amaro do Valle e a Simão Rodrigues. José da Cunha Taborda, no seu *Ensaio historico*, pu-

blicado em 1815, fallando de Amaro do Valle, diz o seguinte:

«Foi este pintor de gosto delicadissimo e muito estimado no seu tempo (seculo XVI) pelas bellissimas obras com que então, e ainda hoje se distingue. Mostra-se em todas ellas o expressivo estylo mui semelhante ao de Miguel Angelo.....

«No real mosteiro de Belem, sobre a meia travessa da parte principal do refeitorio, está mettido na parede, a pequena altura, outro quadro do mesmo Amaro do Valle, e apresenta o nascimento do Salvador. Quando por motivo de analysarmos este quadro, ali fomos, não podémos deixar de ficar suspensos á vista da sua bellesa. As figuras quasi ao natural quanto são bem distribuidas! Teem toda a correcção no desenho, e são pintadas com a maior valentia.»

Accrescenta Taborda, que se attribuia o quádro a um certo Marçonello, pintor germanico, mas esta opinião foi inteiramente desvanecida, logo que se achou o desenho em um livro feito por Amaro, e assignado com o seu proprio nome. Isto constava da chronica manuscripia de fr. Manoel Baptista de Castro, que a dedicou a el-rei D. João V, e se guardava na livraria do mosteiro. Cyrillo Volkmar Machado, nas suas *Memorias*, diz que Amaro do Valle estudara em Roma, onde era celebrado, e conservou a maneira italiana, vaga e doce. Foi pintor dos reis Filippe II e III e morreu em 1619, segundo se deprehende do que diz Cyrillo.

Ora o conde Raczynski diz, que o quadro do nascimento é detestavel; e nas informações que procurámos, dizem-nos que antes de ser collocado no refeitorio o *S. Jeronymo* de José d'Avellar Rebello, foi ali posta uma tela que tambem representava o nascimento, e que era pessima pintura, e além d'isso muito deteriorada. Foi esta que Raczynski naturalmente viu. E' facil acreditar esta informação, por quanto o quadro de Amaro do Valle, devia deteriorar-se com a humidade, como ainda lhe succede, e, não querendo talvez os padres ter o cuidado de mandar retocar a pintura, arranjaram outra para a substituir.

Cyrillo attribue o quadro do refeitorio a Simão Rodrigues, contemporaneo de Amaro do Valle, por assim o dizer Felix da Costa Meesen, nas suas Memorias.

O conego Luiz Duarte Villela da Silva diz que o quadro é de Simão Rodrigues, posto que alguns o attribuam a Amaro do Valle. O conego Vilella escreven em 1828, já depois de Taborda e Cyrillo.

Ora o fallecido provedor Eugenio d'Almeida desde logo percebeu que o quadro dava grande relevo ao refeitorio, e além d'isso, que, para esse quadro fôra feita a moldura de pedra, portanto tratou de o fazer restaurar. Consultou varios artistas, os quaes declararam que a restauração era impossivel. Chamando depois o habilidoso restaurador Antonio Caetano da Silva, já fallecido, e ouvindo-o a esse respeito, elle promptificou-se a restaural-o, e metteu mãos á obra, que concluiu dando provas de bastante talento.

Apesar da sua deterioração, a pintura deixara ver quasi completos, os lineamentos das figuras, á excepção da figura da Virgem a qual conservou-se sem notavel estrago.

Representa o quadro, verdadeiramente, a *Adoração dos pastores*. A Virgem tem diante de si o Menino deitado n'um lençol sobre umas palhinhas, e com a mão esquerda levanta o lençol para expor o filho á adoração dos pastores. A mãe contempla o filho com a ineffavel expressão da mãe-virgem.

Ao lado direito da Virgem está S. José. Em redor os pastores. Um d'estes traz no surrão um cabrito, outro traz ás costas um borrego, outro um cesto — vê-se o tocador da gaita de folles, o boi e a mula.

A figura da Virgem sobresae artisticamente no meio do grupo de todas estas figuras. Que suavissima expressão não ha n'aquelle rosto! É a expressão de pudibunda alegria da mãe que se revê no filho, objecto de todas as suas complacencias. E' a expressão divina da mãe privilegiada, que presente os divinaes destinos do tenro filinho que ao vir ao mundo commove os pastores e sobresalta os monarchas, os quaes todos veem adorar o fructo do bemdito ventre.

Ha muito tempo que não vemos uma figura da Virgem que mais nos tenha impressionado. Ha ali com effeito a maneira vaga e doce, que Cyrillo Volkmar Machado diz acarcterisar as obras de Amaro do Valle.

A par da meiga e divina expressão do rosto da Virgem está o gracioso desenho do pescoço, dos hombros e do seio revelando a suprema gentilesa. Foi um pensamento felicissimo que o pintor teve, e ainda quando no resto do qua-

dro não houvesse merecimonto, bastaria a figura da Virgem para merecer a restauração.

A figura de S. José tem nobresa e magestade. Os pastores tem vigor; o auctor apresenta-os como homens musculosos e robustos.

O quadro tem muita harmonia de colorido. As figuras destacam umas das outras, e estão bem dispostas.

Ha n'este quadro pequenas incorrecções de desenho, como se vê nas mãos da Virgem e em alguns accessorios; mas acreditamos que estes defeitos não lhe tiram o merecimento. E repetimos, para nós era sufficiente a divina figura da Virgem para lhe darmos grande valia, e ainda insistiremos em dizer que a perfeição e graça dos contornos, a formosura, a serenidade, o pudor, a alegria e o perfil do rosto tão elegante e nobre, a airosidade do tronco, a dignidade e recatado donaire com que descobre o Menino são bellesas realmente admiraveis, e o sr. Antonio Caetano tudo conservou e restaurou com a fidelidade e consciencia de um habilissimo artista.

Devemos notar que a figura do Menino tem bastante duresa, e um desenho pouco correcto, posto que a posição tem sufficiente naturalidade,

E' necessario a miudo retocar a pintura, porque a humidade damnifica-a facilmente.

X

A custodia de Belem

Quando foi a exposição de Paris, em 1867, soubemos nós que a maravilhosa e monumental custodia que pertencêra ao extincto mosteiro de Belem, estava na sobredita exposição, declarando um rotulo, n'ella posto, que pertencia a el-rei o sr. D. Luiz. Pareceu-nos singular o rotulo, porque nos não constava que a nação se houvesse desapossado d'aquella preciosissima peça em favor d'el-rei, e então escrevemos o seguinte:

«É occasião de lembrarmos que, todos os jornaes estrangeiros disseram que a custodia de Belem, era propriedade particular d'el-rei o sr. D. Luiz; cremos que este engano

procedeu de se arrecadar a custodia no thesouro da casa real, onde aliás se guardam outros objectos que são da corôa, mas não propriedade particular d'el-rei.

«Ora, a custodia de Belem não é da corôa, é propriedade nacional, no que ha alguma distincção.

«Parece-nos, pois, que, para evitar a continuação de um engano, que no cabo de annos póde induzir em erro ácerca da propriedade da custodia, será conveniente que este preciosissimo objecto se arrecade em outra parte, onde esteja com segurança, e onde possa ser visto pelos estrangeiros e pelos nacionaes que visitam esta cidade, e se comprazem de ver as cousas notaveis que possue.»

Estava aberto o campo para se proceder ás precisas indagações ácerca do legitimo senhor da custodia. Com effeito recebemos então quatro correspondencias sobre este particular, mas nenhuma informação official foi publicada para elucidar um assumpto, que nos pareceu, e parece ainda, melindroso.

Pela sua ordem chronologica poremos aqui as cartas, apontamentos ou reflexões com que as acompanhámos, quando as inserimos no *Jornal do Commercio*. É possivel, que nas ditas reflexões haja alguma repetição, mas não será aborrecida, visto convir que o negocio fique bem esclarecido.

A primeira correspondencia foi esta:

«*Sr. redactor.*— A respeito da custodia de Belem, a que v. se refere no noticiario da sua folha de hoje, permitta-me duas palavras.

«Quando fui d'aqui visitar a exposição, mas á minha custa (o que aconteceu a poucos!), já eu tinha lido em varios jornaes portuguezes um desmentido aos jornaes estrangeiros, que davam a custodia como pertencente a el-rei. Estava eu persuadido que o erro era d'esses jornaes estrangeiros, que quasi sempre dizem falsidades quando fallam de Portugal. Mas não era. Logo que cheguei á exposição, foi a secção portugueza a primeira que quiz visitar, como é natural acontecesse a todos os nossos compatriotas, e ao chegar á custodia de Belem, approximei-me para ler um papel escripto em francez, em que se descrevia a mesma custodia, dizendo ter sido feita com o primeiro oiro vindo das

Indias, etc., e terminando assim: «*Appartient à S. M. le roi Don Louis.*»

«Fiquei assombrado. Já não eram os jornaes francezes offerecendo a custodia a S. M., era a propria commissão portugueza, levada forçosamente de insinuações estranhas, que asseverava *urbi et orbi*, uma falsidade!

«Confesso-lhe, sr. redactor, que isto causou-me um tal desgosto, que fui logo procurar o sr. João Palha ou algum outro membro da commissão portugueza, mas ninguem estava n'essa occasião na exposição! A exposição portugueza tornava-se notavel por muitos titulos: um d'elles é que tendo-se nomeado não sei quantas dezenas de pessoas para... se irem divertir a Paris, a nossa secção estava sempre deserta.

«Aqui tem v. explicado o motivo por que os jornaes estrangeiros adjudicaram a El-Rei a custodia de Belem; não era d'elles a culpa, mas de quem redigiu o tal papelucho em francez, e que apesar dos constantes desmentidos da imprensa portugueza, deixou correr o erro até ao encerramento da exposição.

. . . . . .

«Pela inserção d'estas linhas, muito obrigado lhe ficará o de v. etc. — *Um visitante da exposição de 1867.*

«Lisboa, 23 de novembro de 1867.»

Ignoravamos completamente que o erro dos jornaes francezes procedia da commissão ou da pessoa que deu as indicações ácerca dos objectos expostos. Sem rasão, pois, accusavamos os jornaes estrangeiros de um erro, de que elles não tinham a culpa.

Quem mandou escrever o tal papel tinha forçosamente cargo official, e portanto devia saber que a custodia era propriedade nacional. Foi ignorancia d'essa pessoa, que a reclamação que fizemos por mais de uma vez, e muitos jornaes portuguezes repetiram, devia ter acabado; mas infelizmente deixou-se correr á revelia o erro.

Omittimos a parte da carta, em que se faz aspera censura á commissão que esteve em Paris, porque a carta não vem assignada.

Em quanto á custodia de Belem bem cabida é a censura, visto que a commissão devia ver qual era a procedencia dos objectos expostos, e especialmente os que eram propriedade nacional.

Diz o correspondente que acontecerá agora o mesmo que aconteceu com o livro *Tirant-le-Blanc*. Não será assim, porque el-rei não mandou que lá na exposição pozessem similhante indicação na custodia; foi ignorancia de quem dirigiu os trabalhos de collocação. O *Tirnnt-le-Blanc*, já hoje é sabido como se foi; ninguem o pagou, deixando-se perder um livro que tinha preciosidade por não ser vulgar.

Pouco depois recebemos esta outra correspondencia:

«*Sr. redactor*,— Tenho lido, em diversos numeros do seu jornal, artigos que dizem respeito á custodia de Belem, tendentes a esclarecer ser ella propria da nação, e não do rei, como escreveram os jornaes estrangeiros; porém na sua folha de domingo, n.º 4225, um seu correspondente que visitou a exposição, declara que a custodia se achava com a indicação «pertencente a S. M. el-rei D. Luiz.»

«Parece-me assim ser; pois que o sr. J. de Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*, vol. 10 do corrente anno, a pag. 184 diz o seguinte:

«A custodia e a cruz que el-rei D. Manuel deixou ao «mosteiro de Belem, pertencem actualmente á casa real, e «servem na sua capella. Estas duas peças, e mais algumas «outras que eram de extinctos mosteiros, foram encorpo«radas nos bens da corôa para uso dos soberanos, em tro«ca, ou como indemnisação das numerosas e mui valiosas «peças de prata da casa real, que por ordem de sua mages«tade imperial o sr. D. Pedro IV, duque de Bragança, re«gente do reino, foram levadas para a casa da moeda, em «Lisboa, onde foram reduzidas a dinheiro cunhado nos «fins do anno de 1833, para accudir ás immensas e urgen«tissimas despezas da guerra da restauração da liberdade «e do throno da sr.ª D. Maria II.»

«Sendo esta a verdade como julgo ser, pois que o sr. Vilhena Barbosa é infatigavel averiguador das nossas antiguidades, e summamente escrupuloso na sua publicação, provado está ser a custodia de Belem propriedade da casa real. E' esta mais uma perda motivada pelo *bello* systema d'arrecadação dos bens das extinctas ordens religiosas. Foi uma medida necessaria (util não sei) a extincção dos conventos, pelo estado desmoralisador a que chegaram; mas deu logar a perderem-se muitas preciosidades; fizeram-se inventarios, porém o prejuizo foi grande. Para se conhecer qual foi o descaminho dos objectos pertencentes aos con-

ventos, é verem-se as contas correntes publicadas pelo thesouro publico em 1842; e ahi se verá, que de 480 casas religiosas, conventos, mosteiros, hospicios, confrarias, capellas, irmandades, etc. incluindo n'este numero a Sé patriarchal de Lisboa, o valor total dos objectos amoedados ou vendidos na casa da moeda, e nos diversos districtos do continente do reino, e dos que foram distribuidos, não excedeu 118:106$033 réis, até 2 de março de 1842, além de 1549 marcos que ficavam existindo na casa da moeda n'aquella data; mas se a arrecadação tivesse sido rigorosamente inventariada e por um bom systema, não precisaria o governo da prata da casa real, para se lhe dar como indemnisação os objectos que eram da nação, ou se era indispensavel o favor pagasse-se, assim como se deram remunerações de 100:000$000 a alguns altos personagens.

«Perderam-se muitas coisas boas, porque n'aquella occasião as idéas estavam exaltadas, e o seu fito era o completo estabelecimento do governo liberal; mas ainda nos ficaram algumas riquezas, que iremos perdendo, pois que presentemente não se faz caso de *ninharias*. De que servia e serve o raro livro *Tirant-le-Blanc*, da bibliotheca do Porto?! De que serve o magnifico calix de Alcobaça, que se guardava na bibliotheca de Lisboa, e quem o roubou?! Foi talvez vendido a algum museu estrangeiro, e perdeu a nação essa preciosidade! De que servem á academia real das sciencias os excellentes manuscriptos do dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, que se guardavam na bibliotheca do museu, em Jesus?! Foram em 1842 para o Brasil, para se publicarem por conta do governo brasileiro; mas julgo que ainda se não publicaram e os manuscriptos lá ficaram.

«Comparando-nos, n'este desleixo pelas coisas da nossa terra, com os estrangeiros, que apreciam e adquirem objectos de outros paizes, damos uma triste idéa de nós e fazemos ver que somos um povo de barbaros; porque todas as nações presam e acatam as suas antigualhas. Fez-se o leilão dos livros, que compunham a bibliotheca do sr. Gubian do Porto, não esqueceu ao museu britannico a acquisição dos raros, e para lá iriam, se o sr. Silva Tullio não instasse e mostrasse a necessidade de se adquirirem aquellas obras, de que não havia exemplares na nossa bibliotheca; honra seja feita ao sr. Silva Tullio, pois que ao seu zelo e conhecimento se deve o possuirmos esses livros raros.

«Concluirei, sr. redactor; pedindo-lhe desculpa de ser um pouco extenso, mas as considerações que me occorreram, a isso me obrigaram, afastando-me da questão principal, mas tendo todas relação entre si, pois que todas tendem para o mesmo fim, e queira juntar aos seus este humilde e fraco brado a favor dos restantes monumentos nacionaes; e em quanto á custodia de Belem, julgo talvez não haver já remedio; porém v. melhor averiguará.

«Sou de v. etc.—*J. J. A. Valdez.*—Lisboa 26 de novembro de 1867.»

Respeitamos muito a opinião do sr. Vilhena Barbosa, que é realmente um erudito vasculhador de antiguidades; mas n'este caso não podemos seguil-a.

Não nos consta que haja documento algum, pelo qual conste a transacção a que allude o sr. Vilhena Barbosa. É evidente que o sr. D. Pedro IV podia, quando exercia a dictadura, applicar as pratas da casa real em beneficio das urgencias do estado; mas o que não podia era ceder um objecto, cuja propriedade era da nação, á casa real.

Além de que, a custodia de Belem esteve por muitos annos arrecadada na casa da moeda, e d'ahi passou, por uma portaria, para a casa real. Não temos agora de memoria quando isto foi; mas parece-nos que já o dissemos n'este jornal.

Fica pois claro, que nem mesmo no tempo da regencia do sr. D. Pedro IV se considerou a custodia de Belem propriedade da casa real. O facto de permanecer, por tanto tempo, arrecadada na casa da moeda, mostra bem o que deixamos dito.

O governo não podia expropriar o paiz da custodia, sem pedir auctorisação ao parlamento.

Quando se tratou da venda dos diamantes da corôa, para ser o seu preço applicado á compra de inscripções, o governo apresentou para esse fim uma proposta ás côrtes, declarando positivamente qual era o valor dos diamantes que podiam ser postos em praça.

Onde está pois a lei que auctorisou a supposta troca da custodia de Belem pelas pratas da casa real, que foram arrecadadas?

Não a conhecemos; e se o sr. Valdez tem d'ella conhecimento, muito favor nos fará se nol-a communicar.

Continuaremos, pois a considerar a custodia de Belem como propriedade do estado, e continuamos a acreditar que el-rei não acceita a peça que lhe querem dar, porque seria usurpada.

Em quanto á *cruz grande*, que el-rei D. Manuel tambem doou ao mosteiro de Belem, se está na casa real, e se se considera propriedade d'el-rei, anda egualmente fóra do seu legitimo proprietario, que é o estado.

Nós só conhecemos uma cruz de altar, que pertenceu ao mosteiro de Belem, e estava arrecadada na casa da moeda e hoje se guarda na academia das Bellas-Artes.

E' uma peça muito preciosa, evidentemente da época d'el-rei D. Manuel; não podemos por ora dizer se esta é a *cruz grande* doada por este monarcha aos frades Jeronymos.

Insistimos pois na nossa opinião; a custodia e a cruz, se existe, que foram do mosteiro de Belem, pertencem ao estado, e não a el-rei; e instamos porque isto se declare com clareza, e aquelles objectos não sejam arrecadados no thesouro real.

Em quanto ao mais, a que allude o sr. Valdez, estamos de accordo, e é assumpto sobre que muitas vezes temos fallado.

D'ahi a poucos dias uma carta recebemos, a qual era do theor seguinte.

«*Sr. redactor*,— Quando lhe dirigi a carta, publicada no n.º 4225 do *Jornal do Commercio*, ácerca da custodia de Belem, quiz ver se da parte de quem compete se esclarecia a questão, para terminarem as duvidas, e ficarmos sabendo de uma vez para sempre, se era o estado ou el-aei o seu verdadeiro dono.

«No n.º 4227, o sr. J. J. A. Valdez, citando o *Archivo Pittoresco*, parece-lhe pertencer a custodia a sua magestade duvidou do *Archivo Pittoresco* e eu tambem duvido, porque póde muito bem ser que o sr. Vilhena Barbosa escrevesse mal informado.

«O negocio ficou assim, e v. aununciou ha dias que a custodia se achava outra vez no thesouro da casa real!

«Sem pois se desvanecerem as suspeitas do publico — sem se indicar, como se devêra, o titulo pelo qual a casa real possue aquella joia, a não ser o papel redigido em

francez que pozeram na exposição, assim se dá de mão a um assumpto de muita importancia, porque a custodia de Belem, alem do seu valor real, tem uma grande estimação, que lhe dá a época em que foi feita, para nós de tão gloriosas recordações.

«Coisas se vêem n'este paiz, sr. redactor, que fazem pasmar: parece que ha um fim manifesto de abusar constantemente, uma confiança completa na indole do nosso povo immensamente soffredor.

«Apezar de tudo, eu peço-lhe encarecidamente que não levante mão da questão, e que todos os dias insista até á importunidade, por que este negocio fique bem esclarecido.

«Não terminarei sem me referir ao *Archivo Pittoresco*, na parte em que diz que a custodia e outras peças se encorporaram nos bens da corôa, como indemnisação das pratas, que por ordem do sr. D. Pedro foram para a casa da moeda.

«Será isto inteiramente exacto?

«Um documento assignado pelo sr. D. Pedro IV, e datado de Queluz em 17 de setembro de 1834, e que é nada menos que o seu testamento, de que tenho diante de mim uma copia, diz o seguinte:

«Declaro que mandei reduzir a moeda, a prata da egre-«ja de Villa Viçosa, a fim de supprir quaesquer despezas «a que as circumstancias me obrigassem, *sendo minha von-«tade, que minha esposa satisfaça pelos meus bens, a quem «de direito pertencer, o valor da referida prata.*

«Parece-me que a consciencia me está dizendo que as pratas, a que o sr, Vilhena Barbosa se referiu, são as pratas da egreja de Villa Viçosa, que o sr. D. Pedro á hora da morte mandou restituir, e não pratas da casa real.

«Eu não sei se este capitulo do testamento do sr. D. Pedro foi cumprido, nem o meu proposito é averiguar isso: —o que eu desejo que se esclareça é o negocio da custodia de Belem; e d'aqui peço tambem ao sr. Vilhena Barbosa que venha pela imprensa apresentar os documentos, se os tem, pelos quaes poude concluir que a custodia pertence hoje á casa real, como indemnisação das pratas que o sr. D. Pedro mandou para a casa da moeda,— e se essas pratas eram da casa real, ou as da egreja de Villa Viçosa, que o sr. D. Pedro (honra lhe seja!) mandou restituir.

«Fico hoje por aqui e v. que tão affincadamente tem en-

cetado a questão, não negará publicidade a estas linhas a quem é «De v. etc. Lisboa 5 de dezembro de 1867. *Um visitante da exposição de 1867.*»

Ainda bem que a questão da custodia de Belem se complica. A carta. que acima deixamos transcripta, vae abrindo caminho; e veremos quem apparece a elucidar este negocio que aliás é bem claro para nós.

Estamos convencidos que não ha nenhum documento legal, pelo qual o estado fosse desapossado da custodia de Belem: e parece nos que o sr. Vilhena Barbosa não poderá satisfazer os desejos do nosso correspondente n'essa parte.

Agora o que cumpre averiguar, é se as pratas, que o sr. D. Pedro IV mandou amoedar, foram as de Villa Viçesa, ou as da corôa, ou as da propriedade particular da familia reinante. As de Villa Viçosa seriam porventura da casa de Bragança? A verba testamentaria do imperador faz crer que não.

Seja porém como fôr, o facto é que a custodia de Belém não podia deixar de ser propriedade do estado, senão por uma lei votada em côrtes, e essa lei não nos parece que fosse votada.

Por em quanto ninguem veiu esclarecer esta questão, contrariando o que temos dito.

Naturalmente o governo é indifferente a um negocio que julga insignificante; e o estado ficará desapossado de um objecto d'arte valiosissimo e de um monumento, cujo logar é no museu nacional, e não no thesouro da casa real.

Creia o correspondente que os nossos esforços serão baldados, porque os respeitos farão emmudecer os que deviam olhar por isto.

Por ultimo o sr. Vilhena Barbosa veio prestar com a maior franquesa os esclarecimentos que possuia para dar luz ao assumpto. A carta do erudito escriptor é a que se segue.

«*Sr. e collega.*—Achando-me, ha alguns mezes, em uma quinta nos suburbios de Villa Nova de Gaya, sómente agora me chegaram ás mãos os n.os de 27 de novembro e 6 de dezembro, do corrente anno, do seu jornal, nos quaes se agitou questão sobre a custodia de Belem, e relativamente

a um periodo de um artigo por mim publicado, no *Archivo Pittoresco*, ácerca da mesma custodia.

«Dizia n'aquelle periodo, que a custodia de Belem, e mais alguns, poucos objectos preciosos dos extinctos conventos, foram mandados para a casa real, como indemnisação das pratas pertencentes á mesma casa, que por occasião da luta da liberdade, e achando-se o thesouro publico em grandes apuros, se reduziram a moeda, cunhada por ordem do sr. D. Pedro, duque de Bragança, então regente do reino. D'este facto não posso citar documento algum, e creio que nenhum se publicou a tal respeito. Mas sei-o, de um modo, para mim, de inteira fé.

«Annos depois da morte do libertador é que se lembrou a casa real de obter os referidos objectos, como indemnisação d'aquella perda. A pretenção pareceu muito justa ao governo, e o ministro da repartição competente expediu a portaria, que mandou entregar aquellas peças á vedoria da casa real.

«Não me recordo da época prefixa em que isto se realisou; mas lembro-me de ter ouvido a pessoa auctorisada e competente, hoje fallecida, que a portaria fôra uma medida provisoria, tencionando o ministro apresentar ás côrtes uma proposta de lei para que as ditas preciosidades fossem incorporadas nos bens da corôa, para uso da capella real.

«Em o nosso paiz, segundo um defeito inveterado em os nossos costumes, quando se toma qualquer providencia provisoria, quasi sempre fica permanente.

«Não se fez, pois, similhante proposta; não sei se por esquecimento e desleixo; se em rasão de acontecimentos publicos, que desviassem do assumpto a attenção governativa; se, em fim, por se julgar, posteriormente, que, tendo sido os mencionados objectos propriedade da corôa, e por ella doados aos mosteiros, pela extincção d'estes deviam reverter para a mesma corôa.

«Todavia, fosse qual fosse a rasão por que não se procedeu áquelle acto, entendo, como v. que é necessario, dar legalidade á conservação d'aquellas alfaias na casa real.

«Quando escrevi o artigo sobre a custodia, inserto no *Archivo Pittoresco*, tive apenas por fim preencher uma lacuna, e corrigir dois erros importantes, em que tinha incorrido um escriptor francez, tratando, ha pouco, d'aquella

custodia, por tantos titulos preciosissima para os portuguezes. Expondo ahi o fundamento com que a possue a casa real, não quiz entrar na questão da legalidade, então alheia ao meu proposito. Por este motivo preferi mencionar, em vez do titulo pelo qual lhe foi dada, a intenção com que lhefôra entregue.

«Quanto ás peças de prata, que foram mandadas para a casa da moeda, e ahi cunhadas, não posso responder satisfatoriamente, porque, sendo o assumpto muito delicado, e conservando eu apenas na memoria algumas noticias a esse respeito, recebidas, ha muitos annos, de pessoa que devia estar ao facto d'ellas, mas que é fallecida, não devo, sem grave culpa de indiscrição, referir coisas em que a memoria me póde fazer cair em erro.

«Parece-me que, além das pratas da capella real de Villa Viçosa, foram reduzidas a moeda, cunhada na mesma época, outras pratas da casa real, dos paços de Lisboa, e até algumas peças pertencentes a egrejas, não de conventos, que n'aquella occasião, em que quasi tudo pelo reino andava fóra dos seus logares, se achavam misturadas com as outras pratas acima referidas. Porém tudo isto são reminiscencias vagas de trinta e tres annos, em que facilmente se podem ter introduzido illusões.

«Folgo muito de ver esclarecidas quaesquer questões. Folgo ainda mais se posso concorrer para que ellas se esclareçam, não tendo duvida, nem me sendo penoso de fórma alguma, de me confessar em erro; porém no caso presente nenhum outro esclarecimento poderei accrescentar ao que deixo referido.

«Agradecendo vivamente as expressões benevolas com que fui tratado no seu jornal, tanto por v. como pelos auctores das correspondencias n'elle publicadas sobre este assumpto, tenho a honra de me assignar—«De v. etc. *Ignacio de Vilhena Barbosa.*—Quinta da Formiga, em Villar do Paraiso, 9 de dezembro de 1867.»

Como os leitores terão visto, o sr. Vilhena Barbosa declara que não ha documento legal, e concorda comnosco: entende que a troca da custodia de Belem e de outras peças de prata dos conventos, pelas pratas da casa real, que foram amoedadas em 1833, não podia fazer-se sem um acto legislativo, e que indevidamente se considera a custodia propriedade da corôa.

Quando nós examinámos os differentes objectos preciosos dos extinctos conventos, que se arrecadavam na casa da moeda, ahi nos foi indicada a data da portaria pela qual a custodia passou para o thesouro da casa real: d'isso tomámos nota então, que se nos desencaminhou infelizmente.

Era ainda em vida do nosso amigo o sr. Bettamio de Almeida, que foi director da casa da moeda, quando nós fomos ver aquelles objectos, e os empregados que nol-os mostraram tiveram muita bondade e muita paciencia, para nos fornecerem todos os esclarecimentos, que na casa existiam ácerca dos mesmos objectos, e para nos acompanharem nos exames e estudos que fizemos, de que publicámos, em resumo, uma parte, no n.º 3:300, de 16 de outubro de 1864, e tambem no *Archivo Pittoresco*.

Foi então que soubemos da saida da custodia para o thesouro da casa real, mas ignoravamos completamente que fosse para passar á propriedade e posse da corôa. Soubemos então que tambem a custodia da Bemposta, por uma portaria saira da casa da moeda; ignoramos se já voltou: é provavel que não, e que nem mesmo já se pense n'ella: por lá ficará talvez.

O facto da custodia ou outros objectos terem sido doados pelos reis d'estes reinos aos conventos, não podia constituir direito para, em 1833, voltarem para a corôa, todas as vezes que na doação não havia a clausula reversiva. As doações eram puras e simples, e os objectos doados ficavam no inteiro dominio e posse das ordens religiosas, e, extinctas estas, revertiam ao paiz, como todos os demais bens das mesmas ordens.

E depois, como se avaliava a custodia de Belem, feita com o oiro do primeiro tributo pago pelos potentados da India, ao rei, isto é, ao povo? Esse objecto preciosissimo, como obra de arte, e como monumento nacional, não tem valor, porque o estado não vende os seus monumentos, e portanto jámais podia dar-se em escambo de quaesquer pratas da casa real, amoedadas para acudir ás necessidades publicas.

Agora com a carta do sr. Vilhena Barbosa, fica bem esclarecida a questão, e portanto para que a posse que a corôa diz ter sobre a custodia de Belem, seja legalisada, e não se considere uma usurpação, cumpre que o governo apresente um projecto de lei ao parlamento, pelo qual se aucto-

rise o tumultuario escambo, e desappareça a violação da propriedade nacional, effectuada pela tal portaria.

Se as camaras entenderem que devem desappossar o paiz d'esse monumento, farão mal; mas o acto será legal.

Agradecemos ao nosso collega o sr. Vilhena Barbosa os esclarecimentos com que nos brindou, e que pozeram a questão em toda a sua luz.

XI

Ainda a custodia

Quatro annos depois de publicadas as precedentes cartas e os artigos que as acompanham, o sr. J. C. Teixeira Aragão, director do museu da Ajuda, em uma memoria que deu á estampa com o titulo *D. Vasco da Gama e a villa da Vidigueira*, occupou-se da famosa custodia, ácerca da qual deu copiosas noticias, e explicou a *rasão por que esta e outras peças se acham depositadas no thesouro da coroa* (sic). Conforme o que diz o sr. Teixeira Aragão, a *rasão* é esta:

Em 5 de novembro de 1833 foram entregues na casa da moeda a custodia e a biblia de Belem.

Em 26 de abril de 1845 o esmoler-mór representou, que na extincta patriarchal, que servia de capella real, havia certas alfaias de prata, para uso do culto, com o peso de muitas arrobas, mas que eram propriedade da real capella, as quaes peças haviam sido levadas para o paço do Lumiar, e depois transferidas para a Sé cathedral de Lisboa, onde ficaram até 1834, epocha em que toda esta prata foi mandada para a casa da moeda, e ahi arrecadada.

Esta representação originou a portaria de 28 do mesmo mez e anno, ordenando ao provedor da casa da moeda, informasse sobre o destino da indicada prata. O provedor respondeu que, nos objectos fundidos n'aqnella repartição estavam comprehendidos dezoito castiçaes e uma cruz, tudo de prata, pertencente á casa real, com o valor approximadamente de 6:951$060 réis.

Em resultado da informação do provedor, e da representação do esmoler-mór, foi expedida a portaria de 16 de maio do dito anno, mandando entregar a custodia ao vedor mór, no valor intrinseco de 3:640$000 réis; e mais uma

banqueta e cruz de prata, avaliadas em 4:304$562 réis, para serem depositadas e guardadas na real capella, e servirem nos actos religiosos, em substituição de objectos que tinham sido fundidos, a que o esmoler-mór se referira.

Até aqui o sr. Teixeira Aragão; antes porém de commentarmos estes actos tumultuarios e nullos, accrescentaremos que o mesmo sr. Teixeira Aragão, em uma nota ao que disse da custodia, refere, o que nós já sabiamos ha muito tempo, que a custodia dada por el-rei D. João V á patriarchal, foi entregue á Sé de Lisboa, onde existe, e serve ao culto, e que a custodia da egreja da Bemposta foi entregue á sr.ª infanta D. Isabel Maria, em cujo poder existe, a titulo de deposito.

Haverá quem estranhe que n'este *Summario* entretenhamos os leitores com uma polemica, mas se se advertir que esta polemica tem por fim reclamar para a nação um monumento, de que póde facilmente ser esbulhada, que é bem que fique a mesma polemica archivada n'um livro, onde resiste mais ao tempo, e é mais accessivel á geral leitura, todos accordarão que bem fasemos em juntar ao nosso *Summario* toda esta historia, porque é uma historia.

Examinemos pois a *rasão* adduzida pelo sr. Teixeira Aragão para justificar a existencia da custodia de Belem no museu d'el-rei. O sr. Teixeira Aragão não podia combater os falsos fundamentos d'esse intitulado deposito, porque é empregado da casa d'el-rei; só podia enumerar aquelles fundamentos, embora falsos e illegalissimos.

A custodia de Belem foi entregue á casa real, em deposito, para servir ao culto: foi o pretexto; porque é bem sabido que essa peça é hoje um verdadeiro monumento artistico, e como tal deve ser guardado. Mas suppondo que fosse para servir ao culto, não serviu; e lá está no museu d'el-rei, e como objecto seu; visto que o museu não é da corôa, mas propriedade particular d'el-rei.

Entregar á casa real a custodia de Belem no valor de pouco mais de 3:000$000 réis, foi um roubo feito á nação, porquanto a custodia tem um valor de estimação que não póde calcular-se, e sendo um monumento nacional não tem valor, porque os monumentos não se vendem, andam fóra do commercio.

Como era possivel substituir uns dezoito castiçaes e uma cruz, que valiam 6:000$000 réis, pela custodia de Be-

lem, fabricada com o oiro do primeiro tributo pago pelos potentados do oriente, ao reino de Portugal?

Como era possivel não julgar sufficiente compensação a custodia, e ainda augmentar a compensação com outras peças? Como se fez este contrato? Quem o auctorisou?

Nem o exemplo do sr. D. Pedro IV valeu para obstar a esse escandaloso negocio! O duque-imperador, por seu testamento, como os leitores viram acima, ordenou á sua viuva que pagasse a quem de direito fosse, o valor das pratas de Villa Viçosa, que mandara arrecadar; e as da capella real, o que não se provou, mas apenas se allegou pague-as a nação? Tanta gente foi prejudicada, e nenhuma indemnisação recebeu, mas a casa real foi á larga indemnisada de umas pratas, que serviram na patriarchal, não tendo aliás provas de que lhe pertencessem.

Tudo isto foi tumultuario, e illegal. El-rei não pode ter no seu museu a custodia de Belem, nem outros objectos pertencentes á nação.

A custodia que está na Sé, está bem, não é ornamental, e serve para o culto, como é proprio.

A custodia que está em poder da infanta D. Isabel Maria, e pertenceu á egreja da Bemposta, deve ser restituida porque depois da morte d'essa infanta, talvez se pretenda consideral-a propriedade da mesma senhora.

A custodia de Belem só por um decreto das côrtes póde sair da posse da nação. Bem sabemos que se ha de dizer, que está no museu d'el-rei, em deposito; mas repetimos, o museu é propriedade particular, e note-se que já na exposição de Paris, foi aquella dada como pertencente a el-rei. No futuro podem levantar-se questões, que agora é occasião de resolver; mais tarde Deus sabe o que será.

Desejaramos que o sr. Teixeira Aragão, director do museu d'el-rei, podesse justificar a legalidade da portaria de 16 de maio de 1845, e viesse a publico mostrar-nos que estamos em erro. Não virá por certo.

E vamos concluir com uma simples pergunta: — «O que é feito do quadro de Holbein, que estava na sachristia da egreja da Bemposta? Quem se apossou d'elle? Porque titulo o possue? Não era da nação, e agora não lhe chama seu quem d'elle se apropriou? Sirva isto de prevenção, em quanto á maravilhosa custodia de Gil Vicente.

XII

Gil Vicente

Para rematarmos estas noticias, por um modo mais grato ao leitor, vamos offerecer-lhe um documento inedito relativo ao famoso Gil Vicente, o lavrante que fabricou a preciosa custodia.

Hoje já pouca duvida póde haver sobre Gil Vicente, lavrante, ser o mesmo Gil Vicente, auctor dramatico, em face das profundas e eruditas investigações a que procedeu o sr. dr. Theophilo Braga, e constam do seu livro (*Bernardim Ribeiro* e os *Bucolistas)* que faz parte da *Historia da poesia portugueza.*

O estudioso professor chegou a inducções, pelo exame da sua genealogia e das suas obras, que são bem fundadas; e ainda quando não haja um documento authentico pelo qual se prove, que Gil Vicente, lavrante da rainha D. Leonor, é o mesmo Gil Vicente, auctor dramatico, a quem a mesma rainha encommendou varios autos, e a quem mostrou sempre particular estima, os factos dedusidos pelo sr. dr. Theophilo Braga, levam a crer que o lavrante e o auctor são o mesmo homem. Não é nosso proposito entrar agora n'essa questão; quizemos apenas mencionar os resultados dos estudos do erudito professor, que em tantos pontos da nossa historia litteraria tem ido adiante de todos, e que na parte relativa a Gil Vicente, póde dizer-se, decifra um enigma, que tem preoccupado a muitos escriptores.

Vamos já apresentar o documento a que alludimos, e que é do theor seguinte.

«Nós el-rei fazemos saber a quantos este nosso alvará virem, que confiando nós de Gil Vicente, ourives da senhora rainha, minha irmã, e que nisto nos servirá asy bem, e como o faz em todas as outras cousas em que o encarregamos, por lhe fazermos graça, e mercê, temos por bem, e o fazemos vêdor de todas as obras, que mandamos fazer, ou se fizerem d'ouro, e prata para o nosso convento de Thomar, e Esprital de todo los Santos da nossa cidade de Lisboa, e Mosteiro de Nossa Senhora de Bellem; queremos que todas as obras, que para as ditas casas se ouverem

de fazer, ora seja por nosso mandado, ora por as ditas casas o mandarem fazer, se fação pelo dito Gil Vicente, ou por officiaes, que elle para isso ordenar; e se as elle não quizer fazer, e aquellas, que por elle, ou em sua casa não forem feitas, elle as verá, e examinará se vão na perfeição, que devem, e avaliará se cumprir; e por tanto mandamos a D. Priol do dito convento de Thomar, e Proviedor do dito Esprital e Priol e frades do dito Mosteiro de Bellem, que d'aqui em diante conheção o dito Gil Vicente por official e Vedor das ditas obras, e das ditas casas, e lhe deem e façam dar toda a dita prata e ouro a lavrar quando for necessario, e tudo façam com seu accordo, e conselho, e asy mandamos aos officiaes, outros, que nas ditas casas temos postos, que o hajão asy por official d'elles, e o honrem, e tratem com é rasão, e em todo lhe cumpram este nosso alvará como nelle he contheudo, o qual lhe mandamos dar por nós assignado, para obter por sua guarda, e queremos que valha como carta passada por nossa chancelaria, e aselladа, sem embargo de quaesquer leys, e ordenações que hy haja encontrario. Feito em Evora a 15 de fevereiro de 1509 — *André Pires* o fez em 1509.»

Como se vê Gil Vicente tinha a seu cargo todas as obras de ourivesaria para o convento dos freires de Thomar, para o hospital de Todos os Santos, e para o mosteiro de Belem: uo elle as fabricava, ou mandava fabricar, ou competia-lhe, se por outros fossem feitas, examinal-as e avalial-as; era um privilegio exclusivo, porque lhe cabia o direito de reg eitar qualquer obra, que não *fosse na perfeição que devia.*

Devemos este documento ao obsequio do sr. José Maria e Antonio Nogueira que o copiou do archivo do hospital de S. José; parece-nos ser importante.

Foi este alvará publicado no jornal *Artes e Lettras* (vol. 2.º n.º 2)), pelo sr. dr. Theophilo Braga, em um artigo sob o titulo de *Gil Vicente e a custodia de Belem*, Fomos nós que lhe denunciámos a sua existencia no cartorio do hospital de S. José, quando já haviamos entregado aos sr. Rolland e Semiond o original do 3.º vol. do *Summario:* tendo sido demorada a publicação d'este volume, por isso o sr. dr. Theophilo Braga se antecipou em tornar publico tão curioso documento, até então inédito.

Ultimamente, por uma indicação que nos deu o nosso

amigo e collega, o sr. José Gomes Goes, vimos nos livros das chancellarias dos reis D. João II. D. Manuel e D. João III, que estão na torre do tombo, varios documentos relativos a um Gil Vicente, entre os quaes ha dois que se referem evidentemente ao lavrante da custodia de Belem.

Os documentos que encontrámos são os seguintes, por sua ordem chronologica:

1.º Carta d'el-rei D. João II, de 13 de maio de 1482, fazendo mercê a Gil Vicente do officio de requeredor da villa de Santarem.

2.º Carta do citado rei, de 4 de julho de 1486, nome Gil Vicente, mestre da carpinteria das obras reaes, da villa de Santarem, para o mesmo cargo nas obras do paço da villa d'Almeirim.

3.º Carta d'el-rei D. João II, de 12 de outubro de 1487, confirmando outra d'el-rei D. Affonso V, de 28 de novembro de 1470, pela qual foram conferidas a Gil Vicente, mestra da carpinteria das obras reaes da villa de Santarem, grandes privilegios.

4.º Carta do mesmo rei, de 1 de maio de 1491, transferindo Gil Vicente do logar de porteiro dos contos da comarca de Beja para logar identico, nos contos do mestrado d'Aviz, pela renuncia de Affonso Alvares, que passou para os contos de Beja: o ordenado era de 3$301 réis.

5.º Carta d'el-rei D. Manuel, de 2 de novembro de 1496, confirmando a de D. João II, a favor de Gil Vicente, mestre da carpinteria das obras reaes de Santarem.

6.º Carta d'el-rei D. Manuel, de 3 de novembro de 1496, confirmando a outra d'el-rei D. João II, sobre os privilegios concedidos a Gil Vicente, mestre da carpinteria.

7.º Carta d'el-rei D. Manuel, de 4 de fevereiro de 1512, nomeando Gil Vicente, ourives da rainha D. Leonor, mestre de balança da moeda de Lisboa, com as condições que abaixo diremos.

8.º Carta d'el-rei D. João III, passada em Evora, a 19 de janeiro de 1525, concedendo a Gil Vicente, *em attenção aos seus serviços*, a tença de tres moios de trigo no recebimento do um por cento.

Além d'estas, ha ainda uma outra carta, de que não temos perfeita lembrança, mas que nos parece ser da nomeação de Gil Vicente para porteiro dos cnntos de Beja.

Acaso todos estes documentos são relativos a Gil Vicen-

te, lavrante e auctor dramatico? Não é possivel. As cartas de nomeação de requeredor de Santarem, de porteiro dos contos de Beja, e as de mestre de carpinteria contradizem a data que se attribue ao seu nascimento, que é a de 1470; tinha n'aquella data mui verdes annos para exercer taes officios. Cremos, pois, que será difficil chegar a inducções bem fundadas, para lhe applicar aquelles documentos.

Occorre uma observação; Affonso Alvares, que era porteiro dos contos do mestrado d'Aviz, e passou para os de Beja, seria Affonso Alvares, poeta dramatico, contemporaneo de Gil Vicente?

Dos referidos documentos, o setimo, é que respeita indubitavelmente a Gil Vicente, lavrante da custodia de Belem; vamos transcrevel-o na integra, porque é inedito, e curioso; diz assim:

«D. Manuel, etc. A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber, que confiando nós da bondade e disquirição, e feeldade de Gil Vicente, ourives da rainha minha muito amada e presada irman, e querendo faser-lhe graça e mercê, temos por bem, e o damos ora por mestre da balança da moeda da cidade de Lisboa, assi e pela maneira que o elle deve ser, e o até aqui foi Fernão Gil, por cujo fallecimento o dito officio vagou, com o qual queremos, e nos praz que haja o mantimento, proes e precalços a elle directamente ordenados, como os o dito Fernão Gil havia, e bem assi todos os privelegios e liberdades, que hão e devem de haver os mestres da dita balança; o qual officio terá e haverá assi até Ruy (?) Gil, filho do dito Fernão Gil, ter em idade de vinte e cinco annos, porque tanto que os houver ficará a nós resguardado fasermos a elle, ou a outra qualquer pessoa, que nisso serviço mais seja, mercê do dito officio; e porem mandamos a Garcia Moniz, thesoureiro da dita nossa moeda, e quaesquer outros officiaes, ou pessoas a que pertencer, que o mettam em posse do dito officio, e lh'o leixem servir e usar, e haver o mantimento, proes e precalços a elle directamente ordenados, assi como os havia o dito Fernão Gil, e melhor, se os elle com direito melhor poder haver, o qual jurou em a nossa chancellaria aos santos avangelhos, que bem e verdadeiramente sirva e use do dito officio, guardando a nós, nosso serviço, e

ás partes seu direito. Dada em Evora a quatro dias de fevereiro, e Jordão Pires a fez, de 1512.» (Liv. 42, fol. 20, v. da chancellaria d'el-rei D. Manuel).

Por quanto tempo exerceria elle este officio?

Ácerca de ser mestre da carpinteria das obras reaes de Santarem e Almeirim, o facto de residir em Santarem, e o de ser elle quem fabricava os palcos ou theatros, onde se representavam os seus actos, poderia dar alguma plausibilidade á supposição de que o Gil Vicente, de que resam os documentos citados, era o lavrante da rainha D. Leonor, mas a data da nomeação, que remonta a 28 de novembro de 1470, em tempo d'el-rei D. Affonso V, exclue toda a possibilidade de que seja o mesmo.

A outra carta de D. João III, relativa á tença, com boas rasões, se póde suppor, que se refere ao lavrante. N'esse anno de 1525 fez elle representar dois autos, o *Juiz da Beira*, e a *Fragoa d'amor*, na presença de D. João III. É de crer que o monarcha o remunerasse pelas composições dramaticas, que se lhe encommendavam, mas a tença era um rendimento certo.

Em 1522, no *Auto pastoril portuguez*, queixava-se Gil Vicente de *não ter nem ceitil;* que elle solicitava algum emprego, não ha duvida, porque isso consta da rubrica das trovas ao conde de Vimioso, a *quem el-rei remettia o auctor sobre um despacho seu*. Que despacho era este?

Gil Vicente diz:

Senhor, a longa esperança
Mais curto praser ordena,
Minha vida *está em balança*
. . . . . .

Quereria acaso significar, que se tratava da pertenção do officio de *mestre da balança da moeda?*

Ora, se Gil Vicente, auctor dramatico, era o mesmo Gil Vicente, lavrante, e se além d'isto ainda tinha algum officio, não é muito para acreditar que, com rasão podesse dizer que *não tinha ceitil*. É sestro antiquissimo de poetas, e mesmo de prosadores, lastimarem-se da sua pouca fortuna.

Todas estas questões carecem de muito maior desenvolvimento, e não foi nossa intenção, agora, senão mencional-as, aproveitando a occasião de exhibir o documento, pelo qual,

Gil Vicente, lavrante da rainha D. Leonor, foi nomeado mestre da balança da moeda.

Raro será o leitor que não tenha lido a descripção da *custodia* fabricada por Gil Vicente, e muitos a terão visto nas exposições; da *cruz*, tambem obra do insigne lavrante, e egualmente doada por el-rei D. Manuel ao mosteiro de Belem, é que poucos tem noticia, por isso para aqui transcrevemos a descripção que fizemos d'ella, e se acha incluida n'uma relação de objectos preciosos, que se guardam na casa da moeda, e de que demos noticia no *Jornal do Commercio*, e a seu tempo entrará acrescentada no nosso *Summario*.

Aqui vae a descripção da cruz como a publicámos:

1.º Uma cruz de prata lavrada e doirada, e a figura de Christo não doirada.

Tem 88 centimetros de altura, comprimento do braço 50 centimetros; figura de Christo 26 centimetros.

Pesa 32 marcos, e o seu valor escripturado é de 216$000 réis. O seu verdadeiro valor é de estimação, por ser uma bellissima obra d'arte.

Consta da nota respectiva a esta preciosa cruz, que fôra doada ao mosteiro de Belem, ao qual pertenceu, pela rainha D. Catharina, mulher de D. João III, mas nós cremos que isto não é exacto, e suppomos com bom fundamento que foi doada por el-rei D. Manuel, juntamente com a famosa custodia e a admiravel Biblia.

A verba do testamento d'aquelle monarcha, pela qual doou a custodia e a Biblia aos frades Jeronymos de Belem. diz assim:

«Item mando que se dê ao mosteiro de Nossa Senhora de Belem a custodia que fez Gil Vicente para a dita casa, e a cruz grande que está em meu thesouro, que fez o dito Gil Vicente, e assim as Biblias escriptas de pena, que andam em minha guarda-roupa, as quaes são guarnecidas de prata e cobertas de veludo carmezim.»

Ora o estylo da obra d'esta cruz mostra evidentemente que é do tempo d'el-rei D. Manuel, e com rasão se deve suppor fabricada pelo mesmo engenhoso e habil artista que fez a custodia. E posto que, no testamento d'el-rei D. Manuel se diga *Cruz Grande*, fazendo suppôr que seria cruz procissional, comtudo esta não se encontrou, e só se achou a de que tratamos com todos os caracteres de ser fabricada por sua ordem, e pelo mesmo artista mencionado no testamento.

E' um typo bem conservado da esculptura em metal do seculo XVI, ou dos primeiros annos do seculo XV.

A figura de Christo está muito bem modelada e é muito viva e expressa.

Levanta-se a cruz sobre uma base rectangular, toda ornada de baixos relevos de assumptos sagrados ou mythologicos e assente sobre as quatro figuras apocalypticas — o anjo, o toiro, a aguia e o leão alado.

Os baixos relevos são:—Judas retirando-se com o sacco dos 30 dinheiros, é um quadro bellissimo pelo desenho e pela expressão—a prisão de Christo—Christo no Horto—o Centauro— o *Ecce Homo*—o rapto de Europa—a Resurreição—Christo caminhando para o Calvario—o diluvio—o rapto de Dejanira—e outros mais espalhados pela cornija, molduras e frisos da base, que tem de altura 22 centimetros.

E' obra de muita estimação e de grande valor artistico. Todos os quadros são dignos da maior attenção pela sua bellesa e propriedade. Observa-se ali o capricho e a phantasia dos artistas da época, e a confusão dos assumptos sagrados com os mithologicos, que caracterisa as suas obras.

LEMBRANÇAS DOS FESTEJOS REAES

I

Muitas vezes, em occasiões de jubilo popular, se tem feito n'esta cidade festas sumptuosas, em que se despenderam grossos cabedaes. Ainda nos nossos dias se presencearam as festas da paz geral, em 1815, as da entrada das forças regeneradoras, em 1820, as de 1826, por occasião do juramento da Carta Constitucional; as de 1833, quando chegou a Lisboa a rainha a sr.ª D. Maria II.

Em 1793, houve grandiosas iliuminações e festejos para solemnisar o nascimento de sua alteza a princesa da Beira D. Maria Theresa, tia d'el-rei o sr. D. Pedro V.

Ainda hoje são falladas essas festas ordenadas pelo intendente geral da policia, e se mencionam as brilhantes illuminações do castello, do palacio de Joaquim Pedro Quintella, pae do sr. conde de Farrobo, e outras que então se fizeram.

A do castello representava uma grande fortaleza armada de artilheria e illuminada por um modo deslumbrante.

Dos demais festejos, assim como do pomposo fogo de artificio, que houve no Terreiro do Paço, tencionamos apresentar por extenso a descripção, por nos parecer mui curiosa, e pouco conhecida. Do fogo basta dizer que acabou por uma girandola de 300 foguetões, precedida de outra de 150 girandolas de foguetes variados, para se fazer idéa do quanto foi grandiosa.

Temos á vista a descripção dos festejos que houve em Lisboa, no anno de 1619, para celebrar a entrada n'esta cidade do intruso rei, Fi ippe II, (terceiro de Hespanha). E' um folheto em folio, publicado por ordem d'aquelle monarcha, em que se dá conta da viagem que elle fez a este reino, desde a sua entrada em Elvas.

Foram na verdade sumptuosos os arcos triumphaes que então se levantaram; vamos ennumeral-os:

O arco dos homens de negocio de Lisboa, no Caes.

O dos inglezes, na praça do Terreiro do Paço, servindo de porta.

O dos officiaes da bandeira de S. Jorge, na boca da rua de Ver o Peso.

Os officiaes da bandeira de S. Miguel fizeram a representação das principaes cidades, em estatuas collossaes, na Praça de Pelourinho Velho.

Os prateiros, na bocca da rua da Prataria, armaram uma arvore dos reis de Portugal. O tronco da arvore era de madeira prateada, e os ramos de fina prata lavrada, e sobre elles levantaram estatuas dos reis, de tamanho natural.

O arco dos corrieiros, na rua de Gil Annes, ao pé do Pelourinho.

O dos oleiros, na rua da Misericordia, ao pé da Padaria.

O dos sapateiros, no topo da Padaria, para a Magdalena.

O dos cerieiros, na porta de Ferro, perto da Sé.

O dos italianos, sumptuosa fabrica, na porta da Sé.

O dos esparteiros, na rua Nova, chamado dos Barretes.

O dos pastelleiros, chamado dos Pregos.

O dos pintores, na rua de S. Geão.

O dos flamengos, no meio da rua Nova, magnifica construcção.

O dos ourives e lapidarios, no extremo da rua Nova, entrada da rua dos Ourives.

O dos moedeiros, á porta da Casa da Moeda, defronte da rua dos Ourives.

O dos alfayates, ao pé da Calcetaria.

O dos pedreiros, na Calcetaria.

O dos familiares do Santo officio; n'um dos quadros tinham estes *santos varões* representado uma cepa cheia de uvas e ao lado um feixe de vide a arder; e em outro as armas da inquisição e uma pomba rodeada de uma cobra,

com esta legenda por baixo: *É simples como a pomba.* Que singelesa e que innocencia!

O arco dos allemães, no Terreiro do Paço; n'este havia musica, e o rei passou por elle á noite, acompanhado por 50 tochas de cêra branca.

Os officiaes da alfandega armaram um sumptuoso portico, á porta do edificio da alfandega.

O rei entrou em Lisboa a 29 de junho de 1619.

As festas continuaram por muitos dias.

Na noite de 1 de julho houve uma linda mascarada.

No Terreiro do Paço, para o desembarque do rei, se armou um caes que entrava pela agua até á altura da pôpa da galeota real, com duzentos e cincoenta pés de comprido e cincoenta de largo; fechavam-o de ambos os lados duzentos e sessenta balaustres de madeira prateada e torneaada, entermeados de vinte e seis pedestaes, e sobre seis d'elles outras tantas estatuas allegoricas de cêra branca, de tamanho natural.

Os padres da companhia de Jesus festejaram o rei com a representação de uma tragi-comedia intitulada *El-Rei D. Manuel conquistador do Oriente*, obra que pela descripção que d'ella faz Jaão Baptista Lavanha, era um acto muito divertido para o tempo. Conta elle que todas as figuras vinham ornadas profusamente de diamantes, saphyras, esmeraldas, perolas etc. Durou duas noites a representação.

Os fidalgos correram touros no Terreiro do Paço.

Em summa foram festejos realmente pomposos. A descripção que de tudo faz João Baptista Lavanha, está acompanhada de gravuras representando os arcos que se levantaram, e de uma vista do caes e de parte da cidade, e tudo menos mal gravado.

As inscripções dos arcos, denotam bem, que n'aquella época ainda se não tinha accendido aquelle espirito patriotico, que rebentou vinte e um annos depois.

É incrivel a baixa lisonja, a vergonhosa adulação para com o rei intruso, que se revela em todos estes festejos. Em quanto Portugal ia definhando ás mãos dos estrangeiros, quando se ia arruinando o poder lusitano nas Indias, é que os padres da Companhia representavam *El-Rei D. Manuel, conquistador do Oriente*, tragi-comedia, para solemnisar a visita do monarcha estrangeiro.

N'essa occasião se reuniram côrtes, em 14 de jnnho,

para ser jurado o principe que depois foi Filippe III de Portugal, mas que antes de morrer largou esse titulo usurpado. A essas côrtes foram o clero, a nobresa e o povo, reconhecer um principe intruso, sem embargo das famozas côrtes de Lamego, que, segundo se vê, nem sempre foram muito respeitadas; e ainda então a boa critica não as havia desaucttorisado

II

Fr. Apollinario da Conceição, author da *Demonstração Historica da freguezia dos Martyres*, investigou mui cuidadosamente quando é que pela primeira vez em Lisboa, se erigiram arcos triumphaes, nas occasiões de funcções regias, e concluiu que foi, em 1581, na entrada n'esta capital d'el-rei Filippe II de Castella e, 1.º de Portugal. Ao bom do padre lá lhe parecia impossivel que os não tivesse havido antes, mas diz que por mais que barafustou não poude alcançar noticias certas a este respeito, posto que pareça inferir-se do que diz Duarte Nunes de Leão, que nos festejos que tiveram logar na entrada d'el-rei D. Affonso V, no anno de 1439, se levantaram arcos. Outros ha, porém, os quaes affirmam que não era costume antigamente nas festas reaes usar da pompa dos arcos.

Consta que a primeira vez que os houve, foi na cidade de Evora em 1490, quando ali fez a sua entrada a princesa D. Isabel de Castella, vindo já recebida com o principe D. Affonso, filho d'el-rei D. João II, e que tão desastradamente morreu na flor dos annos.

Os arcos em Evora repetiram-se quando a essa cidade foi o cardeal Alexandrino, no anno de 1571.

Em Lisboa foi pois em 1581, a primeira vez que houve arcos nos festejos reaes.

A segunda funcção em que se empregou esse ostentoso ornato foi na entrada de Filippe II em 1619, da qual já démos conta ha dias. Foram esses, talvez, os mais sumptuosos que se tem erigido em Lisboa.

A terceira vez foi, em 1666, na entrada d'el-rei D. Affonso VI e sua consorte D. Maria Francisca Isabel de Saboya.

A quarta funcção, em que se levantaram arcos, teve logar em 30 de agosto de 1687, por occasião de irem á Sé ren-

der graças, el-rei D. Pedro II e a rainha D. Maria Sophia Isabel de Neuburgo.

A entrada publica d'el-rei D. João V e da rainha D. Marianna d'Austria, em 22 de dezembro de 1708, foi tambem festejada com arcos; e esta foi a quinta vez que os houve em Lisboa.

Pela sexta vez se levantaram arcos na capital, em 12 de fevereiro de 1729, na entrada da princesa D. Marianna Victoria e do principe D. José, que foram receber as bençãos matrimoniaes á Sé, tendo-se celebrado o casamento na Sé d'Evora.

Como é sabido, el-rei D. João V e toda a côrte foram a Elvas para na fronteira, onde vieram os reis catholicos e a sua côrte, se fazer a troca das duas princesas, D. Marianna Victoria, de Hespanha, que casou com o principe D. José, depois rei, e a infanta D. Maria Barbara, filha d'el-rei D. João V, que casou com o principe das Asturias. N'uma casa sobre a ponte do rio Caia se encontraram as magestades, dos dois reinos, e se trocaram as princesas. Com a côrte foram o patriarcha, doze conegos e os musicos da patriarchal, e nas terras por onde andou el-rei havia serenatas no paço.

Foi magnifica esta entrada: o prestito entrou pelo largo da Esperança, onde estava o senado aguardando suas magestades e os esposos; seguiu pela calçada do Combro, Chiado, encaminhando-se ao Terreiro do Paço e depois á Sé.

No transito havia vinte arcos feitos por negociantes nacionaes e estrangeiros, e pelos misteres, distinguindo-se entre aquelles os dos italianos, inglezes e allemães.

No cortejo iam cincoenta coches da nobresa, todos riquissimos, sendo muito ostentosas as librés dos innumeros lacaios. Os coches do estado real eram trinta; os infantes iam n'um coche de vistosos relevos; e el-rei e a rainha n'uma preciosa carruagem (assim lhe chama o noticiador), ainda depois d'estes vinha o coche das damas.

Houve brilhantes illuminações tanto na cidade, como nos navios surtos no porto.

No dia 12, e nos dois seguintes, se queimaram vistosos fogos de artificio no castello de S. Jorge.

Tambem foram mui apparatosas as festas pelo casamento da infanta D. Catharina com el-rei Carlos II, d'Inglaterra, em 1662. Fr. Apollinario da Conceição não menciona os arcos que então houve.

Foram estas festas interrompidas pelas solemnidades da semana santa.

Houve fogos de artificio na cidade, que eram correspondidos da villa e castello d'Almada.

Saiu da Sé para S. Domingos, uma procissão de acção de graças em que ia o senado, e se viam danças e mais apparatos então usados n'estas solemnidades: as janellas estavam ornadas de ricas colchas e tapeçarias, e muito melhor de damas, que entre as grandesas de Lisboa são sempre o seu maior ornato e explendor, diz com galanteria o noticiador d'estes festejos.

Houve tres dias de corridas de toiros, no Terreiro do Paço, onde se construiu uma magnifica praça. Os toiros foram corridos por fidalgos, e n'estas lidas se distinguiram os condes da Torre e de Sarzedas e o visconde de Villa Nova da Cerveira. Era custosissima o vestuario dos cavalleiros e da gente do seu serviço.

Os criados do conde da Torre traziam no peito bordada a oiro uma corôa imperial com dois CC contrapostos, alludindo aos nomes dos esposos e por baixo a letra—*um impera e outro reina.*

O conde da Torre apresentou cento e onze lacaios, e o outro cavalleiro, D. João de Castro, cento e nove; o conde de Sarzedas sessenta e nove. Os cavalleiros de cada vez que entravam na praça traziam uma turma de lacaios differentemente vestidos.

O embaixador conde de Sindwich, que veiu buscar a princesa, alojou-se n'uma casa do infante D. Pedro, ao Corpo Santo, que estava faustuosamente ornada. Havia n'ella duzentas camas; cincoenta de muito preço para os cavalleiros, outras cincoenta para os criados principaes, e cem ordinarias. Durante quatro dias houve explendidos banquetes, por conta d'el-rei, sendo tres as mesas, uma para o embaixador e pessoas mais qualificadas, outra para os principaes criados, e outra para a gente da armada e sem ser da armada; n'esses quatro dias esteve publico e commum o vinho para quem o queria, assim o diz o noticiador.

Na sala da audiencia via-se a riquissima tapeçaria que representava a tomada de Tunis, uma das rarissimas que escapara aos castelhanos, quando dominaram no paiz.

Para o embarque da princesa se determinou que se levantassem arcos; porém este pensamento só se ausentou dois

dias antes de se effectuar; mas apesar d'isso construiram-se doze arcos triumphaes de madeïra, e se armaram as ruas com colchas, tellas, sedas e outros ornatos de preço.

No dia 23 de abril, foi o dia de embarque, e a côrte foi á Sé onde ouviu missa e assistiu a um *Te Deum*.

Os arcos foram construidos pelos misteres; o dos prateiros, á entrada do seu arruamento, era coberto de fina prata, que no espaço dos dois dias foi batida e accommodada á fórma conveniente, só para esse fim. Os outros arcos eram cobertos de tellas, sedas, pinturas, e alguns com ornatos de oiro e de prata, emblemas e targetas, etc.

Foi admiravel a ostentação que a cidade de Lisboa fez, n'estas festas, de objectos de grande preço, como colchas, sedas, tellas etc.

A armada, que conduziu a rainha, compunha-se de quatorze náos inglezas, cinco sumacas e uma barca de Cezimbra que, por sua velocidade, levou o almirante como amostra ao rei de Inglaterra.

Uma das náos levava mil caixas de assucar pertencentes ao dote da noiva.

O noticiador remata a noticia d'estas festas com a seguinte observação.

«E note-se que celebrou Portugal este casamento com tão grande dote, solemnidade e despesa, ao mesmo tempo que tem tres exercitos poderosos em campo contra Castella (além das guarnições das outras duas provincias) um no Alemtejo, outro em Entre Douro e Minho e outro na Beira, e quando o castelhano para celebrar o casamento com a França teve de abster-se da guerra com Portugal.»

III

Era costume antigo, as augustas esposas dos nossos monarchas nunca fazerem a sua entrada publica na capital, senão passados alguns dias depois da chegada. Este estylo observou-se sem alteração, desde el-rei D. Affonso VI.

Vamos dar uma resumida noticia a este respeito.

A sr.ª D. Maria Francisca Isabel de Saboya, esposa d'el-rei D. Affonso VI, chegou a Lisboa, em 2 d'agosto de 1666; n'esse dia desembarcou no caes da Junqueira, e já

de noite recebeu as bençãos matrimoniaes, na egreja das Flamengas, e foi para o paço da quinta real d'Alcantara. Só em 29 d'agosto fez a sua entrada solemne em Lisboa, indo á Sé assistir a um *Te Deum;* o senado esperou as magestades nas Portas de Santa Catharina, e ahi lhe dirigiu as felicitações do municipio.

A sr.ª rainha D. Maria Sophia, segunda mulher d'el-rei D. Pedro II, chegou a Lisboa no dia 12 d'agosto de 1687, desembarcou n'uma ponte para isso construida na casa da India, recebeu as bençãos matrimoniaes na capella do Paço da Ribeira, onde permaneceu, até que, em 30 d'agosto, fez a sua entrada solemne em Lisboa.

A sr.ª rainha D. Marianna d'Austria, esposa d'el-rei D. João V, chegou a Lisboa em 27 de outubro de 1708; recebeu as bençãos matrimoniaes na capella do paço da Ribeira; em novembro houve festa de toiros e fogos de artificio, e só em 23 de dezembro d'esse anno fez a sua entrada solemne na cidade, tendo-se armado por essa occasião dezenove arcos triumphaes de mui brilhante fabrica.

A sr.ª rainha D. Marianna Victoria, que casou com el-rei D. José, sendo este ainda principe, em 1724, recebeu as bençãos matrimoniaes, em Elvas, nos fins de janeiro, e fez a sua entrada publica em Lisboa em 12 de fevereiro d'este anno.

Já se vê pois que sempre foi pratica da côrte, que as entradas solemnes das magestades na capital, por occasião dos regios consorcios, tivessem logar dias, e até mezes, depois da chegada das augustas esposas.

IV

Os festejos do consorcio d'el-rei D. Pedro II com a rainha D. Maria Sophia de Neuburgo em 1687

Temos já dado varias noticias dos festejos que se fizeram em Lisboa, por occasião de alguns regios desposorios, hoje damos mais por extenso esta, por nos parecer realmente sumptuosa.

Antonio Rodrigues da Costa, que foi na embaixada do conde de Villar Maior, na qualidade de secretario, descreveu n'um volume in-folio, de 300 paginas toda a jornada

do embaixador conde de Villar Maior, até á capital de Heidelberg, o que elle lá passou, e depois a viagem da rainha, relatando em breves palavras o que havia de mais notavel nas terras por onde passou. e concluindo com a noticia dos festejos celebrados em Lisboa.

El-rei D. Pedro II, quando resolveu casar em segundas nupcias com a princesa palatina, mandou a Heidelberg o dr. Antonio de Freitas Branco, desembargador da casa da supplicação, para que incognito se informasse da saude da augusta noiva, e fizesse algumas insinuações ao eleitor Palatino Filippe Guilherme, pae da pretendida princesa, ácerca do seu projecto matrimonial. Tendo sido bem recebidas aquellas insinuações, tratou-se logo de levar a effeito o mencionado projecto.

Foi nomeado embaixador para condusir a rainha, e representar el-rei no acto dos esponsaes, o conde de Villar Maior, depois marquez de Alegrete, o qual partiu para Heidelberg, capital dos estados do eleitor Palatino, no dia 8 de dezembro de 1686, levando uma comitiva de trinta e seis pessoas, não indo nenhuma dama.

Foram grandes e notaveis as honras que o conde de Villar Maior recebeu por todo o caminho, em Hespanha, França e Allemanha. Só em fins de fevereiro chegou o embaixador ao seu destino.

Tratou-se do contrato dotal, que foi mandado á approvação real, e com esta expedido ao embaixador, e depois de assignado por este e pelos commissarios conferentes por parte da princesa, foi enviado novamente a el-rei, que o recebeu a 9 de junho, e logo mandou annunciar officialmente os ajustes do seu casamento, festejando-se esta noticia com tres dias de luminarias e salvas.

Começaram então os preparativos para os festejos da entrada da rainha em Lisboa, applicando el-rei quantiosas sommas, sem haver gravado para isso os seus vassallos, para que por todas as circumstancias fosse plausivel e amavel este matrimonio, diz o noticiador d'estes festejos. Encarregou el-rei ao conde da Ericeira, vedor da sua fazenda, o cuidado e disposição dos aprestes para a vinda e entrada da rainha.

O conde embaixador alojou-se na cidade de Manheim, onde vieram os commissarios da princesa conferenciar ácerca

dos ajustes matrimoniaes, e ahi se conservou até fazer a sua entrada na côrte de Heidelberg, afim de pedir em fórma, a mão da princesa para o seu soberano.

Com muita pompa fez o conde de Villar Maior a sua entrada na cidade de Heidelberg, indo elle e a sua comitiva em cinco magnificos coches com um explendido acompanhamento.

Muitas festas houve em Heidelberg celebradas com grande fausto para solemnisar o recebimento da rainha. Na descripção vem minuciosamente referido o luxo e a grandesa com que o conde de Villar Maior se apresentou, já pela magnificencia dos coches, já pela riquesa das librés dos lacaios e mais pessoas da sua comitiva.

A rainha embarcou em Manheim e veiu descendo o Rheno até Nimegue, e d'ahi passou a Rotterdam, onde a aguardava uma armada ingleza para a conduzir a Portugal.

Em 12 de agosto de 1687, entrou no porto de Lisboa a armada em que vinha a rainha, e deu fundo defronte da egreja de S. Paulo. Logo foi a bordo o conde da Ericeira, em um rico bergantim, acompanhado de seu filho, de dez gentis-homens da sua casa, pagens respectivos e tres trombetas, sendo os clarins de prata. O conde beijou a mão á rainha, a quem seu filho D. Francisco Xavier dirigiu um breve discurso formado de cinco linguas.

Pouco depois foi a bordo o conde de Santa Cruz, mordomo-mór d'el-rei, que da parte de S. M. ia cumprimentar a rainha. Acompanhavam-o oito gentis-homens de sua casa e seis pagens, indo o conde riquissimamente vestido, e sendo de muito luxo o vestuario dos gentis-homens e dos pagens.

Em seguida veiu o conde de Valle de Reis, presidente do conselho ultramarino, e mordamo-mór da casa da infanta, a cumprimentar a rainha em nome de S. M. Vinha o conde primorosamente vestido de riquissimo brocado, com capa, trazia oito gentis-homens e seis pagens, e tambem cumprimentou o principe Fitz James, filho de Jacobo II, rei da Grã-Bretanha, o qual fazia parte da armada.

Depois foi a bordo el-rei, acompanhado dos grandes do reino, officiaes da casa real, e presidente dos tribunaes. El-rei vestia uma casaca côr de fogo, bordada de oiro e prata, de grande preço; o espadim e bastão eram guarnecidos de diamantes, sendo de incomparavel valor um que

levava na gravata, e os que ornavam o habito de Christo e o chapéo.

Entrou el-rei n'um bergantim (galeota) de rica e custosa fabrica, com a sua camara doirada, de vidraças; o toldo e cortinas eram de setim carmezim com franjas de oiro; os remeiros, o patrão e o patrão-mór iam ricamente vestidos, aquelles ao uso africano, de escarlate. O estandarte real era todo bordado, e as trombetas de prata, com cordões e borlas de oiro.

No bergantim real entraram os grandes que deviam acompanhar el-rei, o arcebispo de Lisboa, capellão-mór, os arcebispos de Evora e Braga. Em outros vinte e quatro bergantins, todos bem adereçados, embarcaram as demais pessoas do prestito real. Logo que el-rei embarcou a capitania real disparou toda a artilheria tres vezes, que se alternou com outras tantas descargas de mosqueteria, e o mesmo fizeram os demais navios da armada. Ao bergantim real, apenas atracou á capitania, vieram receber a el-rei o almirante duque de Grafton e o conde embaixador, e, ahi, a este el-rei deu o titulo de marquez de Alegrete. Depois d'isto subiu á náo e se dirigiu á camara da rainha, que estava vestida de riquissima tella de oiro branca, ornada toda de tantos e tão custosos diamantes que eram de inestimavel preço; e assim tiveram as primeiras vistas os augustos esposos, repetindo as salvas de artilheria todos os navios, tocando grande multidão de trombetas e charamelas, confundindo-se estes sons com as acclamações do povo, que cobria o mar em faluas, e enchia as praias.

Desembarcaram as magestades na ponte da Casa da India, onde as esperavam todas as pessoas que as haviam acompanhado, a nobresa, ministros e cavalheiros particulares, todos com ricos vestidos, e a guarda real em alas, vestida de casacas guarnecidas de passamanes de seda verde a branca

Nas escadas da ponte se havia erigido um portico, o qual dava entrada para uma galeria que passava pelo pateo e armazens da casa da India, atravessando a rua da Capella, entrando no pateo do palacio, e entestando com a escadaria que subia á capella real. Tinha esta galeria mil e trinta e seis palmos de comprimento, e dividia-se em quatro corpos de vistosa architectura, ornados de emblemas, allegorias e de muitas estatuas e copiosas inscripções todas

em latim. Nos differentes corpos se achavam representadas as quatro partes do mundo, os quatro elementos, as quatro estações, quatorze figuras representando outras tantas virtudes, as quatro principaes cidades do reino, os quatro principaes rios, os doze signos, as oito constellações, e trinta e seis figuras pintadas, de donzellas, representando as cidades e fortalezas mais celebres dos dominios portuguezes nas quatro partes do mundo.

Eram immensos os emblemas e as inscripções, sendo muitos d'elles e d'ellas mui elagantes e engraçadas, e todas allusivas ou ao successo que se festejava, ou ás glorias portuguezas.

Por esta galeria, pois, se encaminhou o regio prestito á capella real, e no pateo d'ella encontraram as magestades, a infanta, a qual, acompanhada por todas as suas damas, viéra ao encontro da rainha. Vestia a infanta primavera de oiro sobre setim encarnado, guarnecido de finissima pedraria. Subindo á capella real os noivos receberam as bençãos do arcebispo de Lisboa, e depois se recolheram ao quarto da rainha, onde estavam as senhoras da côrte.

El-rei mandou convidar o duque de Grafton e o principe Fitz James, offerecendo-lhes hospedagem que havia mandado prevenir com grande magnificencia nas casas de D. José de Menezes e Alexandre de Sousa. Por ordem d'el-rei se distribuiu á gente da armada ingleza um grande refresco, e foi tanta a abundancia de carnes, fructas e doces, que, depois de satisfeitos todos, os inglezes venderam muito do que lhes sobrou.

A esquadra retirou-se antes das festas, e da ida de suas magestades á Sé. El-rei brindou o principe com um broxe de grande valor, e ao duque de Grafton, com o mesmo espadim e bastão que havia levado quando foi a bordo; o broxe era tambem o mesmo que tinha n'essa occasião, e a todos os officiaes e cavalheiros da armada presenteou com joias de preço, e quantidade de dinheiro á familia que veiu servindo a rainha.

No dia 18 d'agosto houve beijamão, e nos dias subsequentes tiveram audiencia os ministros estrangeiros.

Foi no dia 30 d'agosto que el-rei e a rainha fizeram a sua entrada publica, e foram á Sé. No transito do paço da Ribeira á Cathedral se haviam erigido vinte arcos, tanto por nacionaes como estrangeiros.

Eis aqui a sua ordem, e as classes a que pertenciam:

Atafoneiros, na entrada da Tanoaria.

Italianos, mui vistoso,

Confeiteiros, na Calcetaria, com emblemas mui delicados e elegantes inscripções latinas.

Ahi vae uma amostra: N'um dos quadros estava pintada a fortalesa apontando para um diamante lançado entre as chammas de um brazeiro, com esta letra: *De cœlo fortitudo*. N'outro quadro via-se uma formosa perola sobre um bofete, cem a letra: *Pulchritudine tua procede et regna.*

Os ourives, na entrada da sua rua. fabricaram um theatro representando o monte Ida, e n'elle a fabula do juizo de Paris.

Alfayates, na entrada da rua Nova.

Esparteiros, junto ao chafariz da rua Nova.

Nação flamenga, no meio da rua Nova, magestosa fabrica: os emblemas eram de muito gosto, e as inscripções eruditas e graciosas; por exemplo: uma aguia fictando o o sol, com a lettra: *Non terret fulgor:* a ave alcyone no seu ninho, com a letra*: Agnoscit tempus;* um anel de diamantes com a letra: *Jungi amantes.*

O arco dos homens de negocio portuguezes, na rua Nova, defronte do poço da Fotéa, magnifica fabrica; tinha as effigies dos reis de Portugal, e por baixo de cada uma d'ellas a oitava dos *Lusiadas*, que se lhes referem.

Arco dos mercadores de vinhos, na rua Nova, na embocadura do Pelourinho.

Carpinteiros e pedreiros, na entrada da rua da Prata.

Ourives da prata, junto á egreja da Magdalena.

Sapateiros, junto á porta travessa da mesma egreja.

Cereeiros, encostado á porta do Ferro, junto á egreja de Santo Antonio.

Nação franceza, arco soberbo. encostado ao frontespicio da egreja da Sé; era uma fabrica magnifica, e os emblemas mui galantes; um d'elles representava duas rolas fazendo ninho dentro de um capacete, com a letra: *Bella gerant alii.*

Nação ingleza, na embocadura do Pelourinho para o Terreiro do Paço, tambem era obra vistosa, e os emblemas notaveis pela galanteria; entre elles havia um que representava a inveja, com cobras pelos cabellos, mordendo um coração, com a letra: *Frustra fremit invidia*, e sobre a figu-

ra estavam dois corações unidos, e coroados ambos de uma corôa, sobre a qual se lia esta letra: *In unum*: e de cada um dos corações sahia outra letra que dizia: *Ab isto felicitas*.

Officiaes da bandeira de S. Jorge, no Terreiro do Paço.

Nação allemã, no Terreiro do Paço, junto á porta por onde se entrava para os palanques, adornado de bonitos emblemas.

Cumpre notar que todas as inscripções e emblemas d'estes arcos, além de mostrar certa galanteria bem conciliada com o respeito, não padeciam d'aquella baixa lisonja e vil adulação que se observaram nos festejos da entrada de Filippe II. Este era rei intruso, e D. Pedro II era rei natural: eis a differença.

Foi, pois, por entre essa vistosa arcaria que o prestito real se dirigiu á Sé. Póde imaginar-se qual seria a magnificencia dos coches da nobresa e do estado real, todos de riquissima talha, ornados profusamente de damascos, sedas e brocados.

El-rei dispensou na etiqueta, dando a direita á rainha, para lhe tributar esta demonstração de alto apreço dos merecimentos que a adornavam. E assim procedeu em toda a solemnidade.

Foi á porta da egreja de Santo Antonio que o senado esperou as magestades, e lhes fez entrega das chaves da cidade.

A maior parte das sedas, tellas e brocados da armação da Sé pertenciam ao arcebispo e a seu irmão o marquez d'Arronches.

No dia das bençãos houve á noite luminarias, salvas, danças pelas ruas, etc.

No dia 6 de setembro, continuaram as festas, havendo a primeira corrida de toiros no Terreiro do Paço. N'esta corrida foi cavalleiro o conde da Atalaia, que appareceu na praça acompanhado por duzentos lacaios, sumptuosamente vestidos. As ferraduras do cavallo, em que o conde montava, eram de prata.

No dia 7, á noite, houve fogo de artificio sobre o Tejo, figurando o ataque de um forte com grande quantidade de fogo; os navios da esquadra formavam uma curva em redor da área destinada ao fogo.

De uns a outros barcos estavam presas cordas, para cor-

rerem por ellas foguetes sobre a agua, para simular mar de fogo.

Alguns dias depois houve segunda tarde de toiros, e foi cavalleiro D. Lourenço d'Almada, o qual trazia cem lacaios e vinte e quatro negros.

No terceiro e ultimo dia de toiros, foi cavalleiro o conde de Villa Flor; este fidalgo apresentou-se com extraordinario apparato e grande magnificencia. Compunha-se o seu sequito de vinte e cinco gentis-homens e outros tantos pagens, e duzentos e cincoenta lacaios; cincoenta vestidos de casacas de tella gemada guarnecidas de rendas de prata; cem ao uso hespanhol, e d'estes cincoenta de seda preta, e outros tantos de seda parda, e cincoenta á mourisca de sedas varias. Acabada a corrida mandou o conde espalhar dinheiro pela praça, e ao sair despediu os gentis-homens, pagens e lacaios com os vestidos que traziam, e o mesmo fizeram o conde da Atalaia e D. Lourenço d'Almada.

As corridas eram sempre precedidas de danças e carros ornados que vinham entreter os espectadores, até que chegava um capitão da guarda real, com faustuoso sequito, e fazia despejar a praça.

Os toiros eram de morte, á espada ou de rojão.

Acabada a festa dos toiros, começaram os preparativos para a segunda festa dos fogos no Terreiro do Paço; deu o plano o conde da Ericeira, e foi um jardim que occupava o espaço de trezentos palmos de comprido e duzentos e oitenta de largo. O jardim estava disposto, segundo o desenho então usado, com estatuas, fontes, incluindo uma feita segundo o modelo da que existia na quinta do conde da Ericeira, obra do celebre esculptor romano Bernini. Era immensa a quantidade de fogo artificial espalhado por todo o jardim. Demorou se a festa por ter adoecido a infanta, e só no dia 8 de outubro pôde ter logar. O jardim foi brilhantemente illuminado, e antes de começar o fogo entraram quatro córos com varios instrumentos, e cantaram uma letra allusiva á rainha e depois entraram oito córos de danças.

No dia seguinte se encetaram os preparativos para a terceira festa de fogos, que representavam a tomada da praça de Neusel, que ha pouco havia sido conquistada aos turcos pelas armas do imperador da Allemanha.

Em quanto se preparava este fogo, se fez no castello de

S. Jorge uma imitação da girandola que ainda hoje é costume, em certas festas, ser lançada no castello de S. Angelo, em Roma. Para se executar este fogo, fabricou-se de madeira uma girandola de tal capacidade que se assentaram n'ella nove mil foguetes; e toda a frente do castello que olhava para o paço e para a maior parte da cidade se compoz de arvores de fogo, e, precedendo descargas da artilheria do castello, se deu fogo ao mesmo tempo ás frentes do fogo, e logo á immensa girandola.

Concluidas as obras para a execução da terceira festa de fogo de artificio, se mandou collocar todas as bocas de fogo dos terços da armada e a guarnição da côrte por detraz das baterias. Precedeu o fogo uma segunda girandola do castello, e logo depois se illuminou repentinamente toda a praça do Terreiro do Paço com tochas de cêra, que estavam postas em quatro grandes e altos candelabros. Nas baterias se collocou a artilheria que lá se podia accommodar. O ataque do forte executou-se com descargas de mosqueteria e de artilheria, imitando-se todas as operações proprias d'estes actos de guerra. Era o conde da Ericeira quem dirigiu esta festa.

Findou a festa com o desmoronamento do forte, depois de sortidas dos defensores e do assalto ao som de multidão de trombetas e de tambores, e subindo ao ar immensas girandolas de foguetes.

Assim acabaram as festas do consorcio d'el-rei D. Pedro II com a rainha D. Maria Sophia de Neuburgo.

Chegára ella a Lisboa a 12 de agosto; só em 18 fez a sua entrada solemne na cidade, e as festas prolongaram-se até outubro.

Não sabemos qual fosse o motivo de tanta demora. Era uso antigo nunca entrarem os reaes esposos na cidade, no dia em que chegava a noiva, mas só passados alguns dias: mas não era isso motivo para que os festejos se demorassem tanto.

V

As festas da Junqueira em 1738

De uma relação, que temos á vista, das pomposas festas que se fizeram nos dias 5, 8 e 12 de julho de 1738, no si-

tio da Junqueira, para solemnisar o natalicio da princeza do Brazil D. Marianna Victoria, extrahimos o seguinte.

Os principaes fidalgos da côrte de Portugal, no anno de 1738, convocados pelo visconde de Villa Nova da Cerveira, determinaram fazer uma pomposa festa em obsequio á princeza do Brazil, como em celebração do seu real anniversario natalicio.

Foi o duque de Cadaval quem dirigiu estes magnificos festejos. Ajustaram que os festejos se realisassem nos dias 5, 8 e 12 de julho, e o sitio escolhido foi o da Junqueira.

Deliberaram os fidalgos, que se construisse um espaçoso amphitheatro com os seus palanques, galerias, salas e camarotes mui vistosamente armados e guarnecidos, e de elegante architectura. Occuparam-se na sua construcção trezentos e quarenta e cinco carpinteiros durante mais de dois mezes. Tinha a praça setecentos e quarenta palmos de comprimento, e de largura setecentos e vinte; e nos lados fizeram quatro portas em boa correspondencia.

Aprasado o primeiro dia de festejo, e achando-se tudo prompto, se mandaram na vespera affixar cartazes impressos, nos logares publicos da côrte, e logo no dia seguinte pela manhã começou a concorrer numerosa multidão de nobresa e povo; e n'essa tarde se acharam no sitio da Junqueira duas mil seiscentas e cincoenta e tres seges, coches, berlindas e pacabotes, além de outras carruagens de differentes especies.

Chegou a hora de começarem as festas. N'uma tribuna custosamente armada appareceram el-rei D. João V e sua augusta esposa, e os principes seus filhos. N'uma varanda da parte esquerda da tribuna real estavam as damas da rainha e da princeza do Brazil; e em tres camarotes, contiguos á tribuna, os tres cardeaes da Motta, da Cunha, e o patriarcha, e tambem o nuncio apostolico.

Entrou na praça Manuel de Beça, sargento-maior do regimento do conde de Cuculim, e os dois ajudantes do mesmo regimento com as quatro companhias de granadeiros dos dois regimentos da guarnição da côrte, que eram o do conde de Cuculim e o do monteiro-mór. Esta tropa executou variadas evoluções, segundo diz a relação, com muita galhardia e boa disciplina.

Sahindo a tropa, começou a entrar na praça o vistoso e

magnifico estado assim dos guias, como dos mais cavalleiros que haviam de tomar parte no torneio.

Entrou primeiro Manuel Mascarenhas, criado do duque de Cadaval, fazendo o officio de sota-cavallariça. Seguiu-se uma azemola trazendo dois caixões em que iam as canas e alcanzias, guiada por um criado de libré e coberta com um reposteiro de veludo verde em que se viam, primorosamente bordadas com oiro e prata, as armas da casa do duque; vinham logo após cinco cavallos do duque conduzidos por outros tantos criados de pé, vestidos de finissimo panno verde, canhões e vestias de galacé de oiro; e os cavallos custosamente ajaezados com rico e curioso primor de fitas, frocos, galões, rendas e franjas de oiro e prata, entre cujos adornos se admiravam pedrarias de subido valor, e cobertos com tellizes de veludo verde, com as armas da casa bordadas tambem de oiro e prata. Seguiam-se os trinta e um cavallos de mão dos sete cavalleiros da quadrilha, bem adornados e cobertos de tellizes com armas e guarnições de oiro e prata, conduzidos por egual numero de criados de libré vestidos com primor, conforme as côres e o estylo das casas a que pertenciam; vinham logo dezeseis lacaios emparelhados, levando as lanças, adargas e tellizes; seguia-se um côro de cinco trombetas e timbaleiro montados, com fardas de fino panno verde, guarnecidas e agaloadas com muita riquesa. Vinha então montado em formoso cavallo, Diogo Ribeiro, moço da camara do duque, vestido de panno escarlate agaloado de oiro, cocar de plumas no chapéo, e uma preciosa presilha de rubins e diamantes; fazia figura de alferes e levava na mão direita um estandarte com astea pintada de verde e oiro e em cima uma bandeira farpada de setim verde, guarnecida em roda de franja de oiro; mostrando de uma parte as armas do duque e da outra a estrella do norte, e por cima uma letra de oiro em campo de prata, com a empresa seguinte:

Quo tendant lumina fundit.

Vinha na frente o duque, como primeiro guia, capitaneando a sua quadrilha, formada em tres fileiras, e um contra-guia; eram os cavalleiros, o marquez de Alegrete, Fernando Telles da Silva; o conde de Povolide, Luiz Vasques da Cunha; D. Antonio Rolim Moura, senhor de Azam-

buja, irmão do conde de Val de Reis; José Bernardo de Tavora, coronel de um dos regimentos de cavallaria da côrte, irmão do conde de S. Vicente; D. João da Costa, primogenito do conde de Soure; o conde de S. Thiago, Lourenço de Sousa da Silva; e o contra-guia Manuel de Tavora, filho do conde de Alvor, e casado com a herdeira da casa dos condes de Villa Nova. Marcharam por meio da praça, fizeram as cortezias a suas magestades e altezas, depois ás damas, e foram tomar o seu logar.

Succedeu a esta quadrilha a do segundo guia, cujo estado veiu na mesma fórma que a primeira, variando só nas côres dos vestuarios e dos adornos e jaezes dos cavallos. Além dos cinco cavallos de mão de guia, vinham mais vinte e nove dos cavalleiros d'este fio, gniados por trinta e tres moços de pé. Vinha Manuel de Souoa, criado grave do visconde, fazendo o officio de alferes, vestido de panno berne, agaloado de oiro, cocar de plumas brancas e azues, levava um estandarte na mão, a hastea pintada de azul e oiro, a bandeira de setim azul, guarnecida com franja de oiro, tinha de uma banda as armas do visconde, da outra uma aguia, guiando os filhos ao sol, e por cima em campo de prata esta letra: *Ducit, ut probet.*

Enirou o visconde de Villa Nova da Cerveira, D. Thomaz de Lima, estribeiro-mór da princeza do Brazil, segundo guia, com os sete cavalleiros do seu fio; eram estes o conde de Lavradio, D. Antonio d'Almeida; o conde de Val de Reis, Lourenço de Mendonça; D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, vedor da casa d'el-rei; Manuel Antonio de Sampaio e Mello, senhor de Villa Flor; D. Manuel de Sousa, capitão da companhia dos allemães da guarda real; Luiz de Saldanha da Gama, primogenito de João de Saldanha da Gama, que foi vice-rei da India; e o contra-guia D. Braz Balthasar da Silveira, mestre de campo general, com o governo das armas da provincia da Beira. Fizeram as cortezias como a quadrilha anterior, e tomaram os seus logares.

Principiou logo o estado do terceiro guia, que era o marquez de Tavora, na mesma fórma dos anteriores; iam trinta e dois cavallos de mão do guia e dos demais cavalleiros do seu fio, conduzidos por outros tantos criados de pé, com luxuosas librés; os jaezes dos cavallos eram de muito custo. Fazia figura de alferes, Luiz de Sá Coelho, criado grave do marquez, vestido de panno côr de fogo, com for-

ro e véstia verde tudo agaloado de prata: a astea do estandarte pintada de carmezim e oiro, a bandeira de setim da mesma côr, guarnecida de franja de oiro, mostrava de uma parte as armas do marquez e da outra um mar e um céo de estrellas, e por cima em campo de oiro, com letras de prata, esta empresa: *Ad astra per undas.* Entrou o marquez guiando o seu fio composto dos seguintes cavalleiros, Ayres de Saldanha de Albuquerque, gentil-homem da camara do infante D. Antonio; Antonio de Saldanha de Albuquerque, seu filho; Luiz Guedes de Miranda, filho unico do senhor de Murça; Nuno de Tavora, filho do conde d'Alvor; D. Fernando d'Almeida, primogenito de D. João d'Almeida, irmão do cardeal patriarcha; D. Thomaz da Silveira, de Albuquerque, sobrinho do mesmo patriarcha; e o contra-guia D. Luiz de Portugal, coronel do regimento de Setubal. Fizeram as cortezias, e tomaram os seus logares.

Com a mesma ordem entrou na praça o estado do conde de S. Miguel, quarto e ultimo guia; trazia trinta e um criados de libré conduzindo outros tantos cavallos de mão de todos os fidalgos d'este fio, custosamente vestidos, e os cavallos com muito primor ajaezados e adornados. Servia de alferes João Pedro da Gama, criado grave do conde, vestido de velludo carmezim, véstia de galacé de prata; o estandarte com a astea pintada de amarello e oiro, e a bandeira de setim amarello com franjas de oiro; mostrava de uma banda as armas da casa do conde, e da outra um foguete subindo, e por cima, em campo de prata, esta letra: *Alta petit.*

Seguiu-se o conde de S. Miguel, guiando o seu fio, da mesma sorte formado que os antecedentes; eram os mais os seguintes: D. Francisco de Menezes, primogenito do conde da Ericeira; D. Luiz de Menezes, vice-rei que foi do estado da India; o visconde da Villa Nova da Cerveira, Thomaz da Silva Telles, mestre de campo general; D. Alvaro José Botelho, filho do conde de S. Miguel; Fernando Xavier de Miranda Henriques, sobrinho do conde de Sandomil, vice-rei da India; D. Manuel de Noronha, primogenito do conde d'Arcos; José Joaquim de Miranda Henriques, senhor das Villas de Carapito e Codiceira; e o contra-guia D. Luiz de Sousa, capitão da companhia dos allemães da guarda real.

Compunha-se esta magestosa cavalgada de trinta e dois

cavalleiros das principaes familias do reino, todos vestidos com casacas de finissimo panno escarlate, guarnecidas de galões de oiro, véstias e polainas brancas, calções de velludo preto, chapéos pretos com galões de oiro, com magnificos cocares, botões e presilhas de diamantes.

Differençavam-se os quatro fios, em plumas e adornos dos cavallos na fórma seguinte:

O duque e os mais fidalgos da sua quadrilha, levavam cocares de plumas brancas e verdes, e das mesmas côres, com prata e oiro, os adornos dos cavallos.

O marquez de Tavora, plumas brancas e carmezins, e das mesmas côres os enfeites dos cavallos com oiro e prata.

O visconde, plumas brancas e azues.

O conde de S. Miguel, plumas brancas e amarellas.

E distinguia-se particularmente cada um dos fios pela côr do estandarte: assim a primeira quadrilha era de verde, a segunda de azul, a terceira de carmezim, e a quarta de amarello.

Cada uma d'ellas trazia, conduzidas em azemolas, as canas e alcanzias que haviam de servir nos jogos.

Postos os quatro fios no meio da praça, formaram uma vistosa escaramuça de labyrintho com tanta destresa e galhardia, que no intrincado das voltas e na ligeiresa das carreiras, e na pericia de todas as regras da arte equestre, maravilhou os espectadores.

Findo o vistoso divertimento das lanças, principiaram por um circulo a formarem meia escaramuça com graves e diversas operações, que muito agradaram pela novidade, e separando-se nas voltas, rompendo uns as fileiras dos outros, atiraram ao ar com algumas canas com signal de desafio; voltaram aos seus postos, para darem começo ao exercicio das canas.

Principiou logo esta peleja; despediam uns as canas ou flexas com tanta violencia, e outros com a espada as desviavam com tanta bizarria, e tão adextrados estavam, que não houve vencedores nem vencidos. Os espectadores applaudiam satisfeitos, e encareciam a pericia do duque, que tão bem soubera dirigir e instruir os pelejadores.

Acabado este combate, fizeram por meios circulos um quarto de escaramuça com differentes evoluções das já executadas; correndo os fios direitos, formados em quatro fileiras cada um, e na carreira se dividiam, e virando sobre

os lados, formavam os meios circulos, no fim dos quaes se uniam á primeira fórma, e sempre sem pararem, com vistosas evoluções, faziam o quarto de escaramuça, dividindo as quatro quadrilhas em oito, de duas fileiras cada uma, e embaraçando-se depois todos, formavam uma especie de confuso labyrintho, do qual todavia sairam com muita agilidade e muita ordem com admiração geral: no entretanto lançavam ao ar alcanzias para intimarem os desafios, e assim vieram occupar os seus postos.

Passaram depois para o exercicio das alcanzias, no qual se houveram com não inferior destresa, sendo violentos nos tiros e ageis e peritos em apanhal-os com as adargas.

Concluido o torneio, era quasi sol posto, juntaram-se os quatro fios, e galopando com muita galhardia fizeram as cortezias ás pessoas reaes, indo na frente os dois primeiros guias com as espadas em cruz, e com ellas fizeram as cortezias, seguindo-se apoz todos os mais.

Sairam depois da praça, e apeando-se foram todos beijar a mão a suas magestades, que mui graciosamente lhes agradeceram tão bem desempenhados obsequios.

O segundo dia das festas, que era o oitavo de julho, foi destinado a uma esplendida corrida de toiros. Foi tão grande a concorrencia de gente de Lisboa para a Junqueira, que das quatro horas da manhã, até ás mesmas da tarde, se via o mar coberto de embarcações de transporte, e na terra havia um continuado movimento de carroagens; n'essa tarde se reuniram n'aquelle largo, campo e praias, tres mil setecentas vinte e oito carroagens de todos os generos; e no mar todas as fragatas da Alfama, Cruz da Pedra, Corpo Santo, Romulares e Boa Vista, que passavam de tresentas; todas as bateiras e barcos de Cacilhas; os barcos de Moyos; muitas barcas de Aldeia-Gallega, Coina, Moita, Amora, Mutella, Seixal, Porto Brandão, Barreiro, Lavradio, Murfarem e outras; todos os escaleres, botes, lanchas, faluas, catraios, yollas, hiates e bergantins de recreio; algumas moletas de pescar e barcos do Riba-Tejo. Todas estas embarcações, que seriam em numero de tres mil e novecentas, andaram a maior parte do dia conduzindo gente para a Junqueira, fazendo as viagens que lhes permittia o tempo. Os arraes e patrões fizeram bem bom negocio.

Foi tão grande o concurso, que todos os palanques, trincheiras e camarotes se achavam occupados; e nos muros

do forte e das quintas visinhas se via grande numero de pessoas expostas a todos os rigores do sol. Mais de doze mil pessoas ficaram sem logar. Os palanqueiros fizeram lucros, porque muitos logares foram pagos por preços exorbitantes, tanta era a curiosidade e affan, e tamanho o concurso.

De Castella tambem vieram a estas festas muitos particulares, alguns fidalgos, como foram o marquez de Riensuela, um sobrinho e dois cavalleiros que os acompanhavam, attrahidos pela fama de que gosava o duque na arte equestre. O duque, tendo noticia de que elles estavam na estalagem do Rocio, os mandou conduzir ao seu palacio, onde foram tratados com magnanima generosidade. Além d'elles mais fidalgos vieram, mas conservaram-se incognitos.

Antes de começar a corrida e de entrar el-rei, os quatro cavalleiros, que eram o duque de Cadaval, o marquez de Alegrete, o marquez de Tavora, e Manuel Antonio de Sampaio e Mello, andarem passeiando na praça em um notavel coche de columnas, aberto por diante e dos lados, a que chamavam phaetonte, puchado por seis formosos cavallos, cobertos com mantas de retroz côr de oiro, e galhardos martinetes de plumas nas cabeças. E, quando el-rei e a rainha entraram na sua real tribuna, sairam elles da praça.

Junto á porta principal havia uma grande barraca para onde entraram os cavalleiros, e junto a ella estavam os cavallos de todos, rica e curiosamente ajaezados com chaireis, ornatos e tellizes bordados, e com franjas, rendas e galões de oiro e prata.

Comparecendo na sua tribuna as pessoas reaes, entraram na praça o mesmo sargento-mór e ajudantes com as quatro companhias de granadeiros dos dois regimentos da guarnição da côrte, que no primeiro dia executaram variadas evoluções militares: n'esta tarde desempenharam outras não menos garbosas e de muito boa disposição militar.

Em seguida entrou na praça o meirinho, a que vulgarmente se chama neto, vestido de lustro á cortezã, e cocar de plumas no chapéo, montado n'um ligeiro andaluz, a vara na mão esquerda, e com demonstrações de cavalleiro fez as cortezias, e chegando perto da tribuna recebeu as ordens do marquez d'Abrantes, camarista d'el-rei.

Entraram logo na praça os quatro toireiros, a que cha-

mam capinhas ou toireiros volantes, vestidos com gibões de chamalote verde, casaquinhas, calções, e capas de camellão côr de fogo, meias de seda da dita côr, sapatos e chapéo brancos, e fazendo tambem as suas cortezias, tomaram logar na praça.

O duque deu aos cavalleiros novas instrucções, regulando o modo de fazer as cortezias, e os duellos em que os cavalleiros deviam tirar pelas espadas, que eram, em regra, todas as vezes que o boi descompunha por qualquer modo os cavalleiros.

Entrou o duque na praça montado n'um soberbo cavallo, ajaezado custosamente e com primorosa curiosidade, brocado de frocos, fitas, palhetas, e espiguilhas d'oiro e prata, com muitas rendas, franjas e galões do mesmo, entre os quaes brilhavam ricas joias, como diamantes, rubins, esmeraldas e outras pedras preciosas. O duque vinha vestido de finissimo castor verde, com forro, canhões e véstia de seda côr de rosa, com alamares e galões de prata, chapéo pardo, agaloado de prata, e um bellissimo cocar de plumas côr de rosa, com um martinete negro no meio, guarnecido de diamantes e topasios, e um botão de uma grande esmeralda guarnecida de brilhantes, assente sobre um laço de fita verde, polainas brancas com fitas côr de rosa. Junto ás estribeiras iam os seus toireiros volantes, vestidos com gibões de panno berne guarnecidos de alamares de prata, calções e casacas de veludo verde á castelhana com galões de prata, capuz de seda côr de fogo guarnecido de galões de prata, sapatos e chapéos brancos. Fez o duque as cortezias, e logo tomando o rojão, buscou o toiro, e com atrevimento e destresa lh'o metteu. Saiu da praça para mudar de cavallo.

Montado em bisarro ginete preciosamente ajaezado, entrou o marquez de Tavora, vestido com casaca de gorgorão amarello, com alamares de prata, véstia de gorgorão branco, guarnecida de prata de Hespanha, e renda de prata, calção de velludo negro, polainas brancas com fitas amarellas, chapéo negro com galão de prata e cocar de plumas brancas com um martinete preto, guarnecido de topasios e brilhantes, presilha e botão das mesmas pedras. Iam no logar costumado os dois capinhas, vestidos com gibões de setim côr de oiro, com alamares de prata, casaquinhas de velludo da mesma côr, guarnecidas com uma barra de velludo azul, e agaloadas de prata, calções de velludo preto com galão de

prata, capas de chamalote azul com galão de oiro, meias azues com quadrados de oiro, chapéos negros com galões de prata, plumas azues e côr de oiro, e sapatos brancos. O marquez fez as cortezias, buscou o toiro, que era o mesmo, o qual não offereceu sorte; e retirou-se para mudar de cavallo.

Em um alentado cavallo entrou o marquez d'Alegrete, vestido de acamurçado castor, prodigamente guarnecido de prata, forro e véstia de seda verde, com alamares e renda de prata, polainas brancas com fitas de tella verde, chapéo preto com cocar de plumas brancas, martinete verde, presilha e botão de diamantes. Os capinhas, vestidos com gibões e calções d'anta, guarnecidos de velludo azul, com galões de prata, capas de barbarisco forrada de nobresa azul, guarnecidas de prata, chapéos pretos com galão da mesma, meias azues, com quadrados de oiro, e sapatos brancos. O marquez fez as cortezias, e buscou o toiro; este quiz investir com um dos capinhas, porém o marquez o perseguiu e metteu-lhe o rojão, retirando-se o bruto; e logo o cavalleiro saiu da praça.

Entrou em garboso ginete Manuel Antonio de Sampaio e Mello, vestido com casaca e calção de panno azul guarnecido de galões de oiro, vestia de setim branco bordada de oiro e matizes, polainas brancas com fitas azues, chapéo negro com galão de oiro, cocar de plumas brancas, com seu botão e presilha de brilhantes. Os toireiros vestidos com gibões de panno azul com alamares de oiro, casaquinhas e calções de velludo amarello, guarnecidos com uma barra de velludo azul e galões de prata, capas de nobresa azul com galões de prata, meias de seda da mesma côr com quadrados de prata, chapéos negros com galões da mesma e sapatos brancos.

Manuel Antonio fez as cortezias, e tomando rojão, buscou o toiro: o animal porém esquivou-se ao ataque, despresando o desafio dos capinhas; encontrando porém o marquez d'Alegrete com elle arremette; com animo destemido o marquez lhe prega o garrochão com tanta violencia que o bruto cae morto.

Entraram logo na praça dois lacaios alegremente vestidos de galacé de algodão com labyrinthos de diversas côres, e seis mullas castelhanas, com largas mantas do mesmo galacé, curiosamente fabricadas, e guiadas as mullas por dois

sotas-cocheiros, vestidos da mesma fazenda, e com alegre divertimento levaram de rastos o morto e agarrochado bruto. E por este modo foram retirados da praça todos os toiros que succumbiram na lide.

Os quatro cavalleiros andavam sempre na praça; o combate era de morte, e quando os toiros não buscavam os cavalleiros, ou quando buscados d'elles fugiam, eram então corridos á espada pelos toireiros ou capinhas, o que faziam na fórma seguinte:—Vinha um d'elles com a espada na mão direita, e a capa em ambas, e chamando o toiro, quando este o investia, largando da mão direita a capa, lhe mettia a espada, repetindo esta acção algumas vezes até o acabar de matar.

Foi o duque de Cadaval o cavalleiro que mais se distinguiu n'este combate, não só pela sua sciencia na arte equestre, senão tambem pela galhardia e brio com que se defendia dos accommettimentos dos toiros, e pelo desembaraço e golpes certos com que os matava.

Alguns cavallos ficaram no campo, e varias vezes os cavalleiros foram descompostos; mas sempre souberam tirar brilhante desforra da ousadia dos brutos.

Houve um intervallo que consistiu no seguinte: pozeram na praça oito talhas similhantes ás da India na pintura, e oito meios corpos, tudo de barro crú, mas pintado com muito primor; os braços dos meios corpos em natural acção de chamarem os toiros, os quaes vendo-os corriam a elles e os despedaçavam furiosos; de uns sairam pombos, e de outros, coelhos; que perseguidos dos capinhas e de outras pessoas que andavam na praça, serviam de agradavel divertimento a todos.

Foram corridos vinte toiros, e mais havia para correr, mas sobrevindo a noite deu-se por acabada a lide.

Os cavalleiros fizeram as cortezias, pela mesma fórma que na entrada, e saindo da praça se apearam e foram beijar a mão a suas magestades e altesas, que graciosamente louvaram a coragem e destresa de tão illustres cavalleiros.

Affixaram-se cartazes para o terceiro e ultimo dia das festas, que era o duodecimo de julho. N'este dia não foi o concurso de povo tão grande como no anterior, porém excedeu o do primeiro.

Apparecendo na tribuna as pessoas reaes, entrou na praça o sargento-mór do regimento que foi da junta, Sebastião

Alvares d'Andrada, e os dois ajudantes do mesmo regimento, Antonio da Gama Lobo, e Caetano Alberto, com o referido corpo, marchando por escarpa até ao meio da praça, onde fez alto, formou em batalha, e mandando apresentar armas, fez as continencias da milicia; mandou depois desfilar por escaramuças e reversão pelas duas filas do centro, que marchando até palacio, o continuaram a fazer cada fila por seu lado, e virando (uns á direita e outros á esquerda) caras á retaguarda marcharam em manga até á porta, onde fazendo alto e desfilando pelos lados, sairam pela mesma, deixando a todos admirados da sua pericia e garbo militar.

Com pompa e magnificencia eguaes ás do primeiro dia, entrou na praça o apparatoso e vistosissimo estado dos trinta e dois cavalleiros. Eis aqui um summario das differentes comitivas: dezeseis trombetas e quatro timbales, divididos em quatro córos, cento e trinta e dois cavallos de mão, trinta e dois em que iam montados os cavalleiros, oito em que iam os sotas-cavalhariças e os alferes, e vinte dos trombetas e timbaleiros, que fazem o numero de cento e noventa e dois cavallos, quatro azemulas levando os oito caixões das alcanzias e canas, duzentos e quarenta lacaios, divididos pela fórma seguinte: cento e trinta e dois dos cavallos de mão, trinta e dois dos cavallos de pessoa, e oito dos sotas-cavalhariças e alferes, sessenta e quatro das lanças e adargas e tellizes, e quatro que guiavam as azemulas.

Os quatro fios entraram na praça na mesma ordem que no primeiro dia, executaram os jogos da escaramuça, e depois os das lanças, alcanzias e canas; e acabados elles se deram por findas estas festas, as mais notaveis de que ha memoria, pelo luxo, grandesa e magnificencia com que se apresentaram os fidalgos e os seus estados, pela boa direcção que em tudo houve.

Era este o luxo da época; hoje os divertimentos são outros, e não menos custosos; todavia impossivel seria apresentar em publico uma cavalgada composta de cento e noventa e dois cavallos, todos ricamente ajaezados e todos animaes de valor, e ao mesmo tempo a pompa e magnificencia dos trajes dos fidalgos e das suas comitivas.

A VICTORIA DAS LINHAS D'ELVAS

A victoria das linhas d'Elvas é um dos factos mais importantes da historia de Portugal, e que mais influiu para segurar a independencia d'este paiz. N'essa guerra, que durou desde 1641 até 1668, Portugal conseguiu resistir ao poder de Castella, sem embargo do marasmo em que o deixára o dominio estrangeiro. Castella, embora entretida com a guerra de Catalunha e de Flandres, dispunha de grandes forças.

Se por ventura, em 1659, Portugal perde a praça d'Elvas, estava perdida a causa nacional. Depois d'esta immensa victoria o exercito portuguez ainda venceu os seus inimigos em assignaladas batalhas, como foram a do Ameixial, em 1663, e a de Montes Claros, em 1665, e ainda a guerra se prolongou dez annos, mas a perda d'Elvas seria o golpe mortal.

Se, n'esta época, por um lado vemos illustrarem-se tantos fidalgos, o que não admira, porque para elles eram os maiores cargos civis e militares, por outro lado, vemos muitos d'elles trahirem a sua patria passando-se para Castella. Logo em 1641, D. Duarte de Menezes, conde de Tarouca, e seus dois filhos, D. Luiz e D. Estevam; D. João Soares de Alarcão, mestre sala d'el-rei; D. Pedro de Mascarenhas, veador d'el-rei; D. Jeronymo e outros se foram para Castella. Promoveu a traição um frade, fr. Manuel de Macedo, religioso de S. Domingos, que depois foi preso e mandado para a India, onde morreu.

E n'esse mesmo anno de 1641 houve a conspiração do

duque de Caminha, do marquez de Villa Real, e outros da nobresa e do clero para entregarem o reino a Castella. No patibulo expiaram alguns dos traidores o seu crime; os do alto clero escaparam do supplicio. Eram as influencias da época; era natural.

No entretanto os populares, nem então, nem no tempo de D. João I, tramaram contra o rei e contra a patria, nem jámais foram traidores dando auxilio aos que pretendiam vender a sua terra aos estrangeiros.

A victoria das linhas d'Elvas, posto que não fosse tão decisiva como a de Aljubarrota, em 1385, contribuiu como esta para assegurar a nossa independencia. As circumstancias em que se achava o paiz, exhausto pela diuturna guerra, e por desastres recentes, como o de Olivença, que se rendera aos castelhanos, e o de Badajoz cujo sitio fôra obrigado a levantar João Mendes de Vasconcellos, depois de lastimosos successos, tornavam mais arriscada a sorte da guerra. Regia o reino, a rainha D. Luiza, na menoridade d'el-rei D. Affonso, e a energia do governo encontrava tantos embaraços na penuria e desfallecimento do paiz, que muito custou a compor o exercito, que afinal desbaratou os castelhanos em Elvas.

D. Luiz Mendes de Haro foi o cabo escolhido por Castella para a nova invasão de Portugal, na qual punha as maiores esperanças.

O primeiro rompimento da guerra da restauração foi a 9 de junho de 1641, governando em Elvas o grande general Mathias d'Albuquerque. O marquez de Toural, que governava Badajoz, fez uma entrada por Portugal, e surprehendeu um pequeno destacamento portuguez. D'ahi em diante proseguiram as hostilidades com varia fortuna para os dois exercitos. Não se limitaram os nossos a defender a sua terra, porque tambem entraram algumas vezes por Castella, assenhoreando se de alguns logares.

Mathias d'Albuquerque foi envolvido na conspiração do clero e da nobresa, e por isso em 1641 foi preso, e esteve na torre de Belem; apesar de ser um general muito considerado pelos serviços que prestára no Brasil, e pelos que começava a prestar na defensão do reino. Reconheceu-se, comtudo, que estava innocente, e lhe não cabia a nota de traidor, por isso quando saiu da torre, o povo o seguiu com grandes acclamações; e Mathias d'Albuquerque cor-

respondeu aos applausos do povo, porque na guerra se houve como general habil, e bom portuguez.

Foi pois D. Luiz Mendes de Haro o general escolhido para capitanear a nova invasão de Portugal, e a 15 de outubro de 1658 acampou junto ao Caia, da parte d'áquem, com quatorse mil infantes, cinco mil cavallos e a artilheria respectiva. Em 22 d'outubro estava sobre a praça d'Elvas. Occupou logo o mosteiro de S. Francisco, situado em uma eminencia, e mal guardado.

Contava o general castelhano de um só golpe, vencendo Elvas, pôr termo á guerra, porque n'essa praça estavam as reliquias do exercito que sitiára Badajoz, que se retirára desalentado, e desimado por crueis enfermidades; ali estavam os primeiros capitães, como eram João Mendes de Vasconcellos, André de Albuquerque, D. Sancho Manuel, Affonso Furtado de Mendonça, Pedro Jacques de Magalhães; ali se achava a flor da cavallaria, e muita nobresa, ali se accumulavam os mantimentos, as munições e o material de guerra. Confiava pois D. Luiz Mendes de Haro que ou a peste, ou a fome, ou a guerra, consumiriam dentro das muralhas d'Elvas, a alma de Portugal.

O exercito que retirára de Badajoz com João Mendes de Vasconcellos, constava de nove mil infantes e mil e oitocentos cavallos. Em Elvas ficou a maior parte da cavallaria, e entre gente paga, auxiliares e ordenanças uns sete mil homens, mas desordenados e confusos, e o resto foi para guarnições.

Conforme se vê em uma relação do tempo, e como depois diz o conde da Ericeira, quando começou o sitio havia na praça onze mil homens.

Os castelhanos occuparam as posições convenientes para o assedio da praça, e não lhes esqueceu o monte onde existia uma ermida da invocação da Senhora da Graça, e ahi levantaram um forte. A fortificação, que n'este monte hoje existe, foi projectada pelo marechal conde de Lippe, que commandou e reformou o exercito na guerra de 1762, sob a direcção de mr. Etienne, engenheiro de reputação, e foi continuada pelo general Valleré, que alterou o primitivo plano, e veiu a concluir-se em 1792. Accommoda oitenta peças e a sua importancia e poder constituem a maior força da praça.

Em 1658, o forte da Graça não tinha tanto poder, por-

que, como se vê das relações do tempo, a sua artilheria não alcançava a praça, ou pelo menos não a prejudicava, como se diz nas referidas relações, por estar a grande distancia.

O forte de Santa Luzia estava occupado pelo nosso exercito. Este forte foi principiado por Mathias d'Albuquerque em 1641. Em 1658 estava concluido e occupado. Da praça sairam André d'Albuquerque e Affonso Furtado de Mendonça, que vieram para Estremoz, e o governo ficou entregue ao valoroso D. Sancho Manuel.

A situação d'Elvas n'esta apertada conjunctura era das mais lastimosas. Ouçamos o conde da Ericeira a este respeito, e o seu testemunho concorda com o de todos os contemporaneos; diz este escriptor, descrevendo o estado da praça.

«Porém, a guerra nem ainda a fome eram os maiores perigos, que experimentavam os sitiados; a peste era o maior damno, porque não foi o contagio de menos lastimosa execução, ainda que as doenças não foram d'aquella qualidade porque, multiplicando-se com os dias as enfermidades, houve nos ultimos, muitos em que chegava a tresentos o numero dos mortos, originando este excesso monstruosos effeitos; porque os vivos perderam de sorte o horror aos defunctos, e não sepultados, que nas guardas lhe serviam os corpos mortos de assento para jogarem. De noite, os soldados auxiliares e da ordenança, que não tinham quartel, nem conhecimento algum da praça, iam dormir aos alpendres das egrejas, e a roupa dos cadaveres que estavam n'elles, lhes serviam de cobertura; e chegaram lastimosamente a faltar aos mortos aquelles sete palmos de terra para se enterrarem, que sempre se teve por impossivel succeder aos mais desgraçados; porque fóra das muralhas não convinha darlhes sepultura, por não manifestar aos castelhanos a falta de gente que havia na praça, nem tiral-os do engano em que estavam, de que eram mais os soldados, que os mantimentos.

«Nas egrejas já não cabiam mais cadaveres; nos terraplanos das muralhas se sepultavam alguns, mas nos fossos não o podiam ser; porque eram de pedra.

«E por este respeito, continua o conde da Ericeira, foram muitos corpos sepultados nos ventres dos animaes, porque

dos que se conservavam algum tempo vivos, faltando-lhes totalmente o sustento, se alimentavam dos corpos mortos com lamentavel espectaculo.

«D. Sancho Manuel procurava acudir a tão repetidos infortunios, porém todas as diligencias eram infructuosas, porque a febre e a debilidade corrompiam de sorte os miseraveis soldados, que tão hediondos e insupportaveis eram os vivos como os mortos... A fome era mais supportavel porque não faltava pão.»

O exercito de D. Luiz Mendes de Haro tambem padecia bastante por causa do frio, e com as enfermidades. A deserção das suas fileiras era grande. Do nosso lado se offereciam sessenta patacas a cada soldado de cavallaria montado, que se apresentasse, e cinco a cada infante.

A gente da praça fazia sortidas a meudo, porém pouco ou nada conseguia. Os castelhanos iam apertando o cerco, e já faltavam os soccorros para os enfermos, e a falta de remedios aggravava todos os males A muito custo se recebiam alguns socorros de Campo Maior.

Os medicos faltavam porque assaltados pelas febres, não podiam exercer o officio. Tanta era a carestia dos alimentos necessarios aos enfermos, que os preços subiam de sorte, que uma galinha valia sete mil réis, e uma caixa de doce seis mil réis; e nos ultimos dias do sitio nem por maior preço se achavam.

No fim do anno, de onze mil soldados que havia na praça, quando em outubro começou o sitio, apenas mil haveria capazes de activo serviço. Mas só com estes e com o esforço proprio e dos cabos que com elles estavam, determinára D. Sancho Manuel defender a praça até do ultimo extremo.

No entretanto, empregaram-se os maiores esforços para completar o exercito, que devia ir soccorrer a praça. D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede, a quem a regente confiára o commando do exercito, em Estremoz, juntamente com André d'Albuquerque, e outros cabos organisavam as forças libertadoras d'Elvas, e bem instante era a sua presença em frente das muralhas da praça para que ella não succumbisse.

Finalmente, em 11 de janeiro de 1659, saiu de Estremoz o exercito. Compunha-se de oito mil e quinhentos infantes, sendo d'elles dois mil e quinhentos pagos, e os demais au-

xiliares, isto é, milicianos dos terços levantados em diversos logares, e de dois mil e quinhentos cavallos, e quatrocentas egoas com sete peças de campanha de calibre quatro. Levava mais duas mil cargas de munições e mantimentos, duas mil cabeças de gado para abastecer a praça, no caso que fosse possivel.

André d'Albuquerque era primeiro mestre de campo general do exercito, e general de cavallaria.

O exercito, segundo diz uma relação do tempo, antes de se aproximar ás linhas, alojou-se no campo chamado Alcaraviça, junto de uma ermida da invocação de Nossa Senhora da Orada, obra antiga, e fundação de D. Nuno Alvares Pereira, que foi o terror dos castelhanos. Esta circumstancia animou e inflamou as tropas, que se recordaram do famoso condestavel e da victoria d'Aljubarrota, que foi a melhor base da independencia do reino.

Havia D. Sancho Manuel mandado sair da praça para o acampamento do conde de Cantanhede, cinco soldados que lhe deviam servir de guias, e eram elles sabedores do recado que D. Sancho Manuel mandava ao conde general, sobre o melhor ponto para assaltar as linhas dos sitiantes. Os soldados, por desgraça, foram aprisionados, e postos a tormento, declararam o que sabiam, e assim veiu D. Luiz Mendes de Haro a ter conhecimento do plano do exercito de soccorro, e portanto cuidou de bem guarnecer e fortificar os pontos ameaçados. Mas isto que parecia uma desgraça, veiu a ser uma providencia, porque o conde de Cantanhede soube do aprisionamento dos soldados, e atacou as linhas por outros pontos menos guarnecidos.

A 14 de janeiro de 1659 estava o exercito de soccorro em frente das linhas dos sitiantes, e preparava-se para dar a batalha, que começou ás nove horas da manhã. Premeditara-se o ataque pelo lado dos Mortaes, e por ali o esperava D. Luiz Mendes de Haro, mas ficou logrado.

Durou a batalha quasi até á noite. As linhas foram rotas por meio de incriveis actos de valor, porque os castelhanos as tinham bem dispostas e defendidas, e da praça pouco auxilio podia ter o exercito assaltante. Só no dia seguinte o exercito triumphante entrou na praça, e imagine-se com que alvoroço e contentamento seria recebido por aquelles que já talvez começavam a desesperar de soccorro, e que estavam passando por tão crueis trances.

No assalto das linhas succumbiu o mestre de campo general e general de cavallaria André de Albuquerque.

No ataque de um forte, defendido pelo duque de Saint Germain, vendo o destemido general que os soldados de Luiz de Sousa de Menezes, que já havia sido mortalmente ferido, voltavam as costas ao inimigo, não lhe soffreu o animo valoroso que soldados portuguezes recuassem por cobardia ou por desalento, e exhortando os que se retiravam, e animando-os, levou-os novamente ao ataque do forte, e até junto da estacada, e tocando nas estacas com a bengala, os advertiu como haviam de arrancal-as. Os soldados foram, e obedeceram, mas uma balla bateu no peito de André de Albuquerque, que logo caiu morto.

Foi muito sentida a morte d'este heroico general, que já na guerra do Brasil adquirira creditos de habil e de esforçado. Ahi ganhou os postos desde soldado. Contava trinta e nove annos de edade, e diz um noticiador da época, que André de Albuquerque era galhardo na presença, affavel no trato, discreto sem malicia, e valente sem ruido.

Rotas as linhas, o forte da Graça continuou ainda a resistencia; o conde-general o mandou investir, mas imprudentemente. Coube esta empresa a Affonso Furtado de Mendonça, general de artilheria; porém a força do seu commando nem levava escadas nem faxinas para o assalto, de maneira que Affonso Furtado teve de retirar com perda de consideração. Este forte e outros que ainda resistiram, renderam-se no dia seguinte, pois que já lhes era impossivel sustentarem-se, porque o grosso do exercito fôra desbaratado e retirara em debandada.

D. Luiz Mendes de Haro assistiu á batalha de uma eminencia, e quando viu rotas as linhas fugiu para Badajoz. Foi completa a derrota. Affirma o conde da Ericeira, que os reforços que recebera o exercito castelhano, reunidos á força do exercito invasor, não seriam inferiores a trinta e seis mil homens; uma relação contemporanea diz que seriam vinte e oito mil infantes e oito mil cavallos. Talvez um e outro sejam exagerados; é certo, comtudo, que D. Luiz Mendes de Haro deveria ter recebido consideraveis reforços para preencher as baixas, resultantes das enfermidades, das deserções, e dos combates. Quando no dia seguinte ao da batalha passou mostra em Badajoz ao exercito, acharam-se cinco mil infantes e mil e tresentos cavallos. Os prisioneiros,

que ficaram em poder do conde-general, foram mais de cinco mil, além de seiscentos feridos que ficaram no campo, e foram logo mandados para Badajoz. Perderam desesete peças de artilheria, tres morteiros, cinco petardos, quinze mil armas, muitas bandeiras e munições.

Ficaram fóra de combate muitos cabos e officiaes superiores. Os despojos colhidos pelo vencedor foram consideraveis, a barraca de madeira de D. Luiz Mendes de Haro, e as tendas dos officiaes com tudo quanto continham, cairam nas mãos dos vencedores, e ahi se acharam preciosas alfaias e adereços.

O exercito do conde de Cantanhede teve perdas dignas de muita lastima. Além do general André de Albuquerque, morreram Fernando da Silveira, conselheiro de guerra, fidalgo que militara em Flandres com bons creditos, e Luiz de Sousa Menezes, mestre de campo e mais duzentos e quarenta officiaes e cento e setenta e sete soldados. Ficaram feridos cinco mestres de campo, um tenente de mestre de campo, quinhentos e oitenta officiaes, trinta e dois sargentos e seiscentos soldados.

Estava salva a sorte do reino, e frustradas as esperanças dos castelhanos de conquistarem aquella praça, com que contavam para a completa ruina do paiz.

A noticia d'esta grande victoria chegou a Lisboa no dia 16, na occasião em que a côrte assistia á festa do Desaggravo, na egreja de Santa Engracia. As cartas foram logo levadas á regente, que as abriu immediatamente. Estava no pulpito o orador sagrado, interrompeu-se o sermão para se cantar um *Te Deum,* e findo elle proseguiu o sermão, e o orador aproveitou o ensejo para das esperanças qee procurava incutir no auditorio, passar a celebrar as realidades verificadas na victoria. Por uma coincidencia notavel, o orador chamava-se D. Prospero dos Martyres, conego regrante de Santo Agostinho; parecia pois que providencialmente fôra escolhido com tal nome, já indicativo de tão grande prosperidade, mas á custa de tantos portuguezes que foram martyres da patria.

D'esta famosa batalha restam dois monumentos;—um é uma columna, no alto da qual está uma corôa, e no pedestal lê-se esta inscripção—«*No anno de 1659—Reinando em Portugal D. Affonso VI.*» Esta columna levanta-se no sitio dos Mortaes, no proprio campo da batalha.

O outro monumento é uma capella dedicada a S. Jorge, que está a nor-noroeste da praça, na distancia de setecentas toesas.

No dia 11 de janeiro, em commemoração d'esta assignalada victoria, celebra-se todos os annos, na praça d'Elvas, uma procissão, missa e *Te Deum*, a que assiste a camara municipal.

A GRANDE ARMADA

É bem sabido que Filippe II de Castella preparou uma grande armada, para combater a Inglaterra. Muitas relações se teem publicado d'este facto; accrescentar-lhe-hemos agora outra, extrahida de um monumento inedito, da propria época.

O auctor do manuscripto começa por dar noticia d'aquella famosa procissão das reliquias que foram para S. Roque, (e n'esta egreja se conservam) no dia 25 de janeiro de 1588; procissão celebrada, para vêr a qual se moveu meio Portugal, e se alugaram janellas a vinte cruzados, e com rasão, pois havia que vêr — e nada menos que a rainha Santa Isabel com um cordão de pedraria ao pescoço, que valia cincoenta mil cruzados — Santa Engracia a cavallo — nove côros de cem meninos cada côro, ao todo novecentos meninos; — e entre as reliquias — um coeiro de Nossa Senhora, de que se cortavam pedaços para os devotos e nunca minguava — uma camisa de Nossa Senhora — uma massaroca que a mesma Senhora fiou (felizes tempos! e ao lado d'isto a inquisição!) Não valia a pena mover-se meio Portugal para vêr todas estas cousas, além da sumptuosidade de todos os ornatos e decorações, arcos triumphaes, e a côrte com todas as suas galas?!

Depois de referir a procissão, o auctor enlaça com ella a historia da grande armada, d'este modo:

«E não foi pequena consolação para Portugal esta mercê de Deus em trazer a elle tanta reliquia, em tempo que

estava tão attribulado, padecendo tanto detrimento com a soldadesca estrangeira que n'elle estava alojada pelas casas dos pobres, d'onde faziam mil insultos cada dia, e ajuntando-se outra muita mais que cada dia vinha para ir n'esta jornada de Inglaterra; além do que na terra padeciamos, tinhamos no mar os inglezes que nos tinham em cêrco, não lhes escapando navio na barra, e porque el-rei desejava muito a brevidade possivel a botar fóra a armada, mandou o duque de Medina Sidonia com todos os poderes do marquez de Santa Cruz, para ir por general da armada. Vindo o duque, e outros maiores sobre o marquez, tão grande desgosto tomou d'isso o marquez, que logo em continente adoeceu e falleceu dia de Santa Apolonia, 9 de fevereiro da era de 1588.

«Não foi sentido de ninguem por ser homem muito cruel para os portuguezes, e sempre lhes tirou de rosto, os avexou, e lhes fez todo o mal que pôde. E além d'isso tinha grande soberba, que por mais senhores portuguezes que o fossem visitar, elle não visitava ninguem. E era o mór chatim e mercador que em seu tempo havia, tanto que testou e deixou tresentos e dezoito mil cruzados em dinheiro de contado, afóra cincoenta mil que tinha de renda, e sua recamera de tapeçarias, joias e pedraria, que dizem ser tão grande quantidade, que, só com ella deixou os dotes para casamento de duas filhas. E tinha muitas náos que trazia no mar do trato. E d'esta maneira acabou sem o acompanhar á sepultura mais que quatro pessoas. Foi levado de noite aos Mariannos junto de Alcantara.»

O marquez de Santa Cruz conquistára as ilhas dos Açores que se tinham conservado fieis a D. Antonio, e havia desbaratado a armada franceza que viera em soccorro d'aquelle pretendente. Já se vê que o marquez tratava de fazer fortuna em Portugal, e é de crêr que grande devia ser o odio que votavam os portuguezes a este benemerito agente do tigre de Castella.

Prosigamos agora no extracto da relação da grande armada:

Vindo o duque de Medina Sidonia para ir por general da dita armada, acompanhado de toda a monarchia de fidalgos illustres, ficando muito poucos ou nenhuns que não

viessem de Castella para ir n'esta jornada, por ver como el-rei a mandava com tanto, que chegou a dizer dentro em Madrid, estando á mesa, e vendo fidalgos diante de si: — «Valha-me Deus, e ha fidalgos diante de mim que me não «vão servir n'esta armada, e não estejam em Lisboa; pois «se meu filho, o principe, que é um só que tenho, fôra «de edade, eu o mandára e não ficára em terra.»

E vendo os fidalgos isto que dizia el-rei se vieram pela posta, caminho de Lisboa, onde se ajuntaram n'este tempo toda a flor do mundo, assim de principes, monarchas, senhores, duques, marquezes e condes, como de toda a mais fidalguia, e soldadesca e terços das melhores nações que havia no mundo.

E a 8 d'abril da dita era, começaram os terços de dar mostras ao cardeal Alberto, no Terreiro do Paço, e assim como a davam se iam embarcar. E o primeiro terço que deu mostras, foi o de Napoles, soldadesca principal na milicia, muito lustrosa, e assim se foi logo embarcar, e após este saiu o terço da Sicilia, tambem muito lustroso e gente de muita marca. Deram tambem mostras os terços hespanhoes de diversas provincias de Hespanha, e bem galhardos e lustrosos. Dos portuguezes direi adiante. E depois de esta gente toda dar suas mostras, determinaram os senhores fidalgos illustres de Castella dar uma mostra sobre si, e aos 12 d'abril sairam com sua ordenança muito bem ataviados com tanta galhardia e gentilesa de custosos vestidos, não lhes faltando a fidalguia que ornava tudo. Pois aqui ia toda a flor de Hespanha, aonde entravam principes, senhores, duques, marquezes, condes; aonde ia o principe Dasco com seu arcabuz ás costas, e ali deram mostra ao cardeal, não fallo nas joias, pedraria, córtes de télas repassadas, passamanes de mil invenções, que era cousa de espanto.

. . . . . .

Aos vinte e cinco d'abril da dita era (1588), dia de Nossa Senhora dos Prazeres, benzeram a bandeira real na Sé, aonde foi o cardeal com o duque de Medina Sidonia, e o levava á mão direita, e foram até á Sé, d'onde saiu uma procissão que foi a S. Domingos, em que iam o cardeal e o duque, e toda a fidalguia e todas as ordens, confrarias e irmandades, bandeiras dos officios, e iam rezando as ladainhas, como em quinta feira de Endoenças, que parece prognosticavam já as Endoenças que haviam de ser de gran-

de perdição. E o arcebispo ia atraz com o Santo Lenho na mão, debaixo de um palio, e detraz o cardeal, o duque, e a cidade, e mais atraz a bandeira real, a qual levava o alferes-mór, que era castelhano, por nome D. Filippe de Cordova, filho de D. Luiz de Cordova, que fazia o officio de estribeiro-mór de el-rei, e ia a cavallo, por a bandeira ser muito grande e pesada, e não se poder levar a pé, e á roda d'ella iam todos os monarchas e illustre fidalguia de toda a Hespanha, que já estava junta n'esta cidade; cousa mais para vêr que todas as do mundo, pois em todo elle não podia haver outro tal ajuntamento.

E deixo de escrever aqui o riquissimo custo com que toda esta monarchia ia ornada, porque haveria mister muito tempo para isto.

Detraz d'esta procissão iam todas as bandeiras dos terços em sua ordenança, e no Terreiro do Paço, em quanto esta procissão passou, ficou feito um esquadrão de todo o terço da Sicilia, muito lustrosa gente, e na Ribeira, uma bandeira em guarda, por onde, quem viu este ajuntamento de tão varias composturas, de gentes tão insignes, bem não póde haver inveja a quem visse a flor do mundo, em outra parte que não podia ser tanto como esta.

Ao primeiro de maio da dita era de 1588, benzeram a bandeira de Gaspar de Sousa, capitão dos portuguezes a qual levaram a benzer á Annunciada, por causa d'ahi n'esse tempo estar a freira que se tinha por santa.

Á terça feira logo seguinte foram benzer a de Antonio Pereira, outro sim capitão dos portuguezes, e foram benzel-a pela mesma causa da dita freira, e á soldadesca portugueza que n'estas bandeiras ia, nenhuma vantagem lhe levavam as de Biscaia, de que ia por general João Martins de Ricaldes, em que iam as velas seguintes:

Primeiramente a náo *Sant'Anna*, capitania d'esta esquadra, de setecentas e sessenta e oito toneladas, tresentos e vinte e tres homens de peleja, cento e quatorze de mar, trinta peças de artilheria, mil e quinhentos pelouros e setenta e cinco quintaes de polvora.

Ia mais outra, por nome o *Granguim*, almirante d'esta esquadra, de mil cento e sessenta toneladas, duzentos e cincoenta e seis homens de peleja, setenta e tres do mar, vinte e oito peças de artilheria, mil e quatrocentos pelouros e setenta e dois quintaes de polvora.

Ia mais outra urca ou galeão, por nome *S. Thiago*, de seiscentas e sessenta e seis toneladas, duzentos e quatorze homens de peleja, cento e dois do mar, vinte e cinco peças de artilheria, mil duzentos e cincoenta pelouros e quarenta e sete quintaes de polvora.

Ia mais a *Conceição*, de cento e sessenta e oito toneladas, noventa homens de peleja, setenta do mar, dezeseis peças de artilheria, oitocentos pelouros, quarenta e cinco quintaes de polvora.

Ia mais a *Conceição*, de quatrocentas e dezoito toneladas, cento e sessenta e quatro homens de peleja, sessenta e um do mar, dezoito peças de artilheria, novecentos pelouros, trinta quintaes de polvora.

Ia mais a *Magdalena*, de quinhentas e trinta toneladas, cento e noventa e tres homens de peleja, sessenta e sete do mar, dezoito peças de artilheria, novecentos pelouros, trinta e oito quintaes de polvora.

Ia mais *S. João*, de trezentos e cincoenta toneladas, cento e quatorze homens de peleja, oitenta do mar, vinte e duas peças de artilheria, mil e cincoenta pelouros, trinta e seis quintaes de polvora.

Ia mais *Maria João*, de seiscentas e sessenta e cinco toneladas, cento e setenta e dois homens de peleja, cem do mar, vinte e quatro peças de artilheria, mil e duzentos pelouros, sessenta e um quintaes de polvora.

Ia mais a *Manuella*, de quinhentas e vinte toneladas, cento e vinte e cinco homens de peleja, cincoenta e quatro do mar, doze peças de artilheria, seiscentos pelouros, trinta quintaes de polvora.

Ia mais a *Santa Maria de Monte Maior*, de setecentas e sete toneladas, duzentos e sessenta homens de peleja, quarenta e cinco do mar, dezoito peças de artilheria, mil e quatrocentos pelouros, nove quintaes de polvora.

Ia mais outra esquadra de galeões de Castella e náos, de que ia por capitão general Diogo Flores de Valdez, os quaes, por não ser perluxo, nomearei em summa tudo junto d'aqui por diante, e tambem porque as esquadras são muitas, abreviarei em summa cada cousa de per si, como se verá.

De maneira que esta esquadra de galeões e náos de Castella eram por todas quatorze e dois patachos, que levavam mais de dois mil quatrocentos e cincoenta e oito soldados de infanteria, levavam mais mil setecentos e dezenove ho-

mens do mar, tresentas e oitenta e quatro peças de artilheria, dois mil tresentos e quarenta pelouros, e setecentos e dez quintaes de polvora.

Ia mais outra esquadra de navios, náos e galeões de Andaluzia, de que ia por capitão general D. Pedro Valdez; levavam onze navios grossos e um patacho, nos quaes iam dois mil tresentos e vinte e cinco soldados de infanteria, setecentos e oitenta homens do mar, duzentas e quarenta peças de artilheria, mil e duzentos pelouros e quatrocentos e quinze quintaes de polvora.

Ia mais outra esquadra da provincia de Guipuscoa, de que era capitão general Miguel Oquedo, levava dez navios grossos, dois patachos e duas pinaças, e levavam mil novecentos e noventa e dois soldados de infanteria, seiscentos e dezeseis homens do mar, duzentas e quarenta e sete peças de artilheria, doze mil cento e cincoenta e dois pelouros e cento e oitenta quintaes de polvora.

Ia mais outra esquadra de náos levantiscas, de que ia por capitão general Martim de Betendonça, e levava dez náos em que iam dois mil cento e oitenta soldados, setecentos e sessenta e sete homens do mar, duzentas e oitenta peças de artilheria, mil e quatrocentos pelouros e quinhentos e oitenta e quatro quintaes de polvora.

Ia mais outra esquadra de urcas, de que era capitão general João Lopes de Medina, e levava vinte e tres urcas, em que iam tres mil cento e vinte e dois soldados, seiscentos e oito homens do mar, tresentos e oitenta e quatro peças de artilheria, dezenove mil e duzentos pelouros e quatrocentos e cincoenta e oito quintaes de polvora.

Ia mais outra esquadra de patachos e zavras, de que era capitão cabo Antonio Furtado de Mendonça, e levava vinte e dois patachos e zavras, iam n'ellas quatrocentos e setenta e nove soldados, quinhentos e setenta e quatro homens do mar, duzentas peças de artilheria, dez mil pelouros, e quatrocentos e quarenta e oito quintaes de polvora.

Iam mais outras quatro galeaças de Portugal, de que era capitão general Diogo de Medrano; levavam tresentos e sessenta e dois soldados, e outros tantos homens do mar, vinte peças de artilheria, mil e duzentos pelouros e sessenta quintaes de polvora.

De maneira que em somma, junta toda a armada, segundo parece pela lista atraz, eram por todos cento e trinta na-

vios, em que iam embarcados dezenove mil duzentos e noventa e cinco soldados, oito mil e cincoenta e dois homens do mar, que todos fazem vinte e sete mil tresentos e quarenta e sete pessoas, afóra dois mil e oitenta e oito remeiros. Levava mais toda esta armada dois mil quatrocentas e trinta e uma peças de artilheria, cento e vinte e tres mil novecentos e dez pelouros por todos, cinco mil cento e setenta e cinco quintaes de polvora, mil duzentos e trinta e oito quintaes de chumbo e mil cento e cincoenta e um quintaes de murrões.

Além d'esta armada, iam vinte caravellas, e dez faluas de seis remos cada uma, para serviço da dita armada.

Iam mais na dita armada cento e vinte e quatro aventureiros, os mais d'elles senhores de titulo, duques, marquezes e condes, senhoraços em que entrava o principe de Uscali e o cunhado do duque de Saboya; finalmente toda a flor de Hespanha, que, nomeados por seus nomes e titulos, fazem espanto.

Levavam mais estes senhores todos, quatrocentos e cincoenta e seis criados, homens de peleja. Iam mais n'esta armada duzentos e trinta e oito entretenidos fidalgos, em que tambem entravam senhores de titulo, que outrosim levavam cento e setenta e tres criados de armas.

Iam mais sessenta e sete pessoas que tinham cargo da artilheria, e oitenta e cinco que iam com cargo do hospital, cento e oitenta religiosos de todas as ordens, de maneira que foi, em somma, a gente toda d'esta felicissima armada, vinte e oito mil seiscentos e oitenta e sete pessoas, afóra dois mil e oitenta e oito remeiros.

Mantimentos que a armada levava para seis mezes:

Primeiramente, cento e dez mil quintaes de biscoitos, quatorze mil cento e setenta pipas de vinho, mil e quinhentos quintaes de toucinho, tres mil quatrocentos e trinta e tres quintaes de queijos, oito mil quintaes de pescado secco, tres mil quintaes de arroz, seis mil e tresentas fangas de favas e grãos, onze mil tresentas e noventa e oito arrobas d'azeite, vinte e tres mil oitocentos e setenta arrobas de vinagre, dezenove mil oitocentas e vinte e cinco pipas de agua.

Iam mais n'esta armada quarenta mulas muito formosas para tirar a artilheria em terra, e assim mais levava de sobrecellente para a gente do mar, havendo mister de pelejar,

sete mil arcabuzes, mil mosquetes, e dez mil piques, mil partazanas, seis mil e meio piques, afóra peças de campo e de bater, e outros petrechos, que por largos não conto.

E tudo isto se perdeu, e o mesmo escriptor nos dirá como. Foi assim:

«De maneira que por aqui se terá visto, a armada que era a flôr do mundo, que levava em si com muita riquesa e dinheiro, a qual saindo d'este porto se foi pôr em Belem, onde esteve até 27 do mez de maio de 1588, sem até este dia ter vento para poder sair a barra fóra, e n'este dia fazendo-lhe tempo começou a sair, e esteve oito dias a sair a barra. Foi-se a demandar a Corunha, onde lhe deu um tempo com que se apartou, perdendo duas galés e uma galeaça quasi destroçada.

«Desde que esta armada partiu até o primeiro de agosto, não teve el-rei novas d'ella, senão estas de Corunha. Tornando-se a ajuntar toda e fazendo a sua viagem, ao primeiro de agosto mandou el-rei uma carta a Lisboa ao cardeal, que lhe mandaram de França, em como o duque tinha desbaratado o Draques (famoso navegador inglez, temivel e intrepido pirata, vice-almirante da armada que a rainha Isabel oppoz á grande armada de Filippe II) e toda a sua armada. Com a qual nova, que não foi verdadeira, se fez tanta festa, e se alvoroçaram tanto, que era para ver o Terreiro do Paço cheio de gente e fidalguia, que acudia a dar o parabem ao cardeal, e o mesmo foi a camara; e desde logo se começou a festejar a tal nova, ainda que o cardeal um pouco duvidoso por a carta não ser da armada, não consentiu que por então se festejasse, até de todo virem outras novas mais certas.

«Até 5 de setembro não houve mais novas, vindo então uma carta do secretario do principe de Parma, em que *verbo ad verbum* constava a perda de tão grande armada, sem d'ella ficar mais do que ao diante ouvireis. O treslado da carta é o seguinte:

«Entrou a armada no Canal, sabbado 30 de julho de 1588, no qual dia se melhorou até á paragem de Plemma (Plymouth) e se viram quantidade de navios do inimigo, e ao outro dia derradeiro do dito mez se ajuntaram sessenta e quatro vellas do inimigo e ameaçaram de ir derrubando

(perseguir a rectaguarda) a nossa armada e atirando-lhe, sem querer investir, dado que o duque o desejava.

«N'este dia se ateou fogo na almirante da esquadra de Miguel d'Oquenedo, em que ia o dinheiro, e accudindo-lhe D. Pedro Valdez com a sua capitania, salvou a maior parte da gente, e depois de a salvar se lhe quebrou o gurupez e arvore do trinquete e ficou atraz, e com ella investiu o inimigo e a tomou com toda a gente e mandou todos captivos a Londres.

«No primeiro de agosto houve calmas, e assim não poderam as armadas ajuntarem-se, e aos 2 de agosto se bombardearam com grande furia e estiveram quasi para investir e abordar, porém o inimigo não quiz, e se retirou por fazer tudo mais a seu salvo.

«Aos 3 do mez se tornaram a ajuntar e bombardear, e já a este tempo tinha o inimigo passante de cem velas.

«Aos 4 do dito mez, na paragem da ilha Duique (ilha de Wight) ao amanhecer pegou a armada do inimigo na nossa rectaguarda e mostrou querer investir, mas sempre recusou ajuntar-se.

«Aos 5 de agosto houve calma todo o dia, e estiveram as armadas á vista uma da outra.

«Aos 6 refrescou algum tanto o vento em popa com que se começou a navegar, e o inimigo tambem; descobriu-se juntamente terra de França e de Inglaterra, e á tarde estava a armada sobre Calis (Calais) onde deu fundo, havendo mandado aviso ao principe de Parma de como se lhe ia chegando a armada ingleza, a qual surgiu tambem algum tanto desviada e ambas á vista de Calis (Calais).

«Aos 7 do dito mez estiveram ali ambas as armadas e o vento ia refrescando. Á noite, das sete para as oito horas, botou o inimigo oito navios de fogo caminho da nossa armada, tendo o vento e maré em favor, que se accenderam com grande impeto, e por evitar o damno que a nossa armada podia receber por estar assim junta e recolhida, mandou o duque cortar as amarras por se desviar do fogo, e fez-se á vela, e a do inimigo se fez tambem á vela, procurando de embaraçar a nossa, e tel-a á parte do fogo, e n'isto deu um rijo temporal do poente que obrigou a correr a nossa armada envolta com a do inimigo, o qual logo começou a fazer o damno principal, e viu-lhe tudo á popa, como elle podia desejar; e as náos de fogo vieram ter onde es-

tava a nossa armada, onde em grandissimas chammas se abrasaram e fizeram muito damno se acharam a nossa armada.

«Esta noite do fogo deu na galeaça capitania um calabre, e não podendo governar veiu dar outra vez na bocca da barra de Calis (Calais) e conhecendo-a o inimigo acudiu sobre ella com alguns navios, atirando-lhe pela parte que não podia servir á sua artilheria por estar esta boleada. Os marinheiros e alguns soldados se botaram logo ao mar, tanto que ficaram bem poucos com D. Diogo de Moucada, e com tudo isso pelejou até que morreu de duas arcabuzadas, e morrendo, se rendeu a galeaça, e a tomaram e saquearam. E n'este mesmo dia 8, ficando o galeão *S. Filippe*, da esquadra de Portugal, em que ia o mestre de campo D. Francisco de Toledo, desviado da nossa armada, carregaram tantos navios do inimigo sobre elle, que depois de haver pelejado rijamente e perdido muita gente, houve de vir fenecer á praia de Newport. O mesmo aconteceu este dia ao galeão *S. João*, o qual, foi tanta a artilheria do inimigo que n'elle carregou, que feito em pedaços foi ao fundo, morrendo quasi todos, porém pelejando.

«Aos 10 de agosto se ajuntaram as armadas entre Zelandia e Inglaterra, como vinte leguas de estreito, misturadas uma com a outra, e fizeram os do inimigo muitos navios dos nossos em pedaços, e outros sem velas nem mastros, ficando a nossa armada de maneira que nenhum procurava mais que de se salvar, em especial os castelhanos, que todos fugiram e desampararam o duque, o qual tiveram abordado, e quasi rendido se lhe não acudiram os portuguezes, que o salvaram, com morte de muita gente infinda, e esteve em risco de se entregar ao partido. Os que fugiram foram todos demandar a Noruega com falta de mantimentos, que todos apodreceram e se damnaram, e á fome acabaram de morrer todos, e perto de cinco mil captivos que captivaram.

«E d'esta maneira se perdeu tão grande machina, sem de quanto ouvistes que partiu d'esta cidade, se salvar quasi nada, nem d'ella termos galeão, náo, nem navio, nem cousa que prestasse mais que o duque em seu galeão destroçado e alguns portuguezes no seu, «os quaes n'esta batalha co-«braram a antiga fama, que de todo perdido tinham,» o supposto, que n'aquelles dias sómente em que se tratara d'esta

desventura, porque depois tornaram a ficar debaixo do jugo dos castelhanos, «vivendo com assaz oppressões que por «peccado mereceram, e por sua cobardia e interesses pro«prios alcançaram, ficando lhes por timbre das armas que «seus antepassados ganharam em tantas conquistas, carta«zes de meia folha de papel, com que os arrombaram e fi«zeram perder os tão honrosos timbres de seus avos.»

Aqui finda a relação que temos á vista, e que é como um *Diario*.

Não é compendiosa, e em differentes historiadores se encontra mais desenvolvida, mas tem o merecimento de ter sido escripta na propria época dos successos a que se refere, e ser inedita, segundo nos parece.

Profundo é o remoque com que o auctor verbera o que elle chama a cobardia dos portuguezes, que pelejando com os inglezes, mostraram que eram dignos netos, filhos e inmãos dos que na Africa e no Oriente haviam levantado tão alto o nome portuguez. Mas esse valor foi um lampejo apenas, porque logo cairam no anterior lethargo:—era o valor do soldado e não do cidadão, o que os portuguezes ostentaram na *invencivel armada*.

Em breves dias se dissipou todo aquelle poder maritimo, e na estatua de Pasquino, em Roma, appareceu um pasquim, no qual se dizia que o papa promettia mil annos de indulgencias a quem lhe désse noticia da armada hespanhola. Epigramma pungente, porque n'este grande poderio confiava Roma para abater a soberba e protestante Isabel de Inglaterra. Louca esperança!

Conta-se que Filippe II, sabendo o desastre da sua armada, dissera—que a tinha mandado a combater os homens e não os elementos, e que rendera graças a Deus por não ser ainda maior a perda. Assim será, mas a *invencivel armada* onde ia *a flôr do mundo*, na phrase do auctor do manuscripto, cedeu á pericia, á coragem e á tactica dos inglezes, especialmente de Drake: e isto bem se deixa conhecer da relação que acabamos de publicar e do que referem muitos historiadores.

Era uma consolação para o seu orgulho suppor Filippe II, que não haviam sido os homens quem inutilisára tão energicos esforços, tanto dispendio, tamanho poder, mas os elementos, uma força superior e invencivel.

O peior foi que tudo isso custou a Portugal, que perdeu muita gente, soffreu muitos vexames e oppressões, por causa da grande armada. Grande satisfação seria, sem embargo, para os bons patriotas d'então, vêr prostrado esse poderio que os assoberbava! Pelo menos assim deve suppor-se. Devia haver espirito de partido, e partido patriotico, por isso póde acreditar-se que a nova da perdição da armada, seria uma esperança, por ventura de enfraquecimento do poder de Filippe II. Não foi ainda mal, para os desventurados portuguezes, que gemeram por mais trinta e dois annos opprimidos.

VARIEDADES HISTORICAS

Como é sabido, chamam-se *cães* ás dividas ou calotes, e este uso já é antigo, e até se acha em documentos. No testamento com que falleceu Lopo de Paiva, e que tem a data de 11 de março de 1529, ha uma verba pela qual o testador ordena ao testamenteiro, que antes de dar cumprimento aos legados, pague as dividas que houver; a verba é concebida n'estes termos:—«As dividas pagal-as-ha primei«ro, para serem bem pagas, e *não ladrarem apoz de nos«sos herdeiros.*»

—No anno de 1744 houve plano do construir um caes, ao longo da margem direita do Tejo, desde Marvilla até Belem.

Mas não era só um caes, senão tambem uma obra architectonica de pedra, mui vistosa, a que n'um escripto que temos á vista, se chamava *uma prespectiva por toda a marinha* desde Marvilla até Belem.

Parece que o architecto pedia quinze mil homens, para dar a obra prompta em sete annos, sendo os pagamentos exactos e promptos.

Em Mafra trabalharam mais de quinze mil homens.

Se a obra da margem do Tejo fosse ávante, seria uma cousa monumental; mas já hoje não seria caes, estaria mettida pela terra dentro, por causa da retirada das aguas, como se vê.

—A renda do estado da India, em 1607, era de réis 335:560$000, em 1860, foi de 320:341$600 réis.

A despesa do estado da India, em 1607, era de réis 235:677$600, em 1860, foi de réis 308:690$368.

Deve advertir-se que os xerafins eram contados a 300 réis, em 1607, e em 1860, a 160 réis.

O vice-rei da India, tinha de ordenado, em 1607, réis 7:200$000, em 1860 recebia o governador da India, réis 4:800$000.

Em 1607, o vice-rei recebia para todas as despesas da sua casa e estado, 22:970$000 réis, n'esta despesa comprehendiam-se 12:000$000 para fidalgos e cavalleiros, 864:000 réis para soldo e comedorias de sessenta homens da sua guarda, e mais 760$000 réis para vestuario da mesma guarda, 720$000 réis para sessenta criados, e além d'este pessoal tinha mais vinte e sete servidores, reposteiros, capitão da guarda, alferes de bandeira, boticario, banheiro, cirurgião, capitão da galé real, e ainda réis 600$000 para alcatifas, doceis, panos de bufetes e outras cousas para serviço da sua casa e estado.

O vice-rei tinha importancia superior á do governador de hoje, e governava em territorios mais dilatados.

O arcebispo primaz do Oriente, em 1607, tinha o ordenado de 3:600$000, em 1860 recebia 1:920$000 réis.

Em setembro de 1745, morreu Manuel de Sande e Vasconcellos, que havia sido thesoureiro-mór da junta dos tres estados, durante vinte e um annos.

A fazenda ficou a dever-lhe 700:000 cruzados, e elle dava contas de dois em dois mezes. Testou 536:000$000 réis, da terça dos quaes instituiu um morgado.

Alcançou do rei D. João V provisão para se lhe não fazer sequestro em seus bens.

Dizem as memorias do tempo, que Sande era homem muito temente a Deus e caridoso, e na sua ultima enfermidade el-rei mandava saber novas d'elle, e além d'isso ordenou, depois da morte do referido, que por alma se lhe dissessem tresentas missas.

Passado porém algum tempo, o mesmo rei mandou que se fizesse sequestro nos bens que o dito thesoureiro deixára, e o sequestro fez-se pela junta dos tres estados, pelo conselho da fazenda e pelo desembargo do paço.

O mais notavel é que, apesar de tudo isto, foi nomeado para substituir Sande, na thesouraria dos tres estados, Domingos da Silva, que fôra secretario do estado de Minas,

sendo governador d'essa provincia o conde de Assumar, e depois provedor da fazenda de Villa Rica e Minas Geraes, de onde trouxera mais de 200:000 cruzados.

Os empregos publicos, n'esses tempos, enriqueciam os funccionarios mais do que hoje. O que se diria, se n'esta época acontecessem casos como os que ficam enumerados?

Correu no tempo, que el-rei D. João V presenteara os principaes da patriarchal, que primeiro vestiram habitos cardinalicios, com os córtes de seda encarnada para os vestitidos, oiro para os cordões e borlas dos chapéos, maças de prata para os porteiros que iam na frente d'elles, nos actos solemnes, e outros arranjos, e que tudo isto importára em 80:000 cruzados!

Feliz tempo, em que o rei mandava construir Mafra, e presenteava com trinta e dois contos uns ecclesiasticos, para os enfeitar!

—Nos seis mezes que decorreram logo depois do terramoto de 1.º de novembro de 1755, fabricaram-se nove mil barracas nas praças do Terreiro do Paço, Rocio, Ribeira, nos campos de Sant'Anna, de Santa Clara, e Santa Barbara, nas cercas dos conventos e nos suburbios da cidade.

Algumas d'estas barracas eram edificios commodos, e que custaram dois a tres mil cruzados, e mais.

Em pouco mais de um anno, depois da catastrophe, reedificaram-se mil propriedades, tendo custado a reedificação de algumas d'ellas, mais de 6:000 cruzados.

E além das reedificações, construiram-se muitas propriedades novas.

N'este primeiro anno, nas reconstrucções, consumiram-se mais de 2.000:000$000 réis.

—Miguel Leitão de Andrade, descrevendo os merecimentos das mulheres portuguezas, diz o seguinte:

«Por estas virtudes e modestia do bom mulherigo de Portugal, foi elle sempre nomeado por todo o mundo; e muitos homens illustres de outras nações trabalharam de casar com mulheres portuguezas.....

«Esta grande estima, em que as mulheres portuguezas estão havidas, não é sem rasão, porque nos rostos teem muita honestidade e authoridade, nos meneos e assocego de suas pessoas suavidade, e graça no fallar, grande ar no

vestir e muita venustade (grande formosura) no parecer. Nas perfeições das suas mãos, nos lavores e officios de mulheres, nas conservas e coisas de comer para doentes e sãos, nos perfumes, na policia e limpesa de suas casas, no regalo com que curam seus doentes são unicas no mundo. Quando o imperador Carlos V se veiu recolher em Hespanha na Beira de Placencia, vendo-se doente e só, e lembrando-se das perfeições das damas portuguezas que em casa da imperatriz sua mulher (a infanta D. Isabel, filha d'el-rei D. Manuel) andavam, e da limpesa e mimo com que curavam aos enfermos, mandou a Portugal pedir á rainha D. Catharina, sua irmã, lhe mandasse uma das suas donas para o curar e ter cargo d'elle. A qual foi, e o curou e alimpou, e o regalou e acompanhou até que Deus o levou para si.»

Bom tempo era esse, em que nacionaes e estrangeiros em tanto conceito tinham as mulheres portuguezas. Hoje desauthorisam-n'as d'aquellas perfeições, que tanto encarecia o bom Andrade, porque assim é necessario para authorisar a hypocrisia, como elemento de *boa* educação.

—No *Mercurio Historico*, se lê o seguinte:

«Em 20 d'este mez (outubro de 1665) começou a entrar no porto de Lisboa, a frota do Brasil; trouxe quarenta navios de carga: vieram mais em sua companhia duas boas navetas da India Oriental, e repartida por alguns navios a fazenda da nau da India *Nossa Senhora do Populo*, cujo casco se ficou concertando na Bahia. Veiu n'esta frota aquelle famoso galeão, que Salvador Correia de Sá e Benevides, sendo governador do Rio de Janeiro, n'aquelle porto fabricou. O maior navio que ha hoje, nem se sabe que houvesse nos mares. Trouxe tres mil caixas e mais de quinhentos feixes de assucar, além de outras muitas fazendas, só como lastro, vindo desoccupado como vasio, e competindo á vélla com a mais ligeira fragata.»

Haverá aqui caixa de mais? O galeão de Salvador Correia de Sá era o *Grande Oriental* do seculo XVII—era um galeão monstro.

—Nos *Folhetos de Lisboa*, manuscriptos, achâmos no folheto de 29 de maio de 1745, noticia de que no triennio de 1742 a 1744, nos 29 conventos da ordem de S. Francisco,

da provincia de Portugal, se receberam nas sachristias, esmolas no valor de 500:000 cruzados, além das que se receberam em pão, azeite, vinho, etc.

Isto foi só, como dito fica, nos conventos franciscanos da provincia de Portugal, pois que havia os da provincia do Algarve, os da provincia da Conceição, da Piedade, etc.

Assim pode-se ser pobre.

Quando as esmolas são certas e avultadas, pode-se fazer voto de pobresa, porque se gosam as vantagens da pobresa e da riquesa, isto é, vive-se em descanço cantando com a barriga cheia, e ao mesmo tempo fazendo o sacrificio de fingir de pobre.

— O baluarte de Alcantara se começou a levantar em 22 de dezembro de 1652.

— Em 30 de janeiro de 1654, entrou um lobo em Lisboa pela porta de S. Vicente; mataram-no ao pé do chafariz de El-rei.

— Em umas memorias da letra do theatino D. Antonio Caetano de Sousa, achâmos noticia de que no convento de Christo, de Thomar, se conservava uma cruz de oiro, que el-rei D. Manuel lhe doara, feita do primeiro oiro que veiu do oriente, e tinha uma peanha de filagranna guarnecida de pedras preciosas.

O que seria feito d'esta preciosa cruz?

A prata da egreja e sachristia d'aquelle convento estava avaliada em 40:000$000 réis.

Na relação dos objectos preciosos dos conventos, inventariados depois da extincção, achâmos que da casa da moeda sairam para o ministerio da justiça duas cruzes de oiro, que foram do convento de Thomar, com o peso de dezeseis marcos e sete onças, que se entregaram á Sé de Lisboa. Naturalmente as ditas cruzes devem estar no thesouro da Sé, cremos, porém, que nenhuma d'ellas será a que doou D. Manuel ao convento.

Tambem na Sé deve estar a mão de S. Gregorio Nazianzeno, n'um braço de prata, obra moderna, com o peso de onze marcos e seis oitavas de prata, e que fôra de Thomar.

Os objectos preciosos do convento de Christo, inventariados, foram no valor de 1:066$993 réis!

Sabemos que no thesouro da Sé Patriarchal existe uma cruz pequena de oiro esmaltado, doada ao convento dos freires de Christo, de Thomar, por Filippe II; de outra não temos noticia. Essa que existe é muito preciosa.

—Antigamente era uso, que durou até meado do seculo XVII, irem as irmandades e confrarias buscar processionalmente a cêra para gasto de todo o anno, ou a outra egreja ou a alguma praça, como consta de varios compromissos antigos. Quando a cêra se ia buscar a alguma praça, ou terreiro, armava-se ahi uma mesa, em cima da qual se collocava toda a cêra, e d'ahi a levavam a respectiva irmandade e a cleresia em procissão.

Houve tempo em que as missas resadas se pagavam a 40 réis, e as cantadas a 70 réis.

—Foi em 1743, que os homens de negocio, que n'esta cidade faziam alguns seguros maritimos, intentaram os seguros de predios e mobilias, obrigando-se a reedificar as casas incendiadas e a pagar as mobilias, dando-lhes os donos d'ellas dois por cento do seu rendimento annual.

Em 1743, Estevão Martins de Sousa, homem de negocio, offereceu a D. João V, 100:000 cruzados de donativo para a fabrica da egreja patriarchal, se el-rei lhe arrematasse a carne, que se consumia na cidade, a rasão de 46 réis o arratel.

MEMORIAS D'UM GRANDE ESTADISTA

Ha dias (1860) se annunciou a venda em leilão de certas propriedades, na villa de Pombal, pertencentes á casa dos marquezes de Castello Melhor; entre as propriedades, se mencionava uma *casa nobre, situada na praça Velha*, arruinada e com o seu quintal, no valor de 600$000 réis. Não houve quem arrematasse esta casa arruinada, e volta á praça com o abatimento da quinta parte do seu valor.

Tudo isto nada importa ao leitor; mas, se elle souber que n'aquella casa, viveu o marquez de Pombal os ultimos annos da sua vida, e que ali morreu desterrado e amaldiçoado por aquelles a quem perseguiu, e tambem por aquelles a quem encheu de beneficios, o leitor de certo se interessará pela noticia.

Foi pois n'aquella casa que, aos 5 de maio de 1782, expirou com oitenta e tres annos, um dos mais celebres estadistas dos tempos modernos. Cinco annos ali viveu expiando dolorosamente os erros que commetteu, e tambem os grandes feitos que praticou para levantar esta nação do abatimento em que jazia, apesar do oiro que recebia das suas colonias.

Foram crueis os transes por que passou; e se o marquez foi deshumano para sustentar a auctoridade real e a sua; se foi despotico e vingativo e fez correr bastante sangue, talvez innocente, os ultimos annos da sua vida foram bem amargurados.

A rainha D. Maria I, por decreto de 4 de março de 1777 lhe acceitou a demissão que pedira, e nos termos mais hon-

rosos e distinctos encareceu os seus serviços e lhe fez mercê de uma commenda da ordem de Christo. El-rei D. José fallecera a 24 de fevereiro de 1777, e passados poucos dias o marquez pedia a sua demissão. Elle bem conhecia, que sem o apoio d'el-rei, tinha acabado o seu governo; sabia que os seus inimigos venceriam no animo da rainha, e anticipou um facto que forçosamente teria logar.

Pouco tardou, com effeito, que se não levantassem as mais energicas e acerbas queixas contra o marquez: por tudo e de tudo o accusavam, até de traidor á patria, elle, que mais engrandecêra o paiz aos olhos dos estrangeiros! Imputaram-lhe a entrega da praça de Almeida aos hespanhoes, na guerra de 1762. Bem se defendeu elle d'esta infamissima accusação. Cumpre notar que o marquez de Pombal foi solicito em responder a todas as arguições que lhe fizeram, e na petição de recurso dirigida á rainha, para se justificar das declamações que se faziam contra as suas riquesas, respondeu minuciosamente a todos os capitulos de accusação, e especificou como houvera os bens que possuia. Nenhum outro ministro seguiu mais este exemplo. Alguns teem saido do poder accusados de haverem enriquecido por meios deshonestos, mas nenhum ousou ainda expôr ao publico o que possuia antes de ser ministro, e como accrescentou depois o seu patrimonio. O rigido e austero marquez de tudo deu conta, e nos termos mais brandos e submissos. Pois o marquez que tanto engrandecera o paiz, podia só enumerar as riquesas que lhe déra; porém os que vieram depois d'elle, e a quem a voz publica accusou de ministros concussionarios, bem pensavam de se defenderem explicita e difusamente como fizera o marquez. O ministro do rei absoluto foi mais liberal, n'esta parte, do que teem sido os ministros dos monarchas constitucionaes; e sobretudo foi mais zeloso do seu bom nome e da sua memoria.

Em 1779 passou o marquez por um rigorosissimo inquerito. Começou o interrogatorio em setembro d'aquelle anno e acabou em janeiro do anno seguinte. Devia ser bem minucioso, como se vê. O marquez respondeu com aquella placidez e alto espirito que possuia. Não se revoltou contra tanta asperesa; de tudo fez exacta relação. Contava elle então oitenta e um annos de edade, e os seus achaques aggravavam-se de dia para dia, e comtudo, ás vezes, as sessões do interrogatorio duravam oito horas, demorando-se

além da meia noite; assim o diz elle n'uma carta a seu filho.

Disseram d'elle que mandára alguns milhões para o banco da Hollanda; na apologia que fez ácerca d'esta imputação, refere que a sua casa rendera setenta e tantos contos em bens de raiz; e apesar d'isso teve de tomar de emprestimo 95:000 cruzados, e na petição de recurso, a que alludimos, affirma que nunca tivera dinheiro em caixa, que antes saira da sua casa gravado em mais de quarenta e oito contos de réis. «e que todos os pagamentos pecunia-«rios que recebêra, foram sempre espalhados de verão e «de inverno por artifices, trabalhadores e jornaleiros que «chamavam patrimonio seu á casa do supplicante, como é «publico e manifesto.»

Ha um facto bem digno de mencionar-se, para abonar o bom governo e a honestidade do marquez, e o zelo pelo bem do povo. A sua apologia ácerca das obras publicas e particulares, que se fizeram em Lisboa por causa do terramoto, diz que, com só o rendimento do donativo de quatro por cento sobre as fazendas entradas na alfandega de Lisboa, e com o donativo de povos do Brasil, se fizeram as grandes obras com que decorou a cidade.

N'uma carta apologetica dirigida ao filho, declara que nunca recebeu outro ordenado, senão aquelle com que primeiro entrou no ministerio, nem ajuda de custo ou gratificação, nem doação das muitas e importantes fazendas confiscadas, que por muitos annos teve diante de si, fazendo cobiça.

Não cabe nos limites de uma noticia, levarmos mais por diante estas recordações relativas aos factos de que tratamos.

A rainha, que por aquelle decreto de 1777 fôra tão benevola com o marquez, depois, por outro decreto de 16 de agosto de 1781, o declarou réo digno de exemplar castigo, *perdoando-lhe as penas corporaes que lhe deviam ser impostas!* Que penas se teriam de impor depois d'isso a tantos ministros delapidadores, e que em vez de promoverem a prosperidade do estado, só teem contribuido para mais o aviltarem e perderem?

O marquez de Pombal, no seu desterro, além de ouvir o ecco de todas as terriveis accusações contra elle dirigidas, foi tratado com duresa. Em occasião que se achava enfermo, carecendo do uso das aguas do Estoril, e depois das

de Coimbra, negou-lhe o governo a licença necessaria para poder usar d'ellas, ainda que mais tarde lhe foi concedida essa licença.

Depois da morte fizeram-se-lhe exequias solemnes, e conta-se que todo o panno preto que serviu na armação da egreja fôra distribuido á gente de Pombal, que com elle se vestiu de lucto, cousa que muito desagradou ao governo. O bispo de Coimbra, que veiu assistir aos seus funeraes, foi repreendido; e o frade que recitou a oração funebre, por ter lastimado a ingratidão de Portugal para com o grande ministro, foi desterrado para um convento das ilhas de Cabo Verde.

Foi prohibida a leitura de um epitaphio honroso que se lhe fez.

A *Gazeta de Lisboa*, annunciou simplesmente a noticia da morte do marquez; não accrescentou uma palavra de louvor ao patriotico estadista, a *Gazeta*, que, apesar da sua *magresa*, era ás vezes prodiga de encarecimentos, a favor de homens de pouca valia, e sobretudo para frades e freiras, que morriam com a opinião de predestinados.

A casa da villa de Pombal, que agora está em venda por motivo de partilhas do casal do marquez de Castello-Melhor, irá pertencer a alguem que se não recordará de collocar uma memoria do grande homem, que ali viveu desterrado e ali expirou. Se nenhum dos descendentes do marquez de Pombal julga dever reunil-a ao seu patrimonio, como uma memoria do seu tão illustre ascendente, aquelle que a comprar lembre-se de lá pôr ao menos uma lapide, que commemore que ali viveu e morreu o maior estadista portuguez.

Concluimos esta noticia com uma anedocta, que mostra a sua perspicacia, e como elle conhecia os homens.

Estava preso havia muitos annos um homem, por crime não muito grave que commettêra: o filho d'esse homem foi solicitar do marquez a sua soltura, visto que tão longa era já a sua prisão. O marquez respondeu — «Deixe-o es-«tar para bem d'elle, para bem seu, e para bem de nós «todos.» E o homem ficou na prisão.

Demittido o marquez, foram soltos muitos dos que jaziam nas prisões e que passavam por victimas da crueldade do ministro; entre elles figurou aquelle de que fallámos, e que até gosava da reputação de santo, chamando-se-lhe o *Portuguez Velho*.

Passou-se isto em 1777, e em 1780 o *Portuguez Velho* foi um dos bandidos que atacaram o brigue sueco *Patrioten* e assassinaram a sua tripulação.

Vejam lá se o marquez tinha rasão em querer que aquelle *santinho*, que deixára crescer as barbas e parecia um *predestinado*, não saisse da cadeia, para bem de todos?!

LISBOA EM 1723

O padre Raphael Bluteau recitou tres discursos, na egreja dos Clerigos regulares da Divina Providencia, nos dias 23, 24 e 25 de janeiro, em acção de graças pela extincção da epidemia, que assolou Lisboa nos ultimos mezes do anno de 1723.

No primeiro discurso figura o erudito padre as graças rendidas pelos ecclesiasticos; no segundo pela nobresa, e no terceiro pelo povo.

D'este terceiro discurso extrahimos uma descripção moral de Lisboa n'essa época, por nos parecer curiosa.

Exprime-se o sabio theatino n'estes termos, depois de expor as excellencias d'esta famosa capital:

«Em Lisboa, celeberrimo emporio da Europa, a conveniencia do commercio desperta e fomenta a cobiça dos negociantes. A Lisboa trazem estrangeiros heterodoxos, com suas mercancias, os vicios das suas terras, juntamente com os erros das suas seitas, e se os não ensinam, publicamente os professam. Em Lisboa, a rebolaria e maliciosa subtilesa dos litigantes, perpetúa os pleitos, e com trapaças collusões, ou conluios eternisa inimisades. Em Lisboa, a suavidade do clima affemina os animos, e as deliclas illicitas os inclina.

«Em Lisboa, com odios inveterados, ou com furias repentinas, muita gente se mata, e uma das rasões das muitaa mortes é que os offendidos, suppondo que a justiça não castigará aos que os aggravaram, com suas proprias mãos se

fazem justiça. Em Lisboa, com uma folha de papel a que chamam *carta de seguro*, o mais cruel homicidio se abafa.

«Em Lisboa, qualquer sombra de infidelidade no thalamo conjugal, afia o punhal para o desaggravo, e o matar mulheres é ponto de honra.

«Em Lisboa, negros e villões, quando não tem padrinhos, talvez se castigam; para homens de bem, quando obram mal, raro é o castigo. Em Lisboa, guardam alguns pontualmente as festas de Nossa Senhora; nos domingos, que são os dias do Senhor, sem escrupulo muitos trabalham. Em Lisboa, dizem alguns que no inverno frequentam as egrejas porque são quentes, e no verão porque são frescas. Em Lisboa, para certos sujeitos, o não pagar dividas é nobresa, e o fazer esmolas é baixesa. Em Lisboa, o perdoar aggravos é fraquesa, o vingar-se d'elles é fidalguia.

«Em Lisboa a conversação sem maledicencia é fria, e o que hoje chamam tabaquear, parece agudesa. Em Lisboa nas procissões de quaresma, saem uns penitentes, cercados de tantas espadas, tiradas da bainha, como em som de batalha, que (na minha opinião) devem suppor que o ceu é praça, que tambem se toma á espada, mas como tudo é folha, não sei se colherão o fim na outra vida.»

O quadro é expressivo e combina com as satyras que temos visto dos depravados costumes da época descripta.

SENADO DE LISBOA

VARIAS NOTICIAS

De um reportorio dos livros do archivo da camara municipal, feito em 1714, pelo procurador do senado, extrahimos uns apontamentos ácerca de varias cousas relativas á cidade, que nos parecem curiosas.

O archivo da camara de Lisboa é muito interessante, e ainda não foi explorado. Nos *Annaes do Municipio*, que precederam o *Archivo Municipal*, e já n'este, se tem publicado alguns diplomas existentes no archivo, e é para sentir que esse trabalho não tenha continuado.

No *reportorio* que temos á vista, apenas se encontram apontamentos, e um indice, e por isso não podemos ser mais extensos.

Em tempos antigos, de Lisboa se mandava buscar ao Porto a pedra para as calçadas.

Em tempo de D. João II, se ordenou á camara que comprasse duas barcas fortes, e as entregasse á gente de Cascaes, para acarretarem a pedra que havia de servir na calçada da rua Nova.

Tambem se determinou que os navios e caravellas, que viessem do Porto ou Vianna, trouxessem lastro de pedra para as calçadas, egual á que estava na rua das Flores d'aquella cidade.

El-rei D. Sebastião, e D. Filippe I, suscitaram a observancia das mesmas determinações.

Este costume se perdeu, não sabemos porque. Ainda agora ha quem diga que se deveria aproveitar aquella pedra para as calçadas de Lisboa, por ser maior e evitar a lama e a poeira.

No anno de 1543 se apresentou á camara um rapaz de dez annos de edade, natural de Vianna, que nascêra sem braços, e escrevia com os pés letra boa, e cortava com thesoura. Chamava-se o rapaz Diogo Fernandes.

No anno de 1618 havia na cidade do Porto um homem sem braços, e só com um pé. Era lettrado, e o melhor advogado da cidade. Escrevia com o unico pé que tinha.

Muitas e variadas são as disposições que se adoptaram em differentes tempos, por causa das epidemias que assolaram esta cidade, ou para evitar que no reino entrassem as que devastavam paizes estrangeiros.

Os escravos que morriam da peste eram lançados n'um poço, e deitava-se-lhes cal.

Os atacados da peste não podiam communicar com pessoa alguma, nem mesmo com os seus parentes.

Ordenou-se que se mettesse muito gado vaccum pelas ruas, em tempo de peste, e que se fizessem fogueiras.

Na peste de 1484, ordenou el-rei que a camara mandasse vir alecrim, e o mandasse vender pela cidade.

Nas casas onde havia algum caso de peste, mandava a camara pôr um ramo de alecrim, para constar.

El-rei D. Manuel mandou que a casa de saude, feita, no anno de 1519, no sitio dos Prazeres, fosse perpetua.

Era costume mandar caiar e fechar as casas onde havia atacados da peste.

Em tempo de Filippe II se ordenou que nenhum predio se construisse sem licença do rei, e que deveria ser conforme o risco dado pela camara.

Reinando D. Fernando, a camara deu ajuda de custo a fr. Rodrigo de Cintra, frade franciscano, para ir estudar fóra do reino.

Este fr. Rodrigo esteve depois no cerco d'esta cidade, pelos castelhanos, e prégou o sermão de acção de graças pelo levantamento do cerco, na egreja da Trindade, a 6 de novembro de 1384, onde da Sé foi uma procissão, em que todos iam descalços, incluindo o mestre d'Aviz.

No tempo do mesmo rei se ordenou que os moradores da cidade, de noite, pozessem candeias nas janellas, para se verem os malfeitores, e, pouco depois, mandou a camara pôl-as nas ruas.

El-rei D. João II mandou limpar os canos da cidade, por causa da peste.

A camara nomeou João Affonso das Regras, Vasco Esteves, e Filippe Pereira, para, em seu nome, outorgar e confirmar a composição que el-rei D. Affonso IV fez com seu filho o principe D. Pedro.

A camara de Lisboa tratou com as demais camaras do reino, para que o infante D. Pedro ficasse tutor de seu sobrinho D. Affonso V, e governador do reino.

D. Pedro, duque de Coimbra, escusou a camara de dar banquetes aos monarchas.

Em tempo de D. João II, a camara armou navios contra um corsario chamado João Bretão.

D. João II mandou á camara que não désse licença a uma mulher chamada Isabel Vaz, para vender umas casas, senão ao patrão-mór.

No tempo d'el-rei D. Manuel, no anno de 1498, as rendas da camara importaram em dinheiro, 472$814 réis; em trigo, oitenta moios; e cevada, oitenta e cinco moios.

A camara mandou soccorros em defesa da praça d'Arzila, no tempo d'el-rei D. Manuel.

A camara emprestou quinhentos cruzados para a impressão das *Decadas* de João de Barros. Naturalmente é a quarta *Decada*, publicada por João Baptista Lavanha, sobre a qual se acha no *Reportorio*, que el-rei mandara á camara que lhe esperasse pelo dinheiro dois annos, ou lhe recebesse tantos livros pela taxa para prefazer aquella somma.

El-rei D. Manuel mandou *ladrilhar* a rua Nova dos Mercadores, á custa dos moradores, fazendo-se penhora nos que não contribuissem; e o mesmo ordenou a respeito de outras ruas.

A rua larga de S. Roque foi aberta no tempo d'el-rei D. Sebastião.

O mesmo monarcha ordenou que as ruas da cidade fossem limpas á custa dos moradores d'ellas.

El-rei D. Manuel auctorisou a camara para arrendar os cantos e paredes das casas alheias.

O povo de Lisboa pediu a el-rei D. João III, que prohi-

bisse que se fizesse sabão branco, por n'elle se gastar muito azeite, lenha, bagaço, e ir para o estrangeiro.

Exportava-se n'esse tempo sabão.

A el-rei D. Filippe I pediu a camara que taxasse o sabão preto a vinte e oito réis o arratel, e el-rei não concedeu.

A camara tinha jurisdicção, em tempo de el-rei D. Manuel, para mandar cortar as orelhas aos ladrões que roubavam até á quantia de trezentos réis.

ESTATISTICA CRIMINAL

Seria hoje impossivel colligir uma estatistica do movimento das cadeias, nos tempos anteriores ao terramoto de 1755. Este cataclismo destruiu a maxima parte dos documentos, sobre que podesse basear-se a estatistica.

Não existem egualmente estatisticas dos crimes, como hoje se fazem, de modo que é impossivel apreciar devidamente sobre dados positivos, qual tem sido o influxo das varias leis, dos varios costumes e da civilisação sobre o povo.

Desde 1755 é possivel achar os mappas das cadeias, no archivo do Limoeiro, que deve existir talvez no cartorio, dependente da secretaria da justiça. Seria porém um trabalho insano, proficuo para obra de maior alcance, mas improbo de mais para uma simples noticia, que dá idéa ao leitor do movimento das cadeias, ir revolver os documentos no cartorio.

Temos á vista umas relações impressas dos *gastos da Misericordia* em differentes annos anteriores e posteriores a 1755, e que alcançam até ao anno de 1624. Por estas relações já se póde colligir quanta era a existencia de presos nas cadeias da cidade, numero de padecentes e de degredados, e se póde comparar esse movimento de criminosos com os dos annos mais proximos de nós, e assim conhecer as differenças que ha entre o tempo antigo e o actual.

Talvez nem mesmo no archivo da Misericordia existam as alludidas relações, por haverem sido consumidas no desastre de 1755.

Seja como fôr, para os leitores, será curiosa a estatistica, que vamos publicar.

A Santa Casa da Misericordia tinha d'antes maiores encargos. É certo que não recolhia e sustentava os expostos, mas sustentava os presos pobres, tratava dos seus livramentos, provia do necessario os que saiam degredados, pagava-lhes até as custas e dividas por que estavam presos. Dava muitas esmolas a pessoas pobres e envergonhadas, e a entrevadas. Em summa, praticava muitos actos de caridade, que hoje não estão a cargo da Misericordia. É de notar que especialmente provia ao tratamento e sustentação dos moços pobres, atacados das molestias denominadas vulgarmente *tinha* e *alporcas* como se vê das relações mais antigas. Aos defuntos pobres dava mortalha, creava as creanças desamparadas, por lhes haverem fallecido os paes e as mães, ou adoecerem, sem poderem cuidar na creação dos filhos. Mandava dizer milhares de missas, havendo annos em que passaram de sessenta e duas mil, mais de cento e setenta por dia, no que, e nas capellas, se dispendiam muitas vezes mais de 4:000$000 réis!

No anno de 1768, em que a administração dos expostos passou para a Santa Casa da Misericordia, foi a sua receita de 157:122$213, e teve um saldo de 93:457$025, parte do qual pertencia á repartição dos expostos, pois que do senado recebeu n'esse anno 24:306$420 réis para o referido cofre dos expostos, e dispendeu com elles 82:808$173 réis. O resto do saldo na maior parte foi dado a juros.

Na conta d'este anno se vê que a Misericordia dispendeu 10:780$564 réis com os capellães do coro, nas capellas e missas e guisamentos. É uma somma avultadissima.

Mas vamos á estatistica dos presos.

A relação mais antiga de que temos conhecimento, outras haverá, mas não as vimos, é, como dissemos, de 1624.

N'este anno sustentou a Misericordia nas cadeias (então eram tres, a da Corte, a da Cidade e a do Tronco) oitocentos e trese presos, dos quaes a Casa soltou quatrocentos e vinte e dois, e proveu do necessario cento e oitenta e seis degredados, ficando doze, que não sairam por não haver embarcações.

N'este anno foram enforcados nove réos.

Houve n'este mesmo anno de 1624 um auto de fé, em

que sairam oitenta e quatro pessoas, sendo relaxados dez, mas uma d'estas foi em estatua e com os ossos.

D'este auto teremos de dar uma noticia em separado, mui curiosa.

Já se vê pois, que nas cadeias estiveram mais de mil presos, pois que de certo muitos não receberiam a caridade da Misericordia, além dos que jaziam nos carceres da inquisição.

Observe-se que, n'esse mesmo anno de 1624, houve auto de fé, em Evora, e sairam setenta e seis pessoas, relaxadas em carne, oito, e em estatua, tres.

Notem bem estes algarismos.

Reduziremos a uma fórma simples as notas estatisticas. O numero dos presos não indica o effectivo, mas o que sustentava a Santa Casa:

1626.—Presos quinhentos e noventa e dois, degredados cento e setenta e quatro, enforcados oito.

1648.—Presos quatrocentos e trinta e nove, degredados noventa e quatro, enforcado um.

1656.—Presos mil duzentos e cincoenta e quatro, degredados seiscentos e nove, enforcados cinco, relaxados pela inquisição cinco.

1692.—Presos quinhentos e cincoenta e seis, degredados cento e vinte sete, enforcados sete.

1693.—Presos quinhentos e quarenta e oito, degredados noventa e sete, enforcado um.

1694.—Presos setecentos e quarenta e um, degredados cento e noventa e nove, enforcados seis, relaxado pela inquisição um.

1697.—Presos oitocentos e cincoenta e tres, degredados duzentos e sessenta e tres, enforcados quinze!!

1701.—Presos mil e quinze, degredados duzentos e sessenta e nove, enforcados tres.

1702.—Presos mil cento e doze, degredados quinhentos e vinte e dois, enforcados cinco.

1703.—Presos mil e cinco, degredados trezentos e oitenta e tres, enforcados dezeseis!!

1706.—Presos mil e oitenta e dois, degredados duzentos e setenta e cinco, enforcados dois, relaxados cinco.

1708—Presos mil duzentos e setenta e tres, degredados trezentos e quarenta e dois, enforcados sete.

1710—Presos novecentos e cincoenta e tres, degredados trezentos e vinte um, enforcados sete.

1714.—Presos mil quatrocentos e quarenta e oito, degredados cento e sessenta e cinco, enforcados sete.

1721 —Presos mil novecentos e oitenta e sete, degredados trezentos e oitenta e quatro, enforcados sete.

1722.—Presos mil oitocentos e noventa e sete, degredados trezentos e quarenta e oito, enforcados quatro.

1723.—Presos quatro mil cento e vinte sete, degredados setecentos e sessenta e cinco, enforcados tres.

1724.—Presos mil oitocentos e oitenta e sete, degredados trezentos e setenta e sete, enforcados dois.

1727.—Presos novecentos e cincoenta e seis, degredados duzentos e oitenta e nove, enforcados seis.

1728.—Presos novecentos e cincoenta e seis, degredados duzentos e quarenta e dois, enforcados dois.

1729.—Presos novecentos e oitenta e sete, degredados duzentos e cincoenta e cinco, enforcados tres.

1731.—Presos mil cento e vinte e dois, degredados quatrocentos e cinco, enforcados cinco.

1735.—Presos mil duzentos e dois, degredados trezentos e trinta e um, enforcados quatro.

1736.—Presos novecentos e oitenta e cinco, degredados cento e cincoenta e cinco, enforcados nove.

1741.—Presos dois mil cento e quarenta, degredados cento e oitenta e cinco, enforcados doze.

1742.—Presos dois mil cento e quarenta, degredados cento e oitenta e cinco, enforcados doze, relaxados dez.

1743.—Não menciona a conta dos presos, mas diz que despendeu 1:079$505 réis com os vestidos dos degredados, enforcados dois.

1744. — Tambem não diz o numero dos presos, refere que nas enfermarias das cadeias estiveram seiscentos e noventa e um doentes, enforcados quatro, relaxados oito.

1746.—D'aqui em diante omittem as relações o numero dos presos e dos degredados. N'este anno curaram-se nas enfermarias das cadeias mil duzentos e trinta e cinco doentes, além de cento e trinta e nove mulheres, por aqui se calcula o numero dos presos, enforcados treze.

1751.—Degredados para a Africa e Asia quinhentos e trinta e um, sentenciados a degredo para Castro-Marim, para Mazagão, ás galés, e ás torturas de polé duzentos e vinte oito, enforcados dois.

1752.—Degredados e galés quinhentos e setenta e quatro, enforcados nove.

1753.—Degredados e galés seiscentos e trinta e sete, enforcados onze.

Aqui terminam as relações antigas.

N'estas contas não se mencionam os presos nos carceres da inquisição. Pondere-se a acção d'esse tribunal, os penitenciados que saiam cada anno das tres inquisições, os que eram queimados, ou depois de garrotados, ou vivos ou em estatua, e facil será calcular os meios de repressão que existiam. Se as épocas eram de tanta moralidade, como dizem os louvadores do passado, ou os juizes eram crueis, e portanto gemiam nos carceres religiosos e civis, e padeciam muitos innocentes, ou a corrupção era muito maior que a d'esta época.

Agora, saltando por todo o tempo que medeia até 1834, vejamos os algarismos, attento o augmento da população e as agitações politicas que facilitam a perpetração dos crimes. Cumpre advertir que as causas politicas não as contamos, por isso apenas alludimos ás épocas em que o numero de presos e padecentes avultou por esses motivos.

Primeiro que tudo, para a apreciação franca d'este assumpto, diremos que desde 1834 houve trinta e quatro padecentes, incluindo-se n'este numero, o desgraçado guerrilheiro Remechido, o qual foi fusilado, e os demais enforcados.

Em Lisboa, desde 1834, apenas nove vezes se levantou a forca, as outras execuções foram nas provincias. A primeira verificou se no Porto, em 1837; em Lisboa a primeira foi em 1839, e a ultima em 1845. Desde 1846 que se não executa a pena de morte; a ultima vez foi, n'esse anno, na cidade de Lagos.

No anno de 1840, as entradas de presos no Limoeiro foram mil seiscentos e setenta e oito, sairam doze degredados e houve dois enforcados.

Em 1848, as entradas foram mil duzentos e vinte, os degredados trinta e oito.

Em 1852, as entradas foram mil trezentos e oito, os degredados setenta e dois.

Advirta-se que o numero dos degredados é tão limitado, porque então a saida d'elles para os seus destinos era irregular, por falta de navios do estado que os conduzissem.

Em 1854.—Entradas mil cento e setenta e nove, degredados vinte e um.

Mencionaremos agora os ultimos cinco annos:

1858.—Entradas mil oitocentos e noventa e sete, degredados 657.

1859.—Entradas mil setecentos e nove, degredados duzentos e dois.

1860.—Entradas mil novecentos e vinte e tres, degredados trezentos e quarenta e oito.

1861.—Entradas dois mil cento e sessenta, degredados seiscentos e oitenta e sete.

1862.—Entradas mil oitocentos e setenta e um, degredados trezentos e oitenta e tres.

Ora, é mister notar que nas entradas abrangemos as existencias dos annos anteriores, que devem computar-se de trezentos e cincoenta a quatrocentos, pelo menos, e mais os que vem das cadeias das provincias, a fim de seguirem para o degredo.

Tambem é de advertir que a pena de degredo está sendo applicada com maior frequencia, e muito menos a de prisão, por causa da pouca segurança das cadeias, particularmente pelas disposições do codigo penal, que, em muitos casos, substituiu a pena de reclusão pela de degredo.

É evidente que os algarismos, desde 1834 até hoje, são exactissimos, e representam a totalidade do movimento dos presos, tanto dos que sustenta a caridade, como dos que se alimentam a si proprios, e é evidente, d'este modo, que se devem reputar inferiores aos das épocas anteriores a 1834, aos tempos mais antigos, quando não havia suspeitas de certas origens de immoralidade, como hoje se diz que ha. Então havia centenares de conventos, focos de moralidade, muitas solemnidades, muitas procissões, e a forca sempre ameaçadora, e a fogueira sempre promettendo reduzir a cinzas os réos dignos d'ella. Os meios de repressão eram activissimos, a população menor, a prégação de moralidade mais repetida, a policia menos desenvolvida, e apesar de tudo isto o numero dos criminosos regulava pelo d'esta época.

É uma circumstancia que não deve despresar-se, a acção mais prompta da policia. Os criminosos hoje não se escapam tão facilmente. Apenas se mencionam dois ou tres crimes notaveis, de que a policia não conseguisse descobrir os auctores; isto no decurso de bastantes annos.

Se compararmos o estado da cadeia do Limoeiro com o que era ha cincoenta annos, e ainda ha vinte, hoje é um palacio, pelo aceio e melhor ordem. Os presos trabalham,

e o seu trabalho é tão productivo que tem chegado a dar lucro de mais de 16:000$000 réis.

Mas ainda o Limoeiro está longe do que deve ser, por muitas causas, sem embargo dos diligentes esforços de benemeritos procuradores regios.

As demais cadeias do reino são o que eram ha cincoenta annos, na maior parte logares infectos e sem segurança.

Os governos não teem pensado no melhoramento das cadeias. Tem-se olhado muito para melhoramentos materiaes, mas para aquelles que importam á morigeração da sociedade, ainda não houve governo que n'elles pensasse sériamente. Estes não deslumbram o povo, mas os seus resultados sociaes são de grande alcance. A gloria que d'elles resulta será menos apregoada, é porém mais solida.

O ministro que primeiro conseguir realisar os melhoramentos das cadeias, adquirirá alto renome, alcançará o titulo de bemfeitor da humanidade.

O cadafalso está por terra, cremos nós. Não se levantará mais em Portugal, mas isto não basta para que mereçamos a honra de havermos humanisado o systema de penalidade. É mister que a cadeia não seja casa de corrupção, de asphyxia moral e physica, deve ser casa de reclusão e de morigeração. O preso não deve perder de todo os seus brios de honestidade, porque uma vez foi criminoso, nem deve tambem vêr a sua saude arruinada, porque a sociedade carece de o corrigir moralmente.

Hoje resiste-se mais ao crime pela acção do instincto moral, do que pelo terror. Abolidas todas as torturas e a morte imposta aos réos, os meios de repressão humanisaram-se, e o imperio do terror, como meio de morigeração, acabou.

Os algarismos incompletos que apresentamos mostram que effectivamente a influencia de terror, para reprimir os crimes, vae acabando.

É um progresso immenso.

Nos vinte e nove annos decorridos desde 1833, subiram ao cadafalso trinta e quatro criminosos, e nos cinco annos decorridos desde 1828 até 1833, mais de cento e dezoito morreram ou enforcados, ou fusilados por diversos crimes.

Os resultados do terror e da brandura ficam bem patentes n'este brevissimo quadro.

A sociedade caminha e caminhará, é a sua lei suprema, é o seu destino sublime.

O POÇO DO BORRATEM

É antiquissimo o Poço do Borratem, mas a noticia mais remota, que d'elle obtivemos, é de 1552, porque o achâmos mencionado na *Estatistica* manuscripta de Lisboa, d'aquelle anno, e n'ella se diz que é de *grandissima agua e boa.*

Attribuiram os antigos virtudes especiaes á agua d'este poço. O *Aquilegio Medicinal* diz que é reputada por boa, para os que padecem achaques de calor, assim bebendo-a, como tomando banhos n'ella.

João Curvo Semedo, na sua *Polyanthea Medicinal*, publicada em 1695, e a que um poeta amigo, n'umas oitavas laudatorias, que precedem a obra, chama *officina da immortalidade*, refere as virtudes da agua do Poço do Borratem n'estes termos:

«A agua do Poço do Borratem, que temos em Lisboa, é admiravel para curar as comichões, impingens, bostelas, gretaduras e achaques de figado, como o experimentou a rainha a sr.ª D. Luiza Maria de Gusmão, o inquisidor Luiz Alvares da Rocha, Pedro de Castilho, o juiz do Terreiro e outras muitas pessoas, que padecendo não só chagas, comichões, costras e quenturas do figado, mas o que é mais, padecendo lepras, sem poder ter allivio com todos os remedios da arte, cobraram perfeita melhoria só em beberem da dita agua e tomar banhos n'ella.»

Mas estas virtudes são vulgares em muitas aguas; uma

porém, tinha singularissima e rara o poço; vamos dizel-a pelas proprias palavras do sabio doutor seiscentista:

«Em confirmação da virtude que tem a dita agua para as quenturas do figado, contarei o caso seguinte: Havia vinte e dois annos que certo homem estava casado sem ter filhos, e porque lhe sobreveiu uma destemperança quentissima do figado, lhe aconselhei que bebesse agua do referido poço, e usando d'ella seis mezes, se achou são, e a mulher se fez pejada, d'onde vim a entender que a muita quentura do figado d'aquelle homem, era a causa da esterilidade.»

Devem os leitores confessar, que a agua do Poço do Borratem era mirifica, e se ainda conservára aquella virtude, pela qual veiu a ser pae o doente do dr. Curvo Semedo, ao cabo de vinte e dois annos de esterilidade, deveram os medicos aconselhal-a em beneficio da propagação da especie e augmento da população. Quem padecesse de taes destemperanças do figado, ficava bem indemnisado do padecimento com o uso da agua do Poço do Borratem.

Provada esta virtude, a agua d'este poço seria rival da *cadeira de S. Gens*, que ainda existe na ermida do Monte e se considera efficaz contra a esterilidade nas mulheres!

Sinceridades devotas!

Hoje ainda a agua d'aquelle poço para muita gente é efficaz no tratamento de molestias cutaneas, e a empregam em banhos, e mesmo bebendo-a, não sabemos se com resultado ou se por antiga crença.

O poço tem cincoenta palmos de alto e nove de diametro.

Como a agua do Poço do Borratem possuia certas virtudes, houve uma irmandade que, sem se saber com que titulos e em que tempo, conseguiu aproveitar-se d'ella e impôr um tributo sobre quem a usava. A irmandade de Santo André e Almas, da freguezia de Santa Justa, até 1818 recebia 80 réis por mez de cada aguadeiro, e fornecia os baldes e cadeias. Porém, o mais galante é que uma certa Maria Theresa, viuva, constituira-se administradora do poço e exigia 240 réis por mez de cada aguadeiro, e d'esta quantia entregava uma pequena parte á irmandade de Santo André e Almas de Santa Justa, e guardava para si a maior parte, como o senado verificou, e além d'isso tinha em seu poder a chave da coberta do poço.

Houve questão a este respeito, e a final o desembargo do paço e o governo resolveram que o poço, por estar em terreno publico, pertencia á camara, e portanto a sua agua era do uso livre do povo.

Mas o senado, acabando com as usurpações da irmandade e de Maria Theresa, entregou a chave da coberta a um capataz, que reformava as cordas e os baldes, e abria e fechava o poço, recebendo dos aguadeiros e criados de servir 80 réis mensaes.

Em 1849 a camara poz termo por uma vez a essas alcavalas, e resolveu que as despesas com o poço fossem feitas pelo seu cofre.

Hoje o poço está bem acondicionado debaixo de uma abobada no predio que ali construe o sr. Bernardino, em terreno que foi do hospital de S. José, e continua, já se sabe, no uso publico.

Na alludida *Estatistica* manuscripta de 1552, se encontra uma relação dos chafarizes e poços que existiam na cidade, d'estes alguns permanecem; d'aquelles raro será o que existir. A este respeito temos um trabalho em separado.

O antigo *Poço da Cidade*, que dá o nome a uma travessa do Bairro Alto, que desemboca na rua Larga de S. Roque, subsiste, mettido no predio que faz esquina da rua da Atalaya para a dita travessa do lado do sul; é abundante de agua, pouco potavel, mas nunca séca, por maior que seja a estiagem. A agua está franca ao publico, mas a entrada para o sitio onde está o poço é difficil.

EPISODIO POLITICO DO SECULO XVII

São notorias as perturbações que houve no reinado d'el-rei D. Affonso VI. Este monarcha nascêra fadado para ser a vergonha da realesa. Filho do principe que uma revolução pozera no throno, sem que elle para isso fizesse um esforço, e de uma princesa illustre pelo seu elevado espirito, degenerára miseravelmente de seus maiores. Animavam-no as mais ignobeis paixões, e a historia archivou uma serie de factos, que infamariam o homem da mais infima classe, e que para um rei eram uma corôa de opprobrio e da mais vil abjecção.

Como era natural, os homens de peiores instinctos eram os seus favoritos, e até chegou a ter uma guarda de honra composta de facinoras, que o acompanhava sempre nos seus ignobeis passatempos. Nunca se viu a realesa tão aviltada.

Entre os favoritos d'el-rei D. Affonso VI houve porém um que, assumindo a suprema auctoridade, e sendo verdadeiramente o dictador do reino, soube deixar um nome illustre. Foi o conde de Castello-Melhor. Nomeado escrivão da puridade, isto é, nomeado ministro de todos os negocios, deu provas de grande illustração, notavel actividade, e de um espirito digno de dirigir os destinos da nação.

O conde de Castello-Melhor, assumindo o governo, em uma conjunctura difficil, salvou o paiz pela sua energia e superior talento. D. João d'Austria passeava triumphante pelo Alemtejo, chegando até Alcacer do Sal. O conde encarregára-se dos negocios em 1662, e logo no anno seguin-

te o conde de Villa-Flor ganhou a victoria do Ameixial, e o marquez de Marialva recuperou Evora. Em 1664 o marquez de Marialva invade a Hespanha, conquista Valença de Alcantara, e o general da Beira, Pedro Jacques de Magalhães, derrota os castelhanos em Castello-Rodrigo. Em 1665 o marquez de Marialva desbarata em Montes Claros o general Carracena; e desde esta victoria pôde considerar-se decidido o pleito a favor de Portugal. Castella vira derrotados os seus melhores exercitos, vencidos os seus mais illustres generaes, e perdida a esperança de reconquistar o throno de Portugal.

Era preciso que o conde de Castello-Melhor possuisse um grande genio governativo para, preparar e dispôr os meios afim de se alcançarem tão assignaladas vantagens. Em quanto dirigia com summa habilidade as negociações diplomaticas, sabia procurar os recursos para a guerra, n'um paiz exhaurido por uma lucta de vinte e dois annos com um inimigo muito mais poderoso.

Mas o conde ligára a sua fortuna á sorte d'el-rei D. Affonso VI: governára como dictador, e caindo o rei, devia elle cair: eram muitos e fortes os seus inimigos, se o rei era fraco para segurar a corôa, e se o conde não podia sustental-o, não tinha o monarcha meios para resistir á acção do seu proprio caracter, que lhe impunha a necessidade impreterivel de descer do throno.

Um dos favoritos de Affonso VI era Henrique Henriques de Miranda, a quem o dissoluto rei fizera general de artilheria e provedor dos armazens. Alcançára grande influencia no animo do monarcha, representando em toda a sua fealdade o papel de favorito.

Quando o rei D. Affonso VI foi obrigado a abdicar, o conde de Castello-Melhor retirou-se da côrte, e Henrique Henriques de Miranda deixou tambem o paço. Talvez Henrique Henriques fosse um dos instrumentos, de que o conde de Castello-Melhor se aproveitava, para entreter o animo do rei, e para vigiar tudo o que se passava no paço.

O casamento do rei com a rainha D. Maria Sophia precipitou a queda do conde; e foi então que os enredos da côrte tomaram incremento.

Encontrámos uma carta escripta por Antonio de Miranda Henriques a seu filho Rodrigo, que fôra para capitão-general de uma capitania no Brasil.

Parece-nos curiosa a dita carta, porque refere algumas particularidades dos successos relativos á queda do conde de Castello-Melhor e de Henrique Henriques, que apesar de se acharem na maior parte referidas em differentes escriptores, que d'este assumpto se teem occupado, ainda outras teem alguma novidade.

Poremos desde já a carta alludida, e sobre ella faremos algumas observações:

«Senhor filho:—Seja Deus louvado, que com a chegada da frota sai do cuidado de haveres chegado a essa capitania com saude, porque a carta que me dizes mandaste pela Parahiba não m'a deram, e sempre me persuadi que não havias deixar de escrever, mas este gosto nos foi muito aguado com as novidades que por cá vão, e tanto em augmento, que se não podem escrever, nem ainda fallar. Mas por maior vem a ser a expulsão do conde Castel Melhor, por onde isso teve principio, e de vosso irmão Henrique Henriques, levantando ao conde que queria matar a sua altesa, com que se foi caminho de Pombal, e Henrique Henriques, o esperaram aqui, a S. Domingos, na metade da hora do dia, para o matarem, mas quiz Deus avisal-o, com que n'esse instante foi ter comigo á quinta onde estava (ás horas em que elles foram ter comnosco quando foi do conde de Vimioso) e logo no outro dia se partiu caminho de Cós, aonde esteve alguns dias publicamente, de que sua altesa e el-rei tiveram noticia.

«E lá foi crescendo tudo de maneira que a rainha se saiu do paço e se metteu na Esperança, aonde fica, e trata de annullar o casamento, sobre o que já corre pleito, dizendo que el-rei não é capaz de mulher, e ella está donzella.

«El-rei o foram apertando de maneira que elle está n'aquella casa em que dormia com guardas portas, sem poder fallar a ninguem; e sua altesa está cá no paço governando o reino como elle fazia.

«Agora nos chamou a côrtes; certo é que ha de ser o que elle quizer, mas eu não sei que mais elle póde querer, porque está rei. Dizem que elle ha de casar com a rainha, mas não será tão depressa, segundo dizem, porque diz que o negocio ha de ir a Roma, e a maior culpa que fazem ao conde e a Henrique é dizerem que elles sabiam que el-rei não era capaz de casar, e o fizeram casar.

«Estando Henrique em Cós, e o conde em Pombal com o seguro de sua altesa lhe fizeram quebrar o seguro, dizendo que elle lh'o dera como infante, e que agora lh'o podia quebrar como regente do reino; do que resultou mandarem sessenta cavallos com Francisco de Albuquerque a Cós a prender a Henrique, e d'ahi a Pombal a fazer o mesmo ao conde; mas quiz Deus que nem um, nem outro tiveram effeito, com que elles se encantaram, e devem andar pelos pés das moitas; mas como os não prendam, tudo passarão; ainda que é tamanho o gosto de o fazerem, que um dia d'estes me amanheceu a casa cercada de quanta justiça tem esta côrte, e vinha marchando a infanteria para ajudar; e nos ameaçaram a buscar as casas, estando eu e vosso irmão na cama ainda; e o fizeram com tanto excesso e curiosidade, que não ficou n'estas casas, armario, nem os famedes que estão na minha camara, e as caixas lá em riba, que não mandassem abrir, e até as alcatifas mandaram levantar, para verem se havia algum sumidouro por baixo e o mesmo fizeram em casa do nosso visinho o almotacé-mór; e depois de buscarem tudo com esta curiosidade mandou Pedro Alvares Ceco dizer que não achava Henrique, e de lá tornaram a dizer terceira vez, que rebuscassem, que aqui estava, até que de todo se desenganaram.

«E succedeu ser em dia de feira, em que este Rocio se encheu de povo, que temi muito levantar-se algum motim, porque eram varios os pareceres que dava o povo, e ouvimos com grande paciencia; e no cabo disse Manuel de Miranda aos corregedores se queriam d'elle alguma coisa, se não que se ia fazer seu negocio; responderam-lhe que não, que se podia ir muito embora.

«E logo ao outro dia, que foi quarta feira, vespera de Nossa Senhora da Conceição, indo ás matinas á capella, e achando-se lá com D. Francisco de Lima, Rodrigo de Figueiredo e o marquez de Sande e Luiz Freire, que todos iam para um bairro, disse Manuel de Miranda a D. Francisco, que pousa agora aqui nas casas de D. Antão de Almada, que o trouxesse na liteira; elle respondeu-lhe que estava penhorado com o marquez de Sande para o trazer. Metteu-se então com Rodrigo de Figueiredo e Luiz Freire, e em quanto botaram Luiz Freire nas escadas do hospital, passou D. Francisco e o marquez na liteira, e indo alli ás escadas de S. Domingos, chegaram uns poucos de homens de pé

e de cavallo, e perguntando de quem era a liteira, se chegaram a ella, e carregando tudo sobre o respaldo de traz, em que vinha o marquez, lhe deram tantas estocadas, que logo alli ficou morto, e sem confissão, nem capaz de apertar a mão; e o coche foi chegando ao reboliço, sem saber o que era.

«Parece que d'aqui tomaram esses senhores nossos amigos, motivo para no outro dia mandar sua altesa por um decreto prender a Manuel de Miranda, e que o levassem á casa do segredo, o que se executou sexta feira, á tarde.

«Vêde vós, que tal ficaria, estando alheio, de não poder haver causa para isso, per nem uma via. E logo veiu Pedro Fernandes Monteiro a fazer-lhe perguntas, e depois de feitas, foi ao paço de que resultou mandarem-no logo voltar para sua casa, e ainda veiu comer seu par de ovos. Mas isto sobre sessenta e quatro annos, com tão pouca saude como eu ando, atraza-me muito mais. E quiz Deus que um dos lacaios de D. Francisco de Lima conheceu na pendencia um criado de D. João de Castro, e logo ahi começaram a gritar sobre elles.

«D'esse dito foi a justiça logo ao outro dia amanhecer á porta de D. João, e prenderam todos os criados, que, diz, depozeram que o conde de Mesquitella os pedira a seu amo para o acompanharem, e que elle fôra no delicto e seu filho D. Antonio Carcome, e que não buscavam ao marquez, senão a D. Francisco de Lima, e bem creio, que se não acharam logo claresa nos enfadariam.

«Henrique está em miseravel estado, porque não ficou pedra que se não levantasse contra elle, e são tantas as dividas, que é o que mais cuidado nos dá, que não será possivel podel-as compor, ainda que lhe venda quanto tem: está-se devassando dos officios, mas elle dizia que não se temia nada d'isso, queira Deus que seja assim.

«A elle lhe sequestraram a nau, e creio que lhe virão a sequestrar tudo; e são tantos os editos por que o citam, que não ha ahi poder-lhe accudir. Emfim, a honra e a fazenda está perdida; queira Deus conservar-lhe a vida, para amparo de seus filhos.....

«Lisboa, 17 de dezembro de 1667.—Vosso pae—*Antonio de Miranda Henriques.*»

O infante D. Pedro tinha com effeito imputado ao conde

de Castello Melhor uma tentativa de homicidio na sua pessoa. O conde era o rei, porque este mal podia resistir aos esforços do irmão para o expulsar do throno. Entregue a uma vida devassa, com um caracter extravagante e violento, não era homem que tivesse artes para se oppôr aos enredos politicos que lhe minavam o throno; enredos que eram uma necessidade politica para garantir o decoro e a magestade da corôa, vilipendiada por elle. O irmão, depois, consentiu e desejou até o famoso escandalo do processo do divorcio da rainha D. Maria Sophia com D. Affonso VI, para haver de casar com ella. Escandalo monumental que põe o remate a todas as torpesas d'aquella época.

Mas o conde de Castello Melhor fôra effectivamente um ministro habilissimo. Foi no seu ministerio, que Castella recebeu os ultimos golpes na guerra, que sustentara para a reconquista de Portugal. Durou apenas cinco annos a administração do conde; e n'esse espaço de tempo reorganisou o exercito, proveu-o de tudo, habilitou os mais illustres generaes a darem as famosas batalhas a que já alludimos.

Os differentes historiadores não referem a perseguição que se fez ao conde, depois que elle se retirou da côrte, com a carta de seguro do infante, nem egualmente mencionam a tentativa do homicidio na pessoa de Henrique Henriques, o favorito de D. Affonso VI, e o apaniguado do conde de Castello Melhor. A carta de Antonio Henriques devemos consideral-a verdadeira, porque é escripta na propria occasião, em que se passaram os successos a que allude.

Resulta d'ella que a Henrique Henriques se imputava pouca honestidade no exercicio dos cargos que exercera, ao mesmo tempo que estava cheio de dividas. Antonio Henriques bem claro diz que a *honra e a fazenda estavam perdidas*, e que seria difficil salvar o filho; ainda que, por outro lado, Henrique Henriques dizia, que não receiava das syndicancias feitas a esses officios que tivera.

A narrativa d'essas buscas feitas em casa de Antonio Henriques; as suspeitas de que o outro filho d'elle, Manuel Henriques tivesse cumplicidade no homicidio do marquez de Sande; a deshonra que se apregoava contra o favorito de D. Affonso VI; o tumultuar do povo, que era todo pelo infante, junto da casa onde habitava Henrique Henriques; a perseguição que se lhe fez depois da sua saida da côrte; eram a expressão do singularissimo favor que elle tivera na

côrte do rei que largara o throno. A fortuna voltara-se completamente, como quasi sempre acontece aos validos.

N'aquella lucta, onde se empenhavam tantas paixões odientas, era natural que os vencidos fossem opprimidos; mas d'isto pouca ou nenhuma menção fazem os que tem escripto sobre o assumpto.

Sem embargo de se dizer que os costumes d'outr'ora eram mais puros que os de hoje, porque a religião tinha maior imperio, a cada passo encontramos crimes, á similhança d'aquelle de que foi victima o marquez de Sande. Francisco de Mello, marquez de Sande, era conselheiro d'estado, e havia sido enviado de Portugal em differentes côrtes estrangeiras, e muitas vezes tinha dado o seu parecer nos conflictos suscitados entre o infante D. Pedro, e seu irmão D. Affonso VI. A morte d'elle, justamente na época da desgraça do conde de Castello Melhor, leva a crer que esse acontecimento fôra meramente politico.

Era notavel a audacia com que os fidalgos se desaggravavam das injurias que recebiam dos seus eguaes, ou mesmo dos seus inferiores. Matavam ou mandavam matar os seus inimigos sem algum escrupulo; a tudo se atreviam.

O conde de Mesquitella, D. Rodrigo de Castro, que mandára matar o marquez de Sande, foi afinal degredado para a India, por toda a vida, com a notificação de que, vindo a Portugal, morreria de morte natural, e seus bens seriam confiscados para a corôa. O conde partiu para a India nas náos que sairam a 2 de abril de 1671. Da India saiu depois para Roma, e ahi morreu.

Se fôra peão, enforcavam-no, e bem e conforme as leis em vigor; mas como era fidalgo!.....

PÓS PESTIFEROS

Tem os jornaes estrangeiros noticiado, que nas ilhas Bermudas se organisára uma tentativa, para introduzir a febre amarella na cidade de Nova-York, por meio de roupas infeccionadas, transportadas em bahús para aquella cidade.

Já em Portugal houve uma vez receio, de que uns estrangeiros introduzissem a peste em Lisboa, por meio de certos pós, e para evitar isto, se tomaram precauções.

No *Repertorio* do archivo da camara municipal, achamos lembrança d'esta abusão d'esse tempo; posto que não possamos precisar o anno, como se verá, deve ter sido ahi pelos annos de 1630 a 1632.

Diz pois o referido repertorio, que se ordenou que: «o vereador Diogo da Cunha estivesse em Belem, quando se temiam os pós, que, se dizia, traziam os estrangeiros para causarem peste.»

E n'outra parte se diz, que: «se concedeu vara ao provedor da saude de Belem, na occasião dos pós, sómente.»

Achámos outros apontamentos mais explicitos, n'estes termos:

«No anno de 1631 entraram em Belem uns navios, e o vereador Diogo da Cunha fez n'elles certas diligencias por causa da peste, que andava em Londres.»

«N'esse mesmo anno entraram uns navios que tinham estado em Setubal, e o mesmo vereador mandou proceder n'elles a algumas diligencias, por causa d'aquella peste.»

«Houve muitas consultas sobre se se devia dar entrada a uma náo, que chegára de Inglaterra em janeiro de 1631.»

«Ao provedor da saude de Belem se concedeu usar vara vermelha, em quanto Diogo da Cunha permanecesse em Belem, e por causa dos pós, que se dizia traziam pessoas suspeitosas.»

Quem originou este terror panico foi o duque de Maqueda, que deu a denuncia a respeito dos pós, que geravam a peste, e por isso se determinou tambem, que o provedor da saude estivesse em uma fragata com dois guardas, para poder exercer melhor a sua vigilancia.

Por estes apontamentos, determina-se de algum modo a época, na qual Lisboa andava receiosa dos pós epidemicos.

A peste de Londres de 1631, foi horrorosa; das mais horrorosas de que resa a historia.

É sabido que n'aquelles tempos se attribuiam as epidemias a causas sobrenaturaes, a influxos do sol, da lua, das estrellas, e dos cometas especialmente.

O dr. Ambrosio Nunes, que escreveu no fim do seculo XVI, e publicou o seu *Tratado da peste*, no anno de 1601, alludindo á formidavel peste epidemica que desvastou Lisboa, no anno de 1598, tendo seu principio nos fins de setembro d'esse anno, diz que teve duas causas superiores, uma, o eclipse do sol, que se observou a 7 de março d'esse anno, e do qual os astrologos prognosticaram logo como consequencia, a peste; — e a outra foi a conjuncção dos dois planetas infelizes, Saturno e Marte, a 27 de agosto do dito anno.

Ora, tendo acontecido o desabamento de uma parte do monte de Santa Catharina, no dia 23 de junho de 1597, que principiou a desmoronar-se ás dez horas da noite, acabando depois da meia noite; e tendo havido um fortissimo abalo de terra, no dia 13 de agosto de 1598, ás cinco horas da tarde sairam emanações pestilentas, affirma o dr. Nunes, as quaes reunidas ao influxo do cometa e dos planetas, originaram em commum a cruel epidemia, que n'esse tempo feriu cruelmente Lisboa.

Por causa d'esta peste, fez o povo de Lisboa o voto á Senhora da Penha de França, de lhe erigir a sua casa, e de ir em procissão todos os annos, á meia noite, do dia 5 de agosto á sua egreja, se porventura escutasse os rogos do povo, que se via afflicto com tamanho mal.

Em quanto aos pós, não consta que tivessem chegado a Lisboa, posto que a peste não deixasse de vir.

Sob este successo do susto de pós pestiferos, escreveu o padre fr. Manuel de Lacerda, da ordem de Santo Agostinho, um livro com este titulo *Memorial e antidoto contra os pós venenosos, que o demonio inventou, e que seus confederados espalham em odio da christandade*, impresso por Antonio Alvares, em Lisboa, no anno de 1631.

O auctor diz que, vendo o pregão deitado em Madrid ácerca dos pós venenosos, que o demonio por seus confederados espalhou pelo estado de Milão, com notavel ruina dos seus moradores, e dos mais que tão nefario maleficio alcançou, desejou dar noticia dos remedios naturaes que se lhe deviam oppor. Os remedios são divinos, isto é, actos religiosos, exorcismos, etc.

Todavia, o theologo escriptor nada diz do que se passou em Lisboa, quando houve o susto dos pós venenosos.

Póde imaginar-se qual seja o contheudo da obra, em que se mostra que o demonio sempre teve e tem sede de sangue humano.

É um tecido de abusões envoltas em muita erudição theologica.

A LENDA DA SENHORA DOS PRAZERES

É tradição antiquissima, que muito antes de 1599 apparecera a imagem da Senhora dos Prazeres sobre uma fonte, a que se deu o nome, que lhe ficou e ao sitio, de Fonte Santa, pelas grandes virtudes que a Senhora communicou á agua que ali corria, para a cura de todas as enfermidades. O senado mandou depois fazer a arca e o tanque, pondo na gargula as armas da cidade.

Como aquelle terreno, onde estava a fonte, que ainda existe, pertencia ao conde da Ilha, este levou a imagem para sua casa, e a collocou em seu oratorio, ficando o palacio dos condes a pequena distancia da ribeira de Alcantara, onde esteve a casa da Saude para os empestados.

Mas a imagem desappareceu do oratorio, e foi reapparecer sobre um poço que havia perto do local, onde veiu a levantar-se a ermida.

Diz a tradição que a imagem se mostrára a uma innocente menina, mandando-lhe que dissesse aos visinhos e a seus paes, que lhe edificassem uma ermida n'aquelle logar. A menina cumpriu o mandado, e foi acreditada. Tambem a imagem disse á menina que desejava que lhe dessem a invocação da Senhora dos Prazeres: e, porque assim fosse, ou porque a imagem apparecesse no dia em que a egreja celebra os prazeres da Virgem, pela resurreição do seu Divino Filho, assim se explica o chronista, lhe deram effectivamente aquella invocação.

Cnostruiu-se a ermida sem grandesa nem ostentação no local designado. Os condes da Ilha deram apenas o terre-

no, mas ficaram com o padroado. As despesas da festa eram feitas por devotos.

Continuando o que diz o chronista das imagens da Virgem, a imagem era mui linda, parecendo mais obra das mãos dos anjos, que de esculptores humanos. Era de fino alabastro, lavrada, pintada e dourada por diante, e nas costas não tinha obra alguma, por onde se reconhecesse que era de alabastro. E aqui está a rasão porque tambem parecia obra celestial, pois que os esculptores da terra, sempre se presam de acabar as suas obras com perfeição. As mãos da imagem eram de páo.

Nas festas lhe punham um manto muito rico e corôa de prata, e não tinha alampada tambem de prata por as portas da ermida não serem muito fortes, e o sitio deserto e exposto ás maldades dos homens perversos.

Parece que os pobres é que concorriam para as festas e para as obras da ermida. O ermitão lá ia com o producto das esmollas, melhorando a ermida conforme podia.

Eis-aqui a ingenua lenda da imagem da Senhora dos Prazeres, que, desde remotos tempos, em dia egual ao de hoje, é objecto de uma romaria.

Todas as imagens de mais devoção teem a sua lenda, caracterisada por apparições e desapparições, e milagres. Esta de que tratamos está no caso de muitas outras.

A procissão que sae da egreja parochial de Santos, na segunda feira, depois do domingo da Paschoella, para a ermida dos Prazeres, foi instituida pelos moradores da mesma parochia, por voto que fizeram na occasião da peste de 1559. Como todas as procissões de voto, fazia-se de manhã, agora, porém, sahe de tarde.

No sitio dos Prazeres ha uma especie de arrayal.

FELIZ PAE!

Visitámos hoje as obras da egreja da Annunciada, onde deve estabelecer-se a parochial de S. José.

É para lastimar que a irmandade não tenha sufficientes recursos, para dar andamento ás obras; e que tambem desde o principio não fossem dirigidas com acerto, para desde logo haver um risco definitivo, que evitasse as *emendas*, que tanto dinheiro custam.

A capella-mór com o retabulo, que era da antiga egreja dos jesuitas, hoje hospital de S. José, fica riquissima. São magnificas as columnas salomonicas de marmore vermelho, assim como o espaldar de marmore branco, de precioso lavor.

Vimos o modelo em gesso para a *Gloria*, que deve collocar-se no alto do retabulo. É obra do sr. Pedro dos Reis, e revela talento. A figura do Padre Eterno está muito bem modelada.

A figura de Christo já não tem tanto merecimento.

A composição do baixo relevo, pareceu-nos boa.

Ali estão muita cantaria e muitos marmores e embutidos de Santo Antão, e da capella da Estrella, que ha pouco se demoliu. Vão aproveitar-se umas sobre portas, bem lavradas, d'esta ultima, na capella-mór.

Ali está um frontal de marmore preto, com embutidos de marmore amarello, que era do altar da sachristia da egreja conventual de S. Bento. É uma peça de muito valor. Veiu da Italia com as outras cousas, que de lá mandou vir o marquez de Castello Rodrigo, D. Christovão de Moura, para esta egreja, de que foi bemfeitor.

O embutido está executado com muita arte. O artista soube aproveitar com o maior talento os pedaços de marmore amarello sombreado, para os devidos effeitos do claro escuro.

O frontal tem no centro o brasão do marquez, que consta das armas dos Corterreaes e Mouras, e escudo sobreposto, que lhe era proprio, cremos nós.

Está muito bem conservado este frontal, e é peça de grande valor artistico.

Tambem lá vimos uma grande campa, que tem onze palmos de comprimento e correspondente largura, que é a da sepultura de Fernão Alvares de Andrade, que foi thesoureiro-mór do reino, e escrivão da fazenda d'el-rei D. João III, e do seu conselho.

Tem esculpido o brasão dos Andrades, com grandes ornatos, lavrados com muita perfeição e é um bom specimen da esculptura da segunda metade do seculo XVI.

Tem a lapide, que é de marmore, esta inscripção:

«Capella e sepultura de Fernão Alvares de Andrade, do conselho d'el-rei D. João, o III, descendente em linha direita da nobre geração dos condes de Andrade, de Galliza, fallecido em março de 1552: E de D. Isabel de Paiva, sua mulher, que falleceu em maio de 1530: E de seus descendentes.»

Este Fernão Alvares de Andrade foi grande bemfeitor das freiras da Annunciada. Quando o mosteiro para ali se mudou, em 1539 do antigo mosteiro de Santo Antão, hoje chamado o Colleginho, Andrade, que era visinho das freiras, visitando o mosteiro viu o descommodo em que ellas viviam, e tratou de melhorar-lhes a casa, que era muito pobre, e a isto applicou uma consideravel parte dos seus haveres, que eram bastantes.

A abbadessa em remuneração d'esses serviços, solicitou de D. João III licença para lhe doar a capella-mór da egreja. O rei, que tinha em muita conta a Fernão Alvares de Andrade, e attendendo ao que lhe representou a abbadessa, passou um alvará, no anno de 1542, concedendo ao dito Andrade a capella, onde com effeito elle veiu a ser sepultado.

O convento e egreja da Annunciada ficaram completamente arruinadas pelo terramoto, e as freiras passaram para Santa Joanna. Mais tarde se projectou collocar ali a egreja

parochial de S. José, e em 1793, o architecto Antonio Fernandes Rodrigues delineou um risco apparatoso para o novo templo. Esse risco não foi agora seguido por exigir grande dispendio.

Voltando porém a Fernão Alvares de Andrade, a campa a que alludimos vae ser collocada no museu dos architectos. Merece com effeito ser conservada, não só porque tem merito artistico, e é, como dissemos, specimen da esculptura antiga, senão tambem porque recorda, ainda que indirectamente, tres escriptores portuguezes dos mais distinctos.

Fernão Alvares de Andrade teve dez filhos do seu casamento com D. Isabel de Paiva, e entre elles contam-se Francisco de Andrade, o famoso chronista, Diogo de Paiva de Andrade, celebre theologo e orador, e fr. Thomé de Jesus, o mavioso auctor dos *Trabalhos de Jesus*.

Francisco d'Andrade escreveu a chronica d'el-rei D. João III, e é tambem author do poema *O primeiro cerco que os turcos fizeram á cidade de Diu*, obra muito estimada, assim como a sua chronica.

Não ha noticia exacta da data do nascimento e morte de Francisco d'Andrade, julga-se que morreria pelos annos de 1610, com mais de setenta annos de edade.

Diogo de Paiva d'Andrade sabe-se que nasceu em 1528, e morreu em 1575, com 47 annos de edade, e foi sepultado na capella de S. Nicoláo Tolentino, na egreja da Graça, porque recebera os primeiros rudimentos do seu saber n'aquelle convento. Contava trinta e tres annos de edade quando foi mandado ao concilio de Trento; tal era a reputação da sua sciencia e alta capacidade. É escriptor classico.

Fr. Thomé de Jesus, lá morreu captivo em Mequinez, porque foi dos prisioneiros na batalha de Alcacer, em 17 de abril de 1582, com 53 annos de edade.

E ainda a esta familia pertencia Diogo de Paiva d'Andrade, filho de Francisco d'Andrade, e portanto neto de Fernão Alvares de Andrade. Este Diogo de Paiva é auctor do *Casamento Perfeito;* auctor classico.

Se pois não ha nenhum monumento d'estes famosos escriptores, que tanto honraram as letras patrias, conserve-se essa memoria do progenitor de tão illustres varões; honrando-se a elle, honramos os que d'elle descendem, já que por outro modo não podemos prestar-lhes homenagens, nem

d'elles restam nenhumas memorias sepulchraes, ou outro qualquer monumento, posto que bem perduravel os tem nos seus escriptos. Note-se que um dos outros filhos de Fernão Alvares de Andrade, foi capitão na India, onde prestou bons serviços, e ostentou muita valentia, e acabou gloriosamente na desastrosa batalha de Alcacer-Quibir.

Feliz pae, que deu á patria tão benemeritos filhos.

A lapide está bem conservada e no museu se lhe deve pôr um rotulo, que diga qual foi a descendencia do thesoureiro-mór de D. João III. Ao menos é um preito a tão abalisados escriptores.

D. JOSÉ BARBOSA

APONTAMENTOS BIOGRAPHICOS

D. José Barbosa, clerigo theatino, nasceu em Lisboa, na freguezia de Nossa Senhora da Conceição, a 23 de novembro de 1674, e morreu a 6 d'abril de 1750, na sua casa de S. Caetano.

Foi filho de João Barbosa Machado, capitão de auxiliares da corte, e de D. Catharina Barbosa, que tiveram o seu nome illustrado pela gloria litteraria que seus filhos, D. José Barbosa, o abbade Diogo Barbosa Machado, e o desembargador Ignacio Barbosa Machado, adquiriram com os seus eruditos escriptos.

D. José Barbosa até aos quatro annos de edade não pôde articular uma palavra, e já se temia que viesse a ficar mudo, mas a final se lhe desembaraçou o orgão da voz, e começou a aprender os primeiros rudimentos do saber humano. Aos sete annos de edade lhe sobreveiu tão grave enfermidade, que esteve seis mezes de cama e deitado de um só lado.

Passou a estudar a lingua latina e as humanidades no collegio de Santo Antão, dos jesuitas. A vivesa que o joven Barbosa patenteava e o seu aproveitamento nos estudos, levaram os seus mestres a empenhar-se por que elle vestisse a roupeta dos jesuitas, mas Barbosa resistiu sempre a estas instancias. Depois inclinou-se a professar na ordem carmelitana, mas como sua mãe sobre este intuito,

consultasse o seu confessor, o veneravel padre Bartholomeu do Quental, este lhe persuadiu a que se filiassse na religião theatina; e com effeito Barbosa, aos quatorze annos de edade, pediu ser admittido na casa de S. Caetano, e offereceu como prova da sua capacidade um poema latino de mais de mil versos heroicos, em que narrava a vida de S. Caetano. A final vestiu a roupeta dos theatinos em 6 de dezembro de 1689, e professou solemnemente a 8 de dezembro do anno seguinte.

Proseguiu nos seus estudos theologicos, até que no anno de 1702 se estreou como orador sagrado, prégando as tardes de quaresma no seu proprio convento. Logo adquiriu fama de insigne prégador, e começou a ser procurado para as maiores funcções, assim festivas como funebres, agradando a todos pela puresa da phrase, abundancia e propriedade dos conceitos, e formosura da acção. Prégando o panegerico de Santo André Avellino, que no anno de 1712 fôra canonisado, no seu convento e na presença de El-Rei D. João V, tão agradado ficou este monarcha do discurso de D. José Barbosa, que ali mesmo o nomeou chronista da casa de Bragança, com a distincção de lhe augmentar o ordenado com mais vinte mil réis sobre sessenta que tinha. E passados alguns annos lh'o accrescentou ainda com mais oitenta, além de cento e vinte mil réis para pagamento de casas, sendo, pois, todo o vencimento do chronista de duzentos e oitenta mil réis cada anno.

Quando o douto conde da Ericeira instituiu, em sua casa, aquella famosa assembléa dos melhores engenhos d'essa época, D. José Barbosa foi um dos escolhidos; e organisada a academia real de historia, tambem o sabio theatino foi logo um dos seus primeiros socios. Coube-lhe como primeiro trabalho, escrever a historia dos principios do reino de Portugal. Chegou a concluir as memorias relativas ao conde D. Henrique, obra que apresentou á academia, mas que não viu a luz publica, por demoras na officina typographica, e por oútros motivos, que se não enumeram, e que o levaram a largar este trabalho.

Foi depois incansavel nos seus estudos, e differentes escriptos apresentou á academia, até que lhe offereceu o *Catalogo das Rainhas de Portugal* em que dá noticia historica e critica de todas as rainhas até á mulher de D. João V. Publicou depois o *Catalago* ou *Memorias*

dos Alumnos no Real Collegio de S. Paulo de Coimbra, cujo assumpto reduzia a verso, que deu á estampa com o titulo de *Archiathenæm Lusitanum*, *sive Regale Collegium Collimbriense*, no qual refere as vidas dos alumnos do mencionado collegio, em quatro mil e trinta e seis versos heroicos. Esta obra foi impressa com o maior luxo typographico da época.

O padre Barbosa jámais desamparou as suas tarefas litterarias, mas nem por isso deixava de frequentar o pulpito, e contando já setenta e quatro annos de edade prégou de S. Joaquim, a instancias de um amigo, na egreja matriz de Setubal, na segunda oitava da Paschoa, conservando ainda o mesmo vigor na phrase, a mesma eloquencia e abundancia de conceitos, e a mesma fortalesa da voz.

Passando já dos setenta annos, foi eleito preposito da casa de S. Caetano. Com repugnancia assumiu o governo conventual, porque sempre amou a quietação e a paz dos seus estudos, desprendido de ambições.

Como chronista da casa de Bragança, escreveu as vidas dos cinco primeiros duques, já nos ultimos annos da sua vida, e tambem escreveu uma arvore genealogica do principe do Brasil. Os autographos d'estas obras conservaram-se na bibliotheca real, e d'elles se tirou uma cópia, para se fazer a magnifica impressão que, por ordem d'el-rei D. José, emprehendeu Ignacio Barbosa Machado. Quando succedeu o terramoto, foram devorados pelas chammas o authographo, a cópia, o primeiro tomo já impresso, com as vidas dos duques D. Affonso, e D. Fernando I, e parte do segundo, com a vida do duque D. Fernando II. A bibliotheca real desappareceu completamente, com o incendio posterior ao terramoto, e a typographia onde se imprimíra a obra, naturalmente, teve a mesma sorte, porque d'essa obra só existem os retratos dos cinco primeiros duques, desenhados pelo pintor Carlos Antonio Leoni, florentino, e gravados, em Paris, por differentes artistas. Leoni era um máo pintor, a julgarmos por differentes trabalhos seus que temos visto. N'um retrato o achamos assignado, dizendo-se pintor da camara do infante D. Manuel, irmão d'el-rei D. João V. Ora, suppõe-se que os cinco retratos vieram de Paris, já depois do terramoto, e por isso ainda hoje se encontram. No retrato do duque D. Fernando II se acha, ao pé do nome do gravador, a data de 1755, que confirma

a nossa supposição. Na bibliotheca existem os referidos cinco retratos dos duques D. Affonso, D. Fernando I, D. Fernando II, D. Jayme e D. Theodosio I.

Não se póde duvidar de que se perdeu completamente esta obra. Assim o affirmam Diogo Barbosa Machado, e D. Thomás Caëtano do Bem; o primeiro, sobretudo, devia estar bem informado, e não é crivel que narrasse um facto de tal ordem sem ser veridico. D. José Barbosa escreveu a obra, e entregou-a a el-rei, porque por ordem sua a escrevia. Depois, indo a copia para a imprensa, tiraram-se os exemplares do primeiro tomo, mas como não estivesse concluida a impressão, e mesmo porque ainda lhe faltassem os retratos, demorou-se na officina o primeiro tomo, pois que de certo não correria, sem que antes fosse apresentada a el-rei, e não era apresentada sem se achar concluida a impressão, e incluidos os retratos.

O sr. Figanière nos mostrou uma conta original da compra do papel, realisada em Amsterdam, para a *Historia dos Duques de Bragança*, e que é curiosa por varios motivos, e particularmente como prova de que se chegou a imprimir aquella obra, cujo destino foi singular, por d'ella só ficar a memoria, tendo-se perdido autographo, copia, e um tomo e parte de outro já impressos. A poucas obras terá succedido um egual desastre.

Diz assim a referida conta:

«Conta de 300 resmas de papel que o desembargador Gonçalo José da Silveira Preto, do conselho do ultramar, mandou vir de Amsterdam, por intervenção do consul geral da Suecia, A. Arfwedson & C.ª, para uma impressão que Sua Magestade, que Deus guarde, manda fazer pelo desembargador Ignacio Barbosa Machado.»

Eis-aqui resumidamente as addições d'esta conta:

Custo das 300 resmas, 1:246$255 réis.

Frete, 30 cruzados novos, com 10 por cento de avaria, ordinaria, etc., 15$840 réis.

Frete do barco de bordo do navio, e descarga na alfandega, 1$600 réis.

Gastos na alfandega, etc., e conducção a Rilhafolles, onde habitava Barbosa, 16$305 réis.

Commissão, portes de cartas, etc., 128$000 réis.

A data da conta é de 28 de agosto de 1754.

Tambem o sr. Figanière nos fez o obsequio de nos mos-

trar duas cartas que acompanham a conta, e são curiosas igualmente.

Segundo se deprehende de uma d'essas cartas, assignada por Custodio Nogueira Braga, Ignacio Barbosa Machado achou excessiva a commissão de 10 por cento contada por Arfwedson, e consultou a esse respeito o referido Braga. A importancia total da conta era de 1:280$000 réis, e o negociante exigia a commissão de 10 por cento, ou 128$000 réis. Braga, naturalmente negociante d'esta praça, informou que o estylo era os negociantes portuguezes contarem as commissões de receber effeitos, despachal-os, vendel-os, receber e cobrar a 3 por cento, e os estrangeiros a 2: de cobrar letras, levavam os portuguezes 1 por cento, e os estrangeiros 1/2; de pagar letras, e de remetter ou sacar, tiravam os portuguezes 1 por cento, e os estrangeiros 1/2; e concluia por dizer que era exagerada a commissão de 10 por cento.

A. Arfwedson escreveu depois a Ignacio Barbosa Machado, desculpando-se de haver taxado os 10 por cento de sua commissão, dizendo que era a que costumava haver pelos generos que mandava vir para a Casa das Obras — «como um premio da sinceridade com que costumava servir a Sua Magestade, e não como negocio que se trata com mercador;» — e depois accrescenta: — «para que vossa mercê conheça o meu desinteresse, não pretendo nada da minha commissão, e sómente me contentarei, se por premio, a seu tempo, me quizer mandar um jogo dos livros para que é destinado este papel.»

Esta carta tem a data de 6 de setembro de 1754.

Ora, tambem o sr. Figanière nos fez o favor de nos apresentar um contrato entre o conde de Soure, provedor dos paços reaes, e o dito Arfwedson, pelo qual este se obrigava a fornecer diversos artigos para a mencionada Casa das Obras, sendo-lhe arbitrada a commissão de 8 por cento. Este contrato é do anno de 1753.

Parece-nos que são bastante curiosas estas noticias, não só porque dizem respeito á obra que se perdeu de tão insigne escriptor, mas porque instruem sobre o systema de administração publica, e tambem sobre algumas praticas do commercio d'essa época.

Devemos agradecer ao sr. Jorge Cesar de Figanière a sua benevolencia. Collector infatigavel de todas as preciosidades

bibliographicas que póde alcançar, é ao mesmo tempo intelligente apreciador e sobre tudo conhecedor do seu merecimento, e está sempre prompto a auxiliar com os valiosos subsidios que possue aquelles, que se occupam de cousas litterarias.

É justo que lhe paguemos este preito, mormente quando raros são hoje os que se dedicam a estudos serios, e a conhecer a litteratura patria.

Prosigamos na noticia biographica de D. José Barbosa.

O illustre theatino gosou sempre de saude robusta, e só nos ultimos tres annos lhe sobreveiu uma palpitação, que muito o affligia e lhe causava grandes ancias. Naturalmente era uma lesão no coração, ou nos orgãos accessorios, molestia pertinaz e incuravel, mas que opprime o enfermo por dilatado tempo. Comtudo, parece que na propria fadiga litteraria, o sabio escriptor achava algum allivio, que lhe não davam os remedios da medicina, por isso, quando mais anceado se sentia, levantava-se e tomava algum livro para ler, ou mesmo a penna para escrever e assim experimentava melhoras.

Crescendo o rigor da enfermidade, e conhecendo o padre Barbosa que em breve se despediria do mundo, quiz antes despedir-se do seu Mecenas, el-rei D. João V, e lhe disse estas conceituosas palavras: — «Senhor, continúa a molestia da vigia a perseguir-me, e a advertir-me que é chegada a hora, pela qual Deus nos manda esperar com vigilancia. Empreguei toda a minha vida em bem servir a Vossa Magestade, foi sempre o alvo dos meus pensamentos, agradar áquelle que me honrou e favoreceu com ás maiores distincções e especiaes mercês. É possivel, comtudo, que eu não haja cumprido todos os meus deveres com aquelle fervoroso zelo, com aquella inteiresa que deve ter um vassalo fiel e devotado, por isso, senhor, se acaso dos meus ordenados recebi alguma quantia que não merecesse, por não tèr servido como devia, perdoe-m'a Vossa Magestade pela sua muita piedade. Ainda outra graça imploro, e espero alcançal-a do religioso animo de Vossa Magestade. Quando chegar ao conhecimento de Vossa Magestade que acabei para o mundo, digne-se mandar dizer algumas missas pela minha alma. Será grande consolação para mim, na hora extrema, a certesa de que vou acompanhado á presença do Eterno juiz, pelas orações da egreja.»

El-rei muito commovido respondeu: — «Sempre me ser-«viste, padre Barbosa, com zelo, e como era de esperar de «quem é tão temente a Deus. O que de mim recebeste não «o reputeis ordenado ou estipendio, mas sim gratuita as-«sistencia que vos não deve pesar na consciencia.»

Ainda o padre Barbosa, por ultima mercê, pediu a el-rei, que, visto ser tão magnifico bemfeitor dos seus vassallos, quizesse mandar comprar o sitio das Alcaçarias de Lisboa, e dar aquelles banhos, por esmola aos pobres. El-rei prometteu deferir a esta supplica, e logo ordenou ao engenheiro Manuel da Maia, que fizesse o risco do edificio que se havia de levantar. Mas el-rei morreu passados quatro mezes, e esse projecto não foi ávante.

Tanta humildade fica bem n'aquelle que tanto fez em beneficio e para honra das lettras patrias. Recordem-se estes exemplos para nos consolarmos de orgulho fofo, da vaidade, e da insipiencia de muitos que hoje, se julgam benemeritos escriptores, quando não supportariam um exame de instrucção secundaria. D. José Barbosa pedia que lhe fosse relevada alguma falta, pela qual houvesse desmerecido os ordenados que recebera. Como era um verdadeiro sabio, se vivera n'esta época e não tivesse compadres para o inculcar, louvar e engrandecer, não teria de que pedir perdão ao rei, ou ao estado, porque ninguem o consideraria, nem os governos o exaltariam. Mas se fóra d'estes litteratos que por ahi ha aos centos, dar-lhe-iam um logar pingue, o habito de S. Thiago, e os prelos gemeriam com as admirações, em estylo grandiloquo, do seu immenso talento.

El-rei D. João V, tão ridiculisado por alguns escriptores d'esta época, não é ainda agora apreciado com justiça. Para a sua gloria bastava ter favorecido os homens de lettras e os artistas, e haver sustentado com brio e lustre o nome portuguez. Se esse monarcha verdadeiramente magnanimo fez Mafra, tambem fez o aqueducto das aguas livres; se protegeu os conventos e as confrarias, tambem amparou os cultores das lettras e das artes, as quaes renasceram com tamanho esplendor no seu reinado. A historia d'este monarcha ainda não está escripta, e ha de ser mais benevola para com elle, do que os escriptores que hoje só veem os erros e os defeitos da sua administração, esquecendo-se inteiramente das suas virtudes e das suas glorias, talvez por-

que não estudam com profundesa as memorias d'esse reinado.

Pelo lado litterario e artistico o reinado d'el-rei D. João V, merece honrosa menção historica; o máo gosto da época não procedeu de culpa sua; pelo lado politico grangeia as mais severas censuras pelas prodigalidades ecclesiasticas, pela sua galanteria freiratica, e pela influencia que concedeu ao clero nos negocios publicos, e ainda pelas crueldades da inquisição.

Aggravavam-se os padecimentes do padre Barbosa, que elle supportou com religiosa constancia e serenidade, até que no dia 6 de abril de 1750 passou a melhor vida, tranquillo e alegre, como o sabio e o justo, que tanto apreço faz da vida no meio da gloria e do goso de todos os bens terrenos, como na hora, em que a pavorosa visão da eternidade se lhe apresenta na sua tremenda realidade.

Este erudito escriptor occupa um logar distinctissimo na galeria dos sabios portuguezes. As suas obras são particularmente estimadas pela puresa e propriedade da phrase, que adquiriu na incessante leitura dos auctores classicos; e conta-se que lera vinte e oito vezes a *Vida de D. João de Castro*, de Jacintho Freire de Andrade, porque o considerava como o melhor modelo da boa linguagem. O estylo do padre Barbosa é grave e conceituoso, além de correcto, não o sobrecarrega de imagens, nem tambem é tão arido que enfade. Quando cumpre, sabe ser eloquente, mas com aquella eloquencia varonil e harmoniosa, propria da nossa lingua. Não tem nenhuma affectação, nem trocadilhos. É esta a opinião dos criticos de melhor nota, como adverte o sr. Innocencio Francisco da Siva, no seu *Diccionario*.

O padre Barbosa, comtudo, nem sempre seguiu a boa critica, e para exemplo basta notar que na conferencia da academia de 22 de outubro de 1723, sustentou como veridica e authentica a visão e apparição de Christo a el-rei D. Affonso Henriques, na batalha de Campo d'Ourique. Esta conferencia foi celebrada no paço, em presença d'el-rei no seu anniversario natalicio. O erudito theatino talvez não désse credito a essa lenda patriotica, mas a cortezania e aquella crença de que attribuindo uma origem milagrosa á monarchia, esta se robustecia e arreigava pela fé religiosa, porventura influiriam no animo de tão douto escriptor para sustentar a absurda lenda.

Juntou o padre Barbosa uma copiosa livraria, «e esta ra-«rissima e preciosa joia deixou á sua communidade» como diz D. Thomaz Caetano de Bem. Essa livraria, com a que possuia a casa de S. Caetano, passou em 1797 para a Bibliotheca Nacional porque os theatinos a cederam ao estado mediante a pensão annual de 600$000 réis, que desfructaram até 1834.

Aqui pomos ponto n'esta noticia historica de D. José Barbosa, que teve os seguintes cargos: — examinador das tres ordens militares, e synodal do patriarchado, chronista da casa de Bragança, socio e censor na real academia de historia e preposito da casa de S. Caetano.

O retrato d'este illustre homem de letras, está na sala das visitas da Bibliotheca Nacional, onde se admira a estatua em marmore da rainha D. Maria I, e representa-o em meio corpo na edade de setenta annos, com a mão encostada a um livro que indica ser o *Archiathenœum lusitanum*.

O retrato é soffrivelmente pintado.

UM ARCEBISPO DO SECULO XV

D. Pedro de Noronha, filho de D. Affonso, conde de Gijon, filho bastardo do rei Henrique II de Castella, e da infanta D. Isabel, filha bastarda de D. Fernando, rei de Portugal, veiu a ser o quarto arcebispo de Lisboa, desde 1424 até 1452, em que falleceu.

Foi este arcebispo um prelado devasso, e com tudo regeu a diocese!

Veiu a este reino D. Pedro de Noronha (porque foi nascido em Castella) quando apenas contava 23 annos de edade, e a instancias d'el-rei D. João I o papa Martinho V lhe concedeu a administração do bispado de Evora, e por morte do arcebispo de Lisboa, D. Diogo Alvares, o mesmo pontifice o elevou a essa dignidade, contra a solicitação que o cabido d'esta cathedral fazia a favor de D. Fernando, chantre de Coimbra.

Com 28 annos de edade, no anno de 1424, se achou D. Pedro de Noronha sentado na cadeira archiepiscopal de Lisboa, e do que menos cuidava era do seu officio pastoral, confiando o governo espiritual da diocese aos seus vigarios geraes. O arcebispo vivia com o maior luzimento, engolphado nos prazeres, entregue á sensualidade. O papa Martinho V o reprehendeu severamente por esses abusos, mas elle continuou.

Quando aconteceu a crise politica por occasião da morte d'el-rei D. Duarte, D. Pedro de Noronha foi um dos adversarios mais implacaveis do infante D. Pedro.

Como é sabido, el-rei D. Duarte, em seu testamento, dei-

xava a rainha viuva D. Leonor por tutora de seu filho D. Affonso, que succedia na corôa, e por governadora do reino. A isto se oppoz o povo; mas o clero e os fidalgos eram do partido da rainha.

Os ultimos tinham ficado muito despeitados, por se ter ajustado o casamento do moço rei com D. Isabel, filha do infante D. Pedro.

O arcebispo D. Pedro pretendeu sustentar o partido da rainha contra o parecer e vontade do povo de Lisboa, o qual, assim como fôra o primeiro que se levantára a favor do mestre de Aviz, e a quem o mesmo mestre reconhecia ser devedor dos maiores serviços, do mesmo modo agora era parcial do infante D. Pedro. Rasões sobejavam ao povo para querer que o governo do reino e tutoria do rei menor se conferissem ao infante, filho de D. João I, e não á rainha estrangeira; e além d'isso, como diz Ruy de Pina: «porque n'aquelle tempo todo o reino estava á vontade e disposição dos filhos e netos d'el-rei D. João».

O mesmo Ruy de Pina conta como «os officiaes mecanicos de Lisboa e outra gente popular se ajuntaram em S. Domingos da cidade, onde fizeram escrever e assignaram um accôrdo no qual declaravam — *Que o infante D. Pedro fosse seu regedor e defensor sómente, e que assim promettiam de o requerer nas côrtes, e que o contrario não consentiriam ou morreriam sobre isso, se o caso assim requeresse.*»

Contra esta positiva deliberação popular, queria lutar o arcebispo, e pretendeu fazer-se forte no castello. Mandou fazer, sobre o bairro do Enclones, *uma torre mui alta, forte e formosa*, para n'ella se acolher, e ordenou que se levantassem uns cubellos, e se abrisse uma porta, no lanço onde estava a de Martim Moniz, para melhor defensão do castello. E emquanto isto fazia, soltava ameaças contra a cidade, e os seus parciaes as repetiam entre o povo. Este então reuniu-se em camara, e representou ao arcebispo contra aquellas obras, que eram força contra a cidade, por quanto o muro era do municipio. O arcebispo não deu ouvidos aos mensageiros que o povo lhe mandara, e elles se retiraram mui descontentes. O povo reuniu-se outra vez na camara, e por conselhos prudentes, resolveu-se apenas a mandar fechar a porta que o arcebispo fizera abrir, e derrubar os cubellos, mantendo sua posse no muro.

O arcebispo retirou-se para a villa da Alhandra, e indo

ahi um Affonso Martins, ourives, a tratar negocios sobre as rendas da mytra, com elle praticou ácerca dos movimentos da cidade, doestando os cidadãos d'ella, e ameaçando de se entender com os infantes de Aragão, para vir pôr cêrco á cidade, e repetindo outras muitas ameaças.

Affonso Martins fez saber, em camara, as ameaças do arcebispo, e logo se tirou uma inquirição contra o prelado, o *que blasphemára do senhor que o fizera.* A cidade e o seu clero appellaram d'elle, e o suspenderam das rendas e dignidade, e mandaram por João Lourenço Farinha, cidadão e pessoa de saber, apresentar as suas queixas contra o mesmo arcebispo ao papa, com supplicativas em nome d'el-rei e dos infantes.

O arcebispo quiz acolher-se á villa de Obidos, mas os moradores d'ella o não quizeram receber, e então se foi para Castella.

Depois os parentes do arcebispo interpuzeram as maiores diligencias para que elle regressasse á sua diocese, e n'isso se empenhou o papa Urbano IV, até que o infante D. Pedro permittiu que o devasso prelado volvesse a Lisboa, restituindo-lhe as seus rendas e lhe outorgou muitas graças e mercês, e accrescenta Ruy de Pina: «depois em agradecimento não respondeu com igual balança.» Foi isto no anno de 1442.

O arcebispo foi depois traidor ao infante D. Pedro, porque foi um dos maiores intrigantes para o comprometterem com o rei seu senhor, e que grato devia ser ao infante seu tio e sogro.

Este arcebispo deixou um nome infamado e uma numerosa descendencia bastarda e sacrilega, mas toda fidalga, apesar da macula da origem, que, se se houvera de notar, grandes contas se teriam de tomar a tantos que combatem o casamento civil, qnando elles procedem a sua fidalguia, de origens tão pouco limpas.

Ora todas estas cousas nos vieram a proposito de um documento, que nos foi remettido de Evora e que abaixo vae publicado.

Que prelado não era esse D. Pedro de Noronha, ao qual se diziam taes cousas como as que se leem na carta que lhe dirigiu o senado de Lisboa, no anno de 1439, como os leitores vão ver?

Um arcebispo que hoje vivesse tão escandalosamente,

por certo que não presistiria muito tempo na sua diocese. O povo de Lisboa obrigou esse a fugir do reino. mas achou um papa que interveiu por elle, para vir a ser traidor a um principe, que esquecêra os aggravos que d'elle tinha e ainda o enchera de mercês! É assim que ha muitos annos o passado lavra a sua propria ruina e o descredito do clero.

Vejam esse tal arcebispo D. Pedro de Noronha, que nem sabia dizer missa, nem respeitava as donzellas, nem as proprias freiras! Por isso deixou numerosa prole!

Ahi vae a carta que o nosso correspondente diz ser copiada de um *Livro de memorias dos arcebispos de Lisboa, até ao anno de 1640*, que escreveu o desembargador Francisco Monteiro Leiria, vereador do senado da mesma cidade e reformador do seu cartorio.

A orthographia e linguagem da carta é um mystiforio antigo e moderno. Damol-a como nol-a enviaram, e isso procede por ventura da copia que está no livro citado e da qual já se teriam tirado outras copias, e de alguma d'essas a tirou o nosso correspondente.

O documento é este:

«Dom Pedro, por mercê de Deus, arcebispo d'esta mui nobre e leal cidade de Lisboa. Nós os Vereadores, Procurador, e Cidadãos e Homens Bons e Povo d'esta mesma, vos enviamos saude em Jesus Christo. Bem sabedes em como o Padre Santo enformado de vossas partes, sentindo el, e crendo que vós ereis huma mui nobre pessoa, convem a saber, letrado e sabedor da Ley Velha e Nova, e em outras sciencias, e devoto e bom Ecclesiastico, e honesto e de sancta conversaçom, vos proveo n'esta Dignidade Arcebispal, pode haver dez e sete annos, da qual dés entom até agora ouvestes a posse pacifica, levando as rendas todas em chêo, que som dés mil ducados cada anno, ou o que vier na verdade, por a qual razom vós ereis tendo, como bom Pastor, reger as almas, e spiritualidade do dito Arcebispado, e dando bons exemplos, e visitar as Egrejas, e fazer todas as outras couzas que pertencem á ordem Episcopal. Ora vós sabedes bem em como n'aquelle tempo vos trabalharees de aprender grammatica para entenderes as Scripturas Divinas, e fazer comprir o que a vosso officio pertence, e por bem da graça que vos assy foi feita do dito Arcebispado devereis mais rijamente trabalhar no que dito

he, segundo todos tinhamos esperança, da qual cousa vos nunca empachastes, em tanto que ficastes como diantes ereis, hum homem leigo sem nunca saber, como nom sabeis ainda, falar nem entender latim; e tambem nunca hi deixestes, nem sabereis dizer missa, nem fizestees, nem sabereis fazer as outras cousas que perteencem a tal Dignidade, nem vós trabalhastees nunca de as querer aprender, nem fostes vestido em Pontifical, que mais he de maravilhar; e que nunca quizestes, nem querees trazer roupas honestas, nem de Clerigo, mais de puro leigo; convem a saber, veludado de figurar, e roupas curtns, trazendo comvosco atavios de caças e montairas e armas, e pagens com cabellos alfeitados, e alfresses [1] em cima de uma egoa traz vós muy deshonestamente sem entrar na dita Egreja a as festas principaes, nem hindo aas procissões, antes em taaes tempos vos his fora da dita cidade; e assy fóra onde vós estaaes se celebrão os Officios Divinos simplesmente, e vós vos tornaes á cidade por guiza, que fugis dos Divinos Officios, como foge o Diabo da Cruz, e dês entom ata agora tevestes vossa vida tão dissoluta e aprazenteira que todo o tempo despendestes e despendees luxuriosamente *violando Freiras e Donas, Viuvas e Moças Virgens*, muitas das quaes vos nomearõ logo, se comprir, e ainda ameaçaaes a dita cidade que vós lhe farees guerra e *arrenegarees de Deos e dos seus Sanctos se lha non fazees:* E pero por muitas vezes vos requeres, e sem carteavom, e em apartado vos amoestassem por bem da vossa e nossas almas que vos corregessees e emendassees, nunca quizestes nem querees. Por a qual razom se mostra já seres afamado, nem a ver esperança de alguma emenda, antes entendemos que sempre farees o peior, agravando-nos como sempre fezestes. Por ende nos todos com todos nossos adherentes appellamos de vós, e de todos vossos vigarios e officiaaes *ab illatio et inferendis futris gravaminibus*, pedindo os Appostolos com a instancia e diligencia que devemos, protestando aprovar notoriamente tudo o que dito he, e a vós non obedecer d'aqui em diante, pois vos fezestes e divulgastes por inimigo e guerreador da dita cidade, e pedimos hum e muitos estormentos com o teor d'esta carta e intimaçom d'ella etc.»

Sancto arcebispo!

[1] Alfresses, significa cavalleiros, segundo fr. João de Sousa.

VOLATINS

Em uma collecção mui curiosa de noticias manuscriptas, relativas, na maxima parte, á segunda metade ao seculo XVI, achámos a relação de uns acrobatas e volatins, que vieram a Lisboa, no anno de 1596.

Pelo espanto do auctor da relação, parece que até esse anno nnnca tinham vindo a Lisboa volatins, ou dançarinos na corda, sendo certo aliás, que é divertimento ou exercicio muito antigo, e já usado entre os romanos.

É para admirar qve só no anno de 1596 viessem pela primeira vez arlequins d'este genero, por quanto eram conhecidos na Europa, e em França executavam havia muito tempo os seus exercicios.

Vindo n'aquelle tempo tantos estrangeiros a Lisboa, é de estranhar que não concorressem ás pomposas festas, que n'esta cidade se faziam, esses arlequins, que naturalmente, como hoje, corriam secca e meca.

Aos homens que dançavam na corda se dava o nome de borlatins ou volatins, que dançavam na maroma, porque assim se chamava a corda.

Ha tempo, ainda havia na praça do Salitre, uns bilhetes antigos, de 1817, crêmos, nos quaes se dizia que a companhia, que então dava espectaculos n'aquella praça, era de *volatins*.

Em 1569 se julgava, que só por artes diabolicas se podia dançar na corda; o que diriam então os sinceros noticiaristas, e o sincero publico d'aquellas eras, se vissem os Leo-

tard e os Blondin, e os alcides que duas juntas de bois não podem mover?

O auctor da relação julga um caso espantoso o que viu fazer aos dois funambulos italianos. Felizes foram estes de os não terem levado á inquisição, visto que se acreditava que só por influencia do demonio podiam praticar os seus exercicios. Com tão singelos espiritos facil era arranjar milagres, e por isso vemos n'aquella época tantos milagreiros.

Ora, eis-aqui o que se lê na antiga relação, a que alludimos:

«Depois de idas estas naus (umas que partiram para a India em que ia o viso-rei conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama) se soou em Madrid andavam uns italianos que faziam cousas nunca vistas nem ouvidas, os quaes vieram ter a esta cidade em maio de 1596, e eram dois mancebos ambos irmãos, um d'elles muito gordo e refeito, e o outro magro, dos quaes para se escreverem as cousas que faziam, acho que quanto menos se d'elles escrever tanto melhor, pois são coisas que só os que as viram lhes podem dar credito.

«Estes homens vieram primeiro a Madrid, onde, feitas as suas habilidades, el-rei e os do seu conselho ficaram attonitos, e determinados a que não podia ser coisa feita sem intervir o demonio, e lhes mandou el-rei queimar todos os apparelhos e dar outros, e de toda a maneira o faziam, de maneira que el rei disse que elle o via, mas não o cria.

«E vindo a esta cidade, se pozeram a fazer o mesmo no pateo de D. Antonio de Cascaes, conde de Monsanto, levando a vintem por cada pessoa, ganhando cada dia trinta a quarenta mil reis, porque não tão somente o povo de Lisboa os ia a ver, mas de todo o termo vinha cada dia grande quantidade de gente a vêr, e de outras partes.

«O que faziam era sobre a grossura de uma corda de quatro dedos atravessada de um páo a outro duas lanças bem altas do chão; dançavam por cima d'esta corda toda a maneira de dança, assim para diante como para traz, em uma sala ladrilhada, e outras vezes dançavam com duas botas redondadas cada uma atada na sola do pé, que lhe ficavam os pés sobre as botas, e outras vezes dançavam met-

tidos em um sacco com o rosto coberto, e atado o sacco por cima da cabeça; e de outras vezes com uns tamancos nos pés, e tudo melhor dançado que um mestre. E tanto era o que faziam, que ninguem pôde crer sem intervir o demonio.

«Deitava-se o mais magro em um tabernaculo arriba vestido sómente com camisa, e nos peitos lhe punham uma pedra de atafona que pesaria dois quintaes, e dois homens cada um com seu martello, que pesaria vinte arrateis cada um, lhe quebravam a dita pedra com marteladas que lhe davam, tendo-a elle em cima dos peitos; que uma só martelada bastava para espedaçar um cavallo. Tudo faziam ao som de uma harpa. Escrevi este caso por ser admiravel e espantoso.»

O SCEPTRO CASTELHANO E UMA MOEDA DE JUDAS

Refere a *Chronica Carmelitana*, que el-rei D. João I doára ao convento do Carmo, de Lisboa, o sceptro d'el-rei D. João de Castella, que fôra encontrado entre os magnificos despojos, que o monarcha castelhano largou na sua derrota e precipitada fuga na batalha d'Aljubarrota.

Os carmelitas seguiam o rito jerosilimitano, e nas matinas da festa do Natal e dos Reis tinham mais uma licção, que era, nas matinas do Natal, a genealogia de Christo, por S. Matheus, e nas matinas dos Reis, a mesma genealogia, por S. Lucas.

Um diacono subia ao pulpito para cantar a lição, e em quanto a cantava tinha na mão o sceptro que el-rei D. João I doára ao convento.

Era o sceptro, diz a *Chronica*, de peças distinctas, uma de cristal, e outras de prata dourada com artificiosos lavores.

Esta pratica foi seguida até ao anno de 1755; então, o sceptro perdeu-se nas ruinas causadas pelo terramoto.

Uma relação antiga, segundo diz a *Chronica*, allude a esta usança, nos seguintes termos:

«Vinha muita gente e fazia gran folgança de vêr o sceptro, clamando muitos bem-hajas ao condestavel, e lhe davam gloria nos seus ditos, que todos eram de que muita paz tenha no ceu... e o real rei, quando lhe contavam os ditos das gentes e as bençãos das femeas, se prazia muito...»

Entre as reliquias que o condestavel D. Nuno Alvares Pe-

reira doou ao seu convento do Carmo, havia uma moeda de ouro, que a fé queria que fosse um dos trinta dinheiros, preço porque Judas vendera Christo. Esta crença permaneceu sempre no convento, e era geral; mas não se apontam as provas de que a dita moeda fosse uma das que recebeu o traidor Judas.

Tinha sido posta a moeda entre os braços e a haste de uma grande cruz de prata, n'uma especie de relicario de cristal, para poder ser vista. Esta cruz estava arrecadada no santuario do convento.

Um moço do mesmo convento roubou a cruz, no dia 12 de abril de 1658.

Os frades trataram de descobrir o ladrão, e conseguiram-n'o. Tinha elle vendido a cruz a um ourives da prata, e a moeda a um ourives do ouro, o qual declarou que a comprára por 750 réis, valor do seu peso, e que d'ella fizera um annel, o qual vendera.

O ladrão foi enforcado, no anno seguinte.

Curioso seria o annel feito de uma moeda tão historica; mas deve crer-se que o facto era pura historia, porque quem poderia provar a sua verdade?

O RETRATO DE VASCO DA GAMA

Acham-se na academia das bellas artes onze quadros, dos que pertenceram á galeria do sr. conde do Farrobo, comprados por el-rei o sr. D. Fernando, para a mesma academia, e entre elles o retrato de Vasco da Gama.

Estão ali tambem as duas magnificas copias, feitas em Roma pelo sr. Fonseca, mui distincto professor da academia, da famosa *Transfiguração*, de Raphael, e da *Communhão de S. Jeronymo*, se bem nos lembra, de Dominiquino; um precioso quadro de Holbein; uma Virgem, de Perugino; um admiravel painel de flôres, e uma batalha.

Em quanto ao retrato de Vasco da Gama é um pequeno quadro em madeira, de 243 mil. de alto, sobre 193 mil. de largo. Vasco da Gama representa 50 a 60 annos; tem na mão direita uma luneta de dois vidros, e na esquerda um papel.

O sr. conde do Farrobo mandou restaurar este retrato, em 1845, por um pintor-restaurador, que por muitos annos residiu em Lisboa, e com bons creditos artisticos; era elle Luiz Tirinanzi; e por essa occasião Tirinanzi publicou, no *Diario do Governo* de 21 de junho d'aquelle anno, uma noticia a respeito do quadro, dizendo que é obra de Christovão d'Utrecht, e nas costas do painel está uma nota repetindo este mesmo erro.

Se o retrato foi tirado do natural, como se julga com bom fundamento, não póde ser obra de Christovão d'Utrecht, o qual veiu a Portugal annos depois do fallecimento do heroe da India, porque Vasco da Gama morreu em Cochim, no anno de 1528, com 56 annos de edade.

Todos os escriptores são concordes em affirmar que aquelle pintor viera para Portugal no meiado do seculo XVI, e alguns querem que viesse com Antonio Moro, ou Moor, o qual em 1552 pintou os retratos d'el-rei D. João e da rainha sua mulher, que estão em S. Roque e em Belem, o que consta de um documento que o sr. visconde de Jeromenha extrahiu do archivo nacional, e se acha na obra *As Artes em Portugal*, do conde Raczinsky.

Do que dizem Guarienti, Bermudes, Cyrillo, Taborda e outros, não póde inferir-se o anno certo em que Christovão de Utrecht veiu para Portugal, mas póde affirmar-se que em 1524 ainda aqui não se achava.

De Antonio Moro não é a pintura, porque tambem n'aquelle anno de 1524 ainda este artista não se achava em Lisboa.

Porque não será de algum dos excellentes pintores portuguezes que floresceram no reinado de D. Manuel e nos primeiros annos do de D. João III? É sabido que D. Manuel mandou á Italia varios artistas, alguns dos quaes foram discipulos do grande Miguel Angelo, e trouxeram para Portugal a sua maneira e o seu estylo.

Porque não será pois o retrato do famoso argonauta obra de Manuel Campello, ou de Gaspar Dias, ou de Antonio de Hollanda, ou de Gonçalo Gomes, ou de Braz do Avelar, ou de André Gonçalves, ou de fr. Carlos, ou de Fernão Gomes, ou de Diogo Reinoso?

De Christovão de Utrecht é que decididamente não é.

A pintura é excellente; está ligeiramente deteriorada, mas é de facilima restauração.

Cumpre rectificar o erro que tem corrido a similhante respeito, attribuindo-se o retrato a um pintor do qual não póde ser.

Não se attribue nenhum quadro aos pintores portuguezes, sendo certo que n'aquella época alguns houve de alto merecimento.

O quadro em madeira, pintado nas duas faces, que estava no côro de Belem, e hoje se acha arrecadado, e que é de muito merito, é inquestionavelmente de algum d'aquelles artistas portuguezes, mas não lh'o attribuirão, por certo.

Emfim, procurámos rectificar um erro, que tem vulgarisado.

UM TRAIDOR

No anno de 1566 foi a cidade do Funchal, a primeira da ilha da Madeira, assaltada por uns aventureiros francezes, que praticaram os maiores excessos, e a saquearam.

Era capitão da ilha Simão Gonçalves da Camara, primeiro conde da Calheta, mas ao tempo da invasão. tinha o governo seu tio Francisco Gonçalves da Camara, porque Simão Gonçalves viera para Lisboa.

O padre Antonio Cordeiro, na sua *Historia Insulana*, refere o facto do assalto dos francezes á cidade do Funchal, no dito anno de 1566, e diz que extrahiu a relação do successo do livro de Gaspar Fructuoso, intitulado, *Saudades da Terra*, e cita os capitulos 44, 45, 46 e 47, onde o mesmo Fructuoso conta minuciosamente o acontecido.

O livro de Frnctuoso não está impresso, e na Bibliotheca Nacional existe d'elle uma cópia incompleta, com tres tomos, o primeiro dos quaes trata do *Descobrimento geral da ilha da Madeira e dos capitães generaes da dita ilha*; o segundo do *Descobrimento da ilha de Santa Maria;* fallam o terceiro e quarto do *Descobrimento do archipelago de Cabo Verde.* Não podemos pois vêr o manuscripto completo, a que allude o padre Cordeiro, mas no primeiro tomo já referido da obra de Fructuoso encontramos a breve relação do assalto dos aventureiros francezes á ilha, referido a pag. 77, v., do dito 1.° tomo.

Em um manuscripto que contém varias noticias antigas, narradas por um contemporaneo, e de que já nos temos aproveitado por vezes, achamos uma narrativa do successo,

a qual diverge do que se lê na *Historia Insulana*, e é mais curiosa, porque conta a causa pela qual os corsarios francezes foram investir a ilha da Madeira.

Gaspar Fructuoso começa assim a sua narrativa:

«Estando a cidade do Funchal no mais alto e prospero estado que podia ser, mui rica de muitos assucares e vinhos, e os moradores prosperos com muitas alfaias e ricos enxovaes; muito pacifica e abastada; descuidados os naturaes de a fortuna virar a vela da sua prosperidade, aos 3 dias do mez de outubro do anno de 1566, vespera do seraphico S. Francisco, aportaram a esta ilha oito galeões de França, em que vinham mil soldados arcabuzeiros, afóra outra gente de mar, com tenção de saquear a dita cidade pela fama da sua riquesa.»

Estes navios não entraram no porto do Funchal, e a gente foi desembarcar na praia Formosa, a uma legua da cidade. Desprevenidos os habitantes não lhes oppozeram resistencia no desembarque; porém na entrada da cidade procuraram os moradores repellir a agressão, mas sem resultado porque os francezes entraram e passaram á espada a gente que encontraram no baluarte, onde se acolhera o governador Francisco Gonçalves. Diz Fructuoso que a perda dos portuguezes seria de duzentos homens, e a dos francezes de cincoenta, incluindo o seu capitão, que foi morto, e lhe succedeu no commando seu irmão.

Os corsarios estiveram senhores da cidade durante dezeseis dias, nos quaes, refere Fructuoso: — «carregaram as naus «de quanta riquesa havia na ilha; não podendo levar mui«to assucar, raios e odoriferos vinhos, por que lhes não «cabiam nas náos, que abarrotadas estavam de moveis de «muito preço.»

Diz Fructuoso que o chefe da expedição se appellidava *Moluco*, Montluc, queria dizer, porque o filho do celebre marechal de França Montluc, foi effectivamente o capitão dos piratas francezes. O que é porém singular, é que o marechal era um encarniçado inimigo dos huguenotes, a ponto de se lhe dar o epitheto de *magarefe* dos huguenotes, e os nossos historiadores dizem que Montluc e os seus eram d'esse culto, e que por isso no Funchal quebraram as imagens, e praticaram muitos desacatos em odio á religião catholica.

Os historiadores francezes contam o cazo a seu modo,

porque referem que Montluc armára trez navios. e com elles saira de Bordeus para correr a costa d'Africa, afim de ahi restabelecer feitorias para o commercio francez, e que impellido por um temporal para as costas da ilha da Madeira, ahi o receberam a tiro, e por esse motivo assaltou a cidade, e a tomou e saqueou; e por ultimo, que tendo succumbido a um ferimento mortal, a sua gente desanimou e tratou de logo regressar para França. Accrescentam que houve reclamações por parte do governo portuguez, e que o almirante Chatillon provou que os francezes haviam sido provocados.

Esta narrativa não concorda com as dos escriptores portuguezes que são mais acreditaveis. Montluc era evidentemente um aventureiro, e a sua expedição saqueando a ilha e praticando toda a casta de violencias e de excessos, demonstrou qual era o seu fim. Além d'isso a narrativa manuscripta de que vamos dar noticia, e que é obra de um contemporaneo, põe em toda a sua luz este successo.

Ao tempo do desastre da ilha da Madeira, a França ardia em guerra entre catholicos e huguenotes, e é bem sabido que os aventureiros e corsarios francezes já então corriam os mares. Não é pois para admirar, que attrahidos pela fama das riquesas da ilha da Madeira, deliberassem accommettel-a para se senhorearem de tão opimos despojos.

Eis aqui como o manuscripto a que alludimos refere o caso:

«*Conta o destroço que Gaspar Caldeira veiu fazer á ilha da Madeira com os francezes, e do fim que houve.*

«Governando o cardeal D. Henrique estes reinos, emquanto el-rei D. Sebastião não era de edade, achou por ordenações que os homens que iam a Mina não podiam trazer ouro, pela qual causa lhes tomavam todo o que traziam; e por essa rasão se foram alguns homens do mar entendidos botar em França, e n'essas partes do norte, entre as quaes se achou um Gaspar Caldeira, de muita experiencia no mar, aggravado pelo que lhe tomaram, com intento de fazer o que fez.

«O cardeal, sabendo d'esta ida de alguns, mandou por editos que dentro de certo tempo se viessem, e que vindo lhes perdoara, ao que alguns acudiram; porém o Caldeira, não, que ficando lá se contratou com alguns francezes e rochelezes, para os trazer á ilha da Madeira com a armada

que para esse effeito fizeram. E na ilha deram aos tres do mez de outubro da era de 1566, vespera de S. Francisco, com sete naus, que comsigo traziam, e a saquearam e roubaram, matando perto de duzentas pessoas da ilha, na qual estiveram quinze dias, estando toda a gente d'ella pela serra fugida, em quanto ali estiveram os francezes.

«Foi avaliado o sacco que levaram, e perda que fizeram em conto e meio de ouro (600:000 cruzados); levaram da fortalesa toda a artilheria miuda, e a grossa quebraram e encravaram, forçaram muitas mulheres; quebraram muitas imagens de santos, porque os mais dos que ali vinham eram lutheranos.

«É sabido isto, procurando o cardeal haver ás mãos este Caldeira, principal auctor do mal, avisou logo a França ao embaixador de Portugal, dando-lhe conta de que o dito Caldeira cá fizera, para que, por todas as vias, procurasse havel-o ás mãos. Chegado o aviso ao embaixador, havendo muitos poucos dias que o Caldeira ahi estivera, ficou assaz pesaroso pelo não ter sabido. Porém na mesma casa do embaixador se agasalhava um marinheiro, que não acudira aos editos, com o qual se contentou o embaixador, promettendo-lhe da parte d'el-rei de Portugal perdão e mercês, se desse o Caldeira á prisão, porque era muito amigo d'elle. Prometteu com effeito o marinheiro entregal-o, como de facto entregou, vindo-lhe no alcance até uma fortalesa da Biscaya a que chamam Fonterabia, onde o marinheiro o levou enganado, e n'ella dentro o prenderam.

«O que sabido, logo foi mandado trazer com a mais guarda possivel, sendo causa sua prisão de se fazerem muitas mercês a muitos por ella.

«Já, quando este delinquente chegou a Lisboa, tinha el-rei D. Sebastião tomado o governo. E trazendo-o, desembarcaram na Ribeira, onde se ajuntou todo o povo para o vêr aos 16 de fevereiro da era de 1568; d'ahi o levaram á casa da relação, onde lhe foram feitas perguntas, ao cabo das quaes o metteram na cadeia publica do Limoeiro, onde não esteve mais de dois dias, e passados estes, saiu a arrastar e a enforcar. O numero das gentes que accudiu pelas ruas e janellas era tanta, que affirmo parecer impossivel poder fazer o caminho para o levarem. Foi do Limoeiro até aos Cubertos, e d'ahi á Ribeira, onde se lhe cortaram as mãos, ao pé do Pelourinho; e eram dadas duas horas, de-

pois do meio dia, quando chegou á Ribeira, e tinha saido do Limoeiro ás sete da manhã.

«Este homem com ter feito tanto mal, morreu mui arrependido, pedindo muitos perdões, fazendo exclamações, de maneira que indo todos vel-o com duro coração, pelo que tinha feito, choravam com dó d'elle, pedindo a Deus lhe perdoasse.

«E d'esta maneira acabou enforcado no caes da Pedra, onde o esquartejaram, e ficou a cabeça na forca, e nas portas da cidade foram postos dois quartos.

«Tambem houveram ás mãos dois pilotos afamados, que tambem por lá andaram, um por nome Antonio Lino, e outro o Contreiras, os quaes foram trazidos a esta cidade do reino de Castella, onde andavam, e foram ambos enforcados no mesmo caes da Pedra.»

Apenas chegou a Lisboa a noticia da invasão da ilha pelos francezes, em oito dias se aprestou uma forte armada para ir a combater, mas quando lá chegou, já os aventureiros se tinham retirado.

Gaspar Fructuoso foi contemporaneo d'este successo; pois que nasceu em 1522 e morreu em 1591; se elle os refere como o auctor do manuscripto que transcrevemos, não o podemos dizer, só o que affiançamos é que na copia das *Saudades da terra,* existente na bibliotheca, não os achamos referidos d'aquelle modo, em quanto ás suas causas.

O abbade Diogo Barbosa Machado, nas suas *Memorias para a historia d'el-rei D. Sebastião*, occupa-se do successo da invasão da ilha da Madeira pelos francezes, ás ordens de Montluc, e da traição de Gaspar Caldeira, referindo os acontecimentos, como o auctor do manuscripto a que acima alludimos, e que é um contemporaneo, ou mui proximo dos mesmos acontecimentos.

Ao tempo da invasão da ilha tratava-se do casamento d'el-rei D. Sebastião com a princesa Margarida, irmã de Carlos IX, rei de França, casamento protegido pelo papa, como se vê no *Quadro Elementar*, do sr. visconde de Santarem (vol. III, pag. 392).

Portugal pediu satisfação do insulto e estrago causado pela gente de Montluc, na ilha da Madeira, mas nunca a obteve; apenas, nas condições propostas pelo rei de Fran-

ça, para se effectuar o consorcio da princesa Margarida com el-rei D. Sebastião, se incluia a de serem indemnisados os moradores da ilha da Madeira dos damnos que tinham experimentado, justificando elles, com testemunhas francezas os generos das fazendas de que haviam sido despojados. (*Quadro Elementar*, vol. III, pag. 395).

Em uma nota a pag. 394 da obra acima citada, se acham transcriptos uns trechos dos *Commentarios de Montluc* relativos á invasão da ilha da Madeira. *Os Commentarios* são do marechal Montluc pae do que invadiu a ilha, e lá morreu, e n'elles se lastima da morte do filho, da qual diz, que foi como se lhe houvessem cortado os dois braços, e, mais adiante diz, que elle era o seu braço direito. E occupando-se da empresa do filho refere que o seu designio não era nenhum emprehendimento contra o hespanhol (Hespanha e Portugal), mas que, bem via ser impossivel que não intentasse alguma cousa contra o rei de Portugal, porque *ao ver e ouvir essa gente dir-se-ia que o mar é d'elles.* (sic.)

Por aquelle tempo Portugal soffreu muito com os piratas francezes, que assaltaram as colonias, e accommetteram os seus navios no mar.

A historia dos projectos de casamento d'el-rei D. Sebastião é mui curiosa, n'ella teve uma parte importante a côrte de Roma. Essas intrigas eram o preludio da perda de Portugal; em todo esse successo fizeram os jesuitas uma figura muito importante, começando pelo confessor de D. Sebastião, o padre Luiz Gonçalves da Camara e seu irmão Martim Gonçalves. É assumpto para um artigo especial.

O PAÇO DE BELEM

O paço de Belem veiu á corôa, por compra que d'elle fez el-rei D. João V, ao conde de Aveiras, João da Silva Tello de Menezes, em 4 de julho de 1726, pela avultadissima somma, n'aquelle tempo, de duzentos mil cruzados, em dois padrões de juro, um de cento e trinta mil cruzados, pelo que era do morgado, e outro de setenta mil cruzados, pelo que era livre.

Compunha-se esta propriedade de dois prasos foreiros ao mosteiro de Belem. El rei D. João V reuniu os fóros, dando aos frades um padrão do juro de 260$000 réis. D'estes prasos, um tinha sido dado de aforamento pelo mosteiro a D. Manuel de Portugal, em 11 de setembro de 1559, e ahi estavam e estão as casas principaes, parte da cerca e quinta; e o segundo aforado a D. Jorge de Mascarenhas e sua mulher D. Francisca de Vilhena, em 22 de julho. O primeiro praso ficou vinculado ao morgado dos Cortes Reaes, instituido por Jeronymo Corte Real, o mesmo que fez o palacio que havia no sitio onde está o arsenal da marinha, e depois tambem veiu a pertencer á coroa. No anno de 1623 tomou posse da quinta e casas D. Luiz de Portugal, successor no mesmo morgado, e vindo depois a succeder a condessa de Aveiras, D. Joanna Ignez de Portugal, mãe de D. João da Silva Tello de Menezes; na escriptura que fez, para haver de casar com o conde Luiz da Silva Tello, se declarou que entrava no dote com o seu morgado das Cortes Reaes, de que era cabeça a propriedade de Belem, e com outro praso, que subrogou para o morgado por outros

bens vinculados, que possuia nas ilhas Terceira e de S. Jorge. A este ultimo praso pertencia o salgado e praia, que ficavam em frente das casas, de que fizera mercê el-rei D. Sebastião a D. Manuel de Portugal, para elle e seus successores. O salgado comprehendia todo o terreno até á rua direita, que tinha de largo dez braças.

El-rei D. João V mandou fazer muitas obras e melhoramentos no palacio e quinta. A fachada principal composta de cinco corpos, é a mesma que existia quando el-rei D. João V adquiriu a propriedade. As salas á frente são boas, tudo o mais é mesquinho. O que é magnifico, é o panorama que se descobre do jardim. D'ali se estende a vista pelas ruas da Junqueira e direita de Belem, até ao largo dos Jeronymos; alonga-se pelos montes d'além do Tejo, pelo oceano, com uma alegria, que ninguem ali entra, que não fique encantado.

Se tantas centenas de contos de réis, que se despenderam no mal situado palacio das Necessidades, se houveram empregado n'este de Belem, seria uma das mais formosas vivendas realengas.

A quinta, ainda no gosto antigo, tem espaçosas ruas, onde, no pino do verão, se respira um ar puro e fresco. São bellos os grupos que estão em um dos largos da quinta. Um d'elles representa a caridade romana, na figura de uma rapariga que alimenta seu decrepito pae, preso e manietado, com o leite de seu proprio seio: tem este distico que indica o auctor—*Bernardino Ludovici, romano, 1737.*—O outro grupo representa Cleopatra expirando nos braços de sua aia. A inscripção mostra que é obra de José Mazzuoli, feito em Roma, em 1717. O primeiro grupo é realmente do maior merecimento.

Contiguos ao palacio estão os quartos chamados da Arrabida, porque ahi tinha o conde de Aveiras um hospicio para agasalhar os frades arrabidos. Estes, pela piedade de umas senhoras, tinham um hospicio n'aquelle logar de Belem. Morrendo as mesmas senhoras, perderam esse beneficio, e a essa falta acudiu o conde de Aveiras, fazendo-lhes construir uma hospedaria, na sua particular propriedade. Acabou o hospicio quando a propriedade passou para a coroa, mas aquella parte do palacio sempre se ficou chamando a Arrabida. Ainda hoje conserva, em grande parte, a primitiva fórma, e se vê a ermida.

Quando foram confiscados os bens do duque de Aveiro, parece que uma parte do terreno que pertencia ao palacio dos duques, o qual foi arrasado, se accrescentou á quinta de Belem, do lado da calçada do Galvão.

Ainda se descobrem os logares onde eram as jaulas para os animaes, que existiam no pateo da entrada, chamado por isso *Pateo dos Bichos*. As portas das jaulas estão tapadas. Era n'outro tempo uma diversão dos lisbonenses, ir vêr os bichos de Belem.

O paço de Belem communica por um longo corredor com o do Picadeiro, que el-rei D. José mandou construir.

Uma memoria bem triste se liga a este palacio. Foi ahi que passaram os ultimos momentos, o duque de Aveiro, o marquez e marqueza de Tavora, e o conde d'Athouguia e os demais réos que foram martyrisados e mortos na manhã de 13 de janeiro de 1759, pelo attentado contra a vida d'el-rei D. José, em 3 de setembro de 1758.

No longo e estreito corredor que hoje communica o paço com o palacio do Picadeiro, se diz que foi o carcere onde estiveram encerrados aquelles infelizes, e d'onde sairam para o martyrio e para a morte, que padeceram na praça fronteira, que foi feita, com o caes, no anno de 1753.

N'esse mesmo caes embarcaram os jesuitas, depois do decreto que os exterminou em 1759; ahi embarcou a familia real para o Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1807; e ahi desembarcou o infante D. Miguel em 22 de fevereiro de 1828, quando veiu, como regente do reino, em nome de seu augusto irmão D. Pedro IV, e promettido esposo de sua augusta sobrinha.

DOIS ITALIANOS BENEMERITOS

Quando o exercito francez entrou em Roma, no anno de 1799, praticou os maiores vexames e extorsões, e toda a sorte de actos de vandalismo, como aconteceu em Portugal, e em outros paizes que foram invadidos pelos exercitos da republica e do imperio. Para Portugal os francezes foram os vandalos do seculo XIX, porque saquearam o que poderam, assenhorearam-se de todas as preciosidades que encontraram: assim foi em Roma.

O nosso encarregado de negocios na côrte pontificia dando ao governo conta da sua chegada áquella cidade, escreve o seguinte:

«... entrei posso dizer, no sitio onde foi Roma; esta não se conhece; pouquissimas egrejas existem, tendo sido vendidas as outras a pessoas que as demoliram para se aproveitarem dos materiaes, e metterem, em umas, tabernas, em outras, carruagens, etc. Os melhores palacios se acham não sómente sem apparatos, quadros, etc., mas todos arruinados, tendo-lhes, até tirado as cinturas de ferro que passavam de uma a outra parede. A cidade está sem população, e a pouca gente que se encontra é de tal fórma reduzida, que parece um hospital de convalescentes. Finalmente toda a nobresa está n'uma consternação indisivel, sem carroagens, sem cavallos, e muitos sem criados; apontarei, por exemplo, a casa Altieri, que muitas vezes passou sem jantar.»

Era esta a situação de Roma. A rapina dos invasores não escapou a egreja e hospital de Santo Antonio, de Portugal,

magnifico edificio e bem dotado. Os francezes pozeram-no em hasta publica, e dois carpinteiros de carroagens romanos aforaram o edificio, com o pretexto de estabelecerem um armazem e deram logo a somma de 230 pesos (réis 277$000). As auctoridades francezas fizeram escriptura de venda aos dois carpinteiros, os quaes tomaram posse do edificio.

Pouco se demoraram em Roma os francezes, e restabelecido o governo do papa, os dois carpinteiros, cujos nomes eram Fidele de Santos e Thomaz Ercolano, apresentaram-se ao encarregado de negocios de Portugal, Luiz Alvares da Cunha Figueiredo, e declararam-lhe que haviam aforado o edificio da egreja e hospital de Santo Antonio, logo com a intenção de o restituirem ao seu verdadeiro proprietario, que era a nação portugueza, e que de facto o restituiam, e que egualmente não queriam receber os 230 duros que tinham dado, os quaes de boa vontade cediam á corôa de Portugal.

Foi uma acção generosa, e digna de ser commemorada, como foi.

O encarregado de negocios propoz, e o governo approvou, que se mandasse cunhar duas medalhas de oiro de valor egual á somma que Santos e Ercolano haviam dado pelo edificio, para lhes serem entregues como memoria do seu generoso feito, e que na egreja de Santo Antonio se pozesse uma lapide com uma inscripção, que para sempre recordasse tão nobre acção.

Cunharam-se com effeito as medalhas, e collocou-se a lapide que lá está, para dizer aos romanos, e aos estrangeiros que visitam Roma, o brioso acto de dedicação praticado por aquelles dois homens.

As medalhas teem no anverso a effigie d'el-rei D. João VI, então principe regente, com a legenda propria; e no reverso está outra legenda: — *Fidele de Sanctos et Thomæ Ercolano, ob templum Sancto Antonio de urbe servatum. Anno 1799.*

Assim escapou esse edificio ao vandalismo dos francezes, pela dedicação de dois homens do povo, e cujo acto foi em tudo completo.

O mesmo encarregado de negocios, Cunha de Figueiredo, tambem por essa occasião informou o governo portuguez de que toda a prata e o archivo da legação tinham sido es-

condidos n'uma parede. Os francezes empregaram as maiores diligencias para os descobrir; recorreram ás promessas chegando a offerecer um terço do que se descobrisse; empregaram as ameaças, mas foi inabalavel a fidelidade dos criados da legação, e o encarregado de negocios menciona especialmente os chamados Lenzi, Carnide, e o guarda-portão. Os francezes chegaram a mandar ao palacio da legação um architecto para abrir as paredes, afim de descobrir o esconderijo das pratas e do archivo.

Tudo foi baldado; todas essas cousas escaparam á rapina dos invasores.

A MURALHA DE S. PEDRO D'ALCANTARA

A camara municipal duvidou da solidez da muralha do jardim de S. Pedro de Alcantara, e ordenou que se procedesse a uma vistoria n'ella. Até aqui é rasoavel. Parece, porém, que o fundamento da duvida fôra, que havia quem dissesse que o entulho, que ainda hoje se vê junto á muralha do lado da calçada da Gloria, ali fôra posto para segurança da mesma muralha.[1] Isto é que não nos parece rasoavel.

O entulho está ali como annos ainda estava do lado da rua das Taipas; este ultimo foi removido, sem perigo algum para a muralha, e do mesmo modo se póde remover o que está do lado da calçada da Gloria. É verdade que a muralha apresenta uma grande fenda quasi no angulo do sul, e talvez os homens da sciencia conheçam que essa parte está fraca. É possivel.

Diz um jornal que os peritos que foram á vistoria declararam que era necessario dispender sessenta contos na reparação da muralha!! Se isto é assim, apresenta ella pouca solidez em grande parte, pois que é avultada bastante a somma indispensavel para a sua reparação!

É sabido que aquelle terreno foi aterrado, que a muralha se fez quando se construiu o aqueducto das aguas livres, e que por muitos annos foi um vasadouro.

Foi uma companhia da guarda real da policia que esteve no quartel, que havia n'aquelle sitio, quem principiou a aformosear o terreiro superior, porque o inferior até 1834 continuou a ser vasadouro, e muita gente se lembra de ali se deitarem animaes, até cavallos, mortos, sendo arrojados ás vezes, para o entulho da rua das Taipas.

[1] O entulho já foi removido; e no logar d'elle, está o chafariz existente antes no terreiro superior.

Como a calçada da Gloria e a rua das Taipas eram sitios de pouca passagem, arrojavam os entulhos para ali, dos desaterros que se faziam para os alicerces das novas edificações, e com a terra e caliça ia tambem o lixo foi assim que ali se accumulou tanta terra a ponto de até se edificarem as barracas, demolidas não ha ainda muito tempo.

Era aquelle terreno n'outro tempo uma ribanceira, e quando se tratou do aqueducto foi comprado, como consta de uma verba que vem mencionada na *Relação* das propriedades compradas para a obra das aguas, relação que se acha na *Memoria* sobre os chafarizes, do fallecido José Sergio Velloso d'Andrade, diz assim a verba:

«A D. José de Portugal pelo terreno para o chafariz, aqueducto, muralha e mais obras, a S. Pedro d'Alcantara, quatro contos de réis.»

E tambem foi comprada uma propriedade de casas fronteira ao convento do mesmo sitio, pela quantia de seis contos de réis.

A muralha foi pois construida depois do anno de 1732, em que começaram as obras do aqueducto, e naturalmente só de 1740 a 1748 é que se construiria.

Em 1752 se queixavam os moradores de Lisboa da demora que havia no andamento das obras das aguas livres, como se vê das representações dirigidas ao rei e ao senado, pelos moradores da cidade. e da que o juiz do povo apresentou á junta das obras.

Na representação ao rei entre outras cousas, dizia o povo:

«Tem chegado o aqueducto ao sitio do Rato, e não havendo fontes por que se distribuam as aguas aos bairros a que se destinaram, já o povo concorre ao mesmo logar para trazer o provimento que precisam as suas familias, com especialidade no tempo do verão, em que se experimentava tanta falta d'este tão util alimento, que não poucas occasiões por se levar agua, *se derramou sangue*, tão grande era a necessidade!

«Para invigilar na construcção do aqueducto, creou V. M. a junta, que separada de senado cuidasse em obra tão precisa, e se applicaram aquelles meios conducentes a virem

estas aguas á cidade e se introduzirem nas fontes, que no espaço de quasi vinte annos ainda se não tem fabricado; nem o aqueducto concluido na sua ultima perfeição, pois no sitio de S. Pedro d'Alcantara, em que se devia erigir o *deposito das aguas*, ainda nem principio se vê edificado, não tendo o povo omittido os grossos subsidios, com que sempre está concorrendo para aquelle edificio, que ideou a efficaz beneficencia de V. M.»

Na representação ao senado, diziam os moradores de Lisboa: «...tendo este povo concorrido com os milhões que importam os subsidios, nem o aqueducto chega a S. Pedro d'Alcantara, logar em que, por determinação de sua magestade se deve fabricar o castello, ou erigir o soberbo deposito de todas as aguas do aqueducto.»

Era isto em 1752, e só em 1754 é que principiou a agua no chafariz de S. Pedro d'Alcantara.

O povo dirigia estas queixas ao rei contra os padres das Necessidades, que pediam muita agua para a sua casa e para as suas hortas; e D. João V. indeferiu as reclamações do povo, e mandou pôr um decreto de 1752, que as aguas da Maia e outras nascentes fossem para o palacio e convento das Necessidades.

Para lastimar é, que se não chegasse a realisar o vasto plano de levar a agua do deposito de S. Pedro d'Alcantara para os bairros orientaes da cidade, por meio de um aqueducto.

Estão impressas as bases para uma conferencia em casa do secretario de estado Marco Antonio d'Azevedo, a que assistiriam Diogo de Mendonça Corte Real, Manuel da Maia, João Frederico Ludovice, José da Silva Paes e Carlos Mardel, para assentarem nos meios de se concluir a obra das aguas livres, o que no espaço de vinte annos se não tinha conseguido. Entre as ditas bases está a seguinte:

«Que para se conduzirem as aguas do aqueducto para a parte oriental de Lisboa se considere e resolva por onde, livre o interior da cidade, se devem formar as arcadas com firmesa, segurança e formosura.»

A communicação de S. Pedro d'Alcantara para a Graça, por meio do aqueducto era uma obra gigantesca, e da maior conveniencia para a cidade.

A JUSTIÇA Á ANTIGA

Quando el-rei D. João V mandou construir o famoso aqueducto das Aguas Livres, declarou muito positivamente, que aquellas aguas eram do povo, não se davam nem se vendiam a pessoa alguma, por mais qualificada que fosse, e que nem elle proprio se aproveitaria d'ellas.

Aconteceu que el-rei quiz abastecer de agua o seu paço da Ribeira, a patriarchal e o arsenal da marinha, e não desejando privar o povo da agua que era sua, porque a houvera a custo de onerosos tributos, tratou de a comprar á custa do seu bolsinho, e que não fosse das que vinham ao aqueducto.

Soube que João Luiz Cruz, tinha na sua propriedade sita nas Cruzes da Sé, um poço abundantissimo. Mandou o architecto romano Antonio Canavarro examinar a agua, e fazer orçamento da obra necessaria para a conduzir aos logares para onde era destinada.

As casas de João Luiz da Cruz estavam sequestradas pela fazenda, porque elle ficara alcançado no contrato da regatia do pescado. el-rei mandou avaliar as casas, e os louvados deram-lhe o valor de 300$000 réis; mas o rei mandou dar a Cruz a quantia de 800$000 réis.

Morreu Cruz, e a viuva pediu que lhe consentissem morar nas mesmas casas, quando já estavam para se arrematar, e el-rei concedeu-lhe essa graça, mandando suspender a arrematação. Morreu a viuva, e a filha solicitou tambem continuar a residir na mesma casa, allegando que ficára orphã, e em tal pobresa, que não tinha onde se recolher e se via exposta a perigos.

Mandou-se ouvir o procurador da fazenda sobre esta pretenção, e esse funccionario deu um parecer, que julgâmos digno de ser offerecido aos nossos leitores, como um documento singular pela franquesa da linguagem.

Aqui está a resposta do procurador da fazenda sobre o requerimento de Catharina de Sena, filha de João Luiz Cruz:

«A supplicante, mulher solteira, é filha de João Luiz Cruz, contratador que foi do ramo da regatia pertencente ao contrato do pescado, de que ficou devendo grande quantia. Cuidou-se em levar agua perenne ás cosinhas reaes, e se comprou para esse effeito ao dito pae da supplicante um poço, que tinha nas casas em que vive nas Cruzes da Sé, o qual foi avaliado em 300$000 réis, e sua magestade por sua grandesa lhe mandou dar dois mil cruzados, cuja maior parte embolsou, podendo com este dinheiro remir a sua divida. Não contente com isto, pediu a mãe da supplicante, agora fallecida, que a deixassem viver nas casas, em que estava o dito poço, as quaes estão avaliadas em seis mil cruzados, e estavam em termos de se arrematarem, e sua magestade movido d'estas lamentações foi servido (contra o meu voto) mandar, que em quanto esta mulher vivesse, se não rematassem as taes casas; agora, que a velha falleceu, pretende sua filha, a supplicante, esta mesma graça. Se hei de dizer, o que puramente entendo, como sou obrigado, digo que não posso pôr termo á real grandesa e piedade de sua magestade; mas que ha de ser, dando do que for seu, e não do alheio, porque para isso não é necessario ser rei. Esta divida, estas casas, e tudo quanto tinha João Luiz Cruz, sua mulher, e a supplicante sua filha, é dos filhos da folha, a quem se ficou devendo, e clamam pelo seu dinheiro, que ganharam com o seu sangue, e a quem de justiça se deve, e a quem se não póde tirar, nem dilatar sem injuria da rasão. E sua magestade mandará o que for servido. Casa, 1 de julho de 1742. = Senhor João de Leiro. = *Rodrigo de Oliveira Zagallo.*»

O procurador da fazenda fallava com isempção, e mais livremente que um deputado da maioria d'estes tempos.

Com as aguas do poço de João da Cruz se estabeleceram nove fontes, e no aqueducto por onde foram conduzidas gastou el rei muitos mil cruzados.

Estas aguas são as que correm hoje nas bicas do arsenal, e da alfandega de Lisboa, e do largo do Corpo Santo, a qual até 1844 esteve na rua do Arsenal, e n'esse anno se mandou para o sitio onde agora está [1].

Parece que depois do terramoto se deixou perder esta agua, ou parte d'ella, porque em 1815, se verificou que corria para a rua, e tratou o senado de a aproveitar.

O poço de João Luiz Cruz ainda existe e fica na subida do bêco do Quebra Costas, por detrás da egreja da Sé, na esquina da propriedade n.º 33 a 36-A (antigos) da rua de S. João da Praça, d'onde segue o aqueducto, que tem de altura sete palmos.

Em 1844, calçando-se de novo as ruas das Cruzes da Sé, e de S. João da Praça, rebaixaram o terreno, em frente do bêco do Quebra Costas, e os trabalhadores descobriram umas grandes pedras, levantaram-nas, e vendo o poço trataram de o entulhar, mas logo deixou de correr agua nas bicas da alfandega, do arsenal e do Pelourinho. Suspendeu-se então o entulhamento, e desobstruiu-se completamente o poço e collocaram-se os enxilhares como estavam.

[1] Hoje existe dentro do arsenal.

UM QUADRO DE SEQUEIRA

Descobriu-se um quadro primoroso do insigne Domingos Antonio de Sequeira, de que não havia noticia alguma.

O quadro estava ultimamente no espolio do fallecido Felix da Costa Pinto. Ninguem soube que elle o possuia.

Fazendo-se agora leilão do espolio, apparece o quadro avaliado em 10$0000 réis!! Concorreram diversas pessoas ao leilão, e todos deram pouco apreço ao quadro, mas o sr. João Anastacio da Rosa conheceu o precioso pincel de Sequeira, e foi cobrindo os lancos offerecidos até á quantia de 17$000 réis; ninguem offereceu mais, e o sr. Rosa recebeu os parabens do pregoeiro, e nós tambem lh'os damos, porque adquiriu, por dez réis de mel coado, uma obra d'arte de subido valor, o que deve ao seu amor pela pintura, e ao estudo que d'essa arte tem feito.

Felizmente para o sr. Rosa, os outros concorrentes não são conhecedores do pincel de Sequeira, porque de outra fórma, mal podia o distincto actor, com os seus limitados recursos, adquirir tão valioso quadro.

Como dissemos, ninguem tinha conhecimento de mais esta obra de Sequeira. É de crer, que se achava em poder de Felix da Costa Pinto, á similhança de outros, como penhor de algum emprestimo, porque é notorio que o sr. Costa Pinto, fazia esses negocios.

O quadro é uma vasta composição allegorica á queda do despotismo. É sabido que Domingos Antonio de Sequeira foi um enthusiasta liberal, e que em 1823 saiu do reino, para não mais voltar, fallecendo em Roma, aos 9 de março de 1837.

Julga-se com bom fundamento, que Sequeira, em 1820 ou 1822, arrebatado pelo seu amor á liberdade, traduzia na tela, um grandioso pensamento, como memoria perduravel do seu patriotismo e do seu acrisolado talento, e da emancipação do paiz. O quadro está em esboço, mas é um esboço, que póde figurar ao lado dos que possue o sr. duque de Palmella do mesmo auctor.

O quadro tem um metro e um centimetro de comprido e cincoenta e um centimetros de alto. Representa a derrota do despotismo e a victoria da liberdade, da illustração e do progresso.

No primeiro plano á direita, vê-se a figura do despotismo, á qual outra figura, que não podemos dizer o que representa, tem arrancado a mascara que conserva na mão. O despotismo esconde a face nas mãos, na attitude da maior desesperação e da maior vergonha. São duas figuras onde está o cunho do auctor do *Juizo Final*. No centro vê se sobre um throno, representando o fundo como um templo, a figura de Lysia, dando graças ao céo, por se ver libertada; ao lado tem duas figuras ligeiramente esboçadas, e que indicam não estar concluidas. No primeiro degráo vê-se a figura da liberdade, vestida de alvas roupas, na mais nobre e heroica atitude, com a cabeça erguida para o céo, o braço direito levantado, e na mão esquerda sustenta um pendão romano. A seus pés está um grupo de figuras, que parecem imploral-a com o maior arrebatamento, no grupo vê-se a figura serena e augusta de um venerando velho contrastando com o fervor das mulheres, dos homens e das creanças, que imploram a liberdade.

Encostado ao throno está a abundancia com a sua cornocopia.

No lado esquerdo vê-se a figura de Minerva, representando a sabedoria e a illustração, de espada em punho, accossando os satellites do despotismo, que estão envergonhados e raivosos. Um d'elles esconde um punhal com ar ameaçador, olhando de revez para a Minerva, e ao pé, outro, com a expressão do maior terror, fitando os olhos na figura da liberdade.

No segundo plano, por detraz da figura do despotismo, que tem ao pé de si os instrumentos da tortura, está um carcere, do qual saem em tropel as victimas ali encerradas. Uma d'ellas parece, de joelhos, abraçar a mãe.

O fundo é grandioso e immenso—é a columnata do templo terminando n'uma paisagem.

Tudo é admiravel. Ha ali o colorido facil de Sequeira—claro-escuro inimitavel, que o insigne pintor consegue sem grandes sombras, nem contrastes carregados—a inspiração grandiosa e sublime que caracterisa as suas obras, especialmente as do ultimo periodo, ainda as do segundo da sua brilhantissima carreira, como é patente no S. Bruno—a ordem e boa disposição das figuras—a grandesa do pensamento—em summa, todos os dotes relevantissimos, todas as virtudes artisticas que dão ao nosso abalisado pintor um logar distinctissimo entre os grandes mestres.

Domingos Antonio de Sequeira foi um grande pintor. O seu nome, em Roma, e mesmo em Paris, é respeitado como o de um mestre e as suas obras admiradas, a par das obras dos mais afamados pintores.

Este quadro pertence hoje á academia das bellas artes, que o comprou bem caro, ao sr. Rosa.

FOLHINHAS DE PORTA E DE ALGIBEIRA

O primeiro privilegio que se concedeu para a impressão da *Folhinha*, então chamada *Folha do anno*, e para os *Prognosticos*, obteve-o o padre Diogo Tinoco da Silva, antes de 1704, e n'este anno se deu o mesmo privilegio a Pedro Villela, livreiro, para o gosar depois da morte do padre Diogo, e no anno de 1709 foi feita mercê de egual privilegio aos padres da congregação do oratorio, para o possuirem depois da morte do padre Diogo e de Pedro Villela.

O negocio das *Folhas do anno* ou *Folhinhas*, e dos *Prognosticos*, era grande, deixava bem bons lucros, e por isso os padres do oratorio contenderam com o filho de Pedro Villela, sobre o privilegio, querendo os padres que lhes pertencesse, porque a mercê feita a Pedro Villela não podia passar ao seu herdeiro. Houve sobre isto um pleito, que durou muito tempo, e cujos autos tinham mais de trezentas folhas. No entretanto os padres foram publicando as *Folhas do anno*, mas a final Pedro Villela, filho, obteve sentença a seu favor em 4 de novembro de 1769, sendo obrigados os padres do oratorio a largar mão da impressão, e a indemnisarem Villela por todas as perdas e damnos, desde o tempo em que indevidamente tinham publicado a *Folha do anno, visto mostrar-se a má fé dos auctores.*

Esta sentença foi embargada, e despresados os embargos, se procedeu á liquidação para o arbitramento das perdas e damnos, e em uma allegação a este respeito, que temos á vista, acham-se os seguintes esclarecimentos sobre a publicação da *Folhinha.*

Imprimiam-se por anno 15:000 a 17:500 *Folhinhas de algibeira*, e 35:500 de *porta*; mas isto depois que se acabaram as propinas dos tribunaes, porque antes o numero das de algibeira era de 20:000, e das de porta de 40:000, e rendia este negocio 9:000 a 12:000 cruzados cada anno.

As despesas de impressão maximas foram de 440$000 réis, e as minimas de 292$000 réis, com referencia ao tempo em que havia as propinas, e quando cessaram.

Na liquidação ventilou-se questão ácerca do preço das *Folhinhas de porta*. Havia uma differença de 5 réis em cada uma, porque os padres as tinham vendido a 15 réis, e só queriam liquidal-as a 10 réis. Ora a liquidação fazia-se por trinta e nove annos, e devendo os padres restituir o que indevidamente haviam recebido, se deixassem de pagar os 5 réis, tinham lucrado no negocio 5:850$000 réis, que tanto importam 30:000 exemplares a 5 réis, durante 39 annos. Mas note-se que se verificou venderem os padres muitas vezes as *Folhinhas de porta* a 30 réis, e isto não se podia liquidar, e era uma quantia avultada.

Para as conquistas iam 6:150 exemplares das de algibeira e 7:350 das de porta. Estas vendiam-se a 80 réis, em Pernambuco, mas nas outras provincias variavam os preços chegando ao de 300 réis na provincia de Minas! Era uma mina a *Folhinha*!

As de algibeira tinham diversos preços, conforme as encadernações e chegavam a 900 réis!

Os padres mandavam fabricar o papel no estrangeiro, e vinham os carregamentos por sua conta, para lhes sair mais barato,

Esta liquidação fez-se no anno de 1770, e no de 1771 Pedro Villela cedeu á directoria geral e deputação da impressão regia o seu privilegio, cessão confirmada por alvará de 12 de outubro d'esse mesmo anno, e a *Folhinha* imprimiu-se na imprensa regia.

Ultimamente em 1777, voltou o privilegio para os padres do oratorio, que o conservaram até 1834, e desde então o padre Vicente Ferreira, da mesma congregação, continuou a publicação da *Folhinha*, e a vae continuando, sendo o seu *Almanack*, que assim se chama, ao que no principio se dava o nome de *Folha do anno*, o mais acreditado entre tantos que saem á luz.

O CUNHAL DAS BOLLAS

Assim se denomina um beco, que da rua da Rosa vae desembocar na rua do Carvalho, defronte da porta do carro do seminario inglez de S. Pedro e S. Paulo (vulgo, Inglezinhos), porque do lado de norte está o cunhal do jardim de um palacio, todo elle feito de bollas lavradas na pedra: o cunhal correspondente do lado da rua do Carvalho ou foi tambem de bollas, ou começaram a fazel-as e não acabaram, porque lá se veem algumas.

O palacio pertence á casa dos marquezes de Olhão, por casamento com a successora do vinculo em que andava.

Ha uma tradição, ou antes lenda, de que o palacio fôra fabricado por um judeu muito rico, que pretendera figurar pomos de ouro, no seu palacio.

Não é possivel averiguar a data da construcção do palacio: é certo ser de data antiga, e não ha duvida de que é original ou extravagante o cunhal formado de bollas, comtudo não póde ir além de 1551.

Todas as noticias são contestes em dizer que, pelos annos de 1550 e 1551 toda a encosta, que vem de S. Pedro de Alcantara até á rua do Loreto, era um grande olival. Assim se acha escripto na noticia da fundação da ermida dos Fieis de Deus, que fica na travessa dos Caetanos, e na da fundação da casa professa dos jesuitas de S. Roque,

O padre Balthasar Telles diz que, ao tempo (1640-1642) em que escrevia a sua chronica, ainda existia uma d'essas oliveiras, em uma rua proxima de S. Roque, a que por isso ficaram chamando a rua da Oliveira, e que os moradores a

conservavam com particular cuidado. A rua da Oliveira ainda existe, e vae desembocar na calçada do Duque.

Ja ha tempos, dando noticia do tecto da egreja de S. Roque, publicámos outras noticias ácerca da fundação d'essa casa dos jesuitas; comtudo não será fóra de proposito pôrmos aqui o que o padre Balthasar Telles diz na sua chronica, ácerca do modo por que se povoou aquelle bairro.

Diz assim o chronista:

«Chegou o tempo em o qual n'aquelle monte se havia de edificar a egreja ao santo, e a casa á companhia, e logo com maravilhosa methamorphose, as oliveiras se transformaram em casas, os cerrados deshabitados se mudaram em edificios grandiosos, cheios de gente nobre e de fidalgos illustres; os vallados toscos se trocaram em formosas ruas; o campo se fez cidade, e o monte se converteu em côrte, e o sitio deserto se viu mudado em uma copiosa povoação, de sorte que representa hoje aquelle bairro uma bastante cidade.

«Fica toda esta grande povoação fóra dos muros de Lisboa, posto que contigua, e por muitas partes continua com elles. É este bairro, senão o mais frequentado, ao menos o mais gabado; as casarias mui nobres, a obra de architectura romana e de traça moderna; o sitio o mais alto da cidade, mais descoberto ao norte, mais lavado dos ventos, e mais purificado em ares; e como as chuvas tem tanta corrente para mar, fica tudo mui limpo e sadio e fóra dos incommodos, que nas mais partes da cidade se padecem; as ruas são mui largas e mui bem lançadas, e de todas a mais formosa e a mais alegre, e por proprio nome a rua larga, é a que leva á egreja de S. Roque e á casa da companhia.»

Com effeito, nas proximidades da egreja de S. Roque, e ruas adjacentes, se vêem ainda hoje casas afidalgadas, e ruinas de outras, anteriores ao terramoto, e que confirmam o que diz o padre Telles, mostrando que gente nobre e rica fizera construir palacios nas immediações d'aquella *côrte de S. Roque*, na phrase do chronista da companhia.

Em 1551 foi a fundação da ermida dos Fieis de Deus; em 1553 principiou a fundação da casa de S. Roque, e já então existia a rua da Rosa, pois que vem mencionada no *Summario* de Christovam Rodrigues de Oliveira, feito n'a-

quelle anno de 1551, como pertencente á freguezia do Loreto, que veiu a ser depois da Encarnação.

É pois claro que pelo olival de que resam as noticias referidas, se iam abrindo ruas, sendo de advertir que a ermida dos Fieis de Deus fica para além da rua da Rosa, indo da rua de S. Roque.

Os padres arranjaram uma rua vistosa, como não era costume no tempo, para a communicação da cidade com a sua casa, que sendo côrte, justo era que tivesse entrada apparatosa.

Cumpre advertir que em uma *Estatistica de Lisboa*, relativa aos annos 1551-1552, e existe manuscripta na Bibliotheca Nacional, encontra-se mencionada, logo depois da rua da Rosa, outra rua denominada *das Bollas*; parece-nos que esta designação não se refere áquelle anno, por que a relação das ruas vem em letra gothica até certo ponto, d'ali em diante, é já por letra mais moderna, embora antiga. Comtudo essa rua é muito antiga, e de certo tinha relação com o palacio a que pertenceu o cunhal existente.

OS MONARCHAS PIEDOSOS

APONTAMENTOS

Os monarchas portuguezes mais fataes a este reino foram aquelles, a quem historiadores sem criterio deram o cognome de *piedosos*. El-rei D. João III, D. Sebastião, cada um a seu modo, deram impulso á ruina de Portugal. D. João III estabeleceu a inquisição, abandonou as praças d'Africa, consentiu a corrupção, perseguiu os melhores servidores do estado, e entregou-se ás influencias clericaes. D. Sebastião afagado pelos jesuitas, por estes educado, cavou a completa ruina do estado.

Esta deducção de factos mostra, que a influencia do clero nos negocios do estado foi sempre prejudicial ao reino. D'essa classe jámais esta terra recebeu senão injurias e affrontas, e muitas vezes poz o seu poderio ao serviço dos traidores á patria e ao rei.

Á sombra do sceptro do piedoso D. João III, a corrupção campeou tão desassombrada, que de todo se foi apagando aquelle antigo e proverbial desinteresse com que os portuguezes se empenhavam em bem servir a sua patria, O ouro e as especiarias das Indias abriram o abysmo, onde foi sepultada a gloria e a fortuna de Portugal. Os campos de Alcacer Quibir foram o desfecho de uma ordem de successos, preparados de ha muito pela torpeza de uma côrte, que trocava a honra pelo dinheiro, que ia á India buscar, não padrões d'eterna gloria, mas carregamentos de generos e fazendas, e pingues recompensas.

Foi por isso que D. João III abandonou Arzilla, a joia d'Africa, monumento do esforço dos cavalleiros de D. Affonso V; Azamor, que o duque de Bragança D. Jayme conquistára; Alcacer Ceguer, tropheu do heroico D. Duarte de Menezes; e por ultimo, Safi, porque os arrayaes d'Africa não produziam ouro, nem especiarias, porque ali só havia trabalhos pela patria e pela fé, sem que os capitães podessem voltar ao reino com as suas arcas bem recheadas.

Insuspeito é o testemunho de fr. Manuel dos Santos, chronista do reino e padre d'Alcobaça, o qual affirma que o abandono das praças d'Africa, e a recusa dos cavalleiros de Malta de residirem na praça de Ceuta, depois da perda de Rhodes, escandalisaram os portuguezes, que os abominaram, e por isso *ficou aborrecida* a memoria de D. João III.

Os motivos que se allegaram para aquelle abandono foram os immensos gastos que se faziam com aquellas praças. Vejamos como fr. Manuel dos Santos responde a essas futeis evasivas de tão anti-patriotica resolução. Diz o chronista:

«Dado e não concedido que fosse assim, e que excedesse a despeza á receita, o gasto não podia ser mais util, nem mais decoroso do reino, porque as praças d'Africa eram uma escóla militar de portuguezes, sempre aberta, visinha, fronteira ao reino, na qual estavam, como em deposito para as occasiões que occorressem, capitães e soldados exercitados na guerra; e tanto assim, que da mesma escóla tiraram os reis D. João II e D. Manuel, os Gamas, os Almeidas, os Silveiras, e outros heroes de fama, que conquistaram o estado da India, domaram o bravo Oceano, assombraram o Oriente, e fizeram tremer o mesmo valoroso Sultão dos turcos Solimão II, dentro da sua côrte de Constantinopla.

«E quanto aos gastos da fazenda, claramente parece ter mostrado Deus que se offendeu muito d'aquella acção, porque, no tempo antes, sempre a corôa foi rica, sempre os reis tiveram para tudo, e sempre deixavam thesouros ao rei successor; havia, sem vexarem os povos, para tantas e tão poderosas armadas, que saiam pela barra todos os annos; depois, vemos a corôa de dia em dia mais empenhada, accrescendo-lhe tantas riquezas da America, as quaes se consomem, sem luzirem, com muitos tributos novos, e que não houve no tempo antes.»

Assim se expressa o padre fr. Manuel dos Santos. É eloquente o quadro das *fortunas* d'essas épocas, com que procuram hoje açoutar-nos as faces.

Para que se conheça qual era o estado de corrupção, a que chegou Portugal, não dizemos bem, os que influiam nos destinos de Portugal, ouçamos Diogo do Couto, entre outros.

Fallando este historiador de Antonio Galvão, um dos maiores homens que a India viu, e que no serviço da patria perdeu seu pae, e quatro irmãos e toda a fazenda que possuia, que foi intrepido, zeloso pelo augmento da fé, e por isso lhe chamavam o *apostolo* das *Molucas*, que foi desinteressado, porque jámais recebeu presentes, nem cousa alguma que lhe não fosse devida; fallando pois Diogo do Couto, de Antonio Galvão, diz o seguinte: «...quando se «embarcou para o reino foi tão pobre, que por não ter com «que viver, nem lhe quererem dar de comer, se metteu no «hospital de Lisboa, onde lhe deram uma ração em quanto «viveu; requerendo elle sempre em satisfação dos seus ser«viços um conto de renda. Mas por fim elle veio a morrer «tão pobre, que o enterrou a confraria da côrte.

«Poderamos sobre este negocio dizer muito, mas por «não culparmos um tão bom rei, como foi el-reiD. João III «nos calamos. Ainda que n'esta materia toda a culpa «foi, e pomos a seus officiaes, que para isso os tem o rei, «e se fia d'elles para fazerem justiça e saberem repartir o «seu, e não darem os dons de Ajax ao lisonjeiro Ulisses. E «d'esta injustiça que elles usaram, tomaram os capitães da «India occasião e exemplo para não sairem das suas forta«lezas, em estado que fiquem á cortezia dos despachadores, «porque receiam de ir ter aos hospitaes, como Antonio «Galvão, e querem antes perder por carta de mais. E assim «trazem mui versado aquelle adagio *dos nescios leaes se achem os hospitaes.*

Aquelle grande *nescio* de Duarte Pacheco, tambem acabou no hospital, e outros lá se terão finado, cujos nomes a historia não archivou.

Morrer nos hospitaes, em pobres leitos,
Os que ao rei e á lei servem de muro!
Isto fazem os reis, cuja vontade,
Manda mais que a justiça, que a verdade.

Diogo do Couto não quiz culpar o *bom* rei D. João III,

mas proferiu a sentença que o condemna; e quando falla do valoroso Lopo Vaz de Sampaio, outro capitão victima da corrupção da côrte do *piedoso* monarcha, emmudece ante o julgamento d'esse heroe, e ante o discurso que elle no tribunal da relação proferiu, na presença do proprio monarcha.

Quem era Lopo Vaz de Sampaio? Disse-o elle em face do rei, e disse-o com tal nobresa, que confundiu os corruptores d'essa côrte immoral e devassa, e depois tinta com o sangue das primeiras victimas da ferocissima inquisição.

Lopo Vaz de Sampaio foi preso na India pelo novo governador Nuno da Cunha, sequestraram-lhe toda a sua fazenda e mandaram n'o para o reino, como se fôra um faccinoroso. Quando o prenderam, disse elle ao ouvidor geral, encarregado da prisão: — «Dizei ao governador que eu «prendi; elle me prende; lá virá quem o prenda a elle». Dito prophetico, porque Nuno da Cunha, ao cabo de dez annos de governo da India, só pela morte escapou à prisão, como diremos depois.

Referiremos a historia d'este episodio das *glorias* da India, extractando-o do alludido discurso do heroico capitão.

Quando o prenderam, metteram-n'o nas peiores casas de Cochim, nos esteiros, entre os monturos, o que muito «sinto, diz elle, por ser contra a humanidade e a fidalguia, «e em cidade onde me fizeram governador de Vossa Alte«za». Depois desordenadamente lhe inventarearam a fazenda, como se fôra um traidor, e os inimigos d'elle todas as noites lhe passavam por diante da prisão com folias, dirigindo-lhe affrontas e injurias.

Metteram-n'o a bordo de uma náo, debaixo da alcaçova ou castello onde era a estancia dos grumetes e negros, e onde comia e dormia ás chuvas, até á Ilha Terceira, e áquella estancia chama elle *pocilga de porcos*. Na ilha lhe deitaram grilhões aos pés, com tanta crueldade, que os ferros lhe entraram pelas carnes, e esteve a ponto de perder uma perna.

Chegado a Lisboa, desembarcou em o Terreiro do Paço. e cercado de beleguins o fizeram montar em uma azemola, e no meio de rapazes, negros e gente vil foi levado, ao som de apupos, para o Castello. Ahi esteve dois annos, quasi incommunicavel, sem nunca se lhe consentir que visse sua mulher e lhe fallasse.

Só por instancias do duque de Bragança D. Jayme, é que o *bom e piedoso* D. João III mandou que Lopo Vaz de Sampaio viesse a julgamento, e o proprio monarcha presidiu á audiencia.

Eis como Lopo Vaz sommou os seus serviços: — «Onze «annos em Africa: e na India e nas armadas que se fize«ram n'este reino, vinte e um annos: não fallo no tempo «que andei na côrte, que este houve pelo mais forte de to«dos, pela muita pobreza com que o sustinha. Fui ferido «cinco vezes, uma em Alcacer Ceguer; outra em Alcacer «Quibir; outra em Benasterin; outra em Adem; outra na «Ilha Terceira, dos ferros que me V. A. mandou lançar.»

Note-se como o capitão ennumera as feridas dos grilhões, como ferimentos em serviço do rei, pois por ordem d'elle lh'os fizeram.

N'esse discurso Lopo Vaz de Sampaio dá testemunho da corrupção do tempo.

Depois de relatar os seus serviços, accrescenta: — «Já «lhe tenho dado conta dos meus serviços, agora lh'a darei «de como deixei a India. Se Vossa Altesa bem olhar, acha«rá que em meu tempo não veio capitão, nem official da «India veio, *como costumavam vir*. Pois este dinheiro, o «que se fez d'elle em meu tempo, em que houve mais «prezas, e mais trato, que em nenhum outro? Por certo, «senhor, que todo este dinheiro ficou no vosso cofre e no «vosso thesouro; porque as vossas fortalezas de pedra e «barro, fil-as eu de pedra e cal, e com cavas chapadas de «mar a mar, por onde Vossa Alteza deve dormir seu som«no descançado e seguro.»

E depois dá conta de todo o dinheiro e material que deixou na India, e de como os inimigos de Portugal se achavam abatidos da soberba e poderio, com que resistiam ás suas forças.

Conclue este capitão o seu discurso, dizendo que em premio dos seus serviços e do seu desinteresse: — manda«ram que servisse e partisse do meu dinheiro, que trazia «ganhado com tanto trabalho e com tanto sangue espargi«do, para me remedeiar a minha velhice, e para crear meus «filhos.»

Antes tinha elle dito, referindo-se aos galardões dados a outros capitães: — «a mim por cada serviço me deram um «tormento.»

Afinal, Lopo Vaz de Sampaio foi condemnado a dois annos de ordenados, ou 20:000 cruzados, para Pero Mascarenhas, que havia reclamado a segunda successão do governo da India para si, pendencia que suscitou muitas divisões e contendas entre as gentes da India.

Comtudo João de Barros duvida da sentença imposta a Lopo Vaz de Sampaio.

D. Manuel, movido pela sua piedade, encetou a perseguição contra a gente de nação, e ahi deu o primeiro rebate á ruina do commercio e industria do reino, afugentando homens e industriosos activos, e que tão apegados estavam a este paiz, que ainda hoje os seus descendentes conservam os nomes portuguezes, ainda mostram affeição á terra de seus paes, e ainda muitos d'elles fallam o portuguez. Foi esse o primeiro erro funesto ao reino, filho da influencia religiosa.

Tambem D. Manuel foi ingrato; se para com alguns foi explendido e magnifico nos galardões, para outros, como Duarte Pacheco e Affonso de Albuquerque esqueceu-se do que devia a si e á patria, votando-os ao seu desagrado e olvidando quanto lhes devia.

D. João III foi muito além de seu pae, e seguiu á risca a maxima de *acima de tudo ser catholico*; — principio funestissimo a esta nação, e que, por desgraça, ainda hoje ha quem pretenda abraçal-o como dogma principal do credo politico do paiz! *Acima de tudo ser cidadão*, é este o dever de todos, porque n'esse dever vae incluido o outro de ser bom catholíco, e porque é mister distinguir bem quaes são os interesses do céo, cujos advogados advogam, por via de regra, mais para si, do que para a gloria de Deus, que é amal-o, sobre todas as cousas, e ao proximo por causa d'elle.

Nuno da Cunha foi outra victima d'esse rei fraco, e que tão mal desempenhou o seu officio de rei, Nuno da Cunha, governador da India durante dez annos, com a maior gloria para o reino. Lá deixou padrões indeleveis do seu grande espirito, e sua morte o roubou *ás festas* com que pretendiam recebel-o no reino, eguaes ás que teve o valoroso Lopo Vaz de Sampaio.

Em uma carta que elle escreveu ao vice-rei D. Garcia de Noronha, estando a partir para Portugal, se lê: — «Não «levo eu para Portugal, para me receberem bem, senão dez

«annos de muitos serviços, que eu n'esta terra tenho feito «a Sua Alteza, e tão bons, que tarde virá a achar governa- «dor que me ponha o pé diante.»

Acêrca do seu desinteresse escreve assim: — «Mandae, «senhor, olhar as contas dos feitores de Goa e das outras «fortalezas, e achareis quanto dinheiro emprestei a El-Rei «para suas necessidades. E não sómente lhe emprestei o «meu, mas ainda me não paguei de meus ordenados, e le- «vo por arrecadação para o reino dez mil cruzados de meus «proprios vencimentos. Ora, vêde vós senhor, se fez nunca «isto governador da India.»

Nuno da Cunha retirava-se desgostoso e ralado dos trabalhos e de ingratidões. Tinha elle levantado as fortalezas de Chule, Baçaim e Diu, tão importantes para o estado da India, como as de Ormuz, Goa e Malaca, que deixou feitas Affonso de Albuquerque — «a quem tambem no fim do seu «governo mais o enterravam ingratidões que trabalhos e «edade.» — diz João de Barros.

Embarcou para o reino Nuno da Cunha, e depois de ter dobrado o cabo da Boa Esperança foi accommettido de umas febres, de que veiu a fallecer. Refere Diogo do Couto, que um Vicente Paes, pagem de Nuno da Cunha, lhe contára, que o nobre capitão, estando moribundo, abrira os olhos, e repetira um pouco entoado as palavras de Scipião Africano — Ingrata patria, não possuirás meus ossos! — e ainda elle não sabia os grilhões que o esperavam na Ilha Terceira, nem as festas que lhe estavam preparadas em Lisboa.

João de Barros conta que Nuno da Cunha, alem do testamento, fez uma cedula, na qual, entre outras palavras, jurava, pela hora em que estava, não ter da fazenda d'el-rei mais que cinco moedas de oiro, que tomára da fazenda do sultão Badul, rei de Cambaia, para as mostrar a el-rei de Portugal, por serem formosas e grandes, e ainda mais cousas disse, eguaes a estas, ácerca da limpeza de sua pessoa nas obrigações do seu officio. «Vendo os seus familiares o «estado em que estava, principalmente um seu capellão, per- «guntou-se-lhe se havia por bem, que levando-o Nosso Se- «nhor, o trouxessem salgado em uma pipa, para cá no rei- «no lhe darem sua sepultura, e elle respondeu: *Que pois «Deus havia por bem de o levar no mar, que o mar fosse «sua sepultura, pois a terra não o quizera. E se ella mal «recebia seus serviços, não lhe queria entregar seus ossos.»*

E ordenou que deitassem seu corpo ao mar, atando-lhe aos pés uns ferros, para que logo fosse ao fundo, e o lançassem pela varanda ao mar, a fim de não causar turvação na gente da náo.

Quando a náo chegou á Ilha Tarceira, encontrou uma armada, que esperava por Nuno da Cunha, e o capitão-mór d'ella se foi a bordo da dita náo para o prender, e sabendo que morrera, deitou os grilhões que levava para Nuno da Cunha, aos pés de João de Paiva, seu veador, e prendeu todos os seus mais criados.

Conta Diogo do Couto que levaram o testamento do intrepido capitão a D. João III, e este monarcha ali viu a clausula em que elle declarava que deitassem seu corpo ao mar, com os ferros aos pés, e que pagassem os ferros a el-rei, porque nada mais lhe devia, e que o rei como era *muito christão e temente a Deus*, vendo que tudo aquillo mandára fazer por informações ruins, mandou soltar os criados de Nuno da Cunha. Desgraçado é o reino, onde as ruins informações tanto podem com o rei, para o fazerem protector dos corruptos, e perseguidor dos benemeritos! E bem desgraçado foi este pobre paiz com taes monarchas!

Mas Diogo do Couto mais abaixo diz: — «não luziram a «seus filhos os feitos d'este governador, porque é muito an«tigo pagarem-se grandes merecimentos com grandes ingra«tidões.»

E João de Barros falla assim: — E as *festas* que este rei«no tinha ordenadas para o receber, mais por inveja, que «por culpas suas, estas calará nossa penna, por honra do «mesmo reino. O que Deus, por honra de Nuno da Cunha, «e por não dar gloria aos ministros d'ellas, atalhou com a «sua morte.»

Mais pungente é a censura do historiador, calando as atrocidades projectadas contra o leal capitão, do que se as referisse. Mas a vergonha era e foi para o rei, cuja memoria ficou manchada de sangue e aborrecida por tantas ingratidões.

Podia compor-se um livro dos martyres da lealdade portugueza: livro curioso e indispensavel para a justa apreciação d'aquellas épocas, que já hoje se vão descortinando mais á luz da verdade, e para o terrivel julgamento de monarchas levantados a gloriosos pedestaes, porém que enegreceram os seus reinados com actos, que por uma parte

desfeiam a historia d'esta terra, e por outra parte abateram o caracter portuguez, e prepararam a perda d'este tão grande imperio, nascido em tão pequeno berço, como é este canto occidental da Europa.

Já alludimos ao famoso Antonio Galvão, a que chamaram o *Apostolo das Molucas*, pelo zelo com que ahi promoveu a dilatação da fé catholica, e cuja morte foi tão desditosa e tamanha ingratidão encontrou no rei *temente a Deus*, no introductor da inquisição, D. João III.

Resumida está a sua historia, no prologo escripto por seu amigo e testamenteiro Francisco de Sousa Tavares, no *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, obra do mesmo Antonio Galvão. Nenhum outro auctor diz mais e melhor, por isso aqui transcrevemos a parte d'aquelle prologo que em breve quadro compendia os serviços de Antonio Galvão, e como foram galardoados. Lêde pois no prologo de Francisco de Sousa Tavares:

«E alem d'isto, sendo seu pae e quatro irmãos seus to-«dos mortos em serviço de el-rei, e sendo elle já o derra-«deiro da sua linhagem, e levando comsigo fazenda a Mo-«luco, que valia dez mil cruzados, de contratos que com «partes fez, e emprestimos e ordenados, que lhe pagaram, «tudo empregou em Diu, e os gastou não em jogos, nem «outros mais modos, senão só em trazer muitos reis e in-«numeraveis povos á nossa santa fé, como em seu tempo «fez, e na guerra, e em conservar Moluco, e em trabalhar «e pôr todas as suas forças, para que todo o cravo viesse á «mão de sua alteza, com que Maluco lhe renderia mais de «quinhentos mil cruzados, e sendo tudo em grão prejuizo «seu; porque, *fazendo cravo para si, como fizeram e fazem «todos os capitães de Ma'uco, viera muito rico.*

«O' grão fraqueza da nossa natureza humana, que vindo «elle a Portugal com grão confiança, pelo que tinha feito «havia de ser mais favorecido e honrado, que se trouxera «cem mil cruzados, se achou mui enganado, porque n'elle «não achou outro favor, ou honra, senão o dos pobres mi-seraveis, quero dizer o do hospital; onde tiveram dezesete «annos, até que n'elle morreu, e d'elle lhe deram o lençol «para o amortalhar, e a confraria da côrte, como a corte-«zão pobre e desamparado, lhe fez o enterramento, deixan-«do dois mil cruzados de dividas, parte que trouxe da India,

«e parte que muitos dos seus amigos lhe emprestaram pa-
«ra se manter no hospital, porque em todos estes dezesete
«annos, nunca de sua alteza, para se remediar, houve um
«só real, nem eu dos livros que dei, nem para desencarre-
«gar a sua alma.

«Com tudo, assim como com a prosperidade das victo-
«rias nunca se ensoberbeceu, assim nem com as adversida-
«des o seu grande animo se diminuiu, nem abaixou; como
«é boa prova, que com tamanhos e com tão continuos des-
«prezos como padeceu, nunca até á hora da sua morte dei-
«xou de requerer e importunar por um conto de renda ca-
«da anno.

«O que alguns estranhavam, não olhando que assim como
«elle foi extremo no commetter e servir (de maneira que veiu
«ao estado em que se viu) assim o era no que lhe parecia
«que seus serviços mereciam.

. . . . . .

«Pelo que v. s.ª póde ver que este tratado e os outros
«foram feitos de suspiros e afflicções de animo affligido, que
«forçadamente contra a parte superior a inferior lhe havia de
«dar.»

. . . . . .

E como aconselhavam ao piedoso e intrepido Galvão, que se fosse a buscar fortuna por outras partes, que no reino jámais a teria, a sua resposta era que mais queria ser comparado ao grão Timocles Atheniense, que ao excellente romano Coriolano.

«O que é um grão exemplo, diz Tavares, da lealdade portugueza, posto que não sei como o diga, porque tambem o é, que de loaes estão cheios os hospitaes.»

Francisco de Sousa Tavares dedicou a obra ao duque de Aveiro, a quem se dirige no prologo.

João Pinto Ribeiro, fallando de Antonio Galvão, diz que fôra «tão pouco venturoso, como sciente e valoroso». E n'outra obra diz que recusára a corôa das Molucas, que lhe offereceram os habitantes «com animo mais que real, por-
«que não quiz ser rei.»

Lastima-se a sorte de Luiz de Camões, que morreu pobrissimo, e a final, «nem o logar onde repousam as suas
«cinzas conhece o luso», e o que diremos de tantos homens illustres, que foram os heroes que accenderam o estro do nobilissimo poeta, e lhe inspiraram o seu famoso poema?

Tantos que com as espadas abriram, n'aquellas terras da India, os alicerces da gloria da patria e do poeta; que sacrificaram os seus haveres no serviço de uma terra ingrata; que viram morrer a seus lados paes e irmãos, tiveram em galardão o mesmo esquecimento a que foi votado o cantor das suas glorias!

Luiz de Camões ainda alcançou uma tença de 95$000 réis, e Antonio Galvão foi requerente dezesete annos, e nunca pôde obter a mais tenue recompensa. Deu á patria o seu sangue e a sua fortuna, e o mais cruel desprezo respondeu ás suas solicitações. E note-se que este não só foi cavalleiro valoroso, senão tambem apostolo da fé christã: — subjugou os barbaros e converteu-os. E nem isto lhe valeu, na presença do rei *temente a Deus*, para o não deixar morrer ao desamparo!

El-rei D. Sebastião foi um monarcha tão exemplarmente religioso, que pela defeza da fé, sepultou a honra e a fortuna do reino nas areias de Africa. Foi desde o seu nascimento el-rei D. Sebastião fadado para a missão que devia cumprir, e não lhe faltaram mentores para bem o encaminharem n'esse proposito. Educaram-no como rei, que devia ser mais cavalleiro andante e apostolo da fé, do que soberano e regedor de uma vasta monarchia. Entretiveram-lhe a imaginação com jogos guerreiros, exaltaram-lhe o espirito com preconceitos religiosos, e assim affeiçoaram a alma do joven monarcha para vir a ser o instrumento da ruina do paiz.

A corrupção dos costumes era profunda; a inquisição dominava absoluta; a religião estava no seu maior poderio; a scena estava bem preparada para o heroe da fé se aventurar ás suas loucas empresas, e abrir o caminho á perda do reino, afim de cair nas mãos da casa d'Austria. De nada aproveitou a D. Sebastião, a acertada escolha que D. João III fez do exemplarissimo fidalgo D. Aleixo de Menezes para aio do seu neto, porque, com quanto muito havia a esperar das lições de tão insigne varão, todo o proveito corria risco de se perder com a escolha dos mestres. O cardeal D. Henrique, esse imbecil tonsurado, esse grande devorista, que deu remate á perda do reino, propoz para mestre de grammatica e artes liberaes do moço rei o padre-mestre Luiz Gonçalves da Camara, jesuita, a esse tempo residente em Roma. D. Aleixo de Menezes impugnou

esta escolha, prevendo desde logo, quanto havia de ser funesta ao rei e á monarchia, e com poderosas rasões mostrava como eram perigosas as influencias clericaes no animo dos principes.

D. Aleixo de Menezes discorria como um *liberdadeiro* dos nossos dias, como um *impio* á maneira dos que Roma considera taes. Entre muitas rasões que o illustrado aio deduziu, foi uma o exemplo do que acontecera, poucos annos antes, na Hungria e na Transilvania, onde, por dois religiosos tratarem as cousas da guerra, vieram a metter esses dois paizes na sujeição do turco, e a outra o que elle proprio ouvira dizer ao grande imperador Carlos V; que os principes bem instruidos nas artes de governar e da guerra, tinham bastante sciencia, sabendo resar por suas contas.

Baldados foram os esforços de D. Aleixo de Menezes e outros fidalgos do conselho; a instrucção do moço principe foi confiada ao jesuita Luiz Gonçalves da Camara, tendo por adjuntos outros dois jesuitas, Gaspar Mauricio e Amador Rebello.

O mesmo jesuita Luiz Gonçalves da Camara veio a ser o confessor do rei menino, e ainda com o desprazer e viva opposição do aio, o qual em uma pratica mui conceituosa que fez á rainha e ao cardeal, mostrou quaes os defeitos da educação que se ia dando ao rei, e concluiu por dizer:— «Pouco importa a guarda do corpo, se entrarem e voltarem «El-rei por via da alma, e com pretexto de consciencia e «virtude o levaram a extremos e singularidades.»

Era uma prophecia; os jesuitas voltaram a El-Rei por via da alma, e crearam um bom catholico, que já devêra estar canonisado; mas fizeram um pessimo rei e um máo cidadão provando mais uma vez que o principio *acima de tudo ser catholico, é inconciliavel com os deveres de bom cidadão*, quando o ser catholico se entende por escravo do papa e dos seus satellites. A historia abunda em exemplos de *bons catholicos*, que tem sacrificado os maiores e mais caros interesses sociaes, á cegueira das suas crenças, e ás ambições do clero.

D. Sebastião confessava-se de oito em oito dias, e D. Manuel de Menezes não duvida affirmar que as influencias jesuiticas o fizeram *abeatado*. Não emprehendeu as jornadas d'Africa movido pelas rasões que levaram D. João I a esses commettimentos; mas exclusivamente pelo influxo de

uma beatice boçal, e de um fanatismo feroz. Dilatar a fé era o seu intento, e não a gloria e o engradecimento da patria, porque sendo certo que o reino, apesar do ouro e das especiarias das Indias, estava exhausto de meios, D. Sebastião tudo sacrificou às loucas jornadas d'Africa, porque, d'este modo abria as portas do céo a si e aos que o acompanbassem. Iriam, iriam para o céo, mas o reino foi para o abysmo da sua completa ruina.

Quando se tratou da nomeação do vice-rei da India, tendo D. Sebastião tomado conta do governo, fez elle uma consulta á mesa da consciencia, para saber o que mais cumpria ao governo daquella colonia. Para que se aprecie o que então se pensava da India, transcreveremos um trecho da *Historia Sebastica.*

«Era o estado da India, diz fr. Manuel dos Santos, a porção maior e mais importante da monarchia, e pelo ser, era a que mais levava as attenções dos nossos principes, *menos pela utilidade temporal do commercio, e mais pelo negocio espiritual da conversão da gentilidade...*»

É pois evidente que mais se pensava na dilatação da fé, do que nas vantagens economicas das conquistas e descobertas. É certo que muitos dos que iam para essas partes, pensavam mais no seu interesse pessoal, e tratavam de se recolher á patria com as suas arcas bem providas, em quanto o estado definhava a propagar a fé. A gente do tempo, e os nossos avós, herdámos as colonias como campo para a pregação do Evangelho, e não como campo para abastecer e enriquecer o reino, que se compõe do continente europeu e de todo o ultramar.

A mesa da consciencia, respondendo á consulta de D. Sebastião , dizia assim:

«Assentou-se que a *primeira e principal obrigação*, que El-rei Nosso Senhor e seus successores tem nas partes da India é o *negocio da conversão e competente provimento das coisas ecclesiasticas...*» Era o principio—*acima de tudo ser catholico*—e como seu corollario—*acima de tudo o provimento das coisas ecclesiasticas.*—E, com effeito, foram bem providas as coisas ecclesiasticas e mal as coisas temporaes, e os resultados agora os está sentindo esta geração.

Diziam mais os da mesa da consciencia:

«Tem sua altesa obrigação de castigar severamente, e mandar inquirir dos que per si ou por outro, directa ou indirecta, por obra ou por palavra, impedem o negocio da conversão; e parece que se deve mandar fazer diligencia sobre isto ordinariamente pelos inquisidores da India.»

A consulta é de 1568, e desde 1560, o imbecil cardeal D. Henrique tinha mandado o primeiro inquisidor para Gôa, a fim de moralisar, e converter e sustentar na fé as gentes da India. Era sempre o principio *acima de tudo ser catholico*. A India civilisava-se á luz das fogueiras, como acontecia no reino! E admiram-se que Portugal tanto decaisse, que o espirito publico por tal modo se abatesse! Estranham que as colonias continuassem a viver na brutidade!

Fr. Manuel dos Santos diz:—«Era el-rei D. Sebastião um principe, que tinha a Deus por ultimo fim das suas acções, e que das riquezas da terra somente usava, em quanto são meios para alcançar aquelle fim.»

Como elle usou das riquesas do reino em serviço da fé, e em detrimento dos seus subditos, veremos depois.

El-rei D. Sebastião, como monarcha *piedoso*, ao modo da inquisição, não podia deixar de applaudir e festejar a matança feita nos protestantes francezes, na noite de 24 de agosto de 1572. Era impossivel, que o discipulo querido dos jesuitas não desse testemunho da boa educação, da *educação acima de tudo catholica*, que recebera do padre Luiz Gonçalves da Camara e dos seus companheiros. Assim foi.

Quando chegou a Lisboa a noticia d'esse horroroso morticinio, houve na côrte o maior jubilo, e o successo foi festejado como uma grande victoria do catholicismo sobre a heresia. A *piedosa* côrte de D. Sebastião tripudiava sobre o sangue de tantos milhares de homens, mulheres e creanças barbaramente immoladas ao mais feroz fanatismo, e invocava o santo nome de Deus, para lhe render graças por haver inspirado tão *santo amor* a esse miseravel rei Carlos IX, que afinal expirou na flor dos annos, consumido pelos proprios remorsos.

No principio do anno de 1572 chegou noticia a Lisboa de que em França se aprestava uma poderosa armada, cujo destino não era conhecido; dizia-se porém, que sairia con-

tra um principe catholico que não se nomeava, ou para ir á America hespanhola ou portugueza. El-rei D. Sebastião mandou tambem pela sua parte pôr em pé de guerra uma grande armada, cuja sorte foi bem lastimosa, como diremos.

Foi n'este comenos que veiu de França a noticia da mortandade dos huguenotes. Eis-aqui como o frade historiador de D. Sebastião conta os jubilos que houve em Lisboa por aquelle motivo.

«Este susto e suspensão dos animos (o da armada franceza) durou até o mez de setembro. Aos 6 d'este, chegou um expresso de Paris, que tirou a todos da duvida, porque deu noticia das chamadas *matinas de S. Bartholomeu.* Foi o caso que el-rei Carlos, tendo juntos e dentro de Paris, como em rede, ao almirante (Coligni), a princeza de Bearne, e aos principes francezes huguenotes, chamados para serem ao matrimonio do principe Henrique de Bourbon com sua irmã Madama Margarida, deu em segredo as ordens necessarias para que, na noite de 24 de agosto, fossem mortos quantos herejes havia na cidade, começando pelo almirante; de sorte que em Paris e outros logares mataram a ferro mais de trinta mil huguenotes, e todos acabariam, mas fugiram muitos para Inglaterra e Allemanha, que ao depois voltaram a França.»

E depois o *piedoso* chronista accrescenta que o *bom* rei Carlos ordenára tão *meritoria acção,* porque era sua vontade, que em toda a França não houvesse outra religião mais que a catholica romana. Era isto em 1572; agora em 1866, em Portugal, tambem temos o artigo 6.º da Carta Constitucional, que, na opinião dos *bons cathoticos,* não permitte outra religião senão a catholica. Já se não fazem morticinios de herejes, é verdade, mas não é por falta de vontade de acabar com elles.

É bem sabido que a mortandade dos protestantes não se limitou a Paris, estendeu-se a toda a França, até aos mais insignificantes logarejos. Durante mais de oito dias reinou em França a liberdade do assassinato em nome da religião. A Europa *piedosa* (feliz tempo!) alegrou-se com esse sacrificio humano votado ao Deus da immensa misericordia. Sacrificio horrivel, é certo; sacrificio impio, sem duvida;

mas ainda ha n'este seculo quem assim entenda a lei divina de Jesus!

Ouçamos o chronista do *piedoso* D. Sebastião:

«Estava sangrado el-rei D. Sebastião, quando chegaram as cartas de França; mas da cama ordenou que se dessem a Deus publicas graças pela *santa resolução* d'el-rei Carlos, da qual esperava que se purificasse de herejes aquelle reino, e se *restituisse á pureza da fé*, que lhe deu a autonomasia de christianissimo. Aos oito de setembro, em que celebramos o sagrado nascimento da Purissima Rainha dos Anjos, fez a cidade uma procissão geral da Sé a S. Domingos, na qual foi o infante D. Duarte, em nome d'el rei, acompanhado da nobresa e tribunaes da côrte. Em S. Domingos houve missa solemne e sermão pelo veneravel fr. Luiz de Granada, que no fim leu ao povo o relatorio do successo, que veiu de Paris a el-rei.»

E as abobedas do templo não desabaram sobre os impios, que celebravam como um acto santo e agradavel a Deus uma das maiores crueldades de que resa a historia! Confessemos que esta geração é mais christã que a de 1572, a qual pensava que a cruz, symbolo da redempção e do immenso e divino amor, era o labaro de um bando de assassinos, e que o Evangelho só podia triumphar e florescer, plantado entre cadaveres e rios de sangue humano!

Todos sabem que o papa Gregorio XIII mandou celebrar em Roma um *Te-Deum*, em acção de graças pela matança dos huguenotes. De Roma vinha a civilisação, dizem!

D. Sebastião escreveu a Carlos IX uma carta, dando-lhe os parabens pelo grande serviço que fizera á religião. Era natural. E o papa Gregorio XIII, dirigiu a D. Sebastião um breve, com a data de oito de novembro de 1572, o qual começa assim:

«Com *grande e especial contentamento* ouvimos referir ao amado filho Antonio Pinto, que Vossa Magestade, como principe *tão pio*, escreveu a El-Rei de França o *devido parabem* pela mortandade que fez nos huguenotes: os muitos conselhos que lhe deu, a benevolencia e a verdade com que o instruiu sobre o cumprimento da sua obrigação, e sobre o que deve obrar na presente opportunidade, certa-

mente muito desejada de todos e esperada por ninguem, mas levada ao fim pela *bondade de Déus*, prudencia e conselho do dito rei.....»

E concluia o catholico pontifice por pedir, que lhe mandasse uma armada para ir contra os turcos.

Em setembro perdera D. Sebastião a armada que para ir contra a França aprestára, como dissémos acima. Cinco dias depois da festa em S. Domingos, para dar graças a Deus pela matança dos huguenotes, sobreveiu um temporal, que destroçou no Tejo a armada qne estava prompta a sair. Foi isto a 30 de setembro, soprando vento sueste. Os navios vieram ás praias, e ahi se despedaçaram. Foi uma perda enormissima. Se o successo fôra com algum principe heretico, diriam que era castigo, e castigo pareceu com effeito pelo sacrilegio de considerarem *santo* o morticinio dos huguenotes.

O frade chronista diz assim:

«E sendo tal e tão lementavel a perda sobredita, não obstante ella, El-Rei D. Sebastião que se abrasava no zelo da fé, escreveu a el-rei de França, louvando e levantando sobre as estrellas a *santa mortandade*, executada nos huguenotes, e animando aquelle principe a levar ao fim a empresa heroica de perseguir os herejes do seu reino, até o alimpar de todo, e purgar da infecção heretica; e para esse effeito offereceu ajudal-o com dinheiro e armas por mar e por terra, do qual offerecimento e piedade catholica não só el-rei Carlos, mas tambem o pontifice se confessaram e publicaram agradecidos.»

D. Sebastião contava, em 1572, dezoito annos de edade, e Carlos IX, vinte e dois. D. Sebastião morreu aos vinte e quatro annos, com a mesma edade, em que, quatro annos antes, fallecêra Carlos IX. Ambos foram muito piedosos: ambos foram educados, distrahindo-se-lhes o espirito para diversões improprias do seu officio; ambos foram preparados e affeiçoados para instrumentos de ambiciosos e fanaticos; e ambos, por ultimo, foram funestos aos povos e á humanidade.

Não podia D. Sebastião deixar de se comprazer no espectaculo de um auto de fé. Seu piedoso tio, o cardeal D.

Henrique, inquisidor geral, lhe preparou esta funcção para o regalar, quando, nos ultimos mezes do mesmo anno de 1572, esteve em Evora.

A 14 de dezembro se fez um vistoso auto, em que sairam setenta e seis pessoas penitenciadas, e dezesete relaxadas em carne, que foram, em boa e devida fórma, assadas na presença do *piedoso* rei. Era um prazer bem tenue á vista do que tivera seu augusto primo do França, no mez de agosto antecedente; mas devia assim mesmo consolar e confortar muito a alma do moço rei. Conta o padre chronista, que na tribuna, de onde el-rei assistiu ao auto, estava o alferes-mór D. Luiz de Menezes, com o estoque desembainhado, «significando ser el-rei defensor da fé.»

Já se vè que os herejes não podiam entrar n'estes reinos, defendidos pela espada de fogo da inquisição, mas podiam secretamente entrar os livros hereticos, e para conjurar estas calamidades, o rei publicou o alvará de 14 de junho de 1571, pelo qual toda a pessoa que imprimisse, ou lesse, ou tivesse em casa dos taes livros, ou os emprestasse, ou os mandasse vir do estrangeiro, tinha pena de morte: o alvará explicava bem todas as hypotheses, e definia as penas que a cada a uma d'ellas competia.

Auctorisaram-se as denuncias, até mesmo as secretas, e os denunciantes tinham uma parte nos bens, que se confiscavam aos criminosos. O frade chronista, a este respeito, refere o caso da denuncia dada por um familiar de D. Antonio de Castro, senhor de Cascaes, o qual foi preso com toda a familia, porque o tal criado dissera que elle tinha em casa livros hereticos. Afinal conheceu-se que a denuncia fôra falsa, e o criado foi depois degredado. É porém de suppor, que sendo tempo de tanta piedade, houvesse muitas denuncias, e não poucos compremettidos, por que tudo era para bem da salvação das almas d'esses miseraveis, os quaes pensavam, ou lhes faziam pensar, que as portas do céo se abrem aos que não amam o seu proximo, antes o perseguem, em nome de Deus, como se do soberano senhor recebessem procuração para serem algozes de seus irmãos.

O MARQUEZ DE POMBAL E A INQUISIÇÃO

De uns papeis, que temos á vista, extrahimos a narração de um curioso episodio historico do seculo passado.

João Ignacio Ferreira Souto, primeiro intendente geral da policia do reino, escreveu um livro intitulado *De protestate regia*, dado á luz no anno de 1761.

Julgou-se que este livro fôra mandado escrever pelo marquez de Pombal, para mais diffundir os principios do realismo, ou da preeminencia do poder real sobre o poder ecclesiastico. O marquez de Pombal procurava divulgar taes principios, e assental-os como os que deviam reger na governança do estado, e por isso se publicou a *Deducção Chronologica*, e outros escriptos eguaes vieram á luz.

O exterminio dos jesuitas, a ruptura com a côrte de Roma por esse tempo produziram certo sobresalto nos espiritos, era portanto necessario tranquillisal-os, e ao passo que a vontade imperiosa do marquez superava os obstaculos que a nobresa e o clero oppunham ao seu systema governativo, saíam uns escriptos que eram a defeza dos seus actos, e ao mesmo tempo propagavam as doutrinas anti-ultramontanas, e, força é dizel-o, iniciavam a revolução em Portugal. O poder real anniquilava o poder clerical, e n'esta empresa se iam abrindo os olhos da burguezia, e preparando o caminho para a seu turno ser supplantado o poder real pelo poder popular.

A inquisição não gostou do livro *De protestate regia*. Era então inquisidor geral D. José de Bragança, filho illegitimo d'el-rei D. João V (um dos meninos de Palhavã), e enten-

deu elle que o novo livro era um attentado contra os inauferiveis direitos da curia romana, e que por tanto podia e devia a inquisição proceder contra elle; em consequencia d'isto, ordenou aos dois familiares da mesma inquisição, o conde de S. Lourenço, e o visconde de Villa Nova da Cerveira, que fossem a casa do intendente geral da policia, João Ignacio Ferreira Souto, auctor do livro, e dessem busca a todos os seus papeis, e os apprehendessem, e o trouxessem preso a elle proprio.

Os familiares cumpriram os mandados do inquisidor. Foram á casa do intendente, e, sem respeito nem consideração pelo cargo que exercia, intimaram-lhe as ordens do santo officio. O ministro desculpou-se, dizendo que em seu poder estavam muitos papeis que eram do serviço d'el-rei, cujo segredo não podia revelar sem ordem expressa de Sua Magestade. Insistiram porém o conde e o visconde, mas o intendente disse-lhes então que declarassem elles quaes eram os papeis que pretendiam. Os dois familiares exigiram a apresentação e entrega de todos os exemplares do livro *De protestate regia*, e o proprio autographo. O intendente entregou tudo.

Restava a segunda parte da ordem que os familiares haviam recebido, e logo deram a voz de preso ao intendente. Este porém resistiu, dizendo que não podia desamparar o seu officio e os segredos d'elle, sem mui expressa determinação d'el-rei. Os familiares então resolveram, para o bom desempenho da commissão que lhes confiára o inquisidor geral, conservar-se um de custodia ao intendente, e o outro dirigir-se a casa do marquez de Pombal, para d'elle haver ordem, a fim de o intendente ser entregue á prisão.

Achâmos outra versão d'este caso. Por esta versão, o intendente declarou aos dois nobres familiares do santo officio, que não tinha o livro em seu poder, mas estava na secretaria d'estado, onde ambos se dirigiram e se apresentaram ao marquez de Pombal que lhes respondeu terminantemente «que tudo quanto estava n'aquella secretaria era d'el-rei, e «nenhum papel podia retirar d'ali sem sua ordem; mas que «ia immediatamente a sua magestade, e que faria o que lhe «ordenasse.»

De uma ou outra maneira, informado o marquez de Pombal do caso, logo deu conhecimento d'elle a el-rei, e sua magestade ordenou que sem detença fossem presos os dois familiares do santo officio, o conde de S. Lourenço e o vis-

conde de Villa Nova da Cerveira, e que o marquez fosse estranhar, em seu real nome, ao inquisidor geral o desacato que, por sua ordem fôra commettido contra a regia áuctoridade, na pessoa do intendente geral da policia.

Foi o marquez de Pombal com todo o ceremonial, e com a gravidade que o caracterisava, a casa do inquisidor geral cumprir as regias determinações. O inquisidor, apenas ouviu a aspera censura que o marquez em nome d'el-rei lhe fazia, arrebatou-se, e deitando as mãos á cabelleira do marquez, arrancou-a, e bateu-lhe com ella na cara, e não contente com isto, puchou de um punhal com que avançou sobre o mesmo marquez, mettendo-se de permeio o irmão D. Antonio, outro menino de Palhavã. Retirou-se o marquez atrapalhamente, e foi em direitura ao paço referir o acontecido.

O inquisidor e seu irmão D. Antonio tambem vieram logo ao paço, mas chegaram tarde, e só poderam fallar ao infante D. Pedro, que poucas esperanças lhes deu da real clemencia.

El-rei irou-se sobre modo com a relação do facto, e o seu primeiro pensamento foi mandar punir de morte os auctores e cumplices do attentado contra a magestade da nação, representada na sua real pessoa. O marquez de Pombal foi de parecer que se sujeitasse ao voto do conselho de estado este negocio. Com effeito, foi logo convocado o conselho, e este parece que votou pela morte do réo. O patriarcha Saldanha, todavia, opinou por que fossem desterrados da côrte, e que esta pena era mais conforme com a clemencia real.

El-rei approvou o voto do patriarcha, e logo o inquisidor-mór e seu irmão D. Antonio tiveram ordem de se recolher no convento do Bussaco. O conde de S. Lourenço foi encerrado no forte da Junqueira. e o visconde de Villa Nova de Cerveira foi desterrado para Miranda.

Cumpriram os réos do desacato á magestade real as suas penas até á morte d'el-rei D. José, e exaltação ao throno da rainha D. Maria.

Os dois meninos de Palhavã estiveram sempre reclusos no Bussaco, durante dezeseis annos, de 1761 a 1777. O mesmo tempo esteve o conde de S. Lourenço no forte da Junqueira; e solto depois da acclamação da rainha, nunca mais foi ao paço, nem serviu logar algum. Conta-se que o

conde chamava á estatua equestre d'el-rei D. José — *os dois gemeos*, — alludindo ao rei e ao cavallo.

O visconde de Villa Nova da Cerveira veiu a morrer preso no castello de S. João da Foz, do Porto, ainda no reinado d'el-rei D. José.

Um dos papeis que temos á vista conclue assim: — «creio piamente que assentaram (os reus do desacato) que «o terror do Santo Officio não era já tanto ou tão desor-«denadamente concebido, como em outros tempos, porque «o rifão que até alli corria — *Com o rei e a inquisição*, «*chitão* — converteu-se em outro — *De inquisição para o* «*rei não vae lei.*»

Só em 1801, um decreto (4 de fevereiro) do principe regente, declarou os dois meninos de Palhavã, o inquisidor geral e seu irmão, innocentes e limpos de toda a mancha de crime ou suspeita d'elle. A esse tempo D. Antonio já tinha morrido, mas ainda vivia D. José, o inquisidor-mór.

Será ainda curioso notar o aviso, que temos presente, pelo qual se mandou ao corregedor de Coimbra que passasse ao convento do Bussaco, e procurasse a suas altezas os srs. D. José e D. Antonio, e se offerecesse ás suas ordens para tudo quanto elles lhe determinassem. O aviso é de 2 de maio de 1777 e assignado por Ayres de Sá e Mello. Os dois meninos de Palhavã vieram do Bussaco para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e no dia 6 do mesmo mez sairam de Lisboa duas carruagens e os necessarios criados para elles se transportarem para a côrte.

Era a desaffronta ao pedor dos nobres e do clero, mas nem aquelles nem este poderam mais levantar-se do profundo golpe que lhes dera o marquez de Pombal.

RELAÇÃO

Do que aconteceu quando os inglezes com o sr. D. Antonio, prior do Crato, vieram sobre a cidade de Lisboa, no anno de 1589

Achámos em uma collecção de papeis velhos, uma relação minuciosa da tentativa que D. Antonio, prior do Crato, g pretendente á corôa de Portugal, de accordo com os inelezes, fez para se apoderar da cidade de Lisboa no anno de 1589. Parece-nos que este escripto é inedito, pelo menos não nos consta que alguma relação se tenha publicado ácerca d'aquelle successo, e por isso, e por ser mui curiosa, damos esta a publico. O auctor d'esta memoria e de outras relativas á usurpação hespanhola, foi testemunha ocular dossuc cessos que relata.

D. Antonio perdeu a sua causa, porque não era homem para a empresa que tentára, nem tinha hombros para sustentar o peso da posição que devia manter, em face de um inimigo poderoso e astuto, e de um povo quebrantado de espirito por um immenso cataclysmo. Além d'isso, D. Antonio sacrificava tudo á satisfação da sua ambição. A historia aponta como vergonhosas as condições ajustadas por elle com a rainha Isabel de Inglaterra, para que esta o soccorresse na conquista do throno de Portugal.

A sua fraquesa, a pequenez do seu animo para ser o heroe de um povo abatido e prostrado, a baixesa das condições, a troco das quaes solicitava auxilios estrangeiros, fizeram com que a sua causa não encontrasse no paiz o apoio

que devêra encontrar, porque, legitimo ou illegitimo, D. Antonio era portuguez, e filho de um principe popular, como fôra o infante D. Luiz.

O auctor da relação, que vamos publicar, pinta bem qual era o estado da cidade a ponto de ser investida pelos inglezes. O povo conservava-se mudo, os fidalgos, que não estavam vendidos a Castella, fugiam ou homisiavam-se, e o governo não podia contar senão com a tropa. É certo que os populares não procuravam os arrayaes onde estava D. Antonio, porque não tinham confiança n'elle; mas tambem não prestavam auxilio ao governo intruso de que era chefe o archiduque cardeal Alberto.

Não foi a lealdade portugueza a um rei intruso que inutilisou as empresas de D. Antonio, como diz Manuel de Faria e Sousa com gravissima offensa dos brios nacionaes. Não foi; — a nação abatida pelo immenso revez de Alcacerquibir, e pelas debilidades do cardeal rei, carecia de um homem grande pelo seu esforço, pela sua intelligencia e pelo seu patriotismo, para acordar do profundo lethargo em que jazia, consequencia funesta de tantas calamidades.

É injuria á nação suppor que era leal a um usurpador, cuja tyrannia e ferocidade, não havia blandicias que disfarçassem.

É curiosa a relação que offerecemos aos leitores, que de certo ainda não a viram tão compendiosa dos successos que refere.

Eis-aqui o que se lê no alludido manuscripto:

«Os inglezes nunca deixaram de ter esse mar cercado, fazendo destruição geral, não deixando entrar nem sahir embarcação nenhuma pela barra, tomando todas as que iam e vinham. E não contentes d'isto, determinavam vir a este reino investir e metter de posse d'elle o sr. D. Antonio, para o que, sabendo-o el-rei D. Filippe, mandou fazer prestes, em toda a Castella, aos grandes e pequenos, e n'este reino e cidade mandou logo se fizesse toda a gente, e erguer quatro coroneis com seus terços, no mez de março de 1589, fazendo capitães com muita presteza para o effeito do qual fizeram coronel de um terço a Ruy Pires de Tavora e de outro terço a D. Francisco de Castello Branco, e de outro D. Fernando de Castro. E fizeram mais capitão-mór do mar Mathias de Albuquerque com todos os indiaticos (gen-

te affecta á navegação da India) para defender o mar e a entrada da barra com os galeões, que n'este porto estavam. E fizeram mais capitães, cabos, a muitos mancebos solteiros, fidalgos os principaes d'este reino; e começaram logo os mesmos coroneis e corregedores a fazer a gente por todas as freguezias d'esta cidade, andando de porta em porta assentando toda a maneira de homem, cada um com as suas armas, e os que as não tinham as fossem logo tomar a casa de seus capitães.

«Em cada terço d'estes coroneis tinha cada um doze capitães, e vinham a ser por todos quarenta e oito capitães; e poderiam ser vinte mil homens, os que se fizeram n'esta cidade, afóra tres mil hespanhoes, que logo vieram, soldados velhos. E afóra esta gente vinha cada dia outra, que el-rei mandava á formiga. E todavia, ainda que estes apercebimentos se fizeram, era tão impossivel cuidarem que os inglezes podiam vir a Lisboa, que todos se ríam d'isso; e se fazia com uma frieza, que parecia zombaria. Mas el-rei, como o sabia ao certo, aproveitava-se de toda a maneira, mandando ir para Castella aquelles fidalgos de que se podia temer, porque se não achassem aqui quando viesse o sr. D. Antonio, nos quaes entrou D. Henrique de Portugal, D. Pedro... que lá morreu, e outros. Mandou mais fazer experiencia em outros muitos, mandando a este reino um Santos Paes, soldado da India, que era da parcialidade do sr. D. Antonio, e se botou com elle em Inglaterra, e depois veiu ter a Castella, o qual como era conhecido de muitos, por ter ido com o mesmo senhor, mandou o el-rei, como digo, a este reino com cartas e recados fingidos áquelles de que se podia temer.

«D'este modo ficavam sabendo os que tomavam os recados e acceitavam as cartas fingidas, que outro sim trazia. E andava o dito Santos Paes por todo este reino, correndo todos, a dar-lhes cartas e recados, o que foi occasião de prenderem muitos homens, todos aquelles que elle disse que acceitaram as cartas e recados. E d'esta maneira viviam todos de sobre aviso d'ahi em diante, temendo mais serem presos por estes casos, que não pela Santa Inquisição, porque os que colhiam ás mãos por este caso, eram desfeitos em tratos, e além d'isso, quando escapavam, botados em degredo para sempre.

«Tornando aos inglezes: elles vieram com sua armada, de

obra de duzentas vellas, traziam n'ella vinte mil homens; com a qual armada vieram ter á Corunha aos 9 de maio de 1589, onde tocaram ás armas; botando gente fóra para divertirem el rei e mandar acudir ahi gente; e, como ahi estivesse já alguma, tiveram varias escaramuças, tornando-se logo a recolher, e vieram ter a Peniche.

«Em Peniche desembarcaram os inglezes obra de dezeseis mil homens de pé e alguns duzentos de cavallo, começando de marchar por terra, vindo ter a Torres Vedras a 28 do dito mez, e aos 30, que foi dia de Corpo de Deus, vieram ter a Alvalade (Campo Grande).

«O nosso exercito tinha saido da cidade tres dias antes, caminho de Vieiras (?), cuidando que os inglezes viessem por lá. E se foram alojar todos os nossos quatro terços sabbado á noite, que foi o dia em que sairam d'esta cidade, a Belem, onde aquella tarde se fez paga a todos, dando a cada um 400 réis para oito dias, e aos capitães 16$000 réis por mez. E logo ao outro dia, domingo, marcharam os quatro terços caminho de Vieyros; e á segunda feira, sabendo que os inglezes vinham direitos a Nossa Senhora da Luz, e d'ahi a Alvalade, marcharam os nossos terços para Nossa Senhora da Luz, e á terça feira se retiraram e tomaram para a cidade, e vieram n'aquelle dia ter a Alcantara. Á quarta feira, quando os inglezes vinham chegando a Alvalade com o sr. D. Antonio, se metteram os nossos terços dentro na cidade, determinando de a defender.

«Logo deram a cada coronel sua instancia pelos numeros, e nas portas da cidade, que deixaram abertas, estavam castelhanos, que as não fiavam de portuguezes; mas o medo dos castelhanos era tanto, que davam a cidade por entrada, de feição que o naufragio d'isto e do tumulto d'esta cidade, é escusado escrevel-o, pois se escrevera da fugida dos fidalgos, aqui vos digo, que houve certeza de um desembargador ou corregedor. Contarei como andando á banda d'alem á fazer mantimentos para a cidade, quando viu que o sr. D. Antonio tinha chegado a Alvalade, tomou a vara diante de muitos, e metteu-se n'um feixe de vides, dizendo:— «Senhores sêde testemunhas que não quero servir «a sua magestade, nem fazer nada contra el-rei D. Antonio» —e alvoroçou-se indo para onde outros iam, deixando mulher e filhos.

«Outros que, com vergonha, não podiam fazer o mesmo

por acompanhar o cardeal, tinham os seus bergantins e cavallos prestes para se recolherem, de maneira que o medo era tanto, que fazia espanto em todos, e vêr juntamente o despejo dos mosteiros de freiras de Odivellas, Santos, Santa Clara: foi um dos móres espectaculos do mundo; as de Santa Clara em procissão, as de Odivellas, com a pressa, não tiveram ordem em se sair, acudiram lá parentes e amigos, e irmãos com cavallos, a tiral-as com toda a pressa, levando-as ás casas de seus paes, irmãos e parentes; as de Santa Clara, em procissão, foram nas aposentar nas casas de Martim de Castro, e por não estarem seguras as mandaram para o dormitorio dos frades de S, Francisco, dando-lhes os mesmos frades por guardas. Mas os inglezes não tocaram em mosteiro nenhum dos de fóra dos muros, nem em egreja, nem em casa alguma, chegando elles aos muros de Lisboa, vindo senhores de todos os arrabaldes.»

(O author da relação interrompe-a n'este ponto, para referir qual era o terror que incutia o governo e como procedia contra os que suspeitava de affectos à causa do Prior do Crato. Em resumo contaremos que, vindo á cidade o conde de Redondo, que estava na sua villa do mesmo nome, foi logo preso, por ordem do cardeal, no Castello, posto que pouco depois o soltaram, por o conde dar fiança de que não era pelo sr. D. Antonio. Prenderam tambem D. Ruy Dias, irmão do barão velho d'Alvito, que estava acolhido no convento da Trindade, e bem assim prenderam Balthazar Rodrigues, musico, de alcunha o Rapatachos, moço da camara do Cardeal, os quaes o ministro do mesmo convento da Trindade falsamante accusou de que pretendiam seduzil-o para dar entrada aos inglezes e ao sr. D. Antonio pelo muro contiguo ao convento. E sem mais prova nem outra testimunha, logo no mesmo dia foi degolado D. Ruy Dias, e enforcado Balthazar Rodrigues. E' textual da relação que copiamos—«E depois se soube que o dito mi«nistro os accusava falsamente; e fez outras coisas muito «peiores, por onde foi preso e degradado, mas os coitados «padeceram sem culpa, que fez muito escandalo aos por«tuguezes.»

As duas victimas do padre provincial da Trindade foram presas n'uma sexta feira, seguinte ao corpo de Deus, e logo no sabbado justiçadas: foi este o dia de maior aperto com os inglezes.)

Prosegue a relação:

«De maneira que o exercito dos inglezes chegou ao mesmo dia do corpo de Deus a esta cidade, e se alojou fóra das portas de Santa Catharina, e em toda a Boa Vista e S. Roque; e á sexta e sabbado houve escaramuças, e lhe sairam os castelhanos de cavallo pela porta da Annunciada, e vieram obra de sessenta feridos muito mal, que levaram ao hospital, e os mais d'elles morreram; e ao sabbado se puzeram desesete bandeiras no Moinho de Vento dos Inglezes, e d'ali estavam fazendo mil galanterias com as bandeiras, e o castello não fazia senão atirar; e assim como o pelouro lá dava entre elles, assim o festejavam.

«N'esta noite se cuidou que accommettessem a cidade e entrassem, e sem duvida, se accommetteram, houveram de entrar sem resistencia alguma, por que todos os principaes eram fugidos da cidade, e os que ficaram. todos tinham seus furadouros prestes com cavallos e barcas para se recolherem; mas quiz Deus que a não accommetteram, e antes esta noite se retiraram para o bairro de Santa Catharina, entrincheirando-se por todas as ruas, e ali estiveram até segunda feira, 4 de julho de 1589, em que ante-manhã começaram de marchar muito á pressa para Cascaes, aonde a sua armada estava tomando gente e botando-a em Peniche.

«Logo se veiu a Cascaes, onde estavam tomando quantas vellas vinham de fóra para entrar na cidade, de maneira que quando os viram assim retirar, ninguem o podia crêr, mas affirmavam que iam buscar artilheria para bater a cidade. Então houve muito maior medo em todos, acabando-se de despejar a cidade, fugindo todos aquelles que d'antes não tiveram tempo; e n'este comenos chegou muito soccorro de Castella, e começaram com muita pressa a entrincheirar toda a cidade pela banda do mar, assentando muita artilheria por todas as partes, por cuidarem que a armada dos inglezes entrasse pela barra dentro com a cabeça d'agua (maré) que então esperavam.

«N'este conflicto o mais a que acudiu cada um, era a fugirem da cidade aquelles que podiam, pela experiencia que tinham da facilidade com que os inglezes puderam entrar se accommetteram a cidade. Mas quiz Deus não tornassem. Fez-se muito gasto, assim no entrincheirar, como em der-

rubar muitas casas nos muros da cidade e juntas a elles, por os inglezes se não virem a metter n'ellas, e d'ahi baterem os muros. Tambem foram queimadas grande numero de casas grandes, e das que eram privilegiadas; occasião para se aproveitarem os executores de tal obra (a destruição das casas) porque as peitas eram tão boas, que podiam enriquecer.

«Aos 17 do dito mez, veiu um embaixador inglez de Cascaes, com trombeta e bandeira branca, chegando ao meio dia ao paço, onde descavalgou, e deu sua embaixada e o detiveram até ás 3 horas depois do meio dia, que foi com a resposta em paz.

«Ao dia antes tinha chegado a gente do duque de Bragança, que seria cem homens de cavallo e duzentos de pé; e no outro dia entrou o duque com a mesma gente, e outra muita, que elle trazia muita boa e bem ataviada de tudo.

«Estando assim o exercito inglez em Cascaes, se lhe rendeu a torre sem pelejar, e deram licença aos soldados e ao capitão castelhanos, que n'ella estavam, se fossem, e lhe deram embarcação para os levar a Setubal, onde logo foi preso o capitão, e trazido a esta cidade, e mandado degolar publicamente, por entregar a fortalesa sem pelejar. Os inglezes estiveram em Cascaes até 18 de junho, que derão á vella, e se foram com passante de trezentas vellas, que já a este tempo tinham com as suas e com as que ali tomaram.

«E sem duvida que grande espectaculo foi ver sair esta armada do porto de Cascaes, como se viu de todos do castello de Lisboa, que parecia o mais formoso arvoredo do mundo, coalhando o mar. A causa porque esta gente foi, sem fazer effeito no que vinham, diziam que era por lhe adoecer muita gente por vir em tempo de fructa verde e se metteram n'ella, ou por desembarcarem longe e lhes faltarem mantimentos; outros diziam que vinham vendidos e determinavam entregal-os, e que se descubrira a traição por um capitão, que mataram em uma escaramuça; outros diziam que a rainha mandára que se fossem, por lhes ser lá descoberta a traição, de maneira que a certeza se não soube; mas o que de mais verdade se entendeu depois, foi que alguns tinham escripto ao sr. D. Antonio, que tanto que elle viesse se deitariam muitos com elle, e por essa causa desembarcou em Peniche, e, vendo que ninguem se ia com elle em todo este tempo, desesperou, e se foi.

«De maneira que vendo os inglezes idos, começaram de tirar devassas de todos aquelles que deram mantimentos, ajuda ou favor ao snr D. Antonio, ou se deitaram com elle, culpando muitos, assim desde Peniche até aqui, como em Cascaes, e no termo todo de Lisboa, e n'esta cidade, prendendo a torto e a direito, não se revolvendo ministros portuguezes por muito tempo, senão em fazer justiça nos taes, mandando enforcar, açoitar, degredar e tomar fazendas. N'esta execução entrou a mulher de Estevão Ferreira da Gama, que foi enforcada em estatua, por se ir com o sr. D. Antonio para seu marido, que lá estava, tendo já sido enforcado o marido em estatua.»

Aqui acaba a relação manuscripta.

O AMOR DE PAE E A HONRA DE CAVALLEIRO

Lendo a magnifica narrativa da catastrophe de Alcacerquibir, feita pelo sr. Rebello da Silva, e publicada na nossa folha 2191, de 17 do corrente, pelo nosso collega o sr. R. de S., lembrou-nos um dos incidentes mais gloriosos d'essa infeliz jornada. Talvez poucos d'elle tenham conhecimento, por que poucos leem o livro de Jeronymo de Mendonça, tantas vezes citado pelo sr. Rebello da Silva, e intitulado a *Jornada de Africa*, por isso nos pareceu a proposito estampal-o aqui.

O sr. Rebello da Silva descreveu a batalha com as côres mais vivas e verdadeiras, porque as foi buscar aos auctores mais acreditados que sobre o successo escreveram. Mas o que é seu, e só seu, é aquelle estylo severo e nervoso, é aquella magestosa simplicidade propria da historia. O illustre escriptor não fez um romance, desempenhou e pintou do natural, para assim dizer, um dos factos mais importantes da historia patria e da historia européa. O sr. Rebello da Silva não se deixou arrastar pelo vão desejo de fascinar os leitores com as galas e pompas do estylo; foi sobrio e grave, como convém ao historiador, e assim escreveu talvez as paginas mais brilhantes, que da sua penna teem visto a luz da publicidade.

Vamos, porém, ao incidente a que nos referimos. Transcreveremos a narrativa do proprio Jeronymo de Mendonça, porque na sua singelesa é mais eloquente, que tudo quanto podessemos accrescentar-lhe.

Refere, pois, esse escriptor o seguinte:

«..... estando já todo o campo cercado de largo giro, que per ambas as partes os mouros pera esse effeito fizeram, e tudo a ponto de batalha, começou el-rei a descorrer o campo, dando ordem a todas as coisas, e fazendo o officio do sargento-mór com tanta vigilancia e cuidado, que chegando á bandeira real, e vendo uma fileira de cinco cavalleiros sómente, sendo as mais de seis, disse com menencoria: — «N'esta fileira falta um cavalleiro?» — Ao que respondeu Gomes Freire de Andrada, que no meio d'ella estava com dois filhos de cada parte: — «Pois, como, Senhor; «um pae com quatro filhos, todos de uma mesma vontade «em vosso serviço, não supprirão a falta de um homem?» —Ao que el-rei respondeu, advertindo logo quem era o que lhe fallava, revendo-se alegremente em tão formosa companhia: — «Tendes muita rasão, Gomes Freire».

Jeronymo de Mendonça foi actor n'essa immensa tragedia de Alcacerquibir, e referiu todos os lances d'ella, «como quem viu e passou toda a jornada», assim o diz no prologo do seu livro. Não teve a sorte do infeliz D. Sebastião, nem a de tantos outros que nas areias de Africa acharam sepultura honrada, ou no captiveiro provações heroicas: sobreviveu ao desastre para o contar, e deixar d'elle memoria escripta.

O dito do valoroso Gomes Freire é um dos mais heroicos de que resa a historia. O amor de pae e a honra do cavalleiro, todor os nobres sentimentos de um coração pundonoroso e leal, toda a ostentação da nobresa do sangue, unida á generosidade da alma, manisfestou Gomes Freire na sua resposta ao rei. E D. Sebastião comprehendeu-a. Era formosa, com effeito, a companhia, só um pensamento a dominava, só um impulso a movia, só um laço a unia — o laço mais poderoso — o amor paternal e filial. Era um por todos, eram todos por um. Pelejavam reunidos pela gloria do paiz e pela honra do seu nome. Nenhum recuaria á vista de seu pae ou de seus irmãos; como que abraçados voariam ao perigo, sem que o passo de uns se demorasse mais que os dos outros.

É grande, é admiravel, é heroico o dito de Gomes Freire. Tudo foi grande n'aquelle commettimento, desde a arrojada concepção do emprehendimento até ao seu fatalissimo desenlace. Nem podia deixar de ser assim, por que a

fé e a patria moviam a cabeça e o coração de todos aquelles homens ainda mal! illudidos.

Na relação que fr. Bernardo da Cruz, na sua *Chronica d'El-Rei D. Sebastião,* inclue dos fidalgos qne ficaram mortos no campo, acha-se um Gomes Freire Bobadella, que não é outro senão Gomes Freire de Andrada, e um Nuno Freire, provavelmente algum de seus filhos. Assim provaram o pae e o filho a verdade do dito d'aquelle; com a vida attestaram que a bocca dissera o que o coração era capaz de emprehender.

PRINCIPE DESLEAL

Todos sabem que el-rei D. João V na sua mocidade teve ama de beato e muito galanteador, e que na edade madura, apesar de beato, não deixou de ser galanteador.

Parece que esse monarcha, sendo ainda principe e solteiro, promettera desposar a D. Filippa de Noronha, filha do marquez de Cascaes, D. Luiz de Castro, chegando até a assignar uma promessa de casamento a essa illustre senhora.

O rei faltára á palavra do principe, e D. Filippa, n'uma carta mui conceituosa e sentida, se queixou da real ingratidão. Naturalmente D. João V ouviu muitas d'essas queixas, e naturalmente tambem de todas se confessou e obteve absolvição. Não é de suppôr outra cousa de um principe tão temente a Deus, e que sabia angariar a amisade dos intermediarios d'essas composições com Deus.

Seja como for, D. Filippa não foi recolher-se ao mosteiro d'Avila, da fundação de Santa Theresa, mas entrou no de Santa Clara, de Lisboa, onde morreu.

Apesar da larguesa que havia n'esse convento de Santa Clara, um dos predilectos dos freiraticos, é bem de suppôr que D. Filippa nunca mais viu o seu real e ingrato amante, que era tão facil em illudir as amantes, como em comprar a vida eterna, despejando os seus cofres nos do papa.

Achámos copia da carta que D. Filippa escreveu a D. João V; não a damos como authentica, mas, como a encontrámos, assim a publicamos. É a ultima despedida de uma

mulher justamente despeitada, e que, lastimando as ingratidões do amante, verbera o principe, que traiu a sua palavra e manchou um nome honrado, que elle, mais que ninguem, devia acatar.

Eis a carta, que é bem escripta, de D. Filippa:

«Senhor. — Estas letras, que algum dia mereceram as attenções de vossa magestade, bem sei que hoje lhe devem mais paciencia que gosto; porém como hão de ser as ultimas que porei aos seus reaes pés, soffra-me vossa magestade desafogar n'este papel a justa dor que padece meu coração, nas experiencias do seu esquecimento.

«Quem dissera, Senhor, que um principe, e tão grande, havia de ser ingrato a uma mulher do meu nascimento! D'onde estão aquelles affectos, que quasi passavam a adorações? E que delicto foi fiar-me das finezas de um rei, para que não contente da solidão em que vivo, me condemne á solidão da sepultura, pelo desterro das suas memorias! Depois das injurias padecidas na pessoa, até quer vossa magestade, que as sinta no amor!

«Quem dissera, que me era necessario, para merecer as attenções de vossa magestade valer-me da protecção dos seus ministros! Recorde vossa magestade as obrigações que me devia, para que me livre da affronta, que me custa a repetil-as. Como posso eu censurar o esquecimento de vossa magestade, sem que faça tambem publico o meu delicto? Ha de ser a força da minha desgraça, que procure o seu remedio com a minha injuria! Já que sou tão infeliz que todos a conhecem, deva-me ao menos a attenção de não confessal-a; porque a minha infelicidade é tal, que a queixa, que em todos é desafogo, para mim seria injuria.

«Oh! não queira vossa magestade enlouquecer-me tanto com a sua sem-rasão, que me obrigue a perder o medo ao silencio. Esta é a ultima affronta que me póde fazer a desattenção de vossa magestade, reduzir-me a tão lastimavel estado, que não mereça lastima, sem reprehensão. A quem hei de repetir a minha queixa, que se não escandalise da sem rasão d'ella? Só vossa magestade a póde ouvir sem horror, pois como não ignora, as repetidas finezas que lhe devi, a sua mesma memoria, estarão sendo a minha desculpa, com segurança de ventura tão alta, que quando não fôra o amor me precipitara na vaidade.

«Bem conheço que era muita ousadia aspirar a tanto; porém este meu engano não teve menos auctoridade, que a fé devida a um principe. E como, em Portugal, não era eu a primeira a quem um rei désse a mão para subir tão alto, foi facil ao amor deixar-se persuadir do exemplo. Não me excederam as primeiras em qualidades, senão em ventura, pois todos os meus avós, entre as grandes familias de Portugal, foram os de mais superior estimação, devendo a muitos d'elles os progenitores de vossa magestade, o augmento e dilatação da sua monarchia e a segurança da corôa. De tudo só herdei a memoria, para me deixar vencer do desvanecimento. Presumi que fosse o esplendor da minha casa e fiquei sendo o escandalo de todos. E para que fosse sem egual a minha desventura, o mesmo principe que me reputava digna da sua corôa, pleiteia o satisfazer-me com o desposorio de um titulo, ao mesmo tempo que minhas irmãs merecem esta honra, e eu a tivera, se o mesmo que as dá, me não segurara muitas vezes de outra maior.

«Não ha mulher mais desgraçada. Para todos o agrado de vossa magestade serve para exaltação, só para mim de precipicio. Desterrou-me injuriosamente do paço, perdi a communicação dos meus parentes, fallou-se na minha reputação, e até n'esta sepultura em que estou, só para injuria pareço viva, que para tudo o mais me olham com horror; e para que não haja genero de infelicidade, que não padeça, approvou-me vossa magestade a pessoa de F...; quando este tratado, na fé da sua promissão, se começa a pôr em publico, são tantas as duvidas e commissões que se lhe offerecem, que me tem custado tanta paciencia estes tres mezes de pratica, como os quatro annos que ha que soffro de injurias.

«Já estou resoluta a não perder nada; e para que vossa magestade conheça que mulheres da minha esphera se não contentam com satisfações, que não sejam dignas do seu sangue, ou que não pareçam desempenho de rei, ordene vossa magestade a quem quer que entregue todas as joias que me offereceu algum tempo o seu amor, ou a sua grandesa, pois não quero comigo cousa, que me recorde a sua ingratidão e a minha affronta.

«O que peço a vossa magestade é só licença para professar no convento em que morreu Santa Theresa de Jesus; que assim como o amor de vossa magestade me desterrou

do paço, quero que a sua ingratidão me extermine do reino. Nenhum outro favor procuro de vossa magestade que o deixar-me aproveitar da sua tyrannia, para o acerto d'este desengano; e ficará vossa magestade tendo a gloria de premiar uma mulher, como eu, até com o esquecimento.

«Emquanto me durar a vida, fie vossa magestade de mim, que só empregarei os dias em pedir a Deus lhe accrescente os annos tão cheios de felicidades, que se contem em instantes as venturas.

«Espero da real grandesa de vossa magestade que logo, logo, entregando-se de tudo o que ha n'esta casa, me não retarde a licença que lhe peço, porque me obrigará esta sem-rasão a impaciencia menos santa, e ficará por conta de vossa magestade correndo toda a desesperação da minha fortuna.

«A real pessoa de vossa magestade guarde Deus por muitos annos.»

A PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DA SAUDE

(Rectificação ao artigo publicado no *Summario de varia historia*, na parte que se refere á procissão da mesma Senhora).

Na occasião da entrada da procissão na Sé Patriarchal é cantado um *Te-Deum* e não ladainha; sendo depois acompanhada pelo cabido até á egreja de Santa Justa.

As duas confrarias que actualmente compõem a procissão, são a de Santo Antonio e a de Nossa Senhora da Saude e S. Sebastião, e vão com as insignias que se diz.

A imagem de Nossa Senhora não é pobre, pois tem nove vestidos com seus respectivos mantos, sendo o mais rico de gorgorão côr de cereja bordado a ouro fino, e de preço, segundo dizem, tão alto pela mão d'obra, que não se lhe assignala valor. É tradição que este vestido e manto fôra o do casamento da rainha allemã, D. Marianna, mulher de D. João V, e dado depois d'aquelle acto á imagem como era uso fazer-se. O immediato em valor é de setim branco bordado com estrellas de ouro fino, o qual lhe foi dado por devoção no anno de 1856, por occasião da segunda epidemia de cholera-morbus. Dos outros sete vestidos não ha assentamentos relativos á proveniencia, mas póde-se affoitamente dizer que, a não ser um de seda branca bordado de ouro, que parece de mais recente data, todos os outros foram dados em remotas épocas, e têem as seguintes côres: de seda branca tecido com ramagens de côres e bordado de ouro—de setim azul bordado tambem a matiz e ouro— de setim côr de castanha bordado de ouro—de setim roxo com riscas de seda branca bordadas de matiz—de damasco roxo

tecido de ouro—e de veludo azul recortado, com renda dourada.

Possue tambem esta imagem tres corôas, sendo uma com pedras e duas lisas, tendo uma d'estas, de peso, o valor de 61$000 réis; quatro cordões de ouro; uma pulseira com fechos de diamantes; um fio de perolas e outros objectos de menor valor.

Pediu-nos esta rectificação o sr. coronel de artilheria Antonio Florencio de Sousa Pinto, e nós de bom grado a publicâmos, porque o nosso desejo é sempre referir as cousas com a maxima verdade, e porque assim completamos a mais compendiosa noticia que de certo ha escripta, ácerca da formosa e popular imagem da Senhora da Saude.

INDICE

PAG.
O mosteiro e a egreja de Santa Maria de Belem (Varias noticias). 5
Lembranças dos festejos reaes 62
A victoria das linhas d'Elvas..... 89
A grande armada..... 98
Variedades historicas..... 110
Memorias d'um grande estadista..... 116
Lisboa em 1723..... 121
Senado de Lisboa (Varias noticias) 123
Estatistica criminal 127
O Poço do Borratem 134
Episodio politico do seculo XVII 137
Pós pestiferos 144
A lenda da Senhora dos Prazeres..... 147
Feliz pae!..... 149
D. José Barbosa (Apontamentos biographicos)..... 153
Um arcebispo do seculo XV..... 162
Volatins..... 167
O sceptro castelhano e uma moeda de Judas 170
O retrato de Vasco da Gama 172
Um traidor..... 174
O Paço de Belem 180
Dois italianos benemeritos..... 183

A muralha de S. Pedro d'Alcantara..... 186
A justiça á antiga..... 189
Um quadro de Sequeira..... 192
Folhinhas de porta e de algibeira..... 195
O Cunhal das Bollas..... 197
Os monarchas piedosos (Apontamentos)..... 200
O marquez de Pombal e a inquisição..... 218
Relação do que aconteceu quando os inglezes com o sr. D. Antonio, prior do Crato, vieram sobre a cidade de Lisboa, no anno de 1859..... 222
O amor de pae e a honra de cavalleiro..... 230
Principe desleal..... 233
A procissão de Nossa Senhora da Saude (Rectificação ao artigo publicado no *Summario de varia historia,* na parte que se refere á procissão da mesma Senhora)..... 237

DIVERSAS OBRAS

PUBLICADAS PELOS EDITORES ROLLAND & SEMIOND

QUE SE ACHAM Á VENDA

NO SEU ESTABELECIMENTO, RUA NOVA DOS MARTYRES, 3

E NAS DEMAIS LIVRARIAS DO COSTUME

Romances

MIL E UMA NOITES, contos arabicos, traduzidos do francez, 8 vol. br. 1:600

CONDE (O) DE MONTE CHRISTO, romance historico por Alexandre Dumas, 4 vol. br. 1:440

PAIZAGENS, por Bulhão Pato, 1 vol. br. com uma gravura a côres na capa. 200

CONTOS DA SESTA, por Eduardo Vidal, 1 vol. br. 500

Obras classicas

ARTE DE FURTAR, pelo padre Antonio Vieira, 1 vol. 8.º enc. 720

CHRONICA DO IMPERADOR CLARIMUNDO, por João de Barros, 3 vol. 8.º br. 1:200

DIALOGOS DE D. FREI AMADOR ARRAIZ, 2 vol. 4.º br. 2:880

HISTORIA DO DESCOBRIMENTO E CONQUISTA DA INDIA PELOS PORTUGUEZES, por Fernão Lopes de Castanheda, 7 vol. 4.º br. 9:600

IMAGEM DA VIDA CHRISTÃ, por Fr. Heitor Pinto, 3 vol. 8.º br. 1:800

LEAL CONSELHEIRO, por El-Rei D. Duarte, 1 vol. 4.º br. 1:440

LIVRO DE CICERO, traduzido por Damião de Goes, 1 vol. 8.º br. . 300

LYMA DE DIOGO BERNARDES, 1 vol. 12.º enc 400

OS LUSIADAS, poema epico de Luiz de Camões. Nova edição popular conforme ás edições classicas de 1572, augmentada com a vida do poeta e com um glossario dos nomes proprios 1 vol. 16.º, enc. 240
Cart. 180
Br. 160

OBRAS DO DR. FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA, 2 vol. 8.º enc. 960

PEREGRINAÇÃO DE FERNÃO MENDES PINTO, totalmente conforme á edição de 1614, com a conquista do reino do Pegu pelos portuguezes, o Tratado das cousas da China por fr. Gaspar da Cruz, e o Itinerario de Antonio Tenreiro conforme a edição original de 1560, 4 vol. 8.º enc. 2:400

SERMÕES SELECTOS DO PADRE ANTONIO VIEIRA—escolha feita pelo Em.mo Sr. Cardeal Patriarcha D. Francisco de S. Luiz, 6 vol. 8.º br 2:160

ULYSSEA. poema por Gabriel Pereira de Castro, 1 vol. 8.º br... 480

Obras elementares e de sciencia

DICCIONARIO INGLEZ E PORTUGUEZ E PORTUGUEZ E INGLEZ, por Antonio Vieira, 2 vol. 4.º enc. ... 7:200

DICCIONARIO PORTATIL INGLEZ E PORTUGUEZ E PORTUGUEZ E INGLEZ, resumo do de Antonio Vieira, 2 tomos enc. 960

ELEMENTOS D'ALGEBRA, por Augusto José da Cunha, 1 vol. br.... 1:500

ELEMENTOS D'ARITHMETICA, por Augusto José da Cunha, 1 vol. br. 1:000

GRAMMATICA INGLEZA, THEORICA E PRATICA, por Jacob Bensabat, 1 vol. br. 1:000

LEXICON CASTELHANO-PORTUGUEZ, E PORTUGUEZ-CASTELHANO, por Carlos Barroso, 1 vol. 8.º br... 400

Este pequeno diccionario que contem os vocabulos castelhanos que differem do portuguez torna-se apreciavel por ser o primeiro que se publica com a versão de portuguez para castelhano.

NOVA NOMENCLATURA E CLASSIFICAÇÃO PHARMACEUTICAS, por Pedro José da Silva, pharmaceutico de 1.ª classe, e Demonstrador no Instituto Geral d'Agricultura, 1 vol. 8.º gr. br. 500